

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS - CSEH**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E  
TECNOLOGIAS (PPG-IELT)**

**ESCRITA ACADÊMICA INSURGENTE: UMA ANÁLISE DO GÊNERO  
“CARTA-ARTIGO”**

**Gilmara Machado Souza**

**Anápolis - GO**

**2021**

GILMARA MACHADO SOUZA

**ESCRITA ACADÊMICA INSURGENTE: UMA ANÁLISE DO GÊNERO  
“CARTA- ARTIGO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IEL) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Linha de Pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais. Eixo temático: Análise Crítica do texto / discurso.

Professor orientador: Dr. Sostenes Cezar Lima

**Anápolis - GO**

**2021**

Ficha catalográfica

S729e Souza, Gilmara Machado.  
Escrita acadêmica insurgente [manuscrito] :  
uma análise do gênero "carta-artigo" / Gilmara  
Machado Souza. - 2021.  
194 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Sostenes Cezar de  
Lima .  
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em  
Educação, Linguagem e Tecnologias).  
Universidade Estadual de Goiás, Unidade  
Universitária Anápolis de Ciências  
Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2021.

Inclui bibliografia.  
Inclui tabelas.

1.Decolonialidade do saber. 2.Escrita  
acadêmica - Insurgência. 3.Artigo científico -  
Análise sociorretórica de gênero.  
4.Dissertações - PPG-IELT - UnUCSEH/UEG.  
I.Lima, Sostenes Cezar de. II.Título.  
CDU 81:001.81(043.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus  
Bibliotecária/UEG/UnUCSEH  
CRB1/2385

## **ESCRITA ACADÊMICA INSURGENTE: UMA ANÁLISE DO GÊNERO “CARTA-ARTIGO”**

Esta dissertação foi considerada APROVADA para a obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 10 de junho de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima (Universidade Estadual de Goiás – PPGIELT/UEG)  
Orientador/Presidente

---

Prof. Dra. Viviane Pires Viana Silvestre (Universidade Estadual de Goiás - PPG-IELT/UEG)  
Membro interno

---

Prof. Dr. André Marques do Nascimento (Universidade Federal de Goiás -PPGLL/UFG)  
Membro externo

---

Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes (Universidade Estadual de Goiás -PPGE/UEG)  
Membro externo

Anápolis-GO, 10 de junho de 2021

Dedico este trabalho a todos os alunos do ensino médio, da graduação ou da pós-graduação que sofreram ou sofrem com o epistemicídio e com a regulação e a normalização da língua e da escrita. Instrumentos esses que fazem com que a língua “brasileira” se torne desconhecida, estranha e até opressora para o seus próprios falantes e escreventes.

Dedico também àqueles que, mesmo tendo desejo de participar da construção do saber, desistiram em detrimento da colonialidade da linguagem, do ser, do saber e do poder.

E dedico ainda àqueles que resistiram e superaram as barreiras hegemônicas da academia e dela não se afastaram, reivindicando assim por mudanças.

## AGRADECIMENTOS

A Deus Pai, Deus filho e Deus Espírito Santo: Trindade santa. A ela, toda honra, glória e louvor. “Te chamam de Deus e de Senhor, te chamam de Rei, de Salvador, mas eu me atrevo a Te chamar de meu Amor”.

À virgem Maria, minha mãe do céu, senhora minha, que intercede a Deus e a teu filho Jesus por minhas causas diárias. Mãe de Deus e minha! Minha mestra, rainha e advogada.

Aos meus santos de devoção São José, Santa Terezinha do menino Jesus e São Francisco, através dos quais já alcancei várias graças de Deus! E àquele que está todos os dias me guardando, regendo, governando e iluminando, meu zeloso anjo da guarda.

Aos meus pais, Rosemar e José Mesquita, por dizerem sim a minha vida, mesmo em meio a tantas dificuldades e incertezas. Eu só tenho a agradecer-vos, por terem assumido juntos a maternidade e a paternidade, como Maria e José, pais adotivos de Jesus! Obrigada, minha mãe querida, por me ter deixado dentro do seu ventre, por me ter nutrido com leite que jorraste dos seus seios por mais de 3 anos, por várias vezes ter pegado dinheiro ou o alimento emprestado para saciar a fome minha e do meu irmão; por me ter batizado e me ter me confiado a uma madrinha verdadeiramente católica, Maria Jacó, a quem tenho muita estima. Juntas me ensinaram a humildade, a determinação e a justiça. Oh, minha mãe, como eu te amo! Obrigada meu pai, por ter me educado com amor e respeito, por sempre estar comigo: fosse preparando as refeições, fosse me servindo de companhia até para fazer a prova do processo seletivo para o mestrado. A cada vez que repete seus relatos de vida, tenho algo novo a aprender.

Ao meu esposo, Fabrício, minha melhor escolha, o qual quis ser comigo uma só carne, uma só vida, uma só família e a ter um só objetivo: alcançar o céu. Obrigada por querer que eu estivesse ao seu lado e submissa a você, ou seja, na mesma missão e não do jeito deturpado que essa palavra é concebida. E obrigada, por se doar a nossa família, como Cristo se doou e amou a igreja, dando a vida por ela. Assim, você faz todos os dias, nos sustentando com o seu trabalho, nos amando com a sua presença e participação nos afazeres do dia a dia e principalmente nos ensinando a viver o evangelho! Que Deus te abençoe todos os dias para continuar tendo retidão e fé.

Aos meus filhos, João Pedro, Luiz Felipe e Judá, por preencherem meus dias, por me trazerem alegria, por me fazerem querer ser melhor a cada dia, e por serem a concretização do amor conjugal e da ação co-criadora com Deus.

Aos meus sogros, Geralda e Domingo, por me acolherem e cuidarem de mim com tanto zelo, dedicação e doação, como uma verdadeira filha.

Ao meu único irmão, Valter Gil e aos meus cunhados, Priscila, Viviane e Maurício, os quais estão sempre de prontidão para me ajudarem no que for preciso!

À toda a minha família, mas em especial às minhas primas Hamanda, Gamiany e Karina, as quais cresceram comigo!

Ao Santuário Sagrada Família e à Comunidade Família Santa por serem para mim ninho de acolhimento, de aprendizado, de humanismo, de refrigério para minha alma.

Aos amigos do Colégio Militar Polivalente Modelo Vasco dos Reis, pela parceria, cumplicidade e pela partilha das alegrias e dores do trabalho docente.

A todos os meus amigos que rezam e torcem por mim! São tantos que não poderia citar nomes para não cometer a injustiça de esquecer algum.

À minha amiga, professora Doutora Renata Ramos da Silva Carvalho, a quem devo muito por hoje está concretizado esse sonho! Foi ela quem me incentivou a fazer esse caminho, com seu exemplo, com seu acolhimento e com sua fé em Cristo, na família, na educação e na formação docente. Você foi o anjo de Deus que me acolheu quando eu cheguei no CPMG-PMVR, sem conhecer absolutamente ninguém!

Ao meu orientador e professor Dr. Sostenes Cezar Lima, por acreditar em mim ao me confiar seu projeto de pesquisa; pelo seu jeito decolonial e insurgente de conduzir as orientações, por seu procedimento humano, respeitoso e alegre em guiar a pesquisa, tornando a árdua escrita acadêmica um processo prazeroso de descobertas e ressignificação.

À professora Dra. Viviane Silvestre que esteve comigo na minha entrevista de seleção para o mestrado, no SEMIPE (seminário interno de pesquisa), na banca de qualificação e na de defesa, sempre exercendo um “esforço decolonial”, ao usar o sentir e não a colonização (“razão”).

Ao professor Dr. André Marques do Nascimento, que primeiramente contribui com seus artigos, e depois com sua presença e participação no SEMIPE, na qualificação e na defesa. Não haveria escolha mais oportuna e acertada do que essa. Sua paciência, seu precioso conhecimento e seu amor-doação pela formação docente são admiráveis e preciosos! Obrigada, pelo seu sim!

Ao professor Dr. Wesley Luis Carvalhães, por sua participação e riquíssima contribuição na qualificação e na defesa. Seu jeito “colonizador” de ser, ensinar e orientar, veio para balancear a pesquisa! Obrigada pelo zelo com a escrita, com a clareza das ideias e com o desenvolvimento da minha autoria.

A todos os amigos do PPG-IELT, os quais compartilharam de seus conhecimentos, experiências, alegrias e dores! Em especial às minhas amigas e companheiras Alexandra Batistela e Vânia Soares, por rirmos e quase chorarmos juntas! Minha amiga que me estendeu a mão no primeiro dia de aula e presenteou meus filhos com suas contações de histórias, Luciana Ribeiro. Ao meu colega Edergênio Vieira, sempre disposto a ajudar nas leituras dos artigos e nas suas publicações. Aos meus amigos e companheiros de almoço, que proporcionaram momentos valiosos de conversas e risos: Eliene, Thomas e Cristhopher. E também à Veronice, Andressa, Rodrigo, Adriane e Diessyka sempre dispostos a me ajudar!

A todos (as) professores (as) e servidores (as) do PPG-IELT. Só tenho a agradecer por tudo que aprendi e vivi aí com vocês. Mas em especial quero agradecer a Aurilene, secretária do PPG-IELT, sempre solícita, ágil e alegre em nos atender.

*Nada te perturbe, nada te espante, tudo passa! Só Deus não passa. A paciência, por fim, tudo alcança. Quem a Deus tem, nada lhe falta, pois só Deus basta.*

Santa Tereza D'Ávila, Doutora da Igreja

*Senhor, fazei-me instrumento da vossa paz  
Onde houver ódio, que eu leve o amor  
Onde houver ofensa, que eu leve o perdão  
Onde houver discórdia, que eu leve a união  
Onde houver dúvida, que eu leve a fé  
Onde houver erro, que eu leve a verdade  
Onde houver desespero, que eu leve a esperança  
Onde houver tristeza, que eu leve alegria  
Onde houver trevas, que eu leve a luz  
Ó mestre, fazei que eu procure mais  
Consolar que ser consolado  
Compreender que ser compreendido  
Amar que ser amado  
Pois, é dando que se recebe  
É perdoando que se é perdoado  
E é morrendo que se vive  
Para a vida eterna*

Oração de São Francisco de Assis

## RESUMO

Esta pesquisa busca investigar o modo como o gênero artigo científico tem se deslocado do padrão hegemônico de escrita acadêmica. Inserida no projeto “Decolonialidade e insurgências nas práticas discursivas acadêmicas: novos modos de produção, registro e mediação da escrita acadêmica”, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar e compreender a organização retórico-estilística do texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo*, uma carta-artigo publicada na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Além disso, busca discutir os movimentos de insurgências na escrita acadêmica presentes na carta-artigo. Para tanto, são usados como pressupostos teóricos-metodológicos a Análise Crítica de Gêneros (ACG) e a Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG) como instrumento analítico das unidades retóricas (composicionais e estilísticas) do gênero artigo científico. Além da identificação das unidades retóricas da carta-artigo, é feito também o reconhecimento da comunidade discursiva e dos propósitos comunicativos (SWALES, 1990) que permeiam esse texto. O estudo mostra que a carta-artigo reflete as inquietações (pautas políticas) que regem a comunidade na qual ele foi produzido, publicado e divulgado. Isso mostra papel político que a ABPN e de outras comunidades alternativas desempenham ao atentar para o sofrimento dos sujeitos subalternizados, que tentam entrar e sobreviver numa comunidade acadêmica eurocêntrica, principalmente no que tange à escrita acadêmica.

Palavras-chave: Decolonialidade. Insurgência. Escrita acadêmica. Artigo científico. Análise Sociorretórica de Gênero.

## ABSTRACT

This research seeks to investigate how the scientific article genre has shifted from the hegemonic pattern of academic writing. Inserted in the project “Decoloniality and insurgencies in academic discursive practices: new modes of production, registration and mediation of academic writing”, this research aims to analyze and understand the rhetorical-stylistic organization of the text *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo*, a letter-article published in the magazine of the *Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN). In addition, it seeks to discuss the insurgency movements in academic writing present in the letter-article. Therefore, Critical Gender Analysis (ACG) and Sociorethoric Gender Analysis (ASG) are used as theoretical-methodological assumptions as an analytical tool for the rhetorical units (compositional and stylistic) of the scientific article genre. In addition to the identification of the rhetorical units of the letter-article, there is also the recognition of the discursive community and the communicative purposes (SWALES, 1990) that permeate this text. The study shows that the letter-article reflects the concerns (political agendas) that govern the community in which it was produced, published and disseminated. This shows the political role that ABPN and other alternative communities play in paying attention to the suffering of subordinated subjects, who try to enter and survive in a Eurocentric academic community, especially with regard to academic writing.

Keywords: Decoloniality. Insurgency. Academic writing. Scientific article. Sociorethoric Analysis of Genders

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Colonialidade do poder	26
Figura 2 - Analítica da Colonialidade	28
Figura 3 - Capa do Caderno Temático Letramentos de Reexistência, publicado em janeiro de 2018 pela revista ABPN	108
Figura 4 - Racismo nos EUA	153

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nós históricos-estruturais	30
Quadro 2 - Reconfiguração no conceito de Comunidade Discursiva de Swales (1992)	71
Quadro 3 - Repropósito do gênero: análise de gênero a partir do texto e do contexto- Repropósito do gênero: análise de gênero a partir do texto e do contexto	75
Quadro 4 - CARS (creating and research space) de Swales (1990)	79
Quadro 5 - Modelo padrão das Unidades retóricas do gênero artigo científico	86
Quadro 6 - Descrição geral das unidades retóricas do “artigo de revisão de literatura” e do “artigo experimental”	90
Quadro 7 - Descrição retórica do gênero artigo experimental na área da Linguística	92
Quadro 8 - Descrição retórica do gênero artigo experimental na área da Medicina	93
Quadro 9 - Classificação do artigo científico segundo o conteúdo temático	99
Quadro 10 - Dados da correspondência: apresentação dos participantes/ interlocutores	124
Quadro 11 - Descrição da unidade retórica “Apresentação”	126
Quadro 12 - Referencial teórico encontrado na carta-artigo	126
Quadro 13 - Descrição da unidade retórica “Pressupostos teórico-conceituais”	129
Quadro 14 - Descrição da unidade retórica “Pressupostos metodológicos”	129
Quadro 15 - Descrição da unidade retórica “Análise dos dados gerados”	132
Quadro 16 - Descrição das unidades retóricas da carta-artigo	132
Quadro 17 - Comparação entre aspectos metodológicos padronizados e transgressivos	141

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. PRESSUPOSTOS EPISTÊMICOS	24
1.1 Modernidade/Colonialidade nas dimensões do ser, do poder e do saber: alguns apontamentos	24
1.2 A colonialidade no saber e na escrita acadêmica: legados do ocidentalismo e do eurocentrismo	37
1.3 Decolonialidade do saber e da escrita acadêmica: movimentos de insurgência	53
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	65
2.1 O estudo do gênero segundo Swales	65
2.1.1 Uma breve noção de gênero: da retórica aos estudos de Swales	65
2.1.2 A comunidade discursiva e suas reconfigurações	71
2.1.3 Os propósitos comunicativos	76
2.1.4 As unidades retóricas	78
2.1.5 O Modelo CARS	80
2.2 Padrão da organização retórica do gênero artigo científico	82
2.2.1 O funcionamento do gênero no campo acadêmico	83
2.2.2 Unidades retóricas típicas do gênero artigo científico	88
2.2.3 Classificação do gênero artigo científico	98
2.2.3 O artigo acadêmico em sua forma original: o papel da carta "científica" na comunicação científica	103
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	108
3.1 Corpus de análise	108
3.2 A comunidade discursiva da ABPN	111
3.3 Allan da Rosa: marcas identitárias/ corpo política na produção acadêmica	121
3.4.1 Análise das insurgências promovidas no texto	136
3.4.1.2 Insurgências na estruturação retórica	136
3.4.1.3 Insurgências na léxico-gramática	157
3.4.1.4 Insurgências no engajamento autoral	172
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	182

## INTRODUÇÃO

Quando criança, brincar de escolinha era uma das minhas atividades preferidas. Amava as letras grafadas no quadro negro e as tarefas que algumas vezes sobravam na escola e eu as levava para casa para brincar. Ainda me lembro do cheiro do álcool e dos borrões do carbono que marcavam as tarefas.

Na escola, as professoras que eu tive nunca me disseram se os textos que eu escrevia estavam errados, certos ou mesmo se eram interessantes. Acredito que elas não os liam, uma vez que muitos textos eram produzidos e entregues, mas poucos, ou quase nenhum, eram devolvidos ou lidos em sala de aula. Mas isso não importava, pois amava a ideia de contar sobre minha família, férias, brincadeiras e superações, já que muitas eram as dificuldades.

Escrever para mim não era problema, pois histórias para contar eram muitas. Com muito orgulho de ter trabalhado na roça desde pequeno para cuidar da família (pais, irmãos e bisavôs), meu pai sempre fez questão de contar a mim e ao meu irmão sobre a vida sofrida, mas honrada que tivera e também sobre os ensinamentos virtuosos que aprendera com os bisavôs. Não tão diferente da vida difícil do meu pai, minha mãe e os irmãos, devido à morte da minha avó e ao abandono parcial do meu avô, tiveram que trabalhar e estudar sob a tutela uns dos outros. Logo, minha mãe tinha muitas histórias para também contar: as brincadeiras, as tarefas da escola, os afazeres domésticos, as palmatórias dos professores e as surras dos irmãos mais velhos.

Coincidentemente, meus pais foram para São Paulo (meu pai saindo de Livramento de Nossa Senhora, na Bahia, e minha mãe, de Goiânia, Goiás) e lá se conheceram em meio aos trancos e barrancos de terem de buscar o pão de cada dia. As amizades, os lugares em que trabalharam, as dificuldades, os milagres, as mudanças que tiveram que fazer foram contados a mim. Assim, posso falar que, como muitas outras crianças, sou filha de contadores de casos, relatos, autobiografias, rezas, cantigas e que esses eram os gêneros textuais que faziam parte do meu repertório.

De uma forma intrínseca, a narração passou a ser a modalidade de escrita natural/familiar para mim, tanto na oralidade quanto na escrita. Consequentemente, as marcas de oralidades e de pessoalidade (autoria) sempre estiveram bem acentuadas no meu discurso. Isso me trouxe muitos problemas, principalmente no Ensino Médio, quando a modalidade expositiva me foi apresentada e não construída como tinha sido a modalidade narrativa. Já não era mais eu que escrevia, mas era alguém que não poderia aparecer no texto, era ele, ela, o outro, a outra,

que era na verdade eu mesma, só porque escondida. Não entendia, mas obedecia aos mestres professores que diziam que deveríamos escrever assim.

Quando cheguei à universidade, percebi que os professores tinham razão, e que mesmo sendo obediente e dedicada, eu ainda não sabia escrever do jeito certo para eu ter uma profissão. Assim, fazer uma graduação e uma pós-graduação *lato sensu* não foi fácil, mas me ajudou a ter o mesmo rigor na escrita com meus alunos em minha prática docente. O que não foi bom, pois percebia que - como era para mim - abandonar as experiências, o vocabulário e os conhecimentos era sofrível para meus alunos, os quais, em sua maioria, também não tinham / tiveram pais leitores de textos, mas leitores de mundo, e, portanto, o acesso a textos científicos/ modalidades expositivas sempre esteve distantes de seus cotidianos.

Não se pode negar, por exemplo, que os gêneros científicos são uma forma legitimada e silenciosa de esconder o preconceito e a injustiça que a academia faz ao separar o "joio do trigo", ou seja, seleciona o aluno "ideal" (aqueles que geralmente possuem condições socioeconômicas melhores) em detrimento daqueles que se encontram sem mesmas condições. Seja nos processos seletivos para adentrar à universidade ou seja nos exames de seleção dos programas de pós-graduação, a escrita é um instrumento separatista e excludente.

Por ser essa uma preocupação pessoal e profissional, acompanhar as dificuldades dos meus alunos em produzir um texto dissertativo-argumentativo em moldes eurocêntricos de escrita para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) ou outro processo seletivo, e posteriormente, gêneros científicos exigidos pela universidade, impelia-me a ajudá-los a buscar o rigor da escrita eurocentrada, por meio da impessoalidade, do vocabulário erudito, das citações de autoridade ou das teorias de alguma das áreas do conhecimento. Assim, mesmo percebendo que era preciso dar lugar às experiências de escritas, que se aproximassem do repertório da vida social e escolar desses alunos, sujeitava-me a cumprir o protocolo de regulação e normalização da escrita.

Diante desse contexto, minhas experiências pessoais e profissionais foram as motivações iniciais que me levaram a fazer parte do projeto macro "Decolonialidade e insurgências nas práticas discursivas acadêmicas: novos modos de produção, registro e mediação da escrita acadêmica" do professor e orientador Dr. Sóstenes Cezar de Lima. Pesquisar novos modos de produção, registro e mediação na comunidade discursiva acadêmica é para mim mostrar que há outras formas também válidas de narrar e registrar o conhecimento. E por isso é preciso desmistificar a racionalização eurocentrada, a qual tem se perpetuado há séculos como sendo o modo único e válido de fazer pesquisa e de registro.

Se sentir estrangeiro em seu próprio território linguístico parece que vem sendo uma das grandes consequências dessa visão porque apaga completamente nossas errantes existências linguísticas por não se encaixarem em um sistema pronto e acabado que vê a língua como um fato social, apenas no sentido de que é partilhada por uma comunidade específica (MUNIZ, 2016, p. 5).

Esse sistema pronto e acabado que revestiu a ciência e conseqüentemente a escrita acadêmica tem como características: o apagamento do pesquisador; o valor da objetivação que regula e autoriza o discurso científico; a exaltação dos resultados em detrimento dos processos e da problematização; a pureza linguística; e a racionalização das ideias. Essas são algumas características que formalizam a escrita acadêmica, a qual funciona como aparelho regulamentador de poder na construção da ciência eurocêntrica, de modo que o saber fosse restringido, sobretudo, a uma classe elitizada e dominadora.

Além disso, segundo Muniz (2016), “a construção da Ciência foi e é racializada”, ou seja, a ciência é uma episteme colonizadora. Paralelamente à exploração do trabalho escravo, a língua, os saberes, os inventos e a cultura não-colonizadora também sofreram uma classificação étnico-racial, a qual foi mensurada a partir da comparação com a Europa. Logo, esses continentes foram considerados pré-históricos em oposição ao Ocidente.

De acordo com Quijano (2005), Mignolo (2003, 2017) e Maldonado-Torres (2007), importantes precursores na América Latina, um mito foi criado a partir do “descobrimento” das Américas, em que as sociedades recém-descobertas ainda apresentavam um desenvolvimento social muito rudimentar, primitivo, principalmente quando se comparadas à Europa. Como consequência dessa narrativa, todos os procedimentos/conduas dessa gente (religião, cultura, língua, saberes) foram inferiorizados e desprezados.

Logo, todas as identidades não privilegiadas, que se deslocam do padrão hegemônico (o pobre, o negro, o homossexual, o índio e a mulher), têm suas marcas suprimidas e/ou reprimidas, principalmente no que tange aos modos de representação (formas discursivas) e aos modos retóricos (formas de linguagem) da ciência moderna, já que

A ciência moderna e, por sua vez, a ciência linguística que se ergueu nestes pilares segue apartando o sujeito da língua ou quando o admite, empreende todo o esforço de “domar a língua selvagem” (Anzaldúa, 2009) encontrando alguma categoria na qual o sistema possa absorvê-la (MUNIZ, 2016, p. 6).

Em vista disso, fica evidente que a escrita (hipônimo de língua) é instrumento de poder, exclusão, segregação (hooks, 2008) e os gêneros discursivos que circulam na academia (artigo, ensaio, dissertação, tese etc.) filtram e selecionam ainda mais os sujeitos que podem pesquisar.

Se não bastasse a barreira que a escrita desses gêneros representa, permanecer no campo acadêmico torna-se uma atividade desafiadora, para não se dizer em ameaçadora, uma vez que

as práticas - saberes procedimentais (rotinas, eventos, ritos) e saberes representacionais (disciplinar, teórico e prático) - que ali acontecem, exercem constantes regulações e normalizações de seus agentes.

Isso mostra que a ciência moderna se desenvolveu e se consolidou sob o efeito da colonialidade do saber<sup>1</sup>, a qual, conforme Castro-Gómez (2005, p. 84) afirma, tem a mesma matriz genética da colonialidade de poder. Assim, as universidades não só carregam paradigmas coloniais, mas ainda reforçam as ideologias ocidentais.

[...] Formação profissional [oferecida pela universidade], a pesquisa, os textos que circulam, as revistas que recebem a produção, os locais onde são realizados estudos de pós-graduação, os regimes de avaliação e reconhecimento da pessoa acadêmica, tudo aponta para a reprodução sistemática de uma visão do mundo a partir das perspectivas hegemônicas do Norte (LANDER, 2000, p. 65 - tradução minha<sup>2-3</sup>).

Dessa forma, a colonialidade do saber pode ser vista sob três aspectos: epistemológico, metodológico e discursivo (LIMA; LIMA, 2019). É fácil perceber que a democratização do ensino superior ocorre apenas na tessitura superficial da lei, a qual se distancia da prática em solos acadêmicos. A academia, como representação/ expressão máxima do ocidentalismo do saber, tem concebido a humanidade e, por vezes, seus ingressantes como “um todo homogêneo que habita deste lado da linha e, portanto, como totalmente sujeito à tensão entre regulação e emancipação” (SOUSA SANTOS, 2019, p. 14).

De acordo com Dias, Coroa e Lima (2018, p. 32), “não é mais possível pensar o conhecimento a partir de uma espécie de vácuo social [...]”, isto é, sem que se considerem os lugares de existência social, cultural e discursiva das pessoas. Assim, na tentativa de desvelar novas formas de produzir e registrar conhecimento, emergem movimentos insurgentes em diversas áreas do campo acadêmico e da escrita, seguindo uma proposta de decolonização.

Na tentativa de decolonizar a escrita, muitos pesquisadores ativistas da Decolonialidade, têm apresentado em seus trabalhos aspectos que se deslocam da regulação e da normatização da linguagem e da metodologia. Assim, tem se tornado crescente a circulação de textos científicos, que, em alguma de suas dimensões (modo retórico-estilístico, organização retórico-

<sup>1</sup> De acordo com Porto-Gonçalves (2005, p. 3), “a Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias”.

<sup>2</sup> Do original: [...] la formación profesional [que ofrece la universidad], la investigación, los textos que circulan, las revistas que se reciben, los lugares donde se realizan los posgrados, los regímenes de evaluación y reconocimiento de su personal académico, todo apunta hacia la sistemática reproducción de una mirada del mundo desde las perspectivas hegemónicas del Norte (LANDER, 2000, p. 65).

<sup>3</sup> Todas as traduções de citações de textos em outra língua são de responsabilidade minha.

composicional do gênero ou forma de mediação discursiva), transgridem os padrões da escrita acadêmica hegemônica.

Os gêneros se tornam legitimados a partir de propósitos comunicativos que repercutem os ideais (pautas políticas, crenças e valores) da comunidade em que estão inseridos. E é sob essa mesma perspectiva que os gêneros insurgentes refletem a razão de existir de suas comunidades. Desse modo, as insurgências passam a ser vistas não como um projeto acadêmico ou um “neométodo”, mas como uma ação interventiva / atitude, que nas palavras de Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 21) significará uma “rede planetária em favor da justiça, da igualdade e da diversidade acadêmica”.

Com a finalidade de compreender como esses movimentos insurgentes têm transgredido a escrita acadêmica, este estudo se propõe a analisar a organização retórico-estilística do texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo*, uma carta-artigo publicada na revista ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros).

Encontrar essa revista não foi difícil, pois, em relação aos estudos com foco em discussões sobre relações raciais e geridos pela população negra, poderíamos dizer que ela se destaca ao se mostrar atuante e já fortalecida no espaço de divulgação científica, possuindo vários indexadores, tais como: Latindex, Capes – Portal de Periódicos/Qualis (Brasil), REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (Espanha), DIADORIM – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (Brasil), INTERNATIONAL INSTITUTE OF ORGANIZED RESEARCH (I2OR), Google Scholar, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH Plus) e mais recente o Elektronische Zeitschriftenbibliothek e também o MIAR - Information Matrix for the Analysis of Journals.

A escolha do corpus para análise também não foi difícil, pois, ao consultar os textos presentes no caderno temático volume 10 “Letramentos de Reexistência” da revista, percebemos que a grande maioria destoava do cânone de produções. A cada artigo lido uma surpresa, fosse no estilo, no tema ou na composição. Não poderíamos deixar de citar aqui três: *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo* de Allan da Rosa, *Onde estão os negros na argentina?* de Denise Luciana de Fátima Braz e *Reexistência indígena na universidade estadual de ponta grossa: para além do acesso ao ensino superior* de Joel Anastácio, Renato Pereira e Letícia Fraga.

Mas, *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo* foi o que, além de ser mais diferente, me fez lembrar da minha ancestralidade (já anunciada), da ancestralidade do gênero artigo científico (que ainda discutiremos melhor) e também da ancestralidade retomada no

texto, que é evocada na figura de seu Ditinho (que também ainda será explicada). Esse tripé (meu passado, o passado do gênero e o passado retomado pelo texto), aliado aos aspectos inusitados do texto, foi determinante para a escolha desse material.

Já de imediato, encontramos a primeira insurgência que motivou este estudo: o fato de o artigo ser uma carta. A partir daí, muitas perguntas surgiram: Que gênero é esse? Uma carta ou um artigo científico? Quem o produziu? Por que ele é tão diferente? Como é o periódico em que o gênero foi publicado? Quais são os domínios políticos (pautas políticas) em que esse gênero está imerso?

Essas perguntas me impeliram a procurar meu orientador. Ele me respondeu que era eu quem deveria respondê-las com a pesquisa. Estavam ali as inquietações que me levaram a esse estudo, que tem como meta os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Analisar e compreender a organização retórico-estilística do texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo*, uma carta-artigo publicada na revista ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/ as Negros/ as).

Objetivos específicos:

1. Discutir os movimentos de insurgências na escrita acadêmica;
2. Analisar as insurgências nos modos retóricos (formas de linguagem) da carta-artigo.
3. Investigar a comunidade discursiva ABPN e os seus propósitos comunicativos.

Com os objetivos já anunciados/ expostos, partimos agora para a definição de alguns termos referentes ao material da pesquisa e aos pressupostos teórico-metodológicos.

No que diz respeito à nomenclatura dado ao texto, material de análise dessa pesquisa, optamos por denominá-lo de “Carta-artigo”. A escolha do primeiro termo dessa forma composicional é justificada pelo próprio autor, Allan da Rosa (2018), que apresentou o texto como “uma carta a um ancestral” e por realmente o texto apresentar um escopo de uma carta. Além disso, pensar o texto como uma carta nos fez lembrar que o gênero artigo científico foi originado das correspondências que eram trocadas entre os pesquisadores/estudiosos, principalmente no século XVI, de modo a fazer uma retomada das antigas cartas científicas, o gênero ancestral do artigo de pesquisa<sup>4</sup>. Esse fato nos ajudou a perceber que a escrita científica,

---

<sup>4</sup> De acordo com o dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, carta/correspondência se define por ser uma “comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva), por entidades coletivas, pessoas ou familiares.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 60). A partir desse conceito e do uso antigo desse objeto na disseminação e no desenvolvimento de estudos científicos, usaremos o termo “Carta científica” para nos referir às correspondências realizadas entre estudantes, professores / estudiosos, no século XVII. Mesmo que alguns autores, como McKie (1979) e Mendes (2017), nomeiem como “monografias ou dissertações epistolares”, nós adotaremos aqui o termo “Carta científica”.

quando ainda integrava uma prática social não institucionalizada, se encontrava na forma da narrativa em primeira pessoa, ou seja, usava uma forma de linguagem personalizada, subjetiva e marcada, que posteriormente passou a ser desprezada no âmbito acadêmico, mesmo tendo por meio dela alcançado e realizado inúmeras descobertas.

Já a escolha do segundo termo composicional da nomenclatura “carta-artigo” se justifica pelo fato de, além do texto ter sido reconhecido como um artigo científico pelo dossiê em que foi publicado, a comunidade o reconhece assim, por atender (mesmo que parcialmente) exigências normativas, tais como titularidade do autor e filiação a alguma instituição de ensino superior, ineditismo do texto, entre outras. Além do mais, se considerássemos o texto apenas como uma carta, estaríamos desconsiderando o fato de que o gênero artigo científico tem apresentado várias performatividades, necessitando, assim, de uma subclassificação, o que poderia muito explicar esse novo formato do gênero.

Optamos, então, por chamar o material do nosso estudo de “carta-artigo”, uma vez que apresenta essas duas faces, que ao mesmo tempo retoma o gênero na sua forma mais antiga, como também revela a multifacetada desse gênero. Para tanto, destinaremos uma seção com a finalidade de expor algumas reflexões sobre as cartas acadêmicas que antecederam os artigos científicos, e também uma outra para discutir as multifacetadas desse gênero.

O segundo esclarecimento a ser feito é em relação aos pressupostos teórico-metodológicos escolhidos, haja vista que essa pesquisa busca se inserir no quadro dos estudos decoloniais. Partindo do pressuposto de que “precisamos ser capazes de ver múltiplos sistemas de signos em operação, e sob negociação e contestação, em qualquer campo de significado” (ALCOFF, 2017, p. 46), adotaremos como pressupostos metodológico-analíticos, apesar das contundentes críticas que poderemos receber, as contribuições de John Swales (1990), linguista estadunidense, que tem sido tomado como referência em trabalhos sobre gêneros textuais. Adotar outros autores seria forjar uma falsa decolonização, em virtude de que uma gama grande de pesquisadores busca nele uma base inicial para seus estudos.

Não diríamos que essa escolha seja para seguir uma tradição normativa, mas ao contrário não se prender a nenhum “dogma” epistêmico. Estamos convictos de que uma abordagem metodológica pluriversal “não retira a legitimidade de nenhuma epistemologia porque opera numa matriz de pensamento fundamentada nas noções de policentro e polifonia, apostando na horizontalidade dos saberes e culturas, e não na verticalidade, que opera com as noções de superioridade e inferioridade” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 10).

Até porque não temos a intensão aqui de fazer comparativos e superlativos sejam de superioridade ou inferioridade entre os saberes, mas promover uma reflexão acerca do que foi

o colonialismo e conseqüentemente a colonialidade. Compreender a decolonialidade, como um movimento de afrontamento ao colonialismo e às colonialidades, segundo Rezende, Silvestre, Pessoa, Sabota, Silva e Souza (2020, p. 20) consiste em “um enfrentamento das ideologias coloniais (...) uma postura de enfrentamento que modifica a interpretação das teorias”. Nesse sentido, faremos aqui um caminho de idas e vindas. Apresentamos um capítulo destinado a fazer uma reflexão histórica sobre o processo e os efeitos do colonialismo e da colonialidade no Brasil, para então compreender a decolonialidade nas insurgências que foram encontradas no texto analisado e assim enfrentar o estilo e os movimentos retóricos/ composicionais coloniais que tem, por muito tempo, padronizado/ moldado o gênero artigo científico. Enfim, parafraseando as autoras citadas anteriormente, não sejamos essencialistas em dizer que somos decoloniais. Também, não queremos nos fazer sermos decoloniais, pois essa seria uma atitude às avessas do que é proposto, ou seja, uma atitude colonialista, já que de acordo com essas autoras, “querer decolonizar é uma postura colonial”, seja a língua, a metodologia ou qualquer outra dimensão do saber. Assim, assumimos com esse estudo um *desafio decolonial* (BORELLI, 2018) e entregamos aqui nossos *esforços decoloniais* (SILVESTRE, 2016).

Portanto, esta pesquisa pode oferecer contribuições científicas e teóricas aos estudos decoloniais, quanto aos estudos de tradição ocidental, ao apresentar análises empíricas de novos modos retórico-estilísticos de gêneros acadêmicos. Além disso, essas novas formas de conceber a escrita acadêmica poderão ajudar com a democratização do saber científico, de modo a desvelar e validar estilos e saberes outros, não-ocidentalizados.

Buscamos, assim, por meio da investigação das características linguísticas, organizacionais e contextuais desse novo formato de gênero acadêmico, contribuir para que a escrita acadêmica se aproxime, cada vez mais, das reais condições de produção em que os sujeitos estão circunscritos para se comunicarem.

A concepção de gênero discursivo adota neste estudo leva em consideração a situação concreta em que vivem as pessoas. Concebemos os gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados que refletem e refratam as condições e finalidades que cada esfera em seu interior elabora, em cada época e cultura (Bakhtin, 1979/2011, p. 280)”. Sob esse viés, consideramos que é por meio dos gêneros discursivos que um determinado campo e, respectivamente, sua comunidade discursiva se materializam, se mantêm e se propagam, pois suas convenções ultrapassam os limites textuais de elaboração na sua forma composicional, estilística e temática.

Dessa maneira, partimos do pressuposto de que o estudo de um gênero vai “além dos limites do léxico e da gramática, para abarcar o contexto social, o discurso e a ideologia [...]” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 351). Por esse motivo, optamos por escolher os desdobramentos

etimológicos e conceituais de Swales acerca do estudo de gêneros, por acreditar, por exemplo, que o conceito de comunidade discursiva, como categoria formativa do gênero, é uma categoria que amplia e ratifica as considerações de Bakhtin no que diz respeito ao contexto de produção (“condições e finalidades que cada esfera em seu interior elabora, em cada época e cultura”) de cada enunciado (gênero) no interior de uma comunidade.

Logo, este estudo propôs analisar a comunidade discursiva ABPN, da qual está partindo o gênero insurgente, como também dos propósitos comunicativos dessa comunidade, com atenção à revista e, em especial, ao número temático “Letramentos de Reexistência”, em que foi publicado o gênero carta-artigo.

A fim também de compreender por que o texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo* é um gênero insurgente na sua organização retórico-estilística (plano estrutural e linguístico), utilizarei o conceito de movimento retórico (SWALES, 1990) para explicar o modo como um texto apresenta uma série de regularidades composicionais. Essas regularidades composicionais estão, de alguma forma, associadas às expectativas e funções que um determinado gênero realiza nas práticas sociais e nas comunidades discursivas.

A dissertação contém os seguintes capítulos:

- a) Capítulo 1 – Pressupostos epistemológicos. É apresentada, nesse capítulo, uma discussão acerca do movimento decolonial Modernidade e Colonialidade (MC) e seus movimentos insurgentes nas perspectivas de Quijano (2005), Lander (2010), Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), Nascimento (2014), Mignolo (2003, 2007), Maldonado-Torres (2007), Sousa Santos (2019) entre outros. Ainda nesse capítulo, serão discutidas as concepções de escrita acadêmica, com enfoque especial ao gênero artigo científico.
- b) Capítulo 2 – Pressupostos metodológicos: Nesse capítulo são expostos os instrumentos de análise de gênero que abrangem os estudos dos propósitos comunicativos, da comunidade discursiva e dos movimentos retóricos, segundo os pressupostos da Análise Sociorretórica de Gênero (ASG), segundo Swales (1990, 2004) e seus intérpretes, tais como Motta-Roth e Hendges (2010), Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), Lima (2013), Costa (2015) e Bernardino e Valentim (2016).
- c) Capítulo 3 – Análise e discussão dos dados. Esse capítulo é iniciado com o reconhecimento da comunidade discursiva ABPN e de seus propósitos comunicativos. Posteriormente será apresentado o contexto de produção da carta-artigo em duas subseções, sendo a primeira “Allan da Rosa: marcas identitárias /

corpo política na produção acadêmica; e na segunda, serão apresentadas as insurgências que aparecem na carta-artigo.

# 1. PRESSUPOSTOS EPISTÊMICOS

## 1.1 Modernidade/Colonialidade nas dimensões do ser, do poder e do saber: alguns apontamentos

Uma menina e sua mãe passaram por uma estátua que retratava um homem europeu dominando um leão com as próprias mãos. A menina parou, olhou intrigada e disse: “Mamãe, alguma coisa está errada com esta estátua. Todo mundo sabe que um homem não seria capaz de dominar um leão”. A mãe lhe respondeu: “Mas querida, lembre-se de que foi o homem quem construiu a estátua (CANNON *apud* COLLINS, 2018).

Começamos este capítulo fazendo a reflexão sobre essa anedota com o intuito de refletir sobre a importância de quem conta ou escreve a história e assim compreender a história que nos é contada. Pois bem, os relatos que foram registrados, principalmente nos livros de História, como sendo a história oficial do “descobrimento” das colônias apresenta uma visão única, a do colonizador. Essa visão unívoca pode ser facilmente compreendida nas poucas linhas dessa historieta, bastam algumas indagações.

O contexto de produção dessa história impõe algumas perguntas: Será que, se fosse o leão e não o homem, o dono da história, os fatos seriam os mesmos? Acreditamos que não. E se o homem da história fosse um ameríndio? De certo, também não. E qual seria a intencionalidade discursiva dessa estátua? O que ela expressa? Podemos dizer que a estátua (homem europeu) expressa metonimicamente a Europa, a qual se tornou o centro do sistema-mundo, dominadora de todos os seres vivos ou não.

Considerada por ela mesma como berço da civilização, a Europa se configurou como uma unidade soberana a todas as outras e passou a criar em seu imaginário um protótipo sociocultural de civilização, o qual, grosso modo, tornou-se a episteme colonizadora e, conseqüentemente, da Modernidade. Sendo assim “a modernidade não é um desdobramento ontológico da história, mas a narrativa hegemônica da civilização ocidental” (MIGNOLO, 2017b, p. 25).

Compreender essa narrativa hegemônica se faz necessário para entendermos como esse imaginário (Occidentalismo) afetou e ainda afeta o mundo em todas as suas dimensões (social, política, econômica, epistêmica e cultural). Isso porque gerou binarismos/antíteses, ou melhor dizendo, verdadeiros paradoxos que se ergueram e que, mesmo após a “independência” das colônias, perduram até hoje nos modos de ser, pensar e viver dos povos colonizados, em especial da América Latina, a qual passou a ser, no século XVIII, a “filha” e “herdeira” da Europa (MIGNOLO, 2003, p. 138).

De acordo com Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), foi no século XVI que se iniciou o ocidentalismo, que consiste em um ideário dominante, legitimador da dominação e da exploração imperial. Nesse ideário, o europeu (homem branco, civilizado, falante e escrevente de latim, do grego e atualmente do inglês, francês, italiano, alemão, russo, português, espanhol (línguas faladas na Europa Ocidental) hétero e cristão) é o possuidor das competências para exercer a função de difundir a civilidade, já que “com base nesse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 17).

Surgem, a partir desse pensamento, duas “verdades” para os colonizadores. A primeira relacionada ao espaço geográfico, visto que uma linha racial é criada, separando a Europa de todos os outros continentes. E a segunda ligada ao tempo, em que a Europa se intitula berço da humanidade e do desenvolvimento, por considerar estar séculos mais avançada do que qualquer outra nação, em especial das recém-descobertas. A vista disso, o pensamento colonizador significou, na história:

[...] uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados [...] demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005, p. 118).

Esse modo de pensar que se instalou reforçou o pensamento de que havia civilizações primitivas e até, de certa forma, desumanas (reduzidas a animalização), as quais precisariam de passar por um grande processo de civilização para que pudessem se desenvolver e algum dia alcançar o grau de cidadãos. Dessa maneira, tudo aquilo que se opunha ao ideal europeu era taxado como inadequado, bárbaro, e, portanto, inaceitável. Esse pensamento, então, foi determinante para que um muro imaginário se levantasse entre dois mundos: a Europa (mãe/madrasta) e as colônias (filhas adotivas/enteadas).

Com a formação do círculo comercial do Atlântico, ainda no século XVI, Portugal e Espanha se lançaram nos oceanos em grandes expedições a fim de traçar novas rotas comerciais, bem como propagar o cristianismo e converter aqueles que ainda não eram cristãos. Nesses termos, podemos dizer que Portugal e Espanha eram embaixadores da Coroa, de Deus e da Ciência, possuidores da legitimidade para usurpar terras e tudo o que nela encontrassem (recursos naturais, animais e humanos).

Tanto os relatos de Cristóvão Colombo quanto os de Pedro Álvares Cabral ofereceram bases “à divisão ontológica que apontava a existência de distintas formas de humano no mundo”

(MALDONADO-TORRES, 2016, p. 83). Os nativos tinham formas de vida humanas despadronizadas do ideário europeu e, portanto, foram logo relegados ao campo do primitivismo.

Com a suposta “missão” de civilizar o selvagem, “gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 1). Essa hierarquização étnico-racial se tornou elemento fundante da Modernidade, a qual “começa a aparecer não somente como moderna frente a uma Antiguidade ou a uma Idade Média, mas como branca frente a uma zona que se identifica como não branca e parcialmente negra” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 92).

Sob esse outro é que se exerceu o “mito da modernidade” em que a civilização moderna se autodescreveu como a mais desenvolvida e superior e, por isso, com a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são nomeados como primitivos e atrasados (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 17-18, grifo do autor).

Associada à classificação racial dos povos em todo o mundo, essa nomeação mítica “produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo (QUIJANO, 2005, p. 127). Assim, a partir desse mito categórico de inferioridade, foram considerados bárbaros, arcaicos e primitivos todos os povos não-ocidentais, e por isso tanto os indígenas quanto os africanos foram assujeitados a adquirirem um novo corpo social. Assumir o corpo do colonizador (pais adotivos) consistia em assumir não só a língua, mas também a religião, os costumes, o pensamento e o ideal hegemônico. “Desta maneira, começava a se dar um imaginário civilizatório baseado em diferenças de tipo ontológico de acordo com as quais certas comunidades eram mais representativas do ideal humano do que outras” (MALDONADO -TORRES, 2016, p. 82).

Esse pensamento contribuiu para a aculturação<sup>5</sup> dos negros, os quais tiveram suas peles, ou pior, seu ser, revestidos de trajes brancos (religião, língua, cultura, conhecimento). Isso revela que a Modernidade ultrapassa os limites da colonização, visto que vai além da exploração do trabalho escravo, chegando a ser um processo de desumanização. A esse respeito, Castro-Gomez (2005, p. 80) afirma que “a modernidade é uma máquina geradora de alteridades que,

---

<sup>5</sup> A ideia de aculturação é problematizada por Walter Mignolo, devido à ideia de passividade ou mesmo de aceitação da cultura do outro em aspectos até de superioridade, e, portanto, em sentido unidirecional. Para se referir à heterogeneidade dos saberes, das culturas e dos povos, o autor propõe a ideia do pensamento limiar, de fronteira, bem como a ideia de gnose.

em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas”.

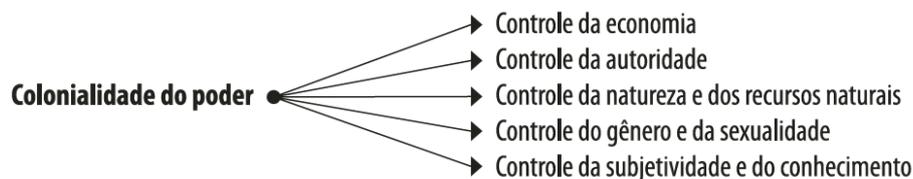
Quanto a isso, Maldonado-Torres (2016) afirma que a Modernidade tem como objetivo principal o fortalecimento e a expansão da linha secular e da linha de diferenças ontológicas. De forma indissociável, era na civilização dos “selvagens” (povos subalternizados) que os colonizadores mantinham e sustentavam a escravidão, sua naturalização e sua categorização racial. Processo esse que passa a introjetar nos corpos, nas mentes e na vida dos subalternizados uma lógica de inferioridade diante dos recém-chegados, ou seja, “um paradigma de valores fundamentados, notadamente, nos valores dominantes articulados pelo aparato cultural do colonizador” (NOVAIS REIS; ANDRADE, 2018, p. 5).

Por ultrapassar os limites semânticos da colonização (exploração da terra por meio do poderio bélico e econômico sobre as colônias), a Modernidade se constitui naquilo que Quijano (2005) irá chamar de Colonialidade de poder, a qual “em outras palavras, produz, avalia e administra a diferença colonial” (ALCOFF, 2017, p. 44).

A respeito dessa expressão, Alcoff (2017, p. 39) ainda irá dizer que, apropriando-se do conceito de Quijano, Mignolo “adotou a ideia de uma colonialidade de poder para se referir ao sistema que organizou a distribuição dos recursos epistêmicos, morais e estéticos de uma forma que tanto reflete como reproduz o império”.

De forma a reproduzir o império, a Modernidade se instaurou não só sob a colonialidade do poder, mas também a do ser e do saber, de modo que, para sobreviver, todos aqueles que se deslocam da matriz colonial de poder<sup>6</sup>, ou seja, do modelo ocidental, na tentativa de sobrevivência, submetem seus corpos, seu ser e seus conhecimentos a esse ideário dominante. Podemos dizer que a colonialidade do poder é a somatória de todas as outras colonialidades, pois nela estão imbricadas a colonialidade do ser e do saber, como também os domínios do espaço geográfico, dos recursos naturais e econômicos, da legitimidade e da política.

Figura 1- Colonialidade do poder



<sup>6</sup> Quijano referiu-se a esta complexa matriz de poder como colonialidade do poder. “Colonialidade do poder” é um modelo de poder especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção de conhecimento. (MALDONADO-TORRES, 2008, p.88).

Fonte: MIGNOLO *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 100

É, então, a partir desse tripé, fundado nos padrões hierárquicos e binários ocidentais e eurocêntricos - capacidades cognitivas putativas segundo Mignolo (2000b, p. 98 *apud* ALCOFF, 2017, p. 38) -, que a sociedade moderna passou a ser organizada. Economicamente foi estabelecido o salário na hierarquização do trabalho. Epistemicamente, as ciências sociais se encarregaram de disseminar os manuais, de forma a homogeneizar e restringir o conhecimento por meio do cientificismo e assim também categorizar o saber. E no intuito de estabelecer uma nova ordem mundial alicerçada nas disparidades do poder e do saber, os povos colonizados, se não bastasse a desapropriação de todos os seus bens materiais e imateriais, têm seus corpos explorados, travestidos e usurpados pelo corpo colonizador, instaurando um verdadeiro ontologicídeo, a colonialidade do ser.

Assim, “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada” (MIGNOLO, 2005, p. 75), se tornando indissociável, indissolúvel e, por conseguinte, fecunda para gerir o padrão mundial do poder capitalista que se tem na atualidade, uma vez que “no contexto de convergências de crises (econômica, ambiental, de representação política) sustenta a imposição de um determinado tipo de classificação social que opera nos planos materiais e subjetivos” (STRECK; MORETTI, 2013, p. 35).

Esse padrão mundial do poder capitalista, o qual normaliza e regula as sociedades atuais, está estruturado no monopólio da Matriz Colonial de Poder (MCP) que sustenta a modernidade/colonialidade em suas três dimensões: ser, poder e saber. Para melhor compreendemos essa organização, apresentamos o diagrama analítico da colonialidade abaixo.

Figura 2 - Analítica da Colonialidade



Nesse diagrama, o autor apresenta a subjetividade, ou seja, o próprio sujeito como ponto de intersecção das três colonialidades (poder, ser, saber). Sujeito esse visto como “um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 49). Nessa direção, podemos dizer que a colonialidade do ser antecede a colonialidade do saber e do poder, uma vez que, a lógica da modernidade/colonialidade é perpassada pela dupla colonização do tempo e do espaço, de modo que “a colonização do tempo foi criada pela invenção renascentista da Idade Média, e a colonização do espaço foi criada pela colonização e conquista do Novo Mundo (Dagenais, 2004)” (MIGNOLO, 2017a, p. 4). Logo, tanto a colônia quanto o colonizado foram inventados, apropriados, explorados e suprimidos por essa lógica reversa.

A colonialidade do ser envolve a introdução da lógica nas concepções e na experiência de tempo e espaço, bem como na subjetividade. A colonialidade do ser inclui a colonialidade da visão e dos demais sentidos, que são meios em virtude dos quais os sujeitos têm um senso de si e do seu mundo. Uma exploração da colonialidade do ser, portanto, requer uma averiguação da colonialidade do tempo e espaço, bem como da subjetividade, incluindo a colonialidade do ver, do sentir e do experimentar. A colonialidade do saber e a colonialidade do poder envolvem a mesma operação em relação aos elementos que as constituem (MALDONADO-TORRES, 2017, p. 50-51).

Para melhor compreender essas dimensões básicas da colonialidade, lançaremos um olhar para os *nós histórico-estruturais específicos*, discutidos por Mignolo (2017a), no texto *Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade*. Nele, o autor apresenta o conceito desses *nós históricos* a partir de uma perspectiva quijaniana que o define como formas binárias, ou seja, pares de itens divergentes, forjados a partir da MCP. Essa, por sua vez, é “uma estrutura lógica que sublinha a totalidade da civilização ocidental e como uma lógica administrativa que

agora já se estendeu para além dos atores que a criaram e administraram” (MIGNOLO, 2017, p. 9). Sob esse viés, surge a lógica da desigualdade nas dimensões social, econômica e cultural, que ultrapassa o projeto inicial de colonização, se tornando assim os desafios do século XXI.

Antes mesmo de pensar em solucionar os problemas da desigualdade no tempo presente, é preciso compreender que

A matriz colonial é construída e opera sobre uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos, ligados pela “/” (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/ regras coloniais e o centro/as periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2007, p. 10).

Fundada nesses nós históricos, a questão da desigualdade gerada pelo capitalismo só existe devido ao ser colonizado, que, além de ter sido dominado, foi condicionado a pensar, agir e se sentir como ser inferior que precisa se ajustar ao padrão hegemônico para ter qualquer tipo de ascensão. Mas, mesmo se adequando a esse sistema dominante e rompendo com as disparidades de muitos dos nós, o ser colonizado, na maioria das vezes, não consegue ocupar os espaços que são exclusivos para os brancos, e, portanto, não conseguindo romper com o racismo em todas as suas dimensões (epistemológico, linguístico, cultural, institucional).

Sendo assim, a MCP é nada mais que a colonialidade nas suas três dimensões: ser, poder e saber, cujo centro / ponto de intersecção é “o sujeito colonizado” ou “um condenado<sup>7</sup>” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 51). Essas dimensões operam “em uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos e interconectados, que são atravessados por diferenças coloniais e imperiais e pela lógica subjacente que assegura essas conexões: a lógica da colonialidade” (MIGNOLO, 2017a, p. 10). Nós esses que até hoje asseveram a subalternização econômica, social, cultural, linguística, epistêmica da maioria da população a uma ordem mundial minoritária.

Mignolo (2017a) apresenta esses nós a partir da diferença colonial e imperial listada por Grosfoguel (2008), os quais serão mostrados por meio do quadro abaixo.

---

<sup>7</sup> Os condenados são os sujeitos que são localizados fora do espaço e do tempo humanos, o que significa, por exemplo, que eles são descobertos junto com suas terras em vez de terem o potencial para descobrirem algo ou de representarem um empecilho para a conquista de seu território. Os condenados não podem assumir a posição de produtores do conhecimento, e a eles é dito que não possuem objetividade. Do mesmo modo, os condenados são representados em formas que os fazem rejeitarem, enquanto mantidos abaixo das dinâmicas usuais de acumulação e exploração, podem apenas aspirar ascender na estrutura de poder pelos modos de assimilação que não nunca são inteiramente exitosos. A colonialidade do poder, ser e saber objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 50).

Quadro 1 - Nós históricos-estruturais

<b>COLONIALIDADE DO PODER</b>
Formação racial/ global. Ex.: Brancos/Negros
Formação particular de classe global. Ex.: Colonizador/ colonizado ou Patrão/Empregado
Divisão internacional do trabalho. Ex.: Centro/periferia
Um sistema interestatal de organizações político-militares.
<b>COLONIALIDADE DO SER</b>
Hierarquia racial/ étnica-global. Ex.: Europeu/ Não-europeu
Hierarquia espiritual/ religiosa. Ex.: Cristão/Não-Cristão
Hierarquia cultural / estética. Ex.: Belo/ Feio (Não belo)
Uma concepção particular do “sujeito moderno” – fonte de racismo
<b>COLONIALIDADE DO SABER</b>
Hierarquia epistêmica. Ex.: o conhecimento e a cosmologia ocidentais em detrimento dos conhecimentos e das cosmologias não ocidentais
Hierarquia linguística. Ex.: línguas europeias e as línguas não europeias
Hierarquia cultural / estética Ex.: Belo/ Feio (Não belo)

Fonte: Quadro inspirado em Mignolo (2017, p. 1-17)

Esses nós binários sustentam fortemente o capitalismo e, conseqüentemente, a desigualdade colonial, visto que

[...] o capitalismo opera mediante uma lógica étnico racial, subsidiando um paradigma completamente novo de império, a saber, a “colonialidade do poder”, que promove uma classificação social mediante os aspectos culturais de controle e domínio dos povos outrora subalternizados pelo colonialismo (REIS; ANDRADE, 2018, p. 5, grifo do autor).

Portanto, a MCP (episteme colonizadora), estabelecida sob o crivo de modernidade é responsável pelo desenvolvimento do capitalismo e da industrialização; pelo estabelecimento de Estados-Nações; e pelo crescimento de disparidades no sistema-mundo (OYĚWÙMÍ, 2004).

Assim, o capitalismo, sistema econômico vigente, bem como os outros anteriores a ele (escravidão, feudalismo, mercantilismo) foram regimes criados e impostos pelos colonos para a manutenção e abastecimento do mercado mundial. Para Quijano (2005), são três os motivos desse sistema, bem como dos outros de outrora, pertencerem a essa mesma Matriz Colonial de Poder (lógica étnico racial).

Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. [...] Em terceiro lugar, e como consequência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais (QUIJANO, 2005, p. 108).

Mesmo após a “independência” econômica e política, muitos países da América e do Oriente continuam sendo territórios de subsistência de produção para a Europa, de modo que o excedente se torna mercadoria de abastecimento e de lucro para os europeus. Por isso a

afirmação provocativa de Quijano (2005): Enquanto a Europa é a mente, as Américas são os braços e pernas que sustentam o corpo/ a máquina do capitalismo.

Essa metáfora de Quijano (2005) é tão concreta quando pensamos, por exemplo, como o Ocidente se tornou uma superpotência do mercado mundial. A exploração do ouro nas colônias permitiu que os países que hoje formam o Extremo e Médio Oriente ficassem em desvantagem economicamente em relação aos brancos do Ocidente.

Esse marco contribuiu para que o mentor europeu, por meio do controle do trabalho, de recursos e de produtos, inaugurasse a curto prazo um “novo” sistema econômico no mundo, uma nova ordem mundial fundada e sustentada agora no capital/ capitalismo. Novas nomenclaturas para velhos hábitos, visto que “as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho” (QUIJANO, 2005, p. 108).

A colonialidade continuou a controlar o trabalho. A antiga ordem mundial se sustentava no trabalho não-remunerado, ou seja, na escravidão. Já a “nova ordem mundial” se concentra no trabalho assalariado, ou seja no capital, o qual “era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos” (QUIJANO, 2005, p. 110). Essa “nova” forma de economia deu continuidade à hierarquização racial do trabalho, determinando o lugar de cada país e de cada pessoa no mundo, como também a destinação e a forma de consumo dos recursos e produtos.

Nesse novo sistema chamado capitalismo, todos os recursos eram destinados à Europa e os bens ali gerados permaneciam ali mesmo. Os cargos de mais prestígio social e salarial, fossem dentro ou fora do continente europeu, estavam designados a serem exercidos pelos europeus. Não demorou para que fosse percebido que o resultado disso foi uma organização social e econômica que em nada mudou para os não-europeus, posto que esse “novo” controle contribuiu para que a Europa e os europeus permanecessem no topo econômico, racial, cultural e social na escala mundial.

Com a Europa no centro do capitalismo mundial, os mesmos ideais da colonização continuam em voga, mas agora não só revestidos pelo mito da Modernidade, mas também sob a ilusão do capitalismo e da ideia de independência das “ex-colônias”, as quais ainda permanecem subalternizadas pelas relações de poder colonialistas.

Em contrapartida, um novo padrão de poder foi estabelecido e com ele uma nova configuração geopolítica (ideológica, cultural, intelectual, intersubjetiva, linguística, social), cujas “experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental” (QUIJANO,

2005, p. 110). Essa reorganização colonial em vestes capitalistas promoveu, entre europeus e não-europeus, a ideia de que somente os brancos eram dignos do trabalho pago, por serem esses mais civilizados.

Essa crença contribuiu para que, ainda hoje, a divisão do trabalho e, conseqüentemente, do capital se estructurem nesse modelo categórico, em que o corpo colonizado seja relegado ao submundo do trabalho, do viver e do saber. É muito comum, até hoje, jornais notificarem a vida que levam os imigrantes ameríndios e orientais nos países nórdicos. Geralmente, esses têm seus corpos violados e violentados pela falta de cidadania e, por conseguinte, de direitos, muitas vezes, sem acesso a serviços essenciais.

Nas “ex-colônias”, por sua vez, a realidade não é distinta, pois o processo de mestiçagem fez com que os novos corpos (pardos e oliváceos, por exemplo) assumissem, mas não como os brancos, alguns cargos assalariados, de modo que, mais uma vez, principalmente os negros, fossem relegados ao trabalho escravo.

Se não bastassem as divisões étnico-raciais do trabalho, “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 107) gerou também certas identidades, geridas pelo discurso colonial, em que

[...] o corpo colonizado foi visto como corpo destituído de vontade, subjetividade, pronto para servir e destituído de voz (hooks, 1995). Corpos destituídos de alma, em que o homem colonizado foi reduzido a mão de obra, enquanto a mulher colonizada tornou-se objeto de uma economia de prazer e do desejo. Mediante a razão colonial, o corpo do sujeito colonizado foi fixado em certas identidades (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 20).

As novas identidades, criadas e marcadas pela colonização, não assumiram, em momento algum, a participação na apropriação e gestão da terra e de seus recursos, mesmo sendo de fato, os verdadeiros proprietários. A mulher negra foi reduzida a objetificação de trabalho doméstico e de prazer, servindo a ama na casa, e o amo na cama. Enquanto o homem negro era destinado ao trabalho, a assumir os crimes e a cumprir as penalidades que outrora eram dos homens brancos. Na atualidade, essas identidades foram sendo disseminadas e com elas os estereótipos: o operário, o feiticeiro, o curandeiro, o bandido, o traficante, a prostituta, a doméstica, o trombadinha, o mendigo, em suma: os favelados, que na voz de Frantz Fanon (2008) são chamados de *damné* ou, de os condenados da terra.

Tais identidades estereotipadas produziram negativamente:

[...] uma barreira invisível universal, que tolhia qualquer redefinição rápida da imagem do “negro”, que facilitasse a transição do trabalho escravo para o trabalho

livre e acelerasse pelo menos a proletarização do “homem de cor” (FERNANDES, 2014, p. 165, grifo do autor).

Essa estereotipação, relacionada à colonialidade do ser que, segundo Maldonado-Torres (2008, p. 96), é o “processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades” e à colonialidade do poder, promove a coisificação do corpo<sup>8</sup> do colonizado, principalmente o de matriz africana, de modo a violentá-lo com a finalidade de ser instrumento de trabalho, transporte, prazer, experimento, extermínio.

Já a submissão cultural dos colonos aos moldes europeus primeiramente partiu da doença da inferioridade que foi disseminada pelo colonizador, a qual “produziu a ideia de povos como incapazes de pensar e de construir história, tornando essa um privilégio exclusivo da modernidade europeia” (LEDA, 2014, p. 121). Incapacitados de construir histórias e de terem suas histórias construídas, coube ao povo colonizado aderir às práticas de branqueamento disseminadas pelo colonizador e assim sobreviver à doença da inferioridade. Desse modo, “para se constituírem atores históricos, esses povos colonizados deveriam permitir serem subsumidos às perspectivas de vida, de conhecimento, de economia, de religião, modeladas no seio da Europa” (LEDA, 2014, p. 121).

Esse anseio antropofágico de assimilar a cultura europeia gerou o mito da isonomia nas mentes dos colonizados. Estes pensavam que, se se revestissem do corpo colonizador, gozariam dos mesmos benefícios. Assim,

todo povo colonizado - isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural - toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será (FANON, 2008, p. 34).

Nessa visão, a humanidade e, por vezes, seus ingressantes foram considerados como “um todo homogêneo que habita deste lado da linha<sup>9</sup> e, portanto, como totalmente sujeito à tensão entre regulação e emancipação” (SOUSA SANTOS, 2019, p. 14) e entre também os espaços que seus corpos poderiam ou não ocupar.

<sup>8</sup> Não nos referimos aqui ao corpo biológico, apesar deste também sofrer intervenções/ violências, mas ao corpo ideológico, psicológico, afetivo, ou seja, a um corpo subjetivo/ simbólico.

<sup>9</sup> Segundo Boaventura de Sousa, “Linha abissal é a ideia basilar que subjaz às epistemologias do sul. Marca a divisão radical entre formas de sociabilidade metropolitana e formas de sociabilidade colonial que caracterizou o mundo ocidental moderno desde o século XV. Essa divisão cria dois mundos de dominação, o metropolitano e o colonial, dois mundos que, mesmo sendo gêmeos, se apresentam como incomensuráveis” (SOUSA SANTOS, 2019, p. 42-43).

Atrelado ao mito da modernidade, foi também propagado o mito do conhecimento universal, o qual criou linhas abissais na produção do conhecimento, semelhantemente àquelas no meio de produção e do trabalho. Esse pensamento fez com que a ecologia de culturas, saberes, identidades fossem reduzidas a essa episteme unilateral advinda do colonizador, de modo a impor um conhecimento único, soberano e universal a todos os outros, invalidando e invisibilizando os saberes periféricos e tudo aquilo que se destoa dessa lógica.

A universalização do conhecimento foi percebida como um precioso e duradouro instrumento para sustentar o poderio das nações europeias. Assim, de acordo com Quijano (2005, p. 110), “[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”.

Cientes de que o conhecimento é a arma mais eficiente na disputa e na conservação da hegemonia, os colonizadores não tardaram em promover “a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores” (OYĚWŪMÍ, 2004, p. 1). Logo, “a identidade, a racionalidade e a própria humanidade dos povos do ‘Novo Mundo’ foram colocados em audiência e julgados pelo júri de seus conquistadores” (ZEA, 1988- 89, p. 36), os quais influenciados pelos gregos “definiram o projeto da epistemologia através da divisão da *doxa* (opinião ou mera crença) da episteme (crença justificada)” (ALCOFF, 2017, p. 52).

Julgados, condenados e relegados como seres inferiores, os povos conquistados tiveram seus conhecimentos taxados de mito, superstição. É instituída assim a colonialidade do saber, a qual “se mantém e é atualizada no privilégio de uma perspectiva eurocêntrica de produção do conhecimento – racialmente hierarquizada – que elimina outras racionalidades e outras formas de conhecimento” (WASH *apud* SOUZA; NASCIMENTO, 2018).

De acordo com Gnecco (2009), esse tipo de colonialidade, talvez a mais violenta das três, ocorreu por um processo canibalístico ou antropofágico, na medida em que a nação imperial não só impôs sua cultura, mas engoliu, suprimiu e devastou com a do outro, principalmente ao impor o idioma. E como resultado dessa colonialidade, tivemos, além dos vários genocídios (violência física), a violência simbólica por meio da castração epistemológica, chamada de violência epistêmica ou epistemicídio.

Esse termo é decorrente da negação de alteridades que foi estabelecida no e pelo imaginário europeu. Como portadores e defensores da civilização e da evolução social da humanidade, a Europa e, por conseguinte, o Ocidente se autoafirmaram como protótipo cultural da humanidade (MENAFRA, 2007). A partir daí, todas as outras epistemes passaram a ser

desprezadas e relegadas ao campo das crendices. Todos os povos que dispunham de saberes outros, que se destoavam do modelo civilizatório hegemônico, passaram a sofrer práticas violentas de castração de sua tradição cultural (símbolos, conhecimentos, língua, arte, práticas e ritos).

Como depositário da civilidade e do progresso, ou seja, da modernidade, o Ocidente passou a disciplinar e a controlar o corpo/ ser e o tempo a fim de “criar um perfil de subjetividade adequado às novas relações de produção” (MENAFRA, 2007, p. 67). Sob esse mesmo jugo, a ciência foi concebida e desenvolvida, apta a praticar uma violência epistêmica, que silencia, apaga, distorce as cosmovisões (outros conhecimentos e visões de mundo) dos colonizados, de modo que seu universo simbólico não seja nunca mais o mesmo. As metanarrativas acerca do “descobrimento” até hoje produzem na mente dos não-brancos uma alienação salvífica, pois para muitos, sem a intervenção europeia, o Brasil ainda seria uma aldeia selvagem.

Por fim, ao falarmos de Modernidade, estamos certos de que não se trata de um paradigma de "liberdade", "fraternidade" e "igualdade". Mas, de um paradigma em que a modernidade permanece fundada na colonialidade, sendo essas faces de uma mesma moeda, de um sistema único, hegemônico, que ainda normalizam e regulamentam as relações sociais nas suas três dimensões: ser, poder e saber.

É um engano pensar que o prefixo “pós”, acrescido ao termo “colonial”, significa um contexto posterior e, conseqüentemente, diferente do anterior, ou seja, um contexto de independência, pois “ao contrário, os conflitos de poder e os regimes de poder-saber continuaram e continuam nas chamadas nações pós-coloniais” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 15). Assim, mesmo após a independência política, os países latino-americanos ainda vivem sob a colonialidade, uma vez que o legado da hierarquização racial e conseqüentemente os binarismos que foram criados fizeram com que a colonialidade persista ainda hoje.

Como herança do colonialismo e das colonialidades para a Modernidade, está a tão velha e recorrente prática da ‘domesticação dos dominados’, que “atua ao mesmo tempo de forma violenta e na maioria das vezes deliberadamente presente na representação do lugar e não lugar que o corpo negro deve ocupar” (QUIJANO, 2005, p. 117), ou melhor, do corpo não-ocidentalizado.

Compreender o lugar de ocupação do corpo colonizado se torna pertinente para entender por que o campo acadêmico é até hoje branqueado e por que o seu regimento de funcionamento é colonizante. Esse campo e, conseqüentemente, a produção do conhecimento (representações,

procedimentos, comportamentos e rituais) estão perpassados pela colonialidade e suas dimensões, de modo que o saber se torna um monopólio do colonizador.

## **1.2 A colonialidade no saber e na escrita acadêmica: legados do ocidentalismo e do eurocentrismo**

A lógica da racialização do ser, que foi instaurada no século XVI com o Ocidentalismo, alcançou dimensões ontológicas e epistêmicas no Novo Mundo (as Américas). Ontologicamente, o corpo colonizado foi submetido a agir e a se transvestir do corpo branco; e epistemologicamente, a falar, rezar e pensar como o colonizador. São duas ações coloniais que têm como objetivo básico afirmar o privilégio enunciativo do ser europeu. Segundo Mignolo (2017), esse privilégio enunciativo está ancorado na afirmação da superioridade das línguas europeias. Desse modo, a racialização do ser implicava:

[...] classificar como inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias do pensamento do Renascimento e a Ilustração europeias (MIGNOLO, 2017, p. 17-18).

Com essa finalidade, os padres Jesuítas da Companhia de Jesus foram trazidos para o Brasil, em 1549. Imbuídos do mito civilizatório e com a missão de catequizar os índios, iniciou-se o extermínio do nativismo pindorâmico. Sem tardar, foi preciso que os indígenas adquirissem a língua do colonizador para aprenderem sua doutrina. Se não bastassem os inúmeros homicídios, foi estabelecido também um duplo epistemicídio: as mortes das línguas e das religiões indígenas.

De acordo com Mignolo (2003, p. 633), “a ‘ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais’ em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento”. Apartar os colonizados de suas línguas, foi submetê-los a uma eterna escravidão intelectual, cultural e ontológica.

Considerando que “as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser” (MIGNOLO, 2003, p. 633). Isso mostra que a episteme colonizadora foi calcada no seguinte tripé: etnocentrismo, logocentrismo e fonocentrismo, resultando nesses

três tipos de colonialidades. De certa forma, essas colonialidades são indivisíveis e oriundas da colonização, que por sua vez

[...] diz respeito à coisificação dos corpos colonizados, ao ter suas “culturas espezinhas, [...] instituições minadas, [...] terras confiscadas, [...] religiões assassinadas, [...] magnificências artísticas aniquiladas, [...] extraordinárias possibilidades suprimidas” (CÉSAIRE, 2000, p. 42). A colonização de seus corpos foi responsável por arrancá-los de seus deuses, de suas terras, de seus hábitos, isto é, de suas vidas (STREVA, 2016, p. 23-24).

Poderíamos assim dizer, não de forma exaustiva, que principalmente os primeiros anos de colonização do Brasil serviram para que os portugueses expropriassem os nativos de suas terras e bens (recursos naturais e descobrimentos culturais), de modo a favorecer o desenvolvimento do capitalismo e da Europa, a qual se tornou a detentora do poder (colonialidade do poder).

Mas de modo a ampliar o projeto de colonização e dar continuidade à exploração, os colonizadores adotaram, como prática para despojar a força do trabalho indígena, o genocídio passivo (disseminação de doenças) e ativo (privação de liberdade, tortura, seguido de homicídio). Então, logo depois de extraírem o pau brasil, a exploração continuou, com as mãos de obra indígenas e africanas destinadas aos engenhos, às minas e aos latifúndios. Segundo Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 6), “sem o ouro e a prata da América, sem a ocupação de suas terras para o plantio da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e tantas outras especiarias, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não se faria nem moderna, nem centro do mundo”.

Junto à exploração material, veio também a imposição epistêmica que se intensificou e se sistematizou, após os 50 anos da chegada dos colonizadores, com a vinda dos jesuítas. Sem tardar, outras práticas violentas foram surgindo, como o epistemicídio e o ontologicídio, decorrentes consecutivamente, da colonialidade do saber e do ser. O primeiro caso ocorreu com a des-historização dos povos ameríndios, em que os colonizadores amordaçaram, como puderam, “as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade” (QUIJANO, 2005, p. 111).

O segundo caso, de forma concomitante com o primeiro, consistiu no fato de os colonos obrigarem os expatriados “a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa” (QUIJANO, 2005, p. 111). Desse modo, o ontologicídio ocorreu por meio da aculturação.

Logo, podemos dizer que a colonialidade do saber e do ser surgiram a partir das epistemes dominantes<sup>10</sup>, as quais passaram a operar por meio de um padrão “de análise de carências, atrasos e entraves resultantes do primitivismo e tradicionalismo de todas as outras sociedades colonizadas, que foram transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas e pré-modernas” (NASCIMENTO, 2014, p. 271).

Essa episteme colonizadora, representou os povos originários e os povos negros como corpos sem alma, sem cérebro / razão, sem sentimentos, sem histórias, sem dor, sem desejo, sem direito à vida e à liberdade. Considerados tábulas rasas, essas pessoas foram enchidas apenas com aquilo que fosse, de uma maneira ou de outra, beneficiar seus tiranos. Parafrazeando Quijano (2005), enquanto o Ocidente era e ainda é a mente, o não-ocidente é visto como o corpo, como as pernas e os braços para trabalhar, os seios para amamentar, as genitálias para divertir, o objeto a ser pesquisado ou para servir de cobaia em experimentos.

De modo a alcançar sua soberania, o ocidentalismo se tornou mais que uma filosofia de vida, se tornou uma verdadeira ciência, método eficaz para desbravar mentes, corpos, terras, culturas, visto que “é constituída por uma série de discursos sistemáticos, regulares e repetidos que não toleram epistemologias alternativas e procuram negar a alteridade e subjetividade de outros de uma forma que perpetua a opressão de seu conhecimento e justifica sua dominação” (TIRADO, 2009, p. 5). Enfim, a violência física não foi pior que a violência epistêmica.

A entronização do ocidentalismo, paradigma epistemológico do imaginário dominante do sistema mundial moderno, nas mentes dos dominados foi uma ação efetiva para a desconstrução dos saberes locais, visto que instalou a racionalidade científica como sendo um paradigma universal.

Nesse paradigma epistemológico, o lugar de produção do saber se torna oculto, pois, ao universalizar uma forma de conhecimento, faz desaparecer seu lugar geo-histórico originário. Assim, de maneira absolutamente descontextualizada, as noções, conceitos e perspectivas ocidentais foram introduzidos nas mais diversas culturas, obrigando-as a coadunar suas formas de intervenção no real a uma estrutura lógica abstrata que lhes é estranha (LEDA, 2014, p. 116).

A racionalidade científica ganha notoriedade com o Iluminismo (1715 - 1789), manifestação cultural que ocorreu na Inglaterra, Holanda e França. Marcado pela exaltação do método e do reducionismo, esse pensamento sistematizou-se a fim de combater todo o

---

<sup>10</sup> De acordo com Tirado (2009, p. 5), epistemes dominantes são estruturas hegemônicas que estão ligadas ao poder e que se apresentam como algo evidente para seus portadores, mesmo quando são construções de caráter social e histórico produzido em contextos de dominação.

obscurantismo e ignorância intelectual, cultural, política, social e econômica da Idade Média, a qual estava embebida pelas superstições e mitos ligados a valores espirituais, não cristãos.

Desse modo, criou-se um novo método científico, o qual foi rapidamente disseminado às outras ciências, cuja razão “deixou de ser a soma de ‘ideias inatas’, anteriores a toda a experiência, que nos revela a essência absoluta das coisas” (CASSIRER, 1992, p. 32), visto que para o Iluminismo

a razão define-se muito menos como uma possessão do que como uma forma de aquisição. Ela não é o erário, a tesouraria do espírito, onde a verdade é depositada como uma moeda sonante, mas o poder original e primitivo que nos leva a descobrir, a estabelecer e a consolidar a verdade. Essa operação de assegurar-se da verdade constitui o germe e a condição necessária de toda a certeza verificável (CASSIRER, 1992, p. 32).

Sem tardar, essa lógica de dominação, pautada no racionalismo, adquiriu especificidades ao longo da história, em especial, europeia. Até hoje, a ciência apresenta um arcabouço procedimental que afasta as epistemes e as descobertas deslocadas desse pensamento hegemônico, as quais, sob esse olhar, não são

[...] examinadas em si mesmas e por si mesmas; são utilizadas e postas à prova em uma pesquisa inseparavelmente teórica e empírica que, a propósito de um objeto bem situado no espaço e no tempo, [...] mobiliza uma pluralidade de modelos quantitativos e qualitativos, estatísticos e etnográficos, macrosociológicos e microsociológicos [...] de observação e de avaliação (BOURDIEU, 1996, p. 14).

O discurso eurocêntrico fez com que se instaurasse um modelo único de sociedade, tendo o racionalismo como força motriz geradora da modernidade, uma vez que a “razão é o ponto de encontro e o centro de expansão do século, a expressão de todos os seus desejos, de todos os seus esforços, de seu querer e de suas realizações” (CASSIRER, 1992, p. 22).

A busca pela razão se tornou um ideal após dois sucessivos períodos: O Renascimento e o Iluminismo, os quais propuseram o afastamento ou mesmo a ruptura com a fé, ao propor a construção de um novo homem puramente materialista e racionalista. Ao ocupar o centro das ciências, da cultura e da sociedade, a verdade já não está em Deus, mas no próprio homem com sua capacidade de análises, apoiada no método racional e científico. O antropocentrismo, como nova forma de pensar a existência e a condição humana, confere ao homem, a inteligência e a liberdade para realizar suas ações e intervenções no mundo. A racionalidade é tida puramente imanente à ciência, distinta de qualquer empreendimento anterior intelectual.

O século XVIII está impregnado de fé na unidade e imutabilidade da razão. A razão é una e idêntica para todo o indivíduo -pensante, para toda a nação, toda a época, toda a cultura. De todas as variações dos dogmas religiosos, das máximas e convicções morais, das ideias e dos julgamentos teóricos, destaca-se um conteúdo firme e

imutável, consistente, e sua unidade e sua consistência são justamente a expressão da essência própria da razão (CASSIRER, 1992, p. 22).

Para o homem moderno, a razão é infalível. A razão do homem dá a ele essa infalibilidade, já que o seu querer se sobrepõe às limitações físicas. Por isso, na modernidade, o conhecimento passa, então, a ser uma obra humana, estruturado no seguinte pensamento cartesiano “Eu penso: eu existo” / “Penso: logo existo”, cerne da filosofia cartesiana, a qual

tem exercido grande influência nos projetos ocidentalizados de produção de conhecimento. A pretensão de uma “não localização” da filosofia de Descartes, um conhecimento “não situado” inaugurou o mito da egopolítica do conhecimento, um “Eu” que assume produzir conhecimento de um não lugar. Como afirma o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez (2003), a filosofia cartesiana assume a epistemologia do ponto zero, ou seja, um ponto de vista que não assume a si mesmo como ponto de vista. A importância de René Descartes para a epistemologia ocidentalizada pode ser percebida 370 anos depois: as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento (GROSFUGUEL, 2016, p. 30, grifos do autor).

Com o processo de racionalização (movimento cuja razão é o instrumento para se obter a verdade), a Ciência passou a assumir uma neutralidade linguística/discursiva, afastando e ignorando todos os traços de diversidade étnica, social e política entre os povos. A partir dessa concepção, foi instaurado, no centro da filosofia cartesiana, o fenômeno chamado de “hybris do ponto zero”. Pensa-se o conhecimento fundado em uma metalinguagem universal, inata, pura, sem machas, sem rasuras, sem as imperfeições das línguas particulares ou dos dialetos, ou seja, das línguas naturais. Essa universalização dos seres, saberes e viveres promoveu uma desistoricização ao planeta, reduzindo-o a uma lógica unívoca, já que

O “ponto zero” é um ponto de partida de observação, supostamente neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se “como a mais perfeita de todas as linguagens humanas” e que reflete “a mais pura estrutura universal da razão” (Castro-Gómez, 2005c, p. 14). A lógica do “ponto zero” é eurocentrada e “presume a totalização da gnose ocidental, fundada no grego, no latim e nas seis línguas modernas imperiais europeias” (MIGNOLO, 2007b, p. 29) (BALLESTRIN, 2013, p.104).

Desse modo, a racionalização do saber científico (discursos, ações e procedimentos) fez com que a outras formas de conhecimento fossem subjugadas ao campo do mito ou das tradições (NASCIMENTO, 2014; MIGNOLO, 2011). Logo, a Ciência (dimensão do saber) e, por conseguinte, o discurso acadêmico foram concebidos e revestidos pelo pensamento eurocêntrico, que, segundo Ballestrin (2013), é formado por universalismo etnocêntrico, eurocentrismo teórico, nacionalismo metodológico, positivismo epistemológico e neoliberalismo científico.

De acordo, então, com esse fenômeno, a produção do conhecimento não é situada e por isso requer uma linguagem científica que se localize em um plano metafísico (das ideias), dado que

[...] não tem um lugar específico no mapa, é uma plataforma neutra de observação a partir da qual o mundo pode ser nomeado em sua essencialidade. Produzida/Advinda não mais da vida cotidiana (Lebenswelt), mas de um ponto zero de observação, a linguagem científica é vista, pelo Iluminismo, como a mais perfeita de todas as línguas humanas, pois reflete, mais puramente, a estrutura universal da razão (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 14).

Assim, a linguagem científica passa a ser desinteressada, não-situada, descorporificada/impessoal, neutra/imparcial. Por meio dela, os filósofos e os estudiosos assumiriam a posição de Deus (onipresente, onisciente e onipotente), de modo que tudo vê, tudo pode, tudo sabe, tudo conhece, mas sem intervir, visto que “se trata de uma representação em que ‘homens iluminados’ se definem como observadores neutros e imparciais da realidade” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 27). A adoção da *hybris do ponto zero* como prática absoluta na produção do conhecimento contribui para que uma fronteira de legitimação fosse criada. Para os sábios/ doutores da lei, “instituir é, ao mesmo tempo, localizar-se no ponto zero e ter o poder de representar e construir uma determinada visão de mundo alegadamente universal e a única, reconhecida como legítima” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 249).

A partir dessa visão, todos os outros saberes e modos de vida foram rechaçados ao campo da fantasia ou das crenças populares. Isso fez com que o conhecimento fosse gerado e nutrido por uma episteme que “hierarquiza, subalterniza e silencia a pluralidade de epistemologias existente no mundo, assim como institui performaticamente, ao mesmo tempo em que hierarquiza as identidades e subjetividades dos sujeitos colonizados” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 249). Nesse sentido, os europeus foram elevados ao status de deuses e a Europa, por sua vez, ao de Monte Olimpo, enquanto todo o resto do mundo foi relegado a viver como mortal, sujeito às vicissitudes da vida. Um resto, quase que maioria, que se desloca da raça branca europeia, sobretudo, por “uma ‘linha de cor’, (...) entre o mundo europeu tipicamente aludido pela categoria de humanitas e pelas humanidades e o mundo de comunidades colonizadas e desumanizadas tipicamente aludidas com o conceito de anthropos” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 76).

Essa visão afetou em especial o conhecimento, mas também exerceu forte “controle econômico e social sobre o mundo”. Segundo Castro-Gomez (2005, p. 27), possuir o “ponto zero”, ou seja, alcançar esse status “equivale a ter o poder de instituir, representar, construir uma visão sobre o mundo social e natural reconhecido como legítimo e endossado pelo Estado”.

Por conseguinte, foi dado ao campo acadêmico um lugar de notoriedade, haja vista seu papel de operar sobre as vidas humanas em todas as suas dimensões.

Segundo Quijano (2005, p. 9), “a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado”. Assim, no campo do saber, a produção do conhecimento se tornou mina/capital/monopólio de lucro, prestígio e poder, de modo que os saberes locais, que se deslocam da episteme colonizadora, não encontram espaço para o seu desenvolvimento e muito menos reconhecimento, visto que “os atores e as instituições que construíam o jogo também estabeleciam suas regras, sobre as quais as lutas para o poder decisório se desdobrariam” (MIGNOLO, 2007, p. 5). Sendo assim, “o discurso eurocêntrico tem um substrato ideológico comum ao discurso colonialista, imperialista e racista” (MATA, 2014, p. 34).

Semelhantemente à organização hierárquica do trabalho, a produção e distribuição do conhecimento está vinculada ao capital, de forma que “ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal força produtiva” (ANTUNES, 2002, p. 123). A serviço do capital, a ciência passa a ser um campo também de disputas das elites burguesas, de forma a contribuir para estratificação do trabalho e da sociedade. Assim, “ela interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca do seu mecanismo” (ANTUNES, 2002, p. 123), tornando-o cada vez mais exclusivo e concentrado nas superpotências ocidentais, na produção de recursos materiais e imateriais.

De modo a alcançar a supremacia de todos os campos (social, político, econômico, científico e cultural), “esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 18). A “superioridade” das sociedades modernas ocidentais em detrimento a todas as outras, impelia as ciências sociais e humanas que enxergassem as colônias como objetos de estudos empíricos, e não produtora de conhecimento.

De acordo com Lander,

O conjunto de separações sobre as quais está sustentada essa noção do caráter objetivo e universal do conhecimento científico está articulado com as separações que estabelecem os conhecimentos sociais entre a sociedade moderna e o restante das culturas. Com as ciências sociais dá-se o processo de cientifização da sociedade liberal, sua objetivação e universalização e, portanto, sua naturalização. O acesso à ciência, e a relação entre ciência e verdade em todas as disciplinas, estabelece uma diferença radical entre as sociedades modernas ocidentais e o restante do mundo (LANDER, 2005, p. 14).

A sociedade liberal e sua cientifização decorrem do movimento iluminista que impôs e naturalizou a hierarquização do conhecimento e das sociedades, ao assumir que uns são superiores a outros. O reconhecimento da hegemonia científica e ocidental, como modelo de organização social, favoreceu a imposição do liberalismo sobre as outras formas de organização. Acerca disso, Leda (2014, p. 116) afirma que “as ciências sociais se tornam o mecanismo de cientifização da sociedade liberal, convertendo as categorias, noções e conceitos desenvolvidas para a compreensão desta, como modelos universais para a descrição e classificação de qualquer realidade”. Essas serviram de laboratórios para avaliar e, conseqüentemente, diagnosticar todas as sociedades não-europeias, nas suas variadas dimensões, como deficientes, desnutridas, doentes e até mesmo moribundas. Para tanto, usaram-se, como principal método, a comparação, uma vez que empregaram a Europa como modelo para mensurar os outros continentes. E com as ciências sociais conseguiram “naturalizar e universalizar as regiões ontológicas da cosmovisão liberal que servem de base a suas constrações disciplinares” (LEDA, 2014, p. 116).

A criação e a disseminação de manuais, como por exemplo o de Carreño, nos diferentes países, tornaram uma boa estratégia para fortalecer o padrão cultural europeu, proveniente do eurocentrismo, para domesticar e, cada vez mais, classificar populações.

As primeiras edições do manual de Carreño ocorrem na França e na Inglaterra. Mas com o passar do tempo, essas foram disseminadas para outros países, pois suas lições cabiam a qualquer cidadão, independentemente de sua nacionalidade. Por ser direcionados a lugares comuns, como família, ambiente de trabalho, clube, escolas e demais locais de socialização, os manuais tiveram uma boa aceitação, sobretudo pelas instituições e pela burguesia que zelavam pela “ordem” e os bons costumes europeus.

Em síntese:

Os manuais foram escritos para ser-se “bom cidadão”; para formar parte da civitas, do espaço legal que habitam os sujeitos epistemológicos, morais e estéticos de que necessita a modernidade. Por isso, o manual de Carreño adverte que “sem a observância destas regras, mais ou menos perfeitas, segundo o grau de civilização de cada país [...] não haverá meio de cultivar a sociabilidade, que é o princípio da conservação e do progresso dos povos e da existência de toda sociedade bem ordenada” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 82, grifo do autor).

A finalidade de se aplicar esses manuais a todos, independentemente de classe, gênero e idade, era a de tornar as relações entre patrão e empregado menos conflituosas. Ensinavam-se as crianças a serem obedientes às autoridades, os trabalhadores a serem bons empregados (eficientes, respeitosos, submissos, higiênicos) e as mulheres a serem boas esposas e mães. Ou

seja, uma sociedade bem ordenada e formada para cumprir bem o papel que era designado a cada um.

A criação de manuais, assim como a de leis, foi rapidamente vista como necessária nos diferentes campos sociais. Disciplinar os corpos e as mentes da população e ordenar as atividades/práticas se tornavam anseios de todas as instituições que zelavam pela produtividade e pelo progresso. Em se tratando do campo acadêmico, as Ciências Sociais se incumbiram de criar e disseminar manuais e protocolos científicos que têm por função “regulamentar a sujeição dos instintos, o controle sobre os movimentos do corpo, a domesticação de todo tipo de sensibilidade considerada como ‘bárbara’ (GONZÁLEZ STEPHAN, 1995 *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 82). Podemos dizer, que a função principal desses manuais e protocolos, na produção do saber, é a de assegurar a obediência epistêmica eurocêntrica.

Nesses termos, todos os participantes, todas as práticas e todos os procedimentos do referido campo sempre estarão “sofrendo regulações e normalizações de forma a padronizar a ciência, os sujeitos epistêmicos, a escrita, os ritos e até mesmo as ideologias” (MATA, 2014, p. 34). Os manuais certificaram e ainda certificam essa dependência acadêmica, a qual ocorre no campo da investigação, do ensino, da produção, da circulação, da publicação e da recepção do conhecimento.

Assim, a colonialidade que se instalou no saber determinou o modelo de universidade que se tem na Modernidade por meio dos manuais, a qual é “representativa no cenário da perpetuação da colonialidade do saber, visto que, ao longo dos séculos, tem difundido padrões eurocêntricos, que marcam as formas de produção do conhecimento” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 250).

Podemos dizer, então, que estão presentes nos manuais, a normalização e a regulação, idealizadas pelo pensamento racional e estabelecidas no modo de se fazer ciência, o qual foi propagado na e pela universidade. Dessa maneira, a racionalidade dos métodos, dos comportamentos representacionais e procedimentais, dos ritos, da produção dos gêneros e da escrita nas universidades são assegurados nos/pelos manuais, o quais se tornam instrumentos inquestionáveis para se legitimar o conhecimento científico, o qual, segundo Lima e Lima (2019), se desenvolveu sob três dimensões: epistemológica, metodológica e discursiva.

Entre essas formas de colonialidade no saber, poderíamos dizer que a língua, na sua forma escrita, é a que mais carrega o cerne da colonização. A escrita acadêmica, por exemplo, é um dos instrumentos mais utilizados para praticar o epistemicídio, uma vez que, para que o conhecimento seja legitimado, o discurso na modalidade escrita se torna essencial tanto para

adentrar quanto para permanecer no campo. Assim, a escrita acadêmica funciona como aparelho regulamentador de poder e de opressão na construção do saber científico.

De acordo com Pan e Litenski (2018, p. 528), “tal compreensão resulta de uma forma de conceber a escrita enquanto um código, meio neutro de registro e transferência do conhecimento, cujo domínio depende do desenvolvimento cognitivo individual (Pan, 2006)”, ou seja, da hybris do ponto zero.

Com o fito de garantir a universalidade científica, a escrita acadêmica, por exemplo, passa a ser alvo de vigilância tanto pelos professores e pesquisadores quanto pelas empresas de publicação. Em relação a isso, Souza e Nascimento (2018) apresentam um levantamento do patrulhamento ideológico que se instalou na escrita por meio dos manuais de produção acadêmica. A primeira observação é a respeito da soberania do conhecimento científico em relação a todos os outros, já que esses são validados pelos métodos, visto que “objetos ou fenômenos podem ser observados tanto pelos cientistas como por pessoas ‘leigas’, mas o que caracteriza o conhecimento científico é justamente a forma de observação” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 255). Nessa toada, os autores ainda apontam para “a sistematização coerente de enunciados fundamentados e passíveis de verificação” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 255), evitando assim subjetividades e garantindo a “objetividade (verdade sintática)” e “a racionalidade (verdade semântica)”; o dogmatismo do cânone; e por último, a “linguagem técnica (cognoscitiva e racional), que preza a impessoalidade, simplicidade, imparcialidade” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 258), a qual passar a ser chamada de a “higiene linguística”.

Desse jeito, os manuais se tornam os vigilantes da racionalidade no campo acadêmico, ao zelar pelo controle dos recursos linguísticos e metodológicos, que legitimam a colonialidade na escrita acadêmica. Esta, por sua vez, promove tanto uma violência simbólica, exercida pelos membros mais antigos da academia em relação aos novos; quanto uma violência epistêmica, invalidando qualquer descoberta, visto que a não adequada apropriação da linguagem acadêmica impedirá que os saberes outros (locais, subalternizados) sejam reconhecidos.

Usados como dispositivos de poder, os discursos que perpassam os manuais

[...] apontam para a naturalização de uma ordem hierárquica racial, conseqüentemente ontológica, cultural e epistemológica, no qual o domínio de certas práticas de letramento e a autoridade para usá-las no contexto acadêmico é ainda critério válido de classificação de grupos culturalmente diferentes (NASCIMENTO, 2014, p. 270).

Assim, ao adotarem os manuais na prática pedagógica, a universidade reproduz a colonialidade ao estratificar o conhecimento, e conseqüentemente, seus agentes, de modo que

todos aqueles que foram subalternizados tiveram não só seus corpos inferiorizados e submetidos ao trabalho braçal, mas tiveram suas ideias, línguas e culturas inferiorizadas e marginalizadas. Nesse sentido, as universidades tornam-se “espaços sociais onde as culturas se encontram, se chocam e se enfrentam, normalmente em contextos de relações de poder altamente assimétricas” (PRATT, 2011, p. 34).

Sob esse efeito, o domínio da escrita é elemento fundante para que se produza conhecimento científico e se mantenha sua exclusividade. A escrita, baseada em lei e exemplarmente governada, “desempenhou um papel central na determinação de quais culturas tinham ‘escrita’ e quais eram consideradas pré-letradas, e, assim, não civilizadas” (ALCOFF, 2017, p. 52). Possuir grafemas foi um dos critérios que classificou as línguas como superiores e inferiores, tornando-se, portanto, uma questão, ao mesmo tempo, política e de dominação. As sociedades que não possuíam grafemas não estavam aptas a se comunicarem, já que eram vistas como seres sem-linguagem (incapazes de entender) ou comunicadores simples (estabeleciam uma comunicação básica/elementar), o que favoreceu a colonização também da linguagem (VERONELLI, 2021).

De acordo com Souza e Nascimento (2018, p. 261), “a escrita, desse modo, funciona historicamente como dispositivo de poder que trabalha em prol da exclusão”. Logo, “apenas” adquirir a língua do colonizador não foi suficiente para que os povos conquistados alcançassem notoriedade social e participação da vida pública. Primeiramente a língua e posteriormente a escrita passaram a ser “instrumento de poder, exclusão, segregação” (hooks, 2008).

Para LARROSA (2003, p. 102), “os dispositivos de controle do saber são também dispositivos de controle da linguagem e da nossa relação com a linguagem, quer dizer, das nossas práticas de ler e escrever, de falar e escutar”. Sob essa afirmativa, podemos inferir que a escrita acadêmica se torna instrumento de controle que regula, direta ou indiretamente, toda a produção do saber. Esse instrumento de poder determina quem tem legitimidade para falar, pensar e decidir. Assim, na disputa pelo saber-poder, a escrita se torna reserva de mercado, mais valia, de modo que sua democratização é medida de desvalorização do capital simbólico (prestígio), capital cultural (saber), capital social (ascensão/hierarquia) e conseqüentemente, do capital econômico (valorização do conhecimento)<sup>11</sup>.

De acordo com a noção de campo proposta por Bourdieu (2011), dentro do macrocampo social, existem microcampos, os quais funcionam sob as mesmas regras. Tal funcionamento

---

<sup>11</sup> Aqui faço uma alusão aos tipos de capitais teorizados por Pierre Bourdieu, sem fazer uma referência direta, já que os direciono para o funcionamento e os possíveis interesses do campo acadêmico.

consiste em um espaço estruturado de poder simbólico, cujos participantes competem pelo monopólio de um capital. Mesmo ocupando lugares assimétricos, os membros jogam por meio das mesmas regras, o que dificulta a aquisição do capital, independentemente de qual seja.

Sob essa perspectiva, no campo acadêmico, o poder simbólico consiste na produção do conhecimento e na busca por notoriedade, por conseguinte, a luta simbólica é determinar o que é ou não conhecimento científico; como também determinar os valores procedimentais e representacionais, ou seja, seu *habitus* (*capital cultural incorporado*), que para Bourdieu (1996), significa a regulação e normatização do pensar, do sentir e do agir, de modo a subsidiar o capital, que, no caso desse campo, é o saber.

Poderíamos assim dizer que a bola do jogo acadêmico é a escrita, e que cada gol é um trabalho acadêmico (gênero produzido). As regras, por sua vez, refletem o *habitus* desse campo, o qual está fundamentado primeiramente pelo Ocidentalismo e posteriormente pelo Eurocentrismo. Logo, o elitismo, a erudição, a pureza linguística (norma padrão), o racionalismo, o racialismo, o patriarcado são características fundantes desse campo, as quais dificultam a entrada de novos membros e de suas permanências nesse espaço. Além disso, os exames de seleção e de aprovação para se graduar, nesse campo, são extremamente rígidos, mensurativos, seletivos e estratificantes. Para tanto, os árbitros podem ser tanto internos, membros mais antigos (professores, coordenadores, diretores/reitores) e externos (revisores, pareceristas dos periódicos, ou órgãos de controle (CAPES<sup>12</sup> e CNPQ<sup>13</sup>).

Segundo Mignolo (2005, 2017), uma das consequências dessa geopolítica do conhecimento é impossibilitar que o conhecimento se gere a partir de outras fontes. Então, é na perspectiva de zelar pela “genuinidade” e pela raridade desse capital, uma das estratégias metodológicas é a anulação autoral, visto que todos os gêneros científicos, com mais ou menos intensidade, são suportes para reproduzir o conhecimento geopolítico marcado, por meio da fundamentação teórica, que repercutem as vozes daqueles nomes cujos trabalhos contêm e mantêm o cerne/*ethos* hegemônico. Dessa forma, como em uma atividade esportiva, literalmente um jogo, os jogadores mais antigos passam ocupar os cargos de treinadores, comentaristas, analistas, de modo a manter a tradição e evitar as insurgências.

---

<sup>12</sup> De acordo com Wikipédia, a “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros”.

<sup>13</sup> Segundo o Wikipédia, o “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (até 1974 Conselho Nacional de Pesquisas, cuja sigla, CNPq, se manteve) é uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para incentivo à pesquisa no Brasil”.

Quanto a isso, Beigel (2013, p. 119) aponta que “o nível de citação de artigos produzidos, na América Latina em relação a outras regiões, mostra o peso crescente que as referências norte-americanas e europeias tiveram na última década no topo do sistema de publicação do tipo IS”. Torna-se visível que, cada vez mais, o ser colonizado está para servir e carregar o colonizador. Em acréscimo, além de adotar, incorporar e disseminar o saber colonial, os “ex-colonos” se submetem a escrever, muitas vezes, em língua ocidentais modernas e imperiais (espanhol, inglês, francês, alemão, português ou italiano) com seus corpos (MIGNOLO, 2017, p. 21). É notório, então, que a Europa possui “um lócus privilegiado de enunciação, que, mesmo após o fim do período colonial, permaneceu favorecendo aspectos da cultura europeia em detrimento de outras referências de vida” (LEDA, 2014, p. 102).

Tal como o futebol, o campo acadêmico se torna uma atividade rentável. Para tanto, algumas medidas foram imprescindíveis, tais como: “a ‘universalização’ da bibliometria como ferramenta de avaliação da ciência, a mercantilização do conhecimento científico e a concentração de capital acadêmico em determinados polos” (BEIGEL, 2013, p 112). Isso mostra que a academia estabelece uma estrutura desigual ao instituir o “sistema de indexação das publicações acadêmicas”, o qual

[...] foi construído a partir de processos de comercialização e especialização, dois fenômenos que impactaram a "universalização" dos critérios e que repercutiram diretamente no estabelecimento de hierarquias no sistema acadêmico mundial. O primeiro está relacionado à aliança entre os sistemas bibliométricos e a área editorial especializada. É uma forma de mercantilização do mundo acadêmico já apontada por Pierre Bourdieu, uma vez que a maioria dos periódicos principais está associada a grandes editoras e empresas de divulgação científica que operam por trás do ISI, do índice Ulrich ou do banco de dados SCOPUS (BEIGEL, 2013, p 120, grifo do autor).

A exemplo disso, segundo Beigel (2013), foi criado, desde a década de 90, o índice bibliométrico Thomson Reuters (ISI-Web of Science), que é um sistema desenvolvido com a finalidade de universalizar, a partir de critérios, toda a produção científica mundial. Assim, “as avaliações das publicações científicas, o credenciamento universitário e a promoção de pesquisadores de comunidades periféricas são atualmente realizadas com base nesses critérios” (BEIGEL, 2013, p. 115). De modo a garantir a evasão das produções periféricas, o pesquisador subalternizado se encontra repellido primeiramente por seus pares (professores, orientadores, coordenadores), e posteriormente pelo sistema-mundo.

Como resultado desse processo, a universalização da academia ocorre mediante o engessamento das práticas de leitura e de escrita, visto que toda produção é uma reprodução daquilo que já está posto, verdades universais. Assim, a existência desse círculo vicioso, corrobora para o racismo, que

[...] em suma, indica um conjunto de preconceitos naturais que estão estruturalmente inseridos, constantemente, em um paradigma epistemológico, cultural e social. As bases mentais e os aspectos psicológicos deste paradigma são transformados em uma força epistemológica dominante que exerce violência epistêmica contra o outro negando antecipadamente qualquer encontro genuíno com aquele que é considerado irreconciliavelmente diferente (TIRADO, 2009, p. 183).

Sob essa ótica, a universidade promove o racismo institucional, já que estabelece normas e padrões que discriminam línguas e saberes outros. Nesse sentido, o pesquisador subalternizado ou qualquer outro “ser-colonizado emerge quando poder e pensamento se tornam mecanismos de exclusão” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 89). Pan e Litenski (2018, p. 528), apoiando em Marinho (2010), ressaltam que “as práticas de leitura e de escrita na universidade possuem características específicas desse contexto de utilização, o qual afeta os processos de identificação desse grupo, bem como as formas de organizarem seus valores e conhecimentos”. Essas práticas se tornam instrumentos de cerceamento e de exclusão, usados diariamente no contexto acadêmico.

E é nessas práticas que ocorrem o racismo institucional, em que, é possível, ver ainda professores, coordenadores e arguidores humilharem todos aqueles que não conseguem apresentar os resultados desejados, ou seja, não conseguem jogar o jogo por desconhecerem suas regras, visto que “a ciência organizada é o lugar dos controles, o lugar das bancas, dos tribunais, das avaliações, das hierarquias, e excluem com um “aparente elogio de ‘interessante’ ou ‘sugestivo’ o que não está ajustado ao padrão de consenso” (LARROSA, 2003, p. 107). Desse modo, os *homo academicus* vem construindo suas críticas a partir daqueles que sofreram o “sentenciamento da história” – dominação, exploração, preconceito (LEDA, 2014, p. 103), ou seja, dos jogadores que não conseguem ter destaque, por se encontrarem à margem do sistema econômico.

Diante dessa realidade, Sousa Santos (2019) apresenta 22 questões problematizadoras referentes à colonialidade do saber, as quais se tornam verdadeiros desafios para as Epistemologias do Sul. Entre esses desafios, que segundo o autor são epistemológicos, conceituais e analíticos, o “problema da oralidade e da escrita” é questionado e exposto por meio da seguinte pergunta: “como desmonumentalizar o conhecimento escrito e promover a autoria?” (SOUSA SANTOS, 2019, p. 37). Conhecimento esse que se tornou um verdadeiro monumento (capital simbólico) para o campo acadêmico e um amuleto para os agentes desse campo. A escrita acadêmica apesar de desejada por muitos, se torna inalcançável para maioria, devido a sua rigidez e sua fixidez fundadas na gramática da norma culta e nos manuais de normas técnicas, que servem para, sobretudo, sistematizar e homogeneizar processos de cunho acadêmico, ou não, e, assim eliminar a complexidade de estilos, métodos e epistemes. Sendo

assim, o conhecimento escrito, em geral, e o conhecimento científico, em particular, são conhecimentos monumentais. Por serem monumentais, são fatalmente desadequados para dialogar ou conversar com outros conhecimentos, um objetivo que subjaz ao conceito de epistemologias do Sul enquanto tal. Daí a tarefa metodológica da desmonumentalização (SOUSA SANTOS, 2019, p. 37).

Essa desmonumentalização, de certa forma, se torna quase que uma utopia, visto que “nas Américas, os indígenas e os africanos não estão representados de forma equitativa nem na administração das instituições de poder, nem na cultura ou na produção do conhecimento, entre muitas outras áreas” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 77). Assim, tudo a que se têm acesso foi criado pelo e para o colonizador, cuja razão "pretende resguardar a arte como uma reserva de irracionalidade, identificando conhecimento com ciência organizada e excluindo como impuro tudo o que não se submeta a essa antítese" (ADORNO *apud* LARROSA, 2003, p. 106).

Fica explícito que a comunidade acadêmica, por meio da regulação e da normalização da linguagem, pelos membros mais experientes, impõe na produção do saber, “um certificado de competência administrativa, para que ele não transgrida a cultura oficial ao ultrapassar as fronteiras culturalmente demarcadas” (ADORNO *apud* LARROSA, 2003, p. 107). Se torna comum, em solo acadêmico, problematizar o método (certificado) em detrimento da escrita, de modo que “a imagem dogmática do conhecimento e do pensamento oculta que o que fazemos na maior parte do tempo é ler e escrever” (ADORNO *apud* LARROSA, 2003, p. 108). Mas essas ações quase nunca são expressas de forma involuntária em solos acadêmicos.

Quanto a isso, LARROSA (2003, p. 9) chama a atenção para a questão da ambiguidade que se encontra na sentença “liberdade de expressão”, a qual pode designar “expressar livremente ideias e pensamentos e, também, a liberdade no âmbito da própria expressão, no modo de escrita”. Nesse último sentido, pode-se inferir que, no espaço acadêmico, essa liberdade é limitada, visto que a forma de expressar é determinada pelo código principal desse campo, que é a escrita acadêmica. Como forma de expressão dessa comunidade, a escrita, “é o espaço de disciplina da expressão, o espaço onde a disciplina do espírito - o dizer o que há para dizer - está disciplinado no dizer como tem que ser dito, como Deus manda” (LARROSA, 2003, p. 109).

Não ter liberdade no âmbito da própria expressão iguala, de certo modo, o pesquisador ao operário da fábrica, o qual é

[...] esmagado pela divisão do trabalho e pela necessidade de produzir para o mercado. O especialista – escreve Nietzsche – é semelhante ao trabalhador da fábrica, que durante toda a sua vida não fez outra coisa que senão determinado parafuso para um

determinado utensílio, no que sem dúvida tem uma incrível maestria, porém já não está em condições de ler por prazer (LARROSA, 2003, p. 110).

Não só ler por prazer, mas também escrever e pensar por prazer. Ações que se tornam inalcançáveis, devido às pesquisas que precisam atender às demandas políticas, sociais e econômicas exigidas pelos órgãos de fomento de produção científica ou simplesmente para ser e estar vinculadas à projetos macros, à periódicos ou à suas comunidades discursivas, ou seja às práticas de mercadização do conhecimento.

Em alusão ainda aos modos de produção capitalista, podemos associar a escrita acadêmica aos meios de produção desse sistema, de modo que esta está sob o domínio de uma classe dominante (burguesa, logocêntrica, etnocêntrica e fonocêntrica). Movida por lucros que garantem o monopólio do saber, os agentes secundários e terciários dessa “indústria”, sem ter a posse desse meio, passam a ser agentes assalariados, de modo a receberem de acordo com suas produções (ensaios, resenhas, artigos, dissertações, teses) em pequena ou grande escala. Essas produções que farão com que o campo obtenha o seu capital social, econômico e simbólico.

Acerca dessa metáfora, LARROSA (2003, p. 110, grifo do autor) diz que

[...] a organização do espaço acadêmico – sob o modelo do trabalho – é uma tendência crescente, incontrolável e que ninguém discute. Discute-se a forma de avaliação do trabalho universitário, a forma de incrementar a produtividade ou competitividade de professores e alunos, o que fazer para que os alunos se evadam menos, o que fazer para que as pessoas trabalhem mais, como tomar mais rentável o que se faz, como responder melhor às demandas do Capital e do Estado (isso que agora se chama de "demanda social"). Porém, pensar tudo o que fazemos sob o modelo do trabalho, o modo de trabalho, é um pressuposto não discutido, no que coincidem a esquerda e a direita, os progressistas e os conservadores, os cientistas e os humanistas, todos os setores universitários.

A partir dessa reflexão, percebemos que a produção do conhecimento em si, hierarquicamente falando, não ocupa o topo do sistema de produção. Esse é engessado de modo a não prejudicar a mercantilização dos produtos desse campo, que são os gêneros do discurso (artigos, ensaios, materiais didáticos, teses, dissertações, resenhas e outros). As preocupações primordiais são a de atender a demanda do mercado e, portanto, é comum a produção seguir tendências. Indubitavelmente, essas tendências (métodos e teorias) advêm do Ocidente, depois de quase terem se esgotado por lá. De forma retardatária, as colônias passam a aplicá-las em sua produção, geralmente como forma de reprodução. Enfim, as nações colonizadas sempre estarão atrasadas e dependentes dos aparatos hegemônicos, de modo que “o método é o grande aparelho de controle do discurso, tanto na ciência organizada como na filosofia sistemática” (LARROSA, 2003. p. 111-112).

Em decorrência disso, LARROSA (2003, p. 112) afirma que “o método tem a forma de uma estrada ou via férrea que ignora a terra”. Ignorar a terra, seus habitantes e suas especificidades foi e ainda é uma prática hegemônica. Desegemonizar a terra colonizada e tudo o que nela há tem se tornando pauta de muitos movimentos: Movimento negro, Feminismo negro, Movimento antirracista, Movimento ambientalista, Movimento dos trabalhadores rurais/sem-terra. Dentre esses, elegemos um, em especial, que contribuirá para compreender as insurgências que têm emergido no campo epistemológico, a saber: os estudos decoloniais, dos quais acreditamos estarem partindo as fissuras e rupturas linguísticas contrárias ao padrão hegemônico do pensamento, uma vez que

[...] não há revolta intelectual que não seja também, de alguma forma, uma revolta linguística, uma revolta no modo de nos relacionarmos com a linguagem e com o que ela nomeia. Ou seja, que não há modo de "pensar de outro modo" que não seja, também, "ler de outro modo" e "escrever de outro modo" (LARROSA, 2003, p. 102, grifos do autor).

Embasados nesse pensamento, buscamos, na próxima seção, compreender como esses estudos têm provocado ações insurgentes no campo do saber e na escrita.

### **1.3 Decolonialidade do saber e da escrita acadêmica: movimentos de insurgência**

Um grupo de turistas ocidentais vai visitar uma reserva em África, e a dada altura, um dos turistas ocidentais pergunta ao guia, um africano, depois de ver um animal que nunca tinha visto antes, que animal era aquele. Mas a pergunta vinha formulada assim: “Como é que se chama aquele animal branco com riscos pretos?”. O guia africano respondeu: “Chama-se zebra. Mas atenção, não é um animal branco com riscos pretos. Pelo contrário, é um animal preto com riscos brancos”. Entretanto a discussão prolonga-se, não houve entendimento, com as duas partes a revelarem verdadeira frustração. O africano dizia: “Mas isto foi sempre assim, o animal é um animal preto com riscos brancos, não sei como é que esse senhor vem agora, ainda por cima nem sabia que animal era, vem aqui e quer obrigar-me a pensar que o animal é branco com riscos pretos!” (MATA, 2014, p. 28).

Iniciamos esta seção trazendo essa epígrafe narrativa a fim de refletir sobre a importância da localização geográfica do corpo que fala e de suas construções simbólicas. Buscamos, a partir disso, de forma intrínseca, refletir também acerca dos conceitos de Transmodernidade, Giro decolonial, Desobediência epistêmica e Linguística e Pensamento de Fronteira. Pensamentos decorrentes do paradigma Decolonial proposto pelo grupo Modernidade/Colonialidade (MC), os quais têm por objetivo promover um desprendimento das epistemologias dominantes e consequentemente visibilizar a diversidade de saberes, dizeres e viveres.

É possível perceber nessa anedota que, mesmo desconhecendo os saberes locais, o colonizador-visitante quer, de forma ou de outra, impor a sua verdade, de modo a desprezar e inferiorizar o conhecimento outro. Confiscar e patentear as descobertas do outro, foi e ainda é algo recorrente na Modernidade/Pós-modernidade. Não ficaríamos espantados, de a zebra, animal nativo da África ser descrito nas enciclopédias como um equino de pelagem branca e listras pretas, mesmo não sendo essa a descrição dada de seu verdadeiro conhecedor, o homem africano, o qual vê todos os dias, o nascimento do animal e seu desenvolvimento. De tal maneira, pensar um conhecimento descorporificado nunca poderia ter sido possível diante de tanta diversidade étnico-racial.

Sendo a universidade um espaço de diferentes sociabilidades, a produção do conhecimento não poderia ser diferente disso, restringindo-se a um padrão único hegemônico. Nesse viés, Alcoff (2017) discute, em sua obra, o conceito de Transmodernidade de Dussel, para desmistificar a narrativa hegemônica que criou uma linha secular entre o Ocidente, mais precisamente o Continente Europeu, e todos os outros, de modo que todas as sociedades não-ocidentais estivessem em um tempo anterior a ele, de atraso científico, cultural, geográfico, econômico e linguístico.

Aderir a um pensamento transmoderno é, segundo a autora, colocar em jogo todos os jogadores em uma rede planetária, sem recortes sincrônicos, mas todos inseridos em uma história diacrônica, em que “precisamos ser capazes de ver múltiplos sistemas de signos em operação, e sob negociação e contestação, em qualquer campo de significado” (ALCOFF, 2017, p. 46). Uma história cujos caminhos se deslocam da semiose colonial, a qual, há tempos, tem exigido “uma hermenêutica pluritópica, pois no conflito, nas fissuras e fissuras de origem do conflito, não se fará uma descrição de um lado da divisão epistemológica” (ALCOFF, 2017, p. 46).

Para se alcançar, então, um desprendimento epistemológico se faz necessário também um desprendimento metodológico do modo de se produzir o saber. A esse respeito, Alcoff (2017) recorre ao pensamento de Hegel, de uma consciência espacial-temporalmente localizada, proveniente da fenomenologia da subjetividade. Esse pensamento consiste em explicar os sentidos do “aqui” e do “agora” na produção do saber. Alcoff afirma que, em relação à produção do saber,

[...] todo conhecimento é indexado de forma semelhante a um sujeito, lugar e tempo específicos, no sentido de que o conhecimento depende de procedimentos justificativos, instrumentos de medição, conceitos teóricos e metafísicos e categorias de análise que são inteligíveis dentro de um dado domínio localizado – um fato que

não deve nos levar ao ceticismo, em sua visão, mas à visão de que, para entender o mundo, precisamos primeiro nos entender (ALCOFF, 2017, p. 42).

A partir desse postulado, antes de compreender o produto final (conhecimento) da comunidade acadêmica, se faz necessária uma compreensão do aqui e do agora, ou seja, do corpo localizado, do qual está partindo o conhecimento. Primeiramente, é preciso compreender a terra para depois pensar nas vias de locomoção. Se faz necessário também que esse corpo se desprenda do imaginário colonial, processo alienante de ser, pensar e viver a partir de um ideal/padrão universal. Caso isso não aconteça, “corre-se o risco de que o que está sendo defendido seja uma construção ocidental” (ALCOFF, 2017, p. 51) inculcada no inconsciente do colonizado. Isso se manifesta, por exemplo, quando, “há ‘africanistas’ que ainda insistem em falar em evolução cultural e de considerar matérias inerentes aos estudos africanos a ‘cooperação’ com a Europa ou a ‘ajuda ao desenvolvimento’” (MATA, 2014, p. 30).

O culto ao forasteiro europeu ou do norte-americano é algo que foi muito bem interiorizado nas mentes dos colonizados. Exaltar o que vem de fora e relegar as origens têm sido práticas constantes de muitos povos subjugados. Quanto a isso, De Novais Reis e De Andrade (2018, p. 5), afirmam que “o processo de descolonização intelectual torna-se laborioso em decorrência dos resquícios do colonialismo nas culturas dos povos colonizados”. Desfazer o imaginário de exaltação do estrangeiro que foi criado com o ocidentalismo e com o eurocentrismo requererá, de certa forma, jogar o mesmo jogo, com as mesmas peças, mas com táticas e jogadores diferentes. Mas afinal, que estratégia seria essa?

As táticas aqui referidas se associam ao que Mignolo (2000b) chamou de *Pensamento de fronteira* ou *Pensamento fronteiriço*, em que consiste em “situar o conhecimento e o sujeito conhecedor em um contexto local não fungível” (ALCOFF, 2017, p. 50), contrariando toda e qualquer postura de naturalização e normalização que afastou as narrativas de suas histórias locais e reais. Não se trata de confrontar, mas de enfrentar tanto o opressor quanto a si mesmo, que, para Mignolo (2000b), significa fazer uma “dupla-crítica” a fim de transitar nas diferentes tradições, mas sem se estabelecer em alguma. Nem um, nem outro. Nem vitimização e nem vingança. Mas abrir espaços para o diálogo entre culturas, saberes, dizeres e viveres.

Para compreender essa associação que é feita aqui entre o pensamento de fronteira/fronteiriço e a necessidade de estabelecer um diálogo, será preciso compreender antes uma proposta de Veronelli (2021) acerca do que ela chamou de colonialidade da linguagem<sup>14</sup>. Para

---

<sup>14</sup> Segundo a autora, “a colonialidade da linguagem refere-se a um processo de racialização de populações colonizadas como agentes comunicativos (ou seja, possíveis interlocutores), que começa com a Conquista da América e que continua até hoje”. (VERONELLI, 2021, p. 90).

essa autora, a linguagem está atrelada à questão do que se entende por humanidade – tal como raça, a linguagem também sofreu uma classificação. A autora apresenta a linguagem como uma questão política, instrumento de dominação. Para tanto, utilizou-se dos relatos feitos por Colombo e por alguns pensadores renascentistas, no século XVI, para levantar critérios que distinguiram as línguas das não-línguas, classificando-as em superiores e inferiores ou até mesmo em inexistentes. De acordo com a autora, três critérios foram determinantes para fazer a distinção:

- a) ter uma relação filial com as línguas tradicionalmente superiores e percebidas como presentes de Deus (o latim, o grego, e o hebraico) e, conseqüentemente, serem línguas capazes de expressar conhecimento; b) ter a capacidade para o projeto político de unificar um território, incluindo a expressão das leis, a autoridade e a ordem desse território; e c) a conexão entre escrita alfabética e civismo (VERONELLI, 2021, p. 90).

A partir desses critérios foi estabelecido um paradigma linguístico renascentista, cuja linguagem é concebida como territorialidade, politicagem, escrita alfabética, ou seja “a relação raça/linguagem é praticada dentro de uma filosofia, ideologia e política eurocêntricas que incluem uma política linguística” (VERONELLI, 2021, p. 91). A exemplo dessa política linguística tem-se a instituição e a propagação do castelhano, nas Américas, como sendo a língua oficial (de raiz indo-europeia, possuínte de gramática e usada para o civismo e para instituir e fazer cumprir as ordens da realeza e da nobreza), enquanto a “língua” dos colonizados era inexistente, pois estes eram dotados apenas de linguagem, sendo portanto inferiores, desprezados e subjugados.

Com isso, foi percebido que os povos colonizados e colonializados, como são chamados pela autora, desprovidos de civismo (vestes e fala (sem escrita alfabética, sem gramática, sem cultura)) tiveram “sua capacidade e agência comunicativa negada” (VERONELLI, 2021), e foram reduzidos ao campo do *monolinguajar*<sup>15</sup>, ou seja, a de expectadores e de executores de ordens, e, portanto passíveis nas decisões políticas, na produção do saber, na vida social e econômica, mas ativos como mão de obra escrava, objetos de experimentos e de diferentes utilidades. Nessa concepção, o ser colonizado é destituído de voz, de agência, de autoria, de enunciação, já que é posto a viver como destinatário, destinado a ouvir, compreender e ser para

---

<sup>15</sup> Veronelli (2021) elabora a expressão *monolinguajar* para “questionar a interação comunicativa entre aqueles que percebem a si mesmos como seres que têm linguagem “em sentido pleno”, e os outros seres como bestas, quase animais, e que, portanto, são considerados como seres que carecem de linguagem, mas que podem ser treinados para entender os colonizadores colonializadores suficientemente bem para obedecer a ordens e fazer o que eles querem. Em síntese, embora seja possível argumentar que e como a colonialidade anula a possibilidade de diálogo e criação dialógica com significado entre colonizadores e colonizados, isso não significa que não houve comunicação alguma entre eles. É essa prática comunicativa que vou caracterizar como *monolinguajar*” (VERONELLI, 2021, p. 94).

o amo colonizador o que ele bem quiser. A língua, a dança, a música, a arte, o modo de vestir e de falar, as crenças, enfim, toda linguagem (expressividade) do negro, em especial, foi anulada no momento em que foi “dada a impossibilidade de ver o colonizado como um interlocutor - que é o mesmo que vê-lo como um comunicador simples -, não há uma disposição comunicativa por parte do colonizador-colonializador, surdo a toda possibilidade de sentido que saia da boca do colonizado-colonializado” (VERONELLI, 2021, p. 96), boca da qual, ao ser sentenciada, deixou de expressar vida, conhecimento, cultura, emoções, sentimentos. Negar a interlocução ao colonizado foi a mesmo tempo negá-lo como gente.

Um meio para que esse povo se torne “gente” – tenha visibilidade, representatividade, pertencimento e legitimidade – é resgatar sua interlocução/ enunciação/ agência/ autonomia linguística, a qual está intrinsicamente ligada ao pensamento fronteiriço, cujo objetivo é a des-subalternização do conhecimento. Para que o colonizado tenha voz audível é preciso “chegar aos mecanismos pelos quais os conhecimentos são construídos como não-conhecimentos e não-conhecimentos são construídos como absolutos” (ALCOFF, 2017, p.52). É, portanto preciso mudar a mentalidade, o pensamento, para assim, mudar-se de postura. Nesse sentido, o pensamento decolonial empreendido nos seus vários projetos se voltam para um conhecimento pluritópico/ pluriépistémico/ transdisciplinar imprescindível para romper com as cadeias coloniais. E, nesse intuito,

o caráter fronteiriço do pensamento decolonial também aponta para seu caráter transdisciplinar: o projeto e a atitude decolonizadora leva o sujeito cognoscente que emerge da zona do não ser a alimentar-se do ativismo social, da criação artística e do conhecimento (em algum caso também da espiritualidade) em vias de revelar, dismantelar e superar a linha ontológica moderno-colonial. O encontro de fronteiras entre o conhecimento que se impõe a partir da zona do ser com a experiência e o conhecimento que se dão na zona do não ser e simultaneamente o encontro entre as distintas esferas do pensamento, da ação e da criação, onde se encontra o sujeito em processo de decolonização, desafiam a rigidez das disciplinas e seus métodos. O que esta atividade de transgressão de fronteiras exige é uma consciência diferencial (diferential consciousness), como um manejo versátil e criativo de tecnologias de emancipação em vias de decolonização, da forma que Chela Sandoval (2000). tematiza este conceito (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 94).

Em síntese, para ser tornar gente e ter voz, antes será preciso ter alcançado um desprendimento epistemológico, através de uma consciência diferencial, provocando fissuras no sistema moderno-colonial até transgredir os métodos, as normas, os padrões que impedem que a maioria das pessoas (povos colonizados) sejam consideradas como gente, dotadas de conhecimento, expressividade, ação. Podemos dizer que todos os projetos de decolonização apontam para essa direção: do despreendimento epistêmico e linguístico eurocêntricos.

De acordo com Mignolo (2017, p. 19), desprender-se “significa não aceitar as opções que lhe brindam. Não pode evitá-las, mas ao mesmo tempo não quer obedecer. Habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira no processo de desprender-se e resubjetivar-se”. Desprender-se, nesse sentido, nada mais é, que resistir a tudo que foi e ainda é imposto ao colonizado. Parafraseando Mignolo (2017), é não se deixar modernizar, mas sim naturalizar-se, ou seja, ser natural. O desafio consiste em não apenas “retirar a roupagem europeia das sociedades colonizadas, mas resgatar e até mesmo reconstruir as epistemologias autóctones, violentamente destroçadas pelo (neo)colonialismo” (REIS; ANDRADE, 2018, p.7). Quem diria que um dia agir, pensar, ser e viver naturalmente seria um desafio. Mas para um povo que foi impedido de viver do jeito natural de ser, para viver do jeito do outro, do amo, voltar às origens se torna um desafio. Depois de uma intervenção humana, dificilmente as coisas serão as mesmas de antes. Então o que seria, voltar às origens?

Voltar às origens é contar a história que não foi contada, é apresentar as realidades que foram ocultadas. E é por isso que esse é um desafio ético-político epistemológico aos estudos decoloniais, pois perpassa a visão da descolonização, visto que “a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 3). Seriam essas as atitudes decoloniais: provocar fissuras na língua, na escrita, na episteme canônica, de modo a desestabilizá-la, e assim provocar desprendimento, desalienação, ou mesmo outras possibilidades.

Mas para transgredir é preciso resistir. De acordo com a proposta do *Giro decolonial*, articulada por Nelson Maldonado-Torres (2005), a resistência é acompanhada da transgressão, já que “objetiva transfigurar a concepção de mundo, transpassando os conhecimentos estabelecidos pela Racionalidade (pós)moderna” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 5).

O primeiro passo da resistência é a tomada de consciência do que foram/são a colonização e a colonialidade. O segundo passo é não ceder ao padrão hegemônico/eurocêntrico que controla a tudo e a todos. E o terceiro e último passo é transgredir para insurgir ou ainda surgir novas epistemes. Para que haja uma rejeição à epistemologia colonial é preciso ter

consciência da geopolítica do conhecimento, a partir da qual se trata de rejeitar a crença iluminista na transparência da linguagem em prol de uma fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo como na esfera da ação, assumindo a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém (REIS; ANDRADE, 2018, p.6).

Insurgir significa revoltar(-se) contra um poder estabelecido. E é por isso que esse termo tem sido usado com frequências nos estudos decoloniais para designar as práticas/ ações/ intervenções que permitem modos de enredos e criação de uma outra experiência, que desvie do padrão já interiorizado nas mentes e nos corpos dos povos colonizados. Nesse sentido, acreditamos ainda que as ações insurgentes sejam por meio dos movimentos sociais, manifestações artísticas, desvios na escrita e na metodologia, pautas políticas, têm configurado uma rede de temporalidades e singularidades capaz de intervir em nossa percepção ordinária e, por isso mesmo, capaz de produzir desestabilidade e conseqüentemente, despreendimento.

Desprender epistemologicamente é o cerne para que ocorra outros tipos de despreendimento (político, cultural, social, linguístico). De acordo com Dias, Coroa e Lima (2018), é preciso lançar o olhar para o futuro e assim criar novas histórias, novos rumos. Para esses autores, uma nova episteme surgirá a partir de novas práticas, ou melhor, de práticas insurgentes. Por isso que, para eles,

Voltar os olhos para expectativas de futuro implica, necessariamente, superar essa distante polaridade entre o ato emancipatório e o ato regulatório; significa tomar consciência das experiências presentes sobre as quais a capacidade humana de agir pode ser pensada no seio do processo de intensificação das práticas que emancipam, que desencaxam o ‘velho’ jeito de pensar e de fazer; práticas que encontram novos formatos de ‘regulação’, coadunadas com uma nova consciência (DIAS; COROA; LIMA, 2018, p. 37).

Esses autores sugerem uma atitude desafiadora que ultrapasse as normas, as regras e até as leis que foram fundadas em uma visão única de cultura, economia, sociedade, língua, conhecimento. Seria necessário desestabilizar o sistema hegemônico tanto política quanto teoricamente por meio de práticas que visam buscar aquilo que não foi pensado, dito, visto, ouvido, sentido, experimentado. Se novas metodologias não insurgirem, permanecerão as mesmas práticas da Modernidade/Colonialidade, que desconsidera a heterogeneidade de vidas/seres, reduzindo um único modo de vida, de ser. Não buscar novos métodos é correr o risco de permanecer e até mesmo ratificar o imaginário conceitual das epistemologias coloniais. E como subverter isso? Retomando ao conceito de uma consciência diferencial (differential consciousness), proposta por Maldonado-Torres (2016), para que ocorra uma subversão do sistema é preciso assumir uma postura crítica e contestadora em todos os processos que perpassam a produção do conhecimento. Então, “ao adotar uma postura crítica nas práticas de pesquisa, em todas as suas dimensões – teoria, metodologia, análise, relatório –, busca-se também uma atitude deliberadamente transgressiva” (DIAS; COROA; LIMA, 2018, p. 34). Fato esse que não é impossível, se considerarmos que mesmo sendo relegados ao campo da passividade, da submissão, os colonizados não foram e não são passivos.

Por fim, o pensamento decolonial e todos os seus projetos têm por finalidade visibilizar a vida dos povos colonizados, de modo que esses se tornem agentes/ atores de suas vidas, já que, ao longo de todos esses anos, suas vidas serviram de marionetes no projeto global moderno-colonial. Não é simplesmente ter suas histórias locais contadas, em um movimento de reparação, mas de terem a liberdade de contarem suas histórias e descobertas, usarem suas línguas e expressões culturais e artísticas, e principalmente terem amparo social, jurídico, educacional, político.

A falta de liberdade nos diferentes contextos sociais é notória. Especificamente na produção do saber, a falta de liberdade ocorre principalmente no engessamento da produção acadêmica. Um trabalho acadêmico (artigo, dissertação, tese, resenha e mesmo um ensaio), por exemplo, para alcançar legitimidade é preciso atender às normas estabelecidas pela ABNT, pela instituição que está vinculada ou ainda pelo periódico, o qual se submeterá para ser divulgado.

A regulação e a normatização que perpassam a escrita acadêmica garantem que esse campo permaneça restrito a uma minoria. Essa problematização é pontuada por Nunes e Costa Junior (2018), ao relatar que a hierarquização que ocorre nos modos de escrever é mantida pela cultura letrada/ elitizada, branca e europeia. A manutenção da branquitude na escrita acadêmica e na produção do saber ocorre devido ao capital cultural que foi dado ao campo acadêmico, principalmente pelo privilégio dado à norma culta da língua, a qual fica restrita a uma minoria que a domina e a replica apenas para seus sucessores.

A apropriação das normas da língua, a regulação dos gêneros acadêmicos e as normas da ABNT na produção acadêmica garantem que o acesso a esse capital seja realmente para poucos. Insurgir essa prática, que é concomitantemente simbólica e representacional, requer uma movimentação de agências, não só de alunos-pesquisadores, mas também de professores-pesquisadores, periódicos, departamentos ou associações, grupos de pesquisas, em resumo, de protagonismos que insurgem diante da colonialidade e do colonialismo ainda vigente nas instituições de ensino, sobretudo superior.

A necessidade de um protagonismo insurgente em diferentes áreas de atuação contribuirá para que surja novos olhares, novos contextos e novas condições de autoridade e de autoria na comunidade acadêmica. O baixo controle na produção do conhecimento, por meio da flexibilização nos modos de escrever, compor e de fundamentar o trabalho científico, só será efetivado a partir das agências de pesquisadores subalternizados nas diferentes engrenagens do sistema, pois só assim a máquina do conhecimento começará a produzir outras matérias.

Problematizar a regulação da escrita acadêmica, por exemplo, requer primeiramente o entendimento de que “os dispositivos de controle do saber são também dispositivos de controle

da linguagem e da nossa relação com a linguagem, quer dizer, das nossas práticas de ler e escrever, de falar e escutar” (LARROSA, 2003, p. 102). Por isso que para a comunidade acadêmica, a escrita e os gêneros acadêmicos, como também os paradigmas epistemológicos são tão vigiados e inacessíveis. Vejamos que há um patrulhamento ostensivo em todo o processo da produção do saber: as escolhas dos paradigmas, dos referenciais teóricos, do modo de registro e de estruturação, dos instrumentos e das categorias de análises, entre outros.

Desvelar novas formas de “produzir conhecimento”, requer movimentos em diversas áreas do campo acadêmico e do universo da escrita, numa concepção de descolonização, em que o modo, a forma, os instrumentos, os pareceristas, as doutrinas, enfim, o padrão hegemônico de se produzir conhecimento seja questionado, resistido e flexibilizado. Insurgir, então, na produção do saber, significa

[...] problematizar a academia do ponto de vista de suas políticas da linguagem ou, mais concretamente, do ponto de vista das modalidades de leitura e de escrita que privilegia e que proíbe. [...] problematizar o modo como as políticas da verdade e as imagens do pensamento e do conhecimento, dominantes no mundo acadêmico, impõem determinados modos de escrita e excluem outros (LARROSA, 2003, p.102).

A partir dessa concepção, as insurgências na produção do saber acontecerão quando os sujeitos/autores epistêmicos fizerem um caminho inverso de escolhas e de interpretações àquilo que já está posto e legitimado. Combater a invisibilidade e o apagamento de outros saberes, dizeres e arranjos discursivos e de registro prescinde buscar formas efetivas de intervenções que promovam transformações e a decolonização do saber nas práxis do campo acadêmico.

Mignolo (2003b) ressalta que a língua e a literatura fazem parte de um projeto de Estado decorrente da ordem geopolítica e das fronteiras geográficas. Pensando nesse projeto, vê-se que fronteiras externas e internas se levantaram em todas os cenários/ campos sociais. Há língua e literatura da escola, da academia - que apesar de contínuas, são díspares - da arte erudita, da mídia institucionalizada, da lei, da política e do resto da população servil.

Mas é principalmente na produção do conhecimento que Mignolo (2003b) vai mostrar como a língua e a literatura foram determinantes para a formação da cultura acadêmica e da política da linguagem, de modo que é o campo acadêmico em auxílio ao campo econômico construísssem a história de fundação do capitalismo, no século XVI com a exploração das Américas. Nesse sentido, “as línguas são conceitualizadas em relação ao controle colonial e às ideologias nacionais, por um lado, e ao conhecimento e à razão, por outro. Essas são na verdade as duas faces da mesma moeda” (MIGNOLO, 2003b, p. 300). Assim, de acordo com esse autor, dizer que as políticas linguísticas que se ergueram foram para civilizar e cristianizar os povos

“recém-descobertos” é falacioso, quando na verdade, o real propósito era o de fazer do mundo uma mercadoria.

Com a intenção da mercadização mundial, Mignolo (2003b) aponta para a articulação dos elementos língua, literatura, cultura e território. A universalização desses elementos é ilusória, já que, em momento algum, fora empregada pensando em uma democratização entre os povos, mas apenas para melhor servir no projeto de exploração e expansão econômica colonial. Submeter os povos conquistados a adquirir a língua, a literatura e a cultura do colonizador foi uma estratégia para melhor usufruto da mão de obra escrava ou para o extrativismo.

Na comunidade acadêmica, a regulação e a normatização da escrita e o modo de produzir o conhecimento sustentam silenciosamente a modernização e o mercado, sendo força motriz para classificação racial e social. As línguas indo-europeias, a literatura ocidental e todo acervo cultural se tornaram mercadorias para os povos das ex-colônias. Mas, o inverso não acontece, pois, a via é de mão única, apenas importamos conhecimento. E, para exportar, é preciso aderir a uma língua de poder (inglês, principalmente), haja vista que a língua portuguesa, ainda mais do tipo brasileira não tem notoriedade na produção do saber. Mas, em se tratando de uma produção interna e nas escalas das relações de poder, o português padrão/culto é a língua geopoliticamente dominante na produção do conhecimento, dificultando assim a participação dos povos indígenas nesse processo.

A esse respeito, Mignolo (2003b) aponta para uma reflexão acerca da transculturalidade a partir do bilinguajamento. Para o autor, esse termo consiste na intersecção da língua aprendida em casa e da língua aprendida na escola, ou seja, a língua oficial, a qual mesmo sendo exposta nos veículos midiáticos e no contexto escolar, ainda assim não é algo natural para os falantes das ex-colônias. Aqui, no Brasil, por exemplo, nascemos aprendendo “brasileiro”, mas aprendemos na escola, o português que não é lusitano, mas que também não é brasileiro. É nesse confronto que, segundo Mignolo (2003b, p. 363), “novas formas de saber podem ser geradas pelo bilinguajamento a partir de espaços de línguas inscritas em epistemologias diferentes (por exemplo, o francês e o árabe, ou o espanhol e o quíchua)”.

Na mesma direção do bilinguajamento proposto por Mignolo (2003b), Nascimento (2014) apresenta um estudo realizado com professoras e professores indígenas recém-formados do curso de licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás, buscando situar o modo de pensar e de agir desses professores sobre a escrita acadêmica nas zonas de contato. Vale ressaltar aqui que o curso para a formação de professores indígenas tinha como proposta de trabalho de conclusão de curso que este fosse resultado de ações desenvolvidas nas

aldeias e que fosse escrito na primeira língua do aluno, fosse ela indígena ou portuguesa, não sendo, portanto obrigatório uma versão bilíngue. Mas, essa decisão logo foi questionada por uma professora e antropóloga, que não via possibilidade alguma de fazer orientações e avaliações em trabalhos escritos em língua indígena. Essa professora dizia ainda que como os demais acadêmicos, “os professores indígenas deveriam se adequar ao contexto da academia, produzindo trabalhos como os que normalmente são produzidos em outras licenciaturas (i.e. relatórios, monografias, artigos etc.) e, além disto, em versão específica da língua portuguesa” (NASCIMENTO, 2014, p. 269).

De acordo com Nascimento (2014), discursos como esse, proferido pela professora, expressam a naturalização de práxis hegemônicas fundadas na classificação assimétrica racial. Portanto, a necessidade de se buscar novas práticas de letramento acadêmico e novas formas de produção do conhecimento, principalmente em contextos interculturais.

Como resultado desse estudo, Nascimento (2014) aponta para a necessidade de proposição de novas formas de letramentos que se aproximem mais da vivência dos indígenas. É preciso atentar, por exemplo, para as múltiplas linguagens, pois para o indígena, a produção do saber decorre, muitas vezes, de sonhos ou de rituais, os quais não podem ser meramente registrados por meio da língua escrita, já que os desenhos têm grande significância e representatividade para esse povo. Logo, a representação por meio da linguagem não-verbal deve ser associada à escrita. Já a escrita acadêmica de dois trabalhos finais analisados apresentou o bilinguajamento, representado na forma da utilização híbrida das línguas portuguesas e indígenas.

De acordo com Nascimento (2014, p. 292), o “uso híbrido da língua portuguesa e das línguas indígenas indiciam o lócus fronteiro de onde escrevem sobre dimensões de suas culturas fortemente impactadas pelo contato com as sociedades não-indígenas e tornam o texto mais rico e mais próximo da complexidade da zona de contato”. É no confronto e nas fissuras das línguas, dos paradigmas, e das formas representacionais que insurgirão outras formas de pensar também válidas, capazes de ressignificar o mundo. É assim que, segundo Mignolo (2003b, p. 365), “o bilinguajamento adquiri uma nova dimensão, não apenas a dimensão do linguístico em si, ou do pensamento dialógico, mas linguajamento na esfera da sexualidade, da raça e das interações humanas”. O uso do bilinguajamento não se limita ao uso de signos linguísticos/ alfabéticos híbridos, mas de signos que são também ideológicos e identitários. Esses entremeios revelam que as fronteiras existem e de forma alguma são passivas.

Já os resultados referentes à escrita acadêmica dos indígenas pesquisados desvelaram um novo paradigma epistemológico e metodológico formado pelo

posicionamento explícito nos processos de pesquisa e escrita, desde a escolha de temas profundamente vinculados a suas realidades, ao envolvimento comunitário no trabalho de pesquisa e à voz marcadamente pessoal nos textos, que por sua vez apresentam-se predominantemente em modo narrativo, misturando relatos reflexivos e descrições do processo de pesquisa, da interação com os anciãos e anciãs indígenas e de seu próprio aprendizado (NASCIMENTO, 2014, p. 292).

Essa análise confirma o que Mignolo (2003b) disse sobre o local estar inscrito no global. Mesmo após os anos de formação acadêmica, as características do modo de ser fazer pesquisa e registrá-la localizam o corpo geopoliticamente do povo indígena, que é marcado fortemente pela cultura da ancestralidade. Isso demonstra que o protagonismo e a agência dos indígenas é bastante acentuada na produção do saber, principalmente quando esses buscam para explicar fatos e fenômenos, seus anciãos e anciãs. O apagamento desses traços pela regulação e normalização da linguagem ou pela epistemologia hegemônica contribui para que um vazio surja na análise e interpretação dos dados. A adoção de procedimentos hegemônicos anularia os procedimentos analíticos que são próprios dos indígenas, impedindo assim que novas formas de compreender o mundo sejam pensadas e usadas.

Nesse sentido, como forma de insurgir, vê-se, segundo Mignolo (2003b, p. 375), que "ultrapassar a diferença epistemológica colonial [...] pode exigir, entre outras coisas, associar a pesquisa e o ensino a projetos específicos que tenham como destino final a rearticulação de valores além da diferença colonial". Projetos esse que apresentam outras formas de escrita, de relatos e de análises são meios para que se descolonizem o conhecimento, e conseqüentemente repense as formas representacionais e procedimentais vigentes no sistema educacional e acadêmico.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 2.1 O estudo do gênero segundo Swales

A abordagem de Swales, segundo Bernardino (2016), desenvolveu - se a partir da realização de um estudo que compreendeu analisar um corpus de 158 introduções de artigos, sendo, “a primeira com um corpus de 48 exemplares (SWALES, 1984), e a segunda com um corpus de 110 introduções de artigos das áreas de Física, Educação e Psicologia (SWALES; NAJJAR, 1987 apud BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009)”. Ao analisar essas introduções, o linguísta identificou três unidades relativamente estáveis, que nomeou de modelo CARS – Create a Research Space. A partir desse modelo, muitos outros gêneros discursivos foram mapeados, servindo assim de um aparato metodológico e didático para o estudo dos gêneros. Além disso, Swales também lançou vistas para a análise da comunidade discursiva e para os propósitos comunicativos, elementos do quais partem as “instabilidades” ou especificidades de um mesmo exemplar ou tipo de gênero. Por esses motivos, que esse estudo adotou essa abordagem como fundamentação metodológica para a análise do texto “uma missiva a Seu Ditinho, craque do São Geraldo” de Allan da Rosa.

#### 2.1.1 Uma breve noção de gênero: da retórica aos estudos de Swales

Foi na Grécia antiga que surgiu as primeiras noções de gêneros, as quais foram registradas nos livros I e II de Platão, chamados *República*. Neles foram apresentados os três primeiros gêneros literários: o épico, o lírico e o dramático, de modo que cada um cumprisse uma determinada função, sequencialmente, a narração, o ditirambo (poema) e a tragédia/comédia.

Quanto às obras de Aristóteles, é na *Poética* (334 a.C.) que o filósofo apresenta vários gêneros pertencentes à poesia: a epopeia, o poema trágico, a poesia ditirâmbica, a comédia), de forma que fossem subespécies dentro de uma tipologia textual. Relação essa que antecede bem a noção distintiva de gênero e tipos textuais tão exploradas recentemente.

A partir da década de 50 a definição de gênero passa a se deslocar de seu sentido aristotélico como “forma estritamente literária”. Um dos fatores decisivos para esse distanciamento veio dos estudos do círculo bakhtiniano, o qual evidenciou que os gêneros não eram restritos ao campo literário (LIMA, 2013).

Além disso, ao relacionar os gêneros às práticas sociais, os estudos bakhtinianos mostraram ser possível tanto um estudo sincrônico quanto diacrônico dos gêneros, visto que, para compreendê-los, é preciso observar o contexto social do qual emergem esses textos<sup>16</sup>. Fato esse observável desde os estudos da Retórica, dado que a noção de gênero já se encontrava relacionada à organização política da pólis, de modo que os gêneros, desde sua origem, seguem estritamente destinados a atender uma função social.

De acordo com Bezerra (2002), foi a partir da obra "O problema dos gêneros do discurso" de Mikhail Bakhtin que o conceito de gênero foi reformulado de modo a inaugurar todos os estudos posteriores. O autor afirma que "as regularidades nos gêneros textuais apontam para um contexto mais amplo, social e cultural, em que a linguagem é utilizada. A similaridade nos aspectos textuais é reflexo de uma ação desenvolvida em 'situações retóricas recorrentes'" (BEZERRA, 2010, p. 40).

Na década de 80, um novo conceito de gênero do discurso é definido e difundido, principalmente nos trabalhos da Linguística Aplicada. De modo consensual, os gêneros discursivos passaram a ser descritos como "usos da linguagem associados a atividades sociais [...] recorrentes e, por isso, têm algum grau de estabilidade na forma, no conteúdo e no estilo" (MOTTA-ROTH, 2008, p. 350), ou seja, formas relativamente padronizadas associadas às atividades sociais que fazem uso da linguagem.

Para essa autora, essa definição passa a ser cunhada a partir dos pontos convergentes advindos das seguintes escolas: Análise de Gênero de Swales (1998) e Bhatia (2004); Sócio-Retórica de Miller (1984); Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1978) e Martin (2002); e Interacionismo Sócio-Discursivo de Bronckart (1999).

Esses estudos se tornaram também um arcabouço teórico-metodológico suficiente para compreender "como a linguagem funciona associada a objetivos e atividades para criar e recontextualizar interações sociais" (MOTTA-ROTH, 2008, p. 352). Nessa perspectiva, três categorias gerais são levantadas para os estudos de análise de gênero: conteúdo temático, organização retórica e formas linguísticas, as quais estão "em função dos objetivos

---

<sup>16</sup> Adotarei nesse estudo a noção de texto segundo Marcuschi (2009, p. 80): 1. o texto constitui "um sistema de conexões entre vários elementos, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, ações etc; 2. o texto é construído numa orientação de multissistemas ou seja, envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral multimodal; 3. o texto é um evento interativo e não se dá como um artefato monológico e solitário, sendo sempre um processo e uma coprodução (coautorias em vários níveis); 4. o texto compõe-se de elementos que são multifuncionais sob vários aspectos tais como: um som, uma palavra, uma significação, uma instrução etc. e deve ser processado com esta multifuncionalidade".

comunicativos compartilhados por pessoas envolvidas em atividades sociais, em contextos culturais específicos” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 343).

E por que essas três categorias são elementares tanto na construção quanto na análise de gêneros? Porque, segundo Bakhtin (2011), a língua se materializa através de um enunciado, ou seja, menor unidade de expressão ou declaração, que se concretiza por meio da fala ou da escrita, do que é lido ou do que é ouvido. Por serem dialógicos e por fazerem parte de um tipo de atividade, os enunciados são realizados de modo a assumir um estilo pessoal ou coletivo, e um formato estrutural e temático. Com essas características é possível definir em quais gêneros os enunciados se enquadram. Sendo assim, uma vez proferidos, os enunciados são únicos e pertencentes a um determinado campo ou a uma determinada atividade humana. Esses enunciados, então,

[...] refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo temático e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2011, p. 261-262).

Considerando que o enunciado é determinado pelo campo de comunicação, do qual é produzido, para que se realize uma análise de gênero, “a ordem teórico-metodológica determinada por Bakhtin inicia-se pela identificação do contexto social, passando pelos gêneros até chegar às formas gramaticais” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 356).

Esse mesmo movimento das estruturas “macro” para “micro” é seguido por Swales (2004, p. 97). Ele apresenta dois componentes relevantes para o estudo da organização sociorretórica dos gêneros (principalmente daqueles já legitimados): a comunidade discursiva e o propósito comunicativo, os quais se encontram intrinsecamente relacionados.

Essa relação é explicada por Araújo (2004) da seguinte maneira:

[...] o propósito comunicativo é refletido na estrutura cognitiva do gênero que, de uma certa forma, representa as regularidades de organização e que estas regularidades devem ser vistas como cognitivas pela sua natureza, porque elas refletem as estratégias que membros de um discurso particular ou comunidade profissional ou acadêmica usam na construção e entendimento do gênero para realizar propósitos comunicativos específicos (ARAÚJO, 2004, p. 22).

Nesse sentido, os propósitos comunicativos são os próprios construtos que formam uma determinada comunidade discursiva, de modo a diferenciar uma das outras. Enquanto esses se

encontram em um substrato das ideias, dos valores e dos objetivos, a comunidade discursiva reflete esses propósitos em suas ações diárias, visíveis aos olhos.

Foi com essas convicções que Swales (1990) elaborou seu conceito de gênero, visto que “perceber o gênero apenas como uma fórmula textual (...) impede que o uso de gêneros seja produtivo na escola e que se desenvolva a habilidade de comunicação eficaz através dos gêneros em qualquer contexto” (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 19). Em síntese, o estudo de um gênero vai “além dos limites do léxico e da gramática, para abarcar o contexto social, o discurso e a ideologia [...]” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 351).

Swales define gênero do seguinte modo:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva, e assim, constituem a razão do gênero. Esse raciocínio molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe a escolha de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado e um critério que opera para manter o escopo de um gênero, foi concebido aqui estreitamente voltado para ação retórica comparável. Em adição ao propósito, exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público--alvo. Se todas as expectativas forem realizadas, o exemplar será reconhecido com o prototípico pelos membros experientes da comunidade discursiva (SWALES *apud* PINHEIRO, 2016, p. 24).

Esse conceito swalesiano de gênero está fundado em cinco características:

- 1) um gênero é uma classe de eventos comunicativos, que são constituídos pelo discurso (linguagem verbal/enunciado);
- 2) esses eventos comunicativos, por sua vez, estão associados ao conjunto de propósitos comunicativos socializados;
- 3) a prototipicidade do gênero, ou seja, um tipo de evento/ação que é mais recorrente e reconhecido como caracterizador na construção do gênero;
- 4) a lógica por trás de um gênero define conteúdo/tema, posicionamento estrutural e estilo;
- 5) a terminologia utilizada pela comunidade discursiva para nomear seus gêneros.

O evento comunicativo, primeira característica do gênero, inclui todos os elementos envolvidos na construção do discurso: interlocutores, contexto de produção, circulação. Poderíamos dizer que estes se assemelham ao que Fairclough (2001[1992]) chamou de tipo de atividade. Segundo o autor:

Um tipo de atividade pode ser especificado em termos de uma sequência estruturada de ações das quais ele [o gênero] é composto, e em termos dos participantes envolvidos na atividade – isto é, o conjunto de posições de sujeito que são socialmente

constituídas e reconhecidas em conexão com o tipo de atividade (FAIRCLOUGH *apud* LIMA, 2013, p. 40).

Aglutinados a esses eventos comunicativos ou ao tipo de atividade, estão os propósitos comunicativos, segundo elemento caracterizador do gênero. Esses seriam a “força motivadora” para um gênero existir, ou seja, o objetivo/ a finalidade de sua existência. Porém, mesmo sendo esse um dos dois critérios mais importantes na construção de um gênero, na abordagem swalesiana, ele provocou inquietações, precisando ser revisitado e reformulado (discussão que será feita posteriormente) em detrimento de um único gênero possuir mais de um objetivo ou por suas finalidades não serem necessariamente explícitas.

O terceiro elemento composicional desse conceito de gênero é a prototipicidade, o qual chama atenção para os aspectos de padronização ou de recorrência de certas estruturas/características na construção de gênero e, posteriormente, em sua classificação e reconhecimento. Isso mostra que os manuais e cadernos de redação são relevantes na manutenção dessa prototipicidade, uma vez que contribuem para a regulação e normalização da escrita dos gêneros, principalmente os institucionalizados complexos<sup>17</sup>.

Como quarta característica do gênero, encontra-se a lógica ou razão subjacente, a qual está associada ao propósito comunicativo do gênero, visto que determina e limita a hierarquização dos conteúdos e das estruturas e as escolhas das formas sintáticas e lexicais. Tais convenções se tornam reconhecíveis e recorrentes por seus agentes comunicativos, além de facilitar o reconhecimento de seu pertencimento a determinados grupos textuais, como também às suas respectivas comunidades. Por conseguinte, “gênero é uma categoria [...] que usamos para reconhecer e construir ações tipificadas dentro de situações tipificadas. É uma maneira de criar ordem num mundo simbólico sempre fluido” (BAZERMAN, 2006, p. 60).

O quinto e último critério usado na abordagem de Swales (1990) é a terminologia. Os nomes que são criados para designar os gêneros favorecem o seu reconhecimento tanto dentro da comunidade, quanto fora dela. Mas um problema aparece nesse critério, que é o da sinonímia ou da adjetivação das nomenclaturas, visto que estas podem fomentar a fragilização dos gêneros

---

<sup>17</sup> Para uma melhor explicação dos gêneros acadêmicos como gêneros complexos, recorro a Pan e Litenski (2018, p. 530): “se os gêneros discursivos são práticas sociais próprias a uma dada esfera discursiva, eles variam de acordo com seu contexto de utilização, e de acordo com sua complexidade (primários e secundários), assim a comunidade científica possui sua forma própria de comunicação, que não se limita a vivência em apenas um gênero discursivo, mas em vários deles (seminários, resenhas, artigos etc.), em suas distintas complexidades e interpenetrações, e em suas infinitas relações dialógicas, relativas às distintas áreas profissionais, aos diferentes cursos e aos diferentes valores que constituem a identidade própria das instituições de ensino. Desse modo, as significações e identidades produzidas em cada área profissional desta esfera social não se relacionam a essências individuais imutáveis, mas são construídas. Sócio-historicamente, e por isso, elas se modificam face às práticas discursivas de uma determinada comunidade universitária”.

ou o seu desconhecimento. Ou ainda, intencionalmente ou não, restringi-lo de modo que seja socializado apenas pelos pares que pertencem à comunidade na qual foi gerido. Uma nomenclatura consensual entre os membros ou não-membros de uma comunidade corrobora para que os gêneros possam ser estudados tanto diacronicamente, quanto sincronicamente.

De acordo com Lima (2013, p. 51), “analisar o modo como se organiza um gênero pode ser útil para mostrar os efeitos de certas determinações discursivas”. Atentar a esses critérios se torna relevante nesta pesquisa a fim de que se possa compreender a evolução e as novas configurações do gênero artigo científico, bem como os “desvios” que possam existir a partir de certas dimensões discursivas que emergem do artigo científico insurgente.

Por acreditar que a carta-artigo é a materialização dos eventos comunicativos e dos propósitos comunicativos e que traz uma lógica subjacente da comunidade discursiva à qual foi filiada, o estudo de gênero proposto por Swales (1990) e seus seguidores nos apresenta um valioso aporte teórico para analisar aspectos insurgentes no gênero artigo científico e seus possíveis efeitos discursivos para quem o lê, o produz ou faz sua mediação.

Diante desses subsídios que foram apresentados, para que se realizem pesquisas com foco na ASG segundo Swales, prioriza-se o reconhecimento da comunidade discursiva e de seus propósitos comunicativos em detrimento dos gêneros que ali se encontram, pois só assim

[...] a partir dela, estudar os valores, intenções e condições materiais da comunidade discursiva, as expectativas, o repertório de gêneros praticados, o redirecionamento dos gêneros, para só então caracterizar os gêneros que circulam em uma determinada comunidade (ARAÚJO, 2004, p. 26).

Para, então, se caracterizar um gênero já existente ou novos gêneros, é preciso antes fazer um estudo investigativo das condições de produção textual (tipo de atividade, estilo adotado, propósitos comunicativos esperados; conteúdos temáticos escolhidos) de dada comunidade. Portanto, na intenção de se chegar à compressão dos gêneros (estrutura micro) a partir dos pressupostos de Swales, se faz necessário antes um levantamento geral das características da comunidade discursiva (estrutura macro).

Araújo (2004) lista algumas características que definem uma comunidade discursiva: valores, intenções e condições materiais da comunidade, bem como suas expectativas e seu repertório de gêneros, ou seja, bens materiais e simbólicos. Mas, entre os bens de uma comunidade, seriam os gêneros os de maior valor, pois são eles que testemunham a existência e o reconhecimento de uma comunidade a partir de seus propósitos comunicativos (SWALES, 1990). Nesse sentido, a realização tanto de uma investigação em formato de pirâmide, como de uma pirâmide invertida seria possível, ou seja, tanto da estrutura micro (gênero) para a

estrutura macro (comunidade discursiva) quanto o contrário. Neste estudo, analisaremos a carta-artigo, intitulado como “Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo” de Allan da Rosa (2018) a partir dos pressupostos de Swales (1990) que adota uma análise decrescente. Destinaremos as próximas seções ao estudo da categoria CD - comunidade discursiva, dos propósitos comunicativos; das unidades retóricas e do modelo CARS.

### **2. 1. 2 A comunidade discursiva e suas reconfigurações**

Essa seção será iniciada com a seguinte afirmativa: “os gêneros pertencem a comunidades discursivas, não a indivíduos. Eles são propriedades de grupos de indivíduos, que geram convenções e padrões que restringem as escolhas individuais” (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 23). Logo, não é possível, por exemplo, desassociar as receitas e os prontuários da comunidade médica, bem como não é possível imaginar a comunidade jurídica sem as petições, mandados, *habeas corpus*, *habeas datas*, entre outros. Fica perceptível que é a existência de gêneros específicos que define uma Comunidade Discursiva (CD), de modo que nem toda comunidade seja uma CD. Semelhantemente a uma certidão de nascimento e, conseqüentemente, a uma identidade, os gêneros regulamentam uma determinada comunidade.

Esse apontamento já tinha sido feito por Bakhtin, antes mesmo da noção de CD:

Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de um dado campo; e é esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicitária, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (BAKHTIN, 2011, p. 266).

Os gêneros, portanto, são determinantes tanto para alcançar os objetivos, quanto para refletir as práticas realizadas em um campo ou em uma comunidade discursiva. É, pois, nesse espaço, que se “compreende um grupo de participantes que compartilham, em suas atividades discursivas (profissionais, institucionais etc.), as convenções de utilização (produção, mediação e compreensão) de um sistema de gêneros” (BAZERMAN *apud* LIMA, 2013, p. 48).

Os gêneros se tornam legitimados a partir das práticas sociais recorrentes e organizadas que são associadas às performatividades humanas desempenhadas em esferas de atividades específicas. Logo, podemos dizer que todos os princípios éticos e os valores que subjazem aos gêneros advêm de práticas sociais situadas. Em síntese, podemos dizer que a CD, para Swales, está

[...] relacionada à produção de textos como uma atividade social que se realiza de acordo com conversões discursivas específicas e releva o comportamento social e o reconhecimento dos membros do grupo. Segundo ele, tais conversões facilitam a iniciação de membros novos, ou seja, os novatos são estimulados a usá-las de forma apropriada para garantir sua inserção na comunidade discursiva em que pretende atuar (SWALES *apud* BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 23).

Esse postulado inicial e geral rapidamente se tornou ponto de discussão entre os estudiosos, de modo que contribuiu para que seu idealizador fizesse uma reformulação no conceito, ou melhor, algumas emendas, tanto para ampliar, quanto para esclarecer essa categoria.

Em relação aos membros da CD, aparecem três pontos de atenção: a existência já desses grupos, sua estabilidade e sua homogeneidade. Esse primeiro item tornou-se ponto de questionamentos, pois não conseguiria se estender aos novos grupos, uma vez que estes não seriam possuidores de gêneros e léxicos específicos. Isso poderia provocar equivocadamente o não reconhecimento dessas novas comunidade, de forma a relegá-las a uma comunidade de fala ou a uma simples instituição social (clube, igreja, parque) por exemplo.

Na redefinição do conceito de CD, Swales (1998) apresenta também uma nova terminologia “comunidade discursiva de lugar”, a qual passa a ter a seguinte concepção:

[...] um grupo de pessoas que regularmente trabalham juntas e têm uma noção estável dos objetivos do grupo, ao mesmo tempo que percebem a possibilidade de haver mudanças nos objetivos. A comunidade de lugar desenvolve os gêneros de acordo com os objetivos e as propostas do grupo. Os gêneros, por sua vez, constituem uma rede interativa de comunicação e representam o meio pelo qual as atividades da comunidade são validadas fora do seu ambiente. Além disso, os membros da comunidade de lugar têm um autoconhecimento sobre seus valores e identidade. Conhecem também a sua história, e os novatos são instruídos nas tradições e nas práticas discursivas da comunidade (SWALES, 1998, p. 204). Por fim, nessa visão, a comunidade discursiva pode também comportar a divergência, a falta de união e o preconceito entre os membros (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 26).

De forma a elucidar essas reconfigurações no conceito de comunidade discursiva, Silva (2014) apresenta o seguinte quadro:

Quadro 2 - Reconfiguração no conceito de Comunidade Discursiva de Swales (1992)

Nº	Características (1990)	Características reformuladas (1992)
1	Possui um conjunto de objetivos públicos comuns amplamente aceitos;	Possui um conjunto perceptível de objetivos. Esses objetivos podem ser formulados pública e explicitamente e também podem ser, no todo ou em parte, aceitos pelos membros; podem ser consensuais; ou podem ser distintos, mas relacionados (velha e nova guardas; pesquisadores e clínicos, como na recém-unida Associação Americana de Psicologia).
2	Possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros;	Possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros (não houve mudança neste ponto; sem mecanismos, não há comunidade).
3	Usa mecanismos de participação principalmente para prover informação e <i>feedback</i> ;	Usa mecanismos de participação para uma série de propósitos: para prover o incremento da informação e do <i>feedback</i> ; para canalizar a inovação; para manter os sistemas de crenças e de valores da comunidade; e para aumentar seu espaço profissional.
4	Utiliza e, portanto, possui um ou mais gêneros para a realização comunicativa de seus objetivos;	Utiliza uma seleção crescente de gêneros para alcançar seu conjunto de objetivos e para praticar seus mecanismos participativos. Eles frequentemente formam conjuntos ou séries (Bazerman).
5	Desenvolve um léxico específico;	Já adquiriu e ainda continua buscando uma terminologia específica.
6	Admite membros com um grau adequado de conhecimento relevante e perícia discursiva.	Possui uma estrutura hierárquica explícita ou implícita que orienta os processos de admissão e de progresso dentro dela.

Fonte: Swales (1990) e Swales (1992) apud Silva (2014)

Essa ampliação no conceito ajudou não só no reconhecimento de comunidades embrionárias, como também daquelas que eram antigas, porém desconhecidas. Além disso, contribui para o reconhecimento de novas formações discursivas, e consequentemente de novas produções textuais, de forma a alargar a diversidade de gêneros. Fato esse facilmente observado nos trabalhos de Gaede-Sakata (2009) e Araújo (2009).

Essa primeira autora analisou uma comunidade discursiva virtual chamada “Sociedade Senhor dos Anéis”. Para tanto, usou como instrumento metodológico os pressupostos de Swales que caracterizam uma CD. Como resultado da análise, foi possível identificar esse grupo como uma CD, mesmo não sendo essa do âmbito acadêmico ou profissional, mas do entretenimento. Como gêneros específicos dessa sociedade encontram-se o bate-papo e os *nicknames*, os quais são revestidos pela obra de Tolkien. Quanto ao léxico, por essa sociedade acontecer em um ambiente virtual, apresenta uma linguagem própria da internet, cheia de abreviações e aglutinações de palavras, alongamentos vocálicos ou consonantais, onomatopeias, emoticons

entre outros, de forma a aproximar a escrita da fala e agilizar a comunicação. Além disso, são incorporados ao léxico os termos utilizados na obra de Tolkien referentes aos personagens, lugares, línguas, povos e acontecimentos.

Já o segundo autor, utilizando-se também da abordagem swalesiana, analisou a comunidade dos “Tananans” de uma sala chat. Como resultados da análise e discussão dos dados, foi percebido que os gêneros utilizados por essa comunidade são emprestados, a saber, por exemplo, a receita, a qual foi utilizada para apresentar uma poção de encantamento; e o código regimental. O léxico, por sua vez, se apresenta em três dimensões, segundo o autor: “pelo uso de abreviações, pela formação de palavras e pela recorrência de expressões relativas às maneiras de ortografar os *nicknames*” (ARAÚJO, 2009, p. 220). Além desses dois critérios, outros também foram identificados para que os “Tananans” fossem reconhecidos como uma CD. Esta não tão complexa como outras de cunho acadêmico ou profissional, mas de cunho recreativo e, portanto, menos rígida.

Retomando as críticas em relação à primeira versão do conceito de CD, o segundo ponto de preocupação foi a estabilidade, a qual, até então, enrijecia a evolução dos grupos. Quanto a isso, Swales (1993) percebeu que a comunidade sofre por constantes mudanças tanto por fatores externos quanto internos, e, portanto, sua estabilidade é relativa. Nesse sentido, novos gêneros são criados ou incorporados ao grupo, como também valores, produtos, procedimentos e regras.

Por fim, o último enfoque foi dado a homogeneização dos membros de uma comunidade devido aos objetivos comuns. A crítica revela que mesmo estando sob regimentos comuns, os conflitos existem. Além disso, esses dois últimos pareceres apontam também para o fato de os integrantes pertencerem a outras comunidades, acarretando práticas sociais híbridas.

Mesmo sofrendo alterações, a categoria comunidade discursiva se torna relevante aos estudos dos gêneros, uma vez que revela o pano de fundo dos gêneros, ou seja, suas condições de produção, distribuição e consumo (MOTTA-ROTH, 2008).

Para tanto, seis critérios se tornam relevantes para que essa categoria seja contemplada nas pesquisas de gêneros com bases sociorretóricas: 1) a existência de objetivos comuns entre seus participantes, os quais podem ser expressos ou não; 2) a presença de canais de comunicação; 3) meios de interação entre membros e não-membros; 4) a utilização de gêneros próprios do grupo; 5) léxico específico; e 6) hierarquização entre os componentes.

Essa abordagem de Swales podemos dizer que é o entremeio de outras duas concepções de comunidade: a noção de campo de Bourdieu (1996) e as comunidades disciplinares de Hyland (2009). Enquanto os estudos bourdieusianos apontam para uma abordagem de

estruturas macros, os de Hyland estariam voltados para análises de grupos menores, mais específicos, tais como os departamentos ou as áreas que formam, por exemplo, o macrocampo acadêmico.

Sendo assim, as comunidades disciplinares de Hyland (2009), mesmo sendo parte de um macrocampo, “devem ser vistas a partir de seus modos de pensar, de construir e de consumir conhecimento, suas normas, suas epistemologias específicas, seus objetivos típicos e suas práticas disciplinares orientadas para alcançar seus objetivos” (BERNARDINO, 2016, p. 126).

Com uma abordagem mais ampla, Bourdieu (1996) desenvolve a noção de campo, como um espaço estruturado de poder e, portanto, de constantes disputas entre seus participantes pelo seu monopólio/capital, que pode ser material ou imaterial/simbólico. Seus membros ocupam posições hierarquizadas, mesmo estando submetidos às mesmas regras, valores, normas e aos saberes procedimentais e representacionais, que o autor nomeou de *habitus*.

Entende-se por *habitus*,

O modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (WACQUANT *apud* ROJO; BARBOSA, 2015, p. 58).

Desse modo, podemos dizer que a sociedade (macrocampo universal) é formada e organizada por microcampos, os quais estão estruturados por leis próprias, que regulamentam os que seus integrantes podem ou não fazer e como devem agir, pensar e até mesmo sentir, de modo a receberem punições ao não atendimento desses procedimentos.

Em síntese, independentemente da abordagem e do tamanho de um campo ou de uma comunidade, podemos concluir que o seu *habitus* é materializado e mantido nos gêneros que são produzidos, os quais garantirão alcançar o capital próprio desses espaços. Em vista disso, para que novos integrantes entrem nesses lugares, é preciso que se apropriem de seus gêneros, ou, mais especificamente, do *habitus*, os quais carregam os propósitos comunicativos específicos de cada espaço.

À vista de que os propósitos comunicativos são “a força que estabelece o foco da ação retórica do gênero” (BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009, p. 26), busca, na próxima, explorar essa categoria de análise para compreender como se configura um gênero discursivo.

### 2.1.3 Os propósitos comunicativos

Vimos, na seção anterior, que os gêneros materializam os anseios de uma comunidade e se tornam canais de produção, mediação, interação e de divulgação dos produtos ou serviços gerados e prestados nesses diferentes espaços sociais. Sendo assim os gêneros apresentam em sua constituição propósitos comunicativos que estão intrinsecamente relacionados ao *habitus* de sua comunidade.

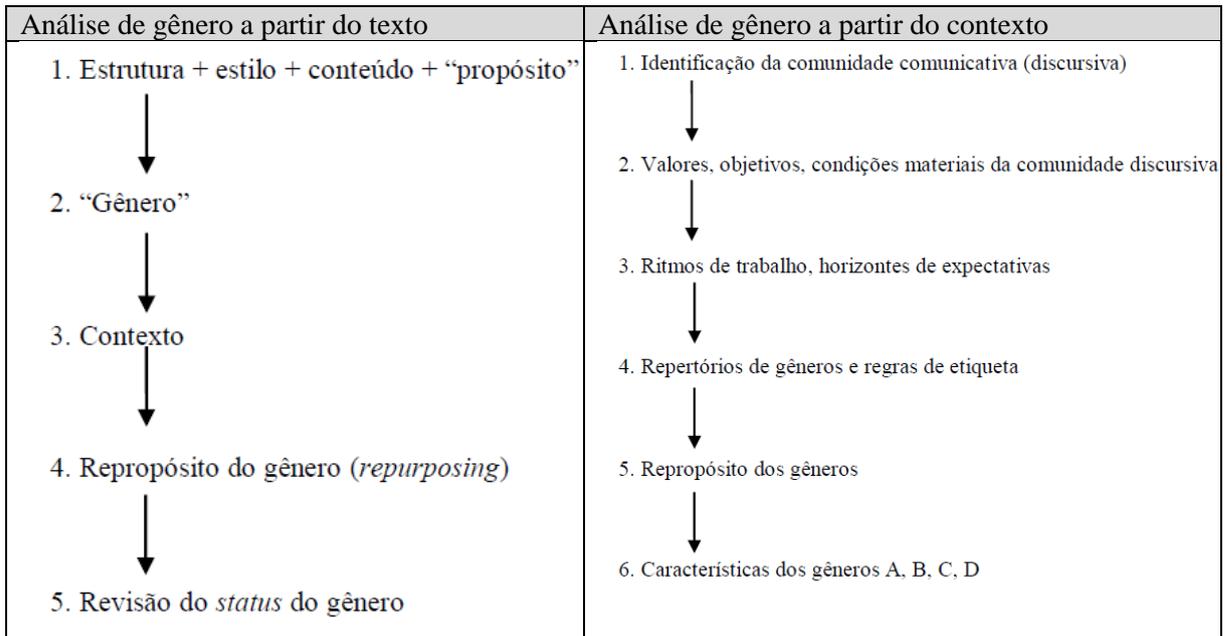
Sob essa perspectiva, os propósitos comunicativos, como categoria analítica usada no reconhecimento de um gênero, se tornam um problema, visto que são revestidos por propósitos intencionais de suas produtoras e não somente para fins textuais. Essa observação fez com que os propósitos comunicativos, que na primeira versão dos estudos de Swales (1990), estariam ligados tanto à forma textual (estrutura interna) quanto às escolhas temáticas e estilísticas para “alcançar objetivos culturalmente motivados” (EGGINS *apud* LIMA, 2013, p. 43), fossem vistos como instrumentos linguísticos extratextuais.

Ligados às formas tipificadas da linguagem, por seus pares/falantes, os propósitos comunicativos passaram a sofrer mudanças de acordo com seus contextos de produção, posto que

[...] os propósitos sociais evoluem, podendo ser expandir ou se retrair [ou seja] os quadros de atividade social e os padrões podem mudar [...] características mais prototípicas podem ocupar posição mais central, atitudes institucionais podem se tornar mais ou menos amigáveis para os de fora, e até mesmo os atos de fala podem dar espaço para diferentes interpretações (SWALES *apud* BIASI-RODRIGUES; ARAÚJO; SOUZA, 2009, p. 29).

A partir dessa constatação, a categoria inicial dos propósitos comunicativos sofre modificação e passa a se chamar “repropósito do gênero”, como pode ser visto na figura abaixo:

Quadro 3 - Repropósito do gênero: análise de gênero a partir do texto e do contexto- Repropósito do gênero: análise de gênero a partir do texto e do contexto



Fonte: Askehave e Swales (2001, p. 207-208)

Esse primeiro percurso de análise se inicia do texto para o contexto, ou seja, das estruturas internas para as externas, de modo a considerar que “cada gênero exemplifica a realização bem-sucedida de um determinado propósito comunicativo, utilizando o conhecimento convencional de recursos linguísticos e discursivos” (BHATIA, 1993, p. 16 apud LIMA, 2013, p. 45).

Assim sendo, os gêneros são reconhecidos por seus propósitos comunicativos (finalidades) que, por sua vez, são constituídos pela recorrência e estabilidade das seguintes estruturas: forma, estilo e conteúdo (situação retórica), apresentando assim uma certa padronização/tipificação nos seus inúmeros exemplares. Assim, por meio dessas estruturas, seria possível o reconhecimento do gênero, para só depois, compreender o seu contexto de produção, e por conseguinte, certificar se os seus propósitos foram realmente contemplados e se atende a um exemplar do gênero.

Em contrapartida, o segundo processo analítico, faz um caminho inverso, em que se analisa primeiro a comunidade discursiva (seu *habitus*). Em segundo, verifica-se os propósitos comunicativos do gênero, para só depois, em terceiro, classificá-lo. Por isso,

É importante pontuar que a situação retórica está relacionada não apenas com o gênero, tornando-o um conjunto de “ações retóricas tipificadas” (MILLER, 1984, p. 159), mas também com a estrutura e a prática social dentro das quais opera, tipificando a natureza das relações e identidades sociais dos participantes da interação (LIMA, 2013, p. 38).

Nessa perspectiva, o gênero é o resultado final e, portanto, o último a ser verificado. Em contrapartida, as condições e o contexto de produção são os primeiros (comunidade discursiva), posto que determinam e/ou interferem na composição do gênero. A adoção, principalmente, desse segundo procedimento analítico, contribuirá para que não haja equívocos quanto à classificação do gênero, pois, além de aderir ao critério de “repropósito do gênero”, a análise primária da comunidade discursiva e de seu *habitus* apontará os possíveis desvios no exemplar de um tipo de gênero.

Tais desvios se tornam comuns, se considerarmos que,

por meio dos gêneros textuais, os membros de cada cultura disciplinar (HYLAND, 2000) procuram divulgar teorias e descobertas tocantes a sua área assim como procuram ser compreendidos por seus pares. Essa procura por aceitação é imprescindível na escolha de qual gênero usar, de que maneira construí-lo e de como fazê-lo circular (BERNARDINO, 2016, p. 124).

Por isso que não se pode considerar que os gêneros apresentam formas fixas e rígidas. As escolhas dos gêneros a serem usados, bem como sua estruturação/composição estão designados a atenderem a comunidade da qual foi gerido.

Logo, os gêneros se tornam legitimados a partir de propósitos comunicativos que repercutem os temas e ideais (pautas políticas, crenças e valores) da comunidade em que são produzidos. E para que realizem os propósitos que são designados, são constituídos por unidades retóricas, as quais serão explicadas a seguir.

#### **2.1.4 As unidades retóricas**

O conceito de unidades retóricas<sup>18</sup> surge a partir do modelo analítico denominado CARS (*creating and research space*), criado por Swales (1990) para mapear as sequências composicionais da seção introdução do gênero artigo científico. A partir desse modelo, foi possível observar dois padrões de organização: um que consiste em estabelecer unidades maiores (*moves*), e um outro destinado às unidades menores (*steps*). Mas ambos destinados a cumprir um determinado propósito comunicativo (finalidades da seção, do gênero e consequentemente da comunidade discursiva).

---

<sup>18</sup> Swales (1990) usa os conceitos de movimentos (*moves*) e passos (*steps*) para se referir à organização retórica da seção introdução do artigo científico. Mas aqui no Brasil, a maioria dos pesquisadores que se utiliza do modelo CARS (*Creating and Research Space*), adota, respectivamente, os termos: unidades e subunidades para se referirem à organização retórica dos gêneros em estudo. Seguindo a tradição brasileira, utilizaremos os vocábulos unidade para nos referir aos movimentos e subunidades para nos referir aos passos.

Em termos gerais,

conforme Biasi-Rodrigues (1998, p. 130), "uma unidade retórica é reconhecida como uma unidade de conteúdo informacional dentro de uma estrutura hierárquica de distribuição de informações na arquitetura física do texto", podendo ser realizada a partir das escolhas possíveis de um conjunto de subunidades, de acordo com os propósitos do autor (BEZERRA, 2002, p. 48).

O gênero é, pois, constituído a partir das unidades retóricas (ações) que realiza. Esses movimentos estão relacionados tanto a sua estrutura quanto a sua função. Mas, para que haja uma distinção entre o plano estrutural e funcional do gênero, alguns autores usam as seguintes nomenclaturas: unidades retóricas para se referirem à organização estrutural; e propósitos comunicativos para se referirem à função ou ação do gênero.

Mas, de acordo com a Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG) swalesiana, são as unidades retóricas que confere uma estrutura prototípica aos gêneros. Assim,

a sequenciação e a progressão retórica do gênero são feitas por meio de unidades textuais que realizam certos propósitos comunicativos. Cada bloco textual constitui um movimento, uma estratégia retórica que visa à realização de um determinado propósito (LIMA, 2013, p. 49).

Metaforicamente, pode-se dizer que o gênero é um prato culinário. Em se tratando de um bolo de aniversário, por exemplo, independentemente de cores, sabores e formatos, três estruturas são fundamentais para que um bolo alcance o status de "bolo de aniversário", são elas: massa, recheio e cobertura. Desse modo, enquanto essas estruturas são as unidades maiores, os ingredientes que foram usados em sua construção são as unidades menores. Em relação às particularidades desse bolo (cores, sabores e formatos), pode-se dizer que estarão associadas aos propósitos comunicativos de cada comunidade discursiva a que pertencem e conseqüentemente a cumprir cada estrutura estabelecida na formação de cada refeição, ou seja, de cada gênero.

As particularidades de um gênero/bolo (cores, sabores e formatos) estão associados aos objetivos culturalmente motivados (forma, estilo e conteúdo), ou seja as finalidades a serem alcançados por seus produtores. Devido a essas particularidades é que um mesmo gênero poderá ter unidades retóricas diferentes, como é o caso do artigo científico. Esse, como será discutido posteriormente, apresentam diversidade em sua composição em função do atendimento a sua comunidade de origem. Sendo assim, recebem coloridos e formatos distintos. Justifica-se, assim, a necessidade de se analisar a categoria de comunidade discursiva para posteriori, analisar-se um gênero.

Segundo Swales (1990), a comunidade discursiva é um agrupamento de agentes que têm metas iguais, tácitas ou não, e que adota uma linguagem (enunciados, formas discursivas, léxico) interna particular. Além de limitar e regular os escritos de seus integrantes, a comunidade dificulta a entrada de novos membros. Além disso, para que se legitime uma comunidade, uma práxis (procedimentos e práticas) deve ser estabelecida. Os gêneros específicos dessa comunidade cumprem essa função de legitimação. Por conseguinte, para refletir todas as ações rotineiras que são realizadas, a comunidade discursiva incorpora um conjunto de ações metadiscursivas estruturadas nos gêneros discursivos, os quais materializam sua razão de existência.

Assim, retomando à metáfora do bolo, em se tratando da comunidade discursiva “confeitaria”, vale ressaltar que, dentre esse segmento, existem várias comunidades que não necessariamente possuem os mesmos objetivos, procedimentos e práticas.

De acordo com essa diversidade de comunidades e gêneros, e considerando ainda que dentro de uma mesma comunidade, existem outras, que Hyland (2009) nomeia de comunidades disciplinares; o Modelo CARS (*creating and research space*) se tornou uma ferramenta analítica muito usada no estudo retórico dos gêneros. Na próxima seção, será feita uma breve discussão sobre esse método.

### 2.1.5 O Modelo CARS

Swales (1990), no estudo das introduções do gênero artigo de pesquisa, estabelece um protótipo analítico chamado CARS (*creating and research space*)<sup>19</sup>. A partir desse modelo, muitos outros gêneros textuais puderam ser mapeados.

Esse modelo será apresentado no quadro a seguir, o qual apresenta as unidades retóricas das introduções do gênero artigo científico.

---

<sup>19</sup> Segundo Bernardino (2016, p. 128), “O modelo CARS – Create a Research Space surgiu a partir de duas etapas de estudo: a primeira com um corpus de 48 exemplares (SWALES, 1984), e a segunda com um corpus de 110 introduções de artigos das áreas de Física, Educação e Psicologia (SWALES; NAJJAR, 1987 apud BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009). Mesmo tendo sido desenvolvido para a análise do estudo de introduções de artigos de pesquisa, o modelo CARS não demorou até ser usado para a análise de outros gêneros acadêmicos”.

Quadro 4 - CARS (creating and research space) de Swales (1990)

MOVE 1: ESTABLISHING A TERRITORY	ESTABELECEER O TERRITÓRIO	SITUATION
STEP 1: Claiming centrality STEP 2: Making topic generalizations STEP 3: Reviewing items of previous research	PASSO 1: Estabelecer a importância do estudo PASSO 2: Fazer generalizações quanto ao tópico PASSO 3: Revisar a literatura de pesquisas prévias	
MOVE 2: ESTABLISHING A NICHE	ESTABELECEER O NICHU	PROBLEM
STEP 1A: Counter-claiming STEP 1B: Indicating a gap STEP 1C: Question-raising STEP 1D: Continuing a tradition	PASSO 1A: Contra argumentar PASSO 1B: Indicar uma lacuna PASSO 1C: Levantar questionamento PASSO 1D: Continuar a tradição	
MOVE 3: OCCUPYING THE NICHE	OCUPAR O NICHU	SOLUTION
STEP 1A: Outlining purposes STEP 1B: Announcing present research STEP 2: Announcing principal findings STEP 3: Indicating RA structure	PASSO 1A: Delinear os objetivos PASSO 1B: Anunciar a presente pesquisa PASSO 2: Apresentar os principais achados PASSO 3: Indicar a estrutura do artigo	

Fonte: Swales *apud* Caetano e Marian (2019, p. 484)

Nesse quadro, pode ser observado que as introduções do artigo científico são constituídas por unidades maiores (*moves*) e unidades menores (*steps*), que em conjunto são responsáveis por realizar o propósito comunicativo (finalidade) do gênero. São apresentados um total de três movimentos (*moves*) e onze subunidades (*steps*), em sentido decrescente para a organização dessa seção.

Considerando que, “em especial, os gêneros acadêmicos são espaços de interação social, de negociação entre pares, de construção de posicionamento e avaliação” (BERNARDINO, 2007, p. 21), pode-se dizer que as unidades retóricas (*moves* e *steps*) precisam cumprir os propósitos para o qual o gênero foi designado.

Sob essa perspectiva, o primeiro movimento constituinte da seção introdução do artigo científico é “estabelecer o território”. Para que se cumpra esse propósito, três são as subunidades: 1) Estabelecer a importância da pesquisa e/ou; 2) Fazer generalização (ões) quanto ao tópico e/o; 3) Revisar a literatura (pesquisas prévias). Essas, por sua vez, não são obrigatórias, e portanto, nem todos os exemplares apresentam essas subunidades em sua organização retórica. A primeira é muito recorrente na comunidade acadêmica, pois chama a atenção da comunidade para a importância do estudo em questão, e logo se torna muito recorrente entre os pesquisadores. A segunda faz uma pequena apresentação/discussão do

tópico em estudo. E a terceira faz uma apresentação geral das pesquisas que já foram realizadas e que se aproximam do tema do estudo.

A segunda unidade, consiste em “estabelecer o nicho”. De forma não taxativa, quatro subunidades são apresentadas para que o pesquisador exponha a relevância de seu trabalho, como também seu ineditismo ou distinção: 1A) Contra-argumentar ou; 1B) Indicar lacuna(s) no conhecimento ou; 1C) Provocar questionamento ou; 1D) Continuar a tradição. Dentre eles, a subunidade 1B é privilegiada nas pesquisas, por exibir lacunas que validem estudos similares.

O último movimento é “ocupar o nicho”, o qual também apresenta quatro subunidades: 1A) Delinear os objetivos ou 1B) Apresentar a pesquisa; 2) Apresentar os principais resultados e 3) Indicar a estrutura do artigo. Diferentemente das subunidades dos movimentos anteriores, essas demonstram uma certa obrigatoriedade. A subunidade 1 é obrigatória, pois é a principal. Para atendê-la, o pesquisador tem duas opções: listar os objetivos dos estudos ou um tecer um panorama geral do que será feito. As outras duas subunidades podem ou não aparecer, visto que muitos estudos ainda se encontram em desenvolvimento e nem todos apresentam uma síntese de cada seção.

A partir desse modelo, muitos gêneros foram analisados e hoje têm sua organização retórica mapeada e aplicadas tanto para fins didáticos quanto científicos. Será usado, neste estudo, esse modelo inicial, como suporte analítico, para percebermos as diferenças e similitudes entre as unidades retóricas dos artigos acadêmicos convencionais e a dos artigos insurgentes.

De forma complementar a esse modelo, recorrer-se-á aos estudos de Motta-Roth e Hendges (2010) e de Costa (2015), os quais analisaram as demais seções do gênero artigo científico. De forma mais precisa, será usado o trabalho de Bernardino e Valentim (2016), os quais exibem as unidades retóricas do artigo de cunho experimental e o de viés bibliográfico, sendo esse último mais interessante neste estudo.

## **2.2 Padrão da organização retórica do gênero artigo científico**

Pensar em um padrão para o gênero artigo científico ou para tantos outros é um tanto audacioso. Em discussões anteriores já foram apontadas as especificidades que cada comunidade possui, mesmo sendo essas de um mesmo segmento, porém, também foi percebido no texto de Swales (1990) que há uma estrutura prototípica de cada gênero, ou seja uma estrutura regular mínima que o tipifica. Sendo assim, ao se referir a “padrão de organização retórica” do artigo científico, estará sendo falado de uma composição retórica basilar, comum

aos diferentes exemplares desse gênero. Por esse motivo, a próxima seção será iniciada, de modo a refletir sobre o funcionamento do artigo científico no campo acadêmico e de suas nuances, as quais dão indicativos para novas classificações ou subclassificações.

### **2.2.1 O funcionamento do gênero no campo acadêmico**

Foi no século XVII, mais especificamente, em 1665, que o artigo científico surgiu aproximando-se mais dos modelos que são apresentados atualmente. Com a intenção de substituir as cartas informativas, as quais eram usadas para propagar as descobertas científicas da época, surgiu o primeiro periódico *The Philosophical Transactions of the Royal Society*. Os artigos que foram publicados nele, no período de 1665 a 1800, viraram objeto de estudo para Bazerman, o qual, segundo Pinheiro (2016, p. 50), constatou que “embora exista a tendência em se achar que os experimentos foram uma das bases fundadoras da ciência, somente um número pequeno dos artigos publicados nesse periódico apresentava resultados de experimentos”.

Os artigos que antes apresentavam relatos das observações de fenômenos naturais, tais como descobertas astronômicas e terremotos, foram se tornando mais complexos com o passar do tempo, de forma a acompanhar a evolução das pesquisas, como também o surgimento ou as reconfigurações de outros gêneros científicos.

Atualmente, vale ressaltar que diferentemente dos outros gêneros científicos (resumo, resenha, ensaio, dissertação e tese), o artigo científico recebe uma atenção de destaque. Segundo Motta-Roth e Hendges (2010b), a relevância de sua elevada produção se justifica pelo fato desse gênero possuir características que “permitem descrição do estudo, exposição e avaliação dos resultados e argumentação que convence o leitor de que o estudo é relevante através do cumprimento das convenções da comunidade acadêmica” (BERNARDINO, 2016, p. 125). Sua relevância se justificaria assim por seu impacto de caráter cultural, de modo que, segundo Forattini (1996), “procura enriquecer o acervo de conhecimentos, sem ter obrigatoriamente uma função prática” (CAETANO; MARIAN, 2019, p. 480).

Mas um outro olhar pode ser lançado em relação a essa enorme produção de artigos na comunidade acadêmica: o valor utilitarista ou mercadológico, o qual, de acordo ainda com esse mesmo autor, “diz respeito ao impacto à natureza intrínseca do estudo aplicado, que pode ser medido pelos produtos resultantes do aperfeiçoamento tecnológico sendo passível de comissões, patentes etc.” (CAETANO; MARIAN, 2019, p. 480).

Para agitar esse mercado de produtos científicos, os quais se encontram intrinsecamente interligados à produção laboral, foi disseminado no mundo acadêmico o seguinte *slogan* “publique ou pereça”. Mas, mais que uma agitação, o ato de publicar tornou-se um requisito admissional tanto nos processos seletivos de docentes, quanto nos de discentes, de modo a forçar uma produção massiva, sobretudo de artigos científicos. Isso mostra que o critério “produtividade” é imprescindível para aqueles que queiram atuar no cenário acadêmico.

Porém, de acordo com Castro (2018), a noção de produtivismo está associada aos padrões de consumo material e imaterial. Nesse sentido, toda a produção acadêmica deve estar voltada a atender as tendências do mercado. Fato esse que pode ser facilmente observado nos programas de pós-graduações, cuja cada linha de pesquisa e seus projetos estão direcionados a atender seus financiadores na produção de materiais didáticos ou não, na elaboração de políticas públicas, na formação ideológica e militante. Nesses termos, a noção de produtivismo

está voltada para uma produção massificada, fundamentada em um padrão produtivo organizacional e determinada pela interpenetração entre atividades laborativas e a ciência associando a potência do trabalho vivo à potência do conhecimento técnico científico na produção de valores materiais e imateriais (CASTRO, 2018, p. 67).

Dessa forma, a regulação, a normalização, a indução e o controle que se instauraram no acervo acadêmico, estendem-se não somente a uma lógica puramente científica, mas à luz do capital, sendo gerida pelos programas de pós-graduação e gestada pelos órgãos que certificam a qualidade, CAPES E CNPQ. Adquirindo assim uma moeda de valor cultural, o conhecimento (matéria-prima), e, conseqüentemente, a universidade passaram a ser indispensável ao desenvolvimento econômico (CASTRO, 2018). Logo, o artigo científico se torna a mercadoria mais valiosa e, por conseguinte, mais requisitada no mundo acadêmico.

O artigo científico, como sendo um dos mais usuais produtos da atividade intelectual acadêmica, se encontra nas diferentes comunidades disciplinares e por isso assume formas diversificadas em sua composição. Mesmo apresentando configurações diversas, o artigo segue ainda uma certa estabilidade em sua forma composicional, como pode ser observado nos manuais de metodologia de textos científicos, que definem artigo científico como: “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (CAETANO; MARIAN, 2019, p. 482)

Quase que de forma unânime entre os teóricos, um gênero discursivo é “um conjunto relativamente estável de convenções, que é associado com, e parcialmente engendra, um tipo socialmente ratificado de atividade [...]” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 126). Sob essa perspectiva,

o gênero “artigo científico” é “um texto, de aproximadamente 10 mil palavras, produzido com o objetivo de publicar, em periódicos especializados, os resultados de uma pesquisa desenvolvida sobre um tema específico” (MOTTA-ROTH, 2010, p. 65). Além disso, independentemente da área do saber científico, esse gênero tem a função de estabelecer um diálogo entre seus participantes acerca dos estudos que estão sendo realizados.

Ainda acerca do reconhecimento desse gênero, segundo Pan e Litenski (2018, p. 530), “na Universidade são reproduzidos tipos próprios de enunciados dado às suas funções e às condições de sua produção, definidos como gêneros discursivos complexos ou secundários (Bakhtin, 2011)”. Assim, classificado como gênero secundário, o artigo científico encontra-se em sua forma escrita e está associado a um determinado campo ou esfera. Enquanto, em contrapartida, um gênero primário é proveniente da oralidade e produzido de forma espontânea. Logo, “os gêneros não dizem respeito ao que se fala ou sobre o que se fala em uma atividade social, mas delimitam “quem são os participantes envolvidos” e “quais são as relações sociais entre esses participantes” (KRESS *apud* MOTTA-ROTH, 2010, p. 46). Em síntese, estes são “práticas sociais culturalmente reconhecidas, instanciadas por agrupamentos típicos de modalidades retóricas” (MEURER, 2002, p. 68 *apud* MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010a, p. 46), ou seja, por movimentos retóricos que apresentam certa estabilidade e recorrência nos diversos protótipos. Apontamentos esses que só reforçam a noção de gênero discursivo apresentada por Swales (1990), a qual reveste esse estudo.

No que tange ao artigo científico, aparecem sequências narrativas e descritivas, mas de forma predominantemente a expositiva. Essa variação decorre da finalidade que cada seção tem e desempenha dentro do texto. Dessa forma, as modalidades ou sequências narrativas, expositivas, descritivas poderão se alternar em atendimento aos propósitos comunicativos que possuem cada unidade retórica.

De acordo com os manuais de escrita acadêmica, fazem parte desse gênero as seguintes unidades retóricas: estruturas externas (título, autor/es, epígrafe (facultativa), resumo e/ou abstract, palavras-chave e referências) e quatro seções internas que formam o conteúdo ou corpo do texto, que são: introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados e discussão. As unidades retóricas que formam essas seções não possuem forma fixa, dado que, por estarem a serviço de uma determinada comunidade discursiva e determinados propósitos comunicativos, são passíveis de mudanças.

Quanto aos estilos de linguagem empregados nos gêneros, pode-se dizer que eles estão relacionados de forma intrínseca com os propósitos comunicativos e com a comunidade

discursiva à qual estejam ligados. Essa diferença de estilos é explicada por Bakhtin, o qual afirma que

A relação orgânica e indissolúvel do estilo com o gênero se revela nitidamente também na questão dos estilos de linguagem ou funcionais. No fundo, os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. [...] Uma determinada função (científica, técnica, publicitária, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (BAKHTIN, 2011, p. 266).

Em se tratando dos gêneros acadêmicos, por exemplo, os manuais de orientação de trabalhos científicos apresentam as seguintes características linguísticas: “a) clareza e objetividade; b) linguagem direta, precisa e acessível; c) frases curtas e concisas; d) simplicidade, evitando-se estilo prolixo, retórico ou confuso” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 250-251).

Acerca dessas e de outras características que delineiam a escrita acadêmica, Souza e Nascimento (2018) apontam para o fato de haver um pensamento disciplinar que estrutura o conhecimento como uma árvore, cujas raízes estão fundadas na colonialidade do saber. Os manuais são as raízes que nutrem e vão definir os frutos a serem produzidos. Utilizados nas aulas de Metodologia do trabalho acadêmico, ditam todos os parâmetros que garantirão a qualidade da produção acadêmica. Parâmetros esses exigidos pelo mercado editorial e internacional, o quais são eficientes mecanismos de “‘controle de fronteira são’, portanto, formas de garantir a alegada universalidade científica” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 252), bem como “concepções de escrita acadêmica universais” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 258).

Tais concepções, segundo esses autores, garantem a neutralidade e a objetividade da linguagem utilizada na escrita acadêmica, pois afastam todo o tipo de rastro identitário (linguagem sentimental, verbalismo vazio, linguagem hermética ou esotérica). Controlar os “recursos linguísticos é, nesse sentido, uma forma de legitimar determinadas práticas comunicativas de grupos dominantes” (SOUZA; NASCIMENTO, 2018, p. 262), como também de restringir a produção do saber.

A linguagem científica deixa de ser acessível à população em geral, para estar a serviço e restrito aos pares, membros ou falantes internos. Nesse sentido, o estilo da escrita científica é representado no discurso acadêmico como uma atividade utilitarista, na qual a linguagem é vista como um mero instrumento para o alcance de alguns objetivos, que “busca dar corpo à interpretação objetiva da realidade, superando o imediatismo da opinião e do senso comum,

buscando expedientes de universalização e generalidade” (PEREIRA, 2013, p. 216). Assim, os sujeitos e suas histórias de vida, os contextos e as culturas são subjugados a esse viés utilitarista da escrita, em que a linguagem científica preconiza a impessoalidade e a neutralidade, elementos centrais na tradição acadêmica, por ser ela “o dispositivo que permite o controle e estabelecimento de um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso” (FOUCAULT *apud* PEREIRA, 2013, p. 216).

Aliada à neutralidade da linguagem, outra característica, que se faz marcante na especificação desse gênero, é o distanciamento do pesquisador, o qual assume o papel de mero expectador. Geralmente sem legitimidade discursiva, o pesquisador busca, através das vozes das autoridades científicas, a validação de seus argumentos. Logo, a prática da referenciação, principalmente das notoriedades, se torna comum na produção de gêneros acadêmicos. Assim, a recorrência a citações

[...] faz parte de um conjunto de significados, valores e relações - de poder - entre os membros da comunidade científica, cujas configurações enunciativas requerem do estudante certos posicionamentos na construção discursiva de seus textos, de sua identidade (PAN; LITENSKI, 2018, p. 530).

Essa prática exaustiva ao longo da escrita acadêmica corrobora para a homogeneização do estilo da escrita, como também para visibilizar e promover os membros legítimos da comunidade. Além disso, as normas da ABNT <sup>20</sup>( Associação Brasileira de Normas Técnicas) no que tange ao estilo de linguagem e à estética textual promovem ainda mais o cerceamento da criatividade e da autonomia dos sujeitos que querem pesquisar.

Por fim, quanto à organização retórica desse gênero, Swales (1990) apresenta quatro unidades básicas (seções): introdução, métodos, resultados e discussão (IMRD), os quais estariam mais direcionados à organização de artigos do tipo experimentais (BERNARDINO, 2016). Por sua vez, as unidades retóricas de cada uma dessas seções não foram desenvolvidas por Swales (1990), o qual se restringiu a apresentar, por meio do modelo CARS (mostrado anteriormente), as unidades e as subunidades constituintes apenas da seção Introdução do artigo científico. Já as demais seções aparecem em estudos como os de Nwogu (1997), Oliveira (2002; 2003) Yang e Alisson (2003), Motta-Roth e Hendges (2010b), Costa (2015), e Bernardino e Valentim (2016), dos quais elegeremos alguns para nos servirem de demonstração.

---

<sup>20</sup> Segundo o Wikipédia, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) “é o órgão responsável pela normalização técnica no Brasil, fornecendo insumos ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Trata-se de uma entidade privada e sem fins lucrativos e de utilidade pública, fundada em 1940”.

## 2.2.2 Unidades retóricas típicas do gênero artigo científico

Para fins didáticos, Motta-Roth e Hendges (2010b) apresentam, em sua obra *Produção textual na universidade*, as unidades retóricas e as subunidades que constituem o artigo científico. Essas, por sua vez, foram distribuídas em uma nova reconfiguração: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia e Resultados/Discussão (BERNARDINO, 2017). A partir dessa obra, foi elaborado o quadro abaixo que apresenta, de forma ampla, as unidades retóricas composicionais do artigo científico.

Quadro 5 - Modelo padrão dos Unidades retóricas do gênero artigo científico

<b>Seção 1 – INTRODUÇÃO:</b> A função retórica dessa seção é justificar a importância da pesquisa, isto é, apontar as razões para a realização do estudo, da escolha do tema e do problema da pesquisa, bem como da base teórica e/ou metodológica.	
<b>Unidade 1</b> – Estabelecer um território	<b>Subunidade 1A:</b> Asseverar a importância do assunto e/ou <b>Subunidade 1B:</b> fazer generalização (ões) sobre o assunto e/ou <b>Subunidade 1C:</b> revisar itens de pesquisa prévia.
<b>Unidade 2</b> – Estabelecer um nicho	<b>Subunidade 2A:</b> Apresentar argumentos contrários a estudos prévios ou <b>Subunidade 2B:</b> identificar questionamentos ou continuar uma tradição.
<b>Unidade 3</b> – Ocupar o nicho	<b>Subunidade 3A</b> Esboçar os objetivos ou anunciar a presente pesquisa ou <b>Subunidade 3B:</b> anunciar principais resultados ou <b>Subunidade 3C:</b> indicar estrutura do artigo.
<b>Seção 2 – REVISÃO DE LITERATURA:</b> A função retórica dessa seção é utilizar, reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outra(os) autoras(es); uma questão básica de ética acadêmica e de consciência sobre o grau de ineditismo da nossa pesquisa.	
<b>Unidade 4</b> – Estabelecer interesse profissional no tópico ou fazer generalizações do tópico	A literatura na área é citada de modo amplo, em termos de interesse geral e generalizações.
<b>Unidade 5</b> – Citar pesquisas prévias ou estender pesquisas prévias	São citadas questões mais específicas apontadas por estudos prévios.
<b>Unidade 6</b> – Contra-argumentar pesquisas prévias ou indicar lacunas em pesquisas prévias	<b>Subunidade 6A</b> Sinalizar uma oposição a essas pesquisas ou <b>Subunidade 6B</b> indicar lacunas em pesquisas prévias, revelando que o estudo anterior não é conclusivo e apresenta alguma limitação.
<b>Seção 3 – METODOLOGIA:</b> A função retórica dessa seção é narrar os procedimentos de coleta e análise dos dados e descrever os materiais que levam a obtenção de resultados, com maior ou menor detalhamento, dependendo do objeto de estudo.	
<b>Unidade 7</b> – Descrever procedimento (s) de coleta de dados	Descrevendo o local da amostra, narrando as subunidades de coleta de dados e justificando os procedimentos de coleta de dados.
<b>Unidade 8</b> – Delinear o (s) procedimento (s) para mensurar variáveis	Apresentar uma visão geral do design, explicar e justificar o(s) método(s) para mensurar as variáveis.

<b>Unidade 9</b> – Elucidar o (s) procedimento (s) de análise de dados	Relatar o (s) procedimento(s) de análise dos dados, justificando-os e prevendo resultados.
<b>Seção 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:</b> A função retórica dessa seção é relatar resultados de uma pesquisa, avaliando-os em relação à literatura na área e fornecendo uma conclusão quanto a seu significado.	
<b>Unidade 10</b> – Recapitulação de informações metodológicas	É aquela em que se relembra as etapas de análise do estudo em questão.
<b>Unidade 11</b> – Declaração dos resultados	É basicamente descritiva e, em geral, envolve valores numéricos ilustrados por tabelas e gráficos. Pode também compreender a comparação entre duas ou mais variáveis.
<b>Unidade 12</b> – Explicação do final (in) esperado	Caracteriza-se pela interpretação e discussão dos dados, tentando explicar as possíveis causas, razões e circunstâncias.
<b>Unidade 13</b> – Avaliação da descoberta	Indica-se em que medida os resultados da descoberta foram significativos e quais são as consequências para a área em que seu estudo se insere.
<b>Unidade 14</b> – Comparação da descoberta com a literatura	Faz-se referência a pesquisas prévias na área, comparando a descoberta com a literatura: se os resultados são similares ou diferentes.
<b>Unidade 15</b> – Generalização	Fazem-se generalizações que podem ser direcionadas especificamente para seu estudo, ou ainda para a área como um todo.
<b>Unidade 16</b> - Resumo	Destacam-se os resultados mais relevantes do estudo ou sugestões para futuras pesquisas.
<b>Unidade 17</b> - Conclusão	Essa seção pode aparecer como uma subparte da discussão dos resultados ou ainda como uma seção independente, que tem por finalidade concluir o que foi feito e a significação disso para a área.

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir da obra de Motta-Roth e Hendges, (2010).

Como pode ser visto, Motta-Roth e Hendges (2010b) fazem o mapeamento das unidades retóricas do artigo científico, de forma a contemplar quaisquer comunidades disciplinares<sup>21</sup>. Para tanto, elas apresentam um total de 17 unidades e subunidades, que mesmo sendo mais generalizadas, podem se adequar às diferentes necessidades. Tal generalização, pode ser explicada mediante à finalidade dessa obra, que por ser um manual, é a de instruir quaisquer acadêmicos acerca da elaboração do gênero. Assim, podemos perceber que as unidades retóricas, que no quadro aparecem, foram originadas de fontes distintas das diferentes áreas do saber.

<sup>21</sup> O conceito de "comunidade disciplinares" é cunhado por Hyland (2009), que associa os diferentes departamentos constituintes do espaço acadêmico/ universidade aos termos das disciplinas, uma vez que são vistos "a partir de seus modos de pensar, de construir e de consumir conhecimento, suas normas, suas epistemologias específicas, seus objetivos típicos e suas práticas disciplinares orientadas para alcançar seus objetivos" (BERNARDINO; VALENTIM, 2016, p. 126).

Em relação às unidades retóricas do artigo científico apresentadas em manuais, Pinheiro (2016) apresenta um estudo que consistiu em analisar de forma contrastiva quatro manuais de produção de gêneros acadêmicos<sup>22</sup>, a saber: *Produção textual na universidade*, de Désirée Motta-Roth e Graciela Rabuske Hendges (2010); *Manual de artigos científicos*, de Hortência de Abreu Gonçalves (2013); *Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar*, de Mauricio Gomes Pereira (2014); e *Guia prático para redação científica*, de Gilson Luiz Volpato (2015). Dentre esses autores, as três primeiras pertencem à área das ciências sociais e humanas (Letras e História), enquanto os dois últimos, são da área das ciências biológicas (Medicina e Biologia).

Dentre os resultados obtidos por Pinheiro (2016), chama-nos atenção o fato de que apenas o manual de Désirée Motta-Roth e Graciela Rabuske Hendges (2010) está fundamentado nos estudos de gêneros. Isso nos lança luz de que as unidades retóricas listadas na obra dessas autoras podem ser usadas como categorias de análise em pesquisas, visto que dos quatro,

[...] três manuais não estão calcados em suporte teórico advindo de teorias vinculadas aos estudos de gêneros textuais, a saber: o manual de Gonçalves (2013), Pereira (2014) e Volpato (2015). Já o manual de Motta Roth e Hendges (2010) tem como base um suporte teórico advindo, especificamente, das teorias de gêneros acadêmicos. “Tanto a reflexão teórica quanto à prática pedagógica referidas aqui foram construídas sobre as bases do trabalho de John Swales sobre gêneros discursivos acadêmicos [...]” PINHEIRO, 2016, p. 209).

Em acréscimo a esse resultado, está o fato de essas três obras desconsiderarem também a diversidade de culturas disciplinares, visto que o de Pereira (2014) ainda é incipiente. Em síntese, o trabalho de Pinheiro (2016) revela que dos quatro manuais analisados, apenas o de Motta-Roth e Hendges (2010b) apresenta uma organização retórica das informações, visto que o de Pereira (2014) apresenta-se em um estágio muito inicial por não ter nenhum modelo retórico como base teórica.

No que tange à diversidade do gênero artigo científico, vale ressaltar aqui, que tanto os exemplares unidades quanto as unidades retóricas podem variar de um para outro exemplar. Essa variação é explicada a partir das comunidades disciplinares envolvidas, visto que “cada área tem uma cultura própria que se traduz em um objeto de estudo próprio”, e, portanto, “modos particulares de construir objetivos e procedimentos, [...] maneiras de usar a linguagem” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 68).

---

<sup>22</sup> Esses quatro manuais constitui o corpus do trabalho de Pinheiro (2016) e não são pontos de partida para análise dos movimentos retóricos da carta-artigo. Os resultados apresentados por Pinheiro (2016) serviram para principalmente apontar que dos manuais de textos acadêmicos, apenas um foi desenvolvido a partir do estudo dos gêneros. Sendo assim a maioria dos manuais analisados apresentam apenas uma lista de passos gerais e práticos a serem seguidos sem considerar as particularidades de cada comunidade discursiva e disciplinar.

Essas particularidades estão relacionadas aos propósitos de cada comunidade e consequentemente, da necessidade de variação no interior desse gênero, haja vista que há

[...] artigos que apresentam uma visão histórica de um determinado campo de conhecimento; artigos que descrevem a situação atual de um campo do conhecimento; artigos que propõem uma teoria ou modelo para resolver alguma questão no campo de conhecimento e artigos que chamam a atenção para alguma questão do campo de conhecimento (SWALES, 2004, p. 208 apud BERNARDINO; VALENTIM, 2016, p. 126).

Mas o que se pode observar é que, mesmo os artigos acadêmicos possuindo especificidades próprias de acordo com suas comunidades disciplinares, cada uma de suas unidades retóricas (seções) possuem propósitos comunicativos comuns, os quais de acordo com Motta-Roth e Hendges (2010b) são:

- 1) Introdução: justificar a importância da pesquisa, isto é, apontar as razões para a realização do estudo, a escolha do tema e do problema da pesquisa, bem como da base teórica e/ ou metodológica;
- 2) Revisão de Literatura: estabelecer um diálogo entre as diferentes teorias, de modo a dar crédito ao estudo proposto e aos pesquisadores afins;
- 3) Metodologia: narrar os procedimentos de coleta e análise dos dados e descrever os materiais que levam a obtenção dos resultados;
- 4) Análise e Discussão do Resultados: relatar os resultados de uma pesquisa, avaliando-os em relação à literatura na área e fornecendo uma conclusão quanto a seu significado.

Geralmente, o que difere um tipo de artigo de outro são as unidades e subunidades, pois, no tocante às seções (unidades temáticas), seguem um padrão de organização geral. Uma exceção seriam os artigos de revisão de literatura, os quais são mais comumente encontrados nas áreas das Ciências Sociais e das Humanidades. Em relação a eles, Bernardino (2007) infere que, por terem como objetivo apenas apresentar um percurso histórico de uma determinada área do conhecimento, não possuem as unidades retóricas de “Metodologia” e “Resultados e Discussão”. Isso foi comprovado por Bernardino e Valentim (2016) no estudo *O gênero artigo científico e a cultura disciplinar da área do Direito: as primícias de uma análise sociorretórica*. Nele, os autores fizeram a análise sociorretórica dos artigos científicos dos tipos bibliográficos e experimentais, dentro da comunidade discursiva/disciplinar do Direito. Fundamentados pela obra de Swales (1991) e de alguns de seus sucessores, os pesquisadores conseguem mapear as seguintes unidades.

Quadro 6 - Descrição geral das unidades retóricas do “artigo de revisão de literatura” e do “artigo experimental”

Descrição retórica do artigo de revisão de literatura	Descrição retórica do artigo experimental
<p><b>Unidade retórica - Introdução</b>  Subunidade 1 - Estabelecendo a importância da pesquisa  Subunidade 2 - Construindo contextualização histórica  Subunidade 3 - Delineando os objetivos  Subunidade 4 - Indicando a estrutura do artigo</p> <p><b>Unidade retórica - Revisão de literatura</b>  Subunidade 1 - Estendendo pesquisas prévias  Subunidade 2 - Apresentando doutrina  Subunidade 3 - Apresentando legislação  Subunidade 4 - Apresentando doutrina  Subunidade 1 - Estendendo pesquisas prévias  Subunidade 5 - Apresentando casos  Subunidade 1 - Estendendo pesquisas prévias  Subunidade 5 - Apresentando casos</p> <p><b>Unidade retórica - Conclusão</b>  Subunidade 1 - Sumarizando o estudo  Subunidade 2 - Apresentando implicações a partir da pesquisa.</p>	<p><b>Unidade retórica - Introdução</b>  Subunidade 1 - Apresentando legislação  Subunidade 2 - Fazendo generalizações quanto ao tópico</p> <p><b>Unidade retórica - Revisão de literatura</b>  Subunidade 1 - Construindo contextualização histórica  Subunidade 2 - Estendendo pesquisas prévias</p> <p><b>Unidade retórica - Metodologia</b>  Subunidade 1 - Descrevendo a amostra  Subunidade 2 - Apresentando o tipo de pesquisa  Subunidade 3 - Indicando instrumento de coleta de dados  Subunidade 4 - Narrando as subunidades de coleta de dados</p> <p><b>Unidade retórica - Resultados e discussão</b>  Subunidade 1 - Apresentando os resultados  Subunidade 2 - Comparando os resultados obtidos com a literatura  Subunidade 1 - Apresentando os resultados  Subunidade 3 - Interpretando resultados  Subunidade 4 - Apresentando doutrina  Subunidade 1 - Apresentando os resultados  Subunidade 4 - Apresentando doutrina  Subunidade 1 - Apresentando os resultados</p> <p><b>Unidade retórica - Conclusão</b>  Subunidade 1 - Sumarizando o estudo  Subunidade 2 - Construindo posicionamento frente aos dados apresentados  Subunidade 3 - Apresentando implicações a partir da pesquisa</p>

Fonte: Bernardino e Valentim (2016, p. 130-133)

A partir desse estudo, pode ser observado que a primeira diferença entre os tipos de artigos é a quantidade de unidades retóricas, conforme apontado por Bernardino (2007). Outro aspecto relevante é a “possível existência de unidades retóricas ainda não descritas pelos autores citados em nosso aporte teórico, como ‘Apresentando legislação’, ‘Apresentando doutrina’ e ‘Apresentando casos’; e a importância da contextualização histórica das leis” (BERNARDINO; VALENTIM, 2016, p. 139). Isso mostra que tanto as unidades informacionais quanto a organização retórica desse gênero possuem uma estabilidade relativa, a qual está diretamente ligada aos propósitos comunicativos da comunidade discursiva (SWALES, 1990) ou à comunidade disciplinar (HYLAND, 2009) de que pertencem. Aí a importância de compreender esses espaços discursivos apontados nos estudos da ASG.

Quanto aos resultados comparativos desses dois tipos de artigos, Bernardino e Valentim (2016) chamam a atenção para o fato de que, na maioria dos exemplares do artigo bibliográfico, a Introdução é construída por quatro subunidades: exposição da justificativa da relevância da pesquisa, contextualização histórica sobre o tema, apresentação dos objetivos e da estrutura das partes composicionais do texto. Já no artigo experimental, percebe-se uma predileção por fazer primeiro uma apresentação da legislação para posteriormente expor o tema, de modo que a maioria das informações sobre a pesquisa (objetivos, relevância) sejam apresentados em uma outra seção, como por exemplo no Resumo, sendo assim se torna mais concisa.

A seção de revisão de literatura do artigo experimental também é mais concisa, uma vez que a maior concentração de informação será destinada às seções de metodologia e resultados e discussão. Nestas, serão apresentadas, primeiramente a descrição da amostra, o tipo de pesquisa, o instrumento de coleta de dados e as subunidades de coleta de dados, e posteriormente, a exposição dos resultados, os quais são comparados com a literatura e depois interpretados também a luz da doutrina.

Diferentemente, o artigo de revisão de literatura concentra todo os seus esforços na seção de revisão de literatura, apresentando nela uma vasta discussão teórica sobre o tema em questão. Para tanto, é recorrente as seguintes unidades: estender pesquisas prévias, apresentar doutrina e legislação, e divulgar casos.

No tocante à conclusão, Bernardino e Valentim (2016) afirmam ser essa seção bastante semelhante nos dois tipos de artigos, pois em ambos exibe os sumários do estudo e suas implicações.

De forma a ampliar um pouco mais o estudo retórico do gênero artigo científico, recorre-se ao trabalho de Costa (2015): *Culturas disciplinares e artigos acadêmicos experimentais: um estudo comparativo da descrição sociorretórica*. Nele, a autora faz uma análise retórica comparativa de 20 amostras de artigo experimental, sendo dez da área da Medicina e dez da Linguística.

Com a apresentação desse estudo, visou-se explorar as diferenças encontradas nos diferentes exemplares de artigos que circulam nos periódicos, nas revistas e em alguns livros. Essas diferenças foram apontadas por Costa (2005), como resultado da “natureza epistemológica das culturas e, ao que parece, pelas metodologias e pelos objetos de estudo, já que a Linguística volta-se ao estudo da língua e seus variados escopos, enquanto a Medicina trata de questões de saúde” (COSTA, 2015, p. 214).

Além dessa constatação, o estudo de Costa (2015) aponta também para as diferentes orientações e exigências feitas pelos periódicos aos autores das diversas áreas do saber. A

descrição das unidades retóricas na área da Medicina estão presentes nas diretrizes da maioria dos periódicos, o que contribui para que os artigos produzidos contemplem o modelo IRMD e assim homogeneíza sua produção. Esse mesmo protocolo não é adotado pela área da Linguística. Das seis revistas analisadas, apenas uma apresentou as orientações aos autores. Por não ter um modelo pré-estabelecido, os artigos provenientes da Linguística são ainda mais passíveis de variação. A falta de padronização auxilia para que o artigo científico possua ainda mais formas variadas em seus exemplares.

A fim de melhor compreender essas diferenças nas formas composicionais do gênero artigo científico nessas duas áreas acadêmicas, foi agrupado em dois quadros todas as unidades e subunidades identificadas tanto na área da linguística, quanto na área da Medicina.

Quadro 7 - Descrição retórica do gênero artigo experimental na área da Linguística

<b>Descrição retórica da unidade de Introdução</b>
<p><b>Unidade 1: Apresentando o tema</b>            Subunidade 1 – Fazendo generalização/ões sobre o tópico e/ou            Subunidade 2 – Estabelecendo a importância da pesquisa e</p> <p><b>Unidade 2: Apresentando a pesquisa</b>            Subunidade 1 – Apresentando objetivos e/ou            Subunidade 2 – Apresentando aspecto(s) metodológico(s) e/ou            Subunidade 3 – Indicando suporte teórico-metodológico</p>
<b>Descrição retórica da unidade de Revisão de literatura</b>
<p><b>Unidade 1: Destacando a relevância do tópico</b>            Subunidade 1 – Estabelecendo interesse profissional no tópico e/ou</p> <p><b>Unidade 2: Situando a pesquisa</b>            Subunidade 1 – Fazendo generalizações sobre o tópico e/ou            Subunidade 2 – Citando pesquisas prévias e            Subunidade 3 – Estendendo pesquisas prévias</p>
<b>Descrição retórica da unidade de Metodologia</b>
<p>Unidade 1: Apresentando a amostra da pesquisa            Unidade 2: Apresentando análise de dados</p>
<b>Descrição retórica da unidade de Resultados e Discussão</b>
<p>Unidade 1: Introduzindo a análise de dados e            Unidade 2: Apresentando resultados e            Unidade 3: Interpretando resultados</p>
<b>Descrição retórica da unidade da Conclusão</b>
<p>Unidade 1: Sumarizando o estudo e/ou            Unidade 2: Traçando implicações pedagógicas</p>
<b>Descrição retórica da unidade das Referências</b>
<p>Unidade 1: Listando referências completas de todos os trabalhos citados</p>

Quadro 8 - Descrição retórica do gênero artigo experimental na área da Medicina

<b>Descrição retórica da unidade de Introdução</b>
<b>Unidade 1: Apresentando o tema</b> Subunidade 1 – Fazendo referência a pesquisas prévias e/ou Subunidade 3 – Indicando limitações de pesquisas prévias e <b>Unidade 2: Apresentando os objetivos da pesquisa</b>
<b>Descrição retórica da unidade de Metodologia</b>
Unidade 1: Descrevendo procedimentos de coleta de dados Subunidade 1 – Indicando a fonte de dados e/ou Subunidade 2 – Apresentando a amostra e Unidade 2: Descrevendo procedimentos experimentais Subunidade 1 – Relatando o processo experimental e/ou Subunidade 2 – Identificando o principal aparato da pesquisa e/ou Unidade 3: Descrevendo procedimentos de análise de dados Subunidade 1 – Indicando o processo de classificação de dados e/ou Subunidade 2 – Indicando o instrumento de análise estatística e/ou Subunidade 3 – Apresentando método(s) e/ou Unidade 4 – Indicando aprovação por comitê de ética
<b>Descrição retórica da unidade dos Resultados</b>
Unidade 1: Apresentando resultados específicos
<b>Descrição retórica da unidade Discussão</b>
Unidade 1: Apresentando informação introdutória e Unidade 2: Explicando resultados específicos de pesquisa Subunidade 1 – Interpretando o resultado e/ou Subunidade 2 – Indicando a importância do resultado e/ou Subunidade 3 – Comparando resultados com literatura prévia e/ou Subunidade 4 – Indicando limitações dos resultados e/ou Unidade 3: Indicando implicações práticas de pesquisa
<b>Descrição retórica da unidade da Conclusão</b>
Unidade 1: Apresentando interpretações gerais dos achados da pesquisa e/ou Unidade 2: Indicando implicações práticas de pesquisa
<b>Descrição retórica da unidade das Referências</b>
Unidade 1: Listando referências completas de todos os trabalhos citados

Fonte: Costa (2015, p. 211-212)

Em relação à organização retórica dos artigos científicos dos dois ramos do saber, foi notado que, com exceção da unidade revisão de literatura, que não aparece nos artigos da área da Medicina, todas as outras unidades estão presentes em ambas as áreas: introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referências. Explica a autora, a qual se embasa nos estudos de Nwogu (1997), que essa ausência é justificada pela inobservância dos periódicos, os quais não fazem essa exigência em suas diretrizes.

Ainda de acordo com Costa (2015),

É importante destacar, também, que a área médica informa sobre a existência de estudos prévios, porém isso se dá sem aprofundamentos, com citações breves especialmente na unidade de Introdução, como mostram as diretrizes dos periódicos, e, na maioria das vezes, com índices remissivos que conduzem o leitor à leitura das referências do artigo e, conseqüentemente, à literatura da área (COSTA, 2015, p. 230).

Essa mesma observação foi apontada por Bernardino e Valentim (2016). A unidade “revisão de literatura” praticamente não aparece na área da Medicina. Em contrapartida, a revisão de literatura de Literatura é uma unidade recorrente tanto em artigos do tipo experimental (original), quanto nos artigos de revisão. A escolha e a recorrência das unidades retóricas se justificam:

primeiramente, pelas práticas adotadas durante a própria pesquisa de campo, de modo que, no artigo, autores textualizam todo o processo experimental. Em um segundo momento, as estratégias retóricas adquirem peculiaridades que podem ser explicadas pelas particularidades das culturas disciplinares em que determinado trabalho se insere (COSTA, 2015, p. 230).

Assim, mesmo partilhando de propósitos comunicativos iguais “de difundir e compartilhar conhecimento especializado e promover feedback”, as comunidades disciplinares possuem propósitos específicos, os quais variam “devido aos diferentes objetos de estudo e às diferentes metodologias, crenças, normas, posturas, como podemos confirmar com as características das culturas e com os dados encontrados nos exemplares analisados” (COSTA, 2015, p. 230).

Diante dessa constatação, nos chama atenção o fato de a autora apontar os diferentes objetos a serem pesquisados e as diferentes metodologias como condições determinantes para as diferentes formas de gêneros. Enquanto as crenças, as normas e as posturas formam o *habitus* da comunidade disciplinar, os objetos de estudos e as metodologias estão mais direcionadas aos tipos de pesquisas a serem realizadas. Isso explicaria por exemplo, a diversidade do gênero artigo científico dentro de uma mesma comunidade discursiva ou disciplinar.

Essa ideia já havia sido apontada por Aragão (2011), que ao apresentar as estruturas retóricas de um artigo científico (Introdução, Material e método, Discussão [sic], Resultados, Conclusão e Referências Bibliográficas) faz a seguinte observação: “Esta estrutura, em geral, pode ser aplicada a qualquer área do conhecimento desde que os artigos tenham como base uma pesquisa de campo” (MIRANDA; GUSMÃO, 2000, p. 12 apud ARAGÃO, 2011, p. 146). De acordo com essa afirmativa, pode-se dizer que para cada tipo de pesquisa há um padrão de organização retórica do gênero artigo científico.

Além do tipo de pesquisa a ser desenvolvida, o trabalho de Aragão (2011) antecipa também a discussão realizada por Costa (2015), ao associar o uso sistemático do padrão IRMD

na produção dos artigos da área da Medicina às diretrizes dos periódicos. Segundo Aragão (2011), “a indicação em massa do IMRD e de suas variantes em instruções aos autores e a fixidez notória quanto a essas formas de estruturação em artigos científicos parecem peças de uma engrenagem maior”. Entendemos que para esse autor, a engrenagem maior corresponde aos órgãos de fomento. Quanto à produção científica que atende a esses órgãos, Aragão (2011) separa a produção dos artigos em duas categorias: a produção científica industrializada e a produção científica artesanal.

Posto isso, retoma-se a ideia inicial da leitura proposta: a indicação massiva do IMRD e de suas variantes em instruções aos autores e a fixidez patente de artigos científicos no que diz respeito a tais modos de organização parecem fatores que, junto dos demais elencados até aqui, separam áreas com produção científica industrializada de áreas com produção científica artesanal. As primeiras caracterizam-se por: a) padronização na escrita, que se dá tanto pela adoção do IMRD ou de variantes do modelo como por uma maior definição quanto aos tipos de trabalhos científicos; b) ênfase na quantidade, que tem a ver com a brevidade de seus textos, com o maior volume de números anuais de suas publicações e com a rapidez que é proporcionada tanto pela predileção pela citação de textos de periódicos como pelo emprego de descritores; c) pela especialização, que se relaciona com a presença de peças específicas na escrita (seções do IMRD), com a fragmentação da autoria e com a participação de profissionais de apoio aptos a lidar com peças determinadas. Áreas com produção científica artesanal, por sua vez, situam-se no polo oposto: caracterizam-se por menor padronização na escrita (menor relevância do IMRD e menor definição quanto às categorias de trabalhos científicos), por menor ênfase na quantidade (textos mais longos, menor volume de números publicados anualmente e menor ênfase na rapidez, com a cultura de citar livros, teses e dissertações e com uma presença tímida de descritores) e por menor especialização (sem peças específicas na escrita, com autoria que tende à indivisibilidade e com menor participação de profissionais de apoio). Com base na investigação realizada, acredita-se que integram o primeiro conjunto de áreas as Ciências Agrárias, as Ciências Biológicas e as Ciências da Saúde. Ainda, entende-se que pertencem ao segundo grupo as Ciências Humanas, as Ciências Sociais Aplicadas, as Letras e as Artes (ARAGÃO, 2011, p. 159-160).

O que se observa nesse estudo é que há um enrijecimento nas unidades composicionais dos artigos das áreas das Ciências Agrárias, das Ciências Biológicas e das Ciências da Saúde. Enquanto isso, os artigos das áreas das humanidades parecem não ter recebido sua dada importância na produção do saber, posto que ainda se encontram em processo primitivo de elaboração (artesanal). Haja vista que os artigos originais (experimentais ou empíricos) recebem maior notoriedade, pode-se dizer que realmente os artigos de revisão, os quais são comumente produzidos nas humanidades, são secundarizados e, portanto, menos padronizados.

A vista disso, será discutida, na próxima seção, a possibilidade da existência de diferentes tipos de artigo científicos, os quais estão relacionados aos tipos de pesquisa, como também aos propósitos comunicativos específicos de cada comunidade que o produz, e ainda aos seus propósitos gerais (sociais e econômicos).

Essa discussão se torna pertinente, dado que a carta-artigo, como tantos outros artigos, apresenta especificidades que impede de enquadrá-la como artigo original ou de revisão. Fazer esse enquadramento é ignorar todos os arranjos sociais, políticos, culturais e econômicos que a revestem e lhe dão corporalidade.

### **2.2.3 Classificação do gênero artigo científico**

Com o propósito comunicativo geral de divulgar teorias, saberes, conhecimentos e informações à comunidade acadêmica, de forma rápida e sucinta, o gênero artigo científico se torna um dos mais requisitados tanto pelos agentes internos (professores, orientadores, programas e processos seletivos), como pelos agentes externos (periódicos, revistas, anais). Devido, então, ao seu caráter peculiar de popularização, esse gênero passou a fazer parte cotidianamente de todas as áreas do saber.

Mas o que se tem observado em relação a sua organização retórica é que, dentro desse gênero, há um conjunto de subgêneros, os quais vão sendo criados de acordo com as comunidades discursivas e disciplinares. Logo, os estudos que analisam retoricamente o artigo científico têm mostrado que, mesmo tendo como ponto de intersecção o propósito da divulgação, os exemplares possuem uma composição organizacional que atende aos propósitos específicos de suas disciplinas e/ou áreas e ainda aos tipos de pesquisa que realizam.

A exemplo disso, foi citado anteriormente o estudo de Bernardino e Valentim (2016), o qual apresenta, principalmente na unidade “Revisão de literatura”, subunidades ainda não descritas por autores que já realizaram estudos retóricos do artigo científico. Fato que pode ser explicado a partir das especificidades da comunidade disciplinar em que foram produzidos e ainda das particularidades da pesquisa. Constata-se, assim, que as subunidades, “Apresentando legislação”, “Apresentando doutrina” e “Apresentando casos”; e a importância da “contextualização histórica das leis” (BERNARDINO; VALENTIM, 2016, p. 139) são próprias da comunidade disciplinar do Direito. Infere-se, portanto, que o gênero assume formas diferentes, a depender da função sociocomunicativa que desempenhada na comunidade acadêmica.

Em linhas gerais, os manuais de metodologia, os periódicos e as Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) classificam o artigo científico em dois subgrupos: a) artigo teórico ou artigo de revisão e b) artigo empírico ou original. Essa classificação se baseia na divisão tradicional que a ciência moderna faz entre teoria e prática.

De acordo com essa concepção, o artigo teórico ou de revisão seria uma prática discursiva que apresenta elementos conceituais, classificatórios e, eventualmente, reflexivos. Trata-se, portanto, de uma prática discursiva baseada, sobretudo, na elaboração teórica, sem estar necessariamente associada a uma pesquisa empírica e à análise de um conjunto específico de dados. Além disso, de acordo com a ABNT (2003a: 3), o artigo de revisão, “parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas”.

Já o artigo empírico ou original seria uma prática discursiva voltada para a divulgação dos resultados matemáticos, analíticos e/ou interpretativos de uma pesquisa empírica. Resulta, portanto, de uma prática de pesquisa e envolve, necessariamente, o tratamento de algum tipo de material de pesquisa, isto é, de análise de dados. Ou ainda segundo a ABNT (2003a: 2), “o artigo original (relatos de experiência de pesquisa, estudo de caso etc.) parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais”.

Contudo, essa divisão do gênero artigo científico, em apenas duas subclasses, não oferece instrumentos conceituais suficientes para a análise de todas as variações do gênero. Fato já constatado nos estudos sobre análise de gêneros. Nota-se, por exemplo que as analistas de gênero Motta-Roth e Hendges (2010b), apresentam três classificações retóricas para o artigo científico:

**1) artigo de revisão teórica:** relato de uma pesquisa baseada em um levantamento de toda literatura – afirmariamos, de parte da literatura ou da literatura mais relevante – publicada acerca de um tema; **2) artigo experimental:** relato de um experimento organizado com a finalidade de testar determinadas hipóteses; e **3) artigo científico empírico:** relato da observação direta dos fenômenos percebidos consoante à experiência (MOTTA-ROTH E HENDGES, 2010, p. 66-67 *apud* PEREIRA, BASÍLIO E LEITÃO, 2017, p. 676 - grifos nossos).

Mesmo sendo esses dois últimos exemplares pertencentes ao grupo dos artigos originais, visto que parte do pressuposto de que apresentam temas/ estudos inéditos, apresentam propósitos comunicativos específicos de acordo com o tipo de pesquisa que realizam. Logo podemos associar essa subclassificação ou desdobramentos do gênero ao tipo de pesquisa e seus objetivos.

Em relação a esse fenômeno que acredita-se influenciar e justificar direta ou indiretamente essas subclassificações no gênero artigo, foi buscado uma compreensão inicial nos estudos de Pereira, Basílio e Leitão (2017), os quais apontam para a composição multifacetada desse gênero. Adotando essa perspectiva, os autores apresentam esse gênero como caleidoscópico, posto que em sua composição estão presentes outros gêneros discursivos: o resumo, a resenha e o projeto de pesquisa.

Acreditando que o projeto de pesquisa tem influência na tipificação do gênero artigo científico, foi lançado luz a esse prisma, na tentativa de listar alguns protótipos. Em primeiro lugar, vale ressaltar que o gênero projeto de texto é uma forma primária de outros gêneros, como o artigo, a dissertação e a tese. Nele se encontram partes que são determinantes para o tipo de pesquisa a ser desenvolvida e conseqüentemente para o tipo de texto e sua classificação.

Quanto a esse gênero estar imbricado nesses outros, Pereira, Basílio e Leitão (2017) afirmam que:

Essa participação está subtendida na NBR 6022:2003 ao definir os elementos textuais: a) introdução: “Parte inicial do artigo, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo” (ABNT 2003a: 4, grifos nossos); b) desenvolvimento: “Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024, que variam em função da abordagem do tema e do método” (ABNT 2003a: 4, grifos nossos); e c) conclusão: “Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses” (ABNT 2003<sup>a</sup> *apud* PEREIRA, BASÍLIO E LEITÃO, 2017, p. 682).

Nesses termos, o projeto de pesquisa é uma forma embrionária dos outros três gêneros. Todos apresentam integralmente ou parcialmente a mesma organização retórica: introdução, desenvolvimento e conclusão, ou ainda elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, os quais segundo os autores demonstram que a ABNT “prioriza os aspectos estruturais em detrimento dos aspectos enunciativo-discursivos” (PEREIRA; BASÍLIO; LEITÃO; 2017, p. 682).

Todavia, quando são postos para análise os quesitos tipo de pesquisa, objetivos geral e específico e conteúdo, percebe-se uma certa instabilidade estrutural e enunciativa-discursiva nos exemplares do gênero. Essa mesma percepção foi identificada nos trabalhos de Machado, Lousada e Abreu-Tardelli por Pereira, Basílio e Leitão (2017), os quais

[...] argumentam que os textos acadêmico-científicos, como todos os textos, apresentam uma organização geral própria e não aleatória, relativamente estável, mas que pode variar dependendo do conteúdo e dos objetivos específicos de cada parte constitutiva do plano geral desses textos (PEREIRA; BASÍLIO; LEITÃO, 2017, p. 682).

O primeiro ponto de atenção é direcionado aos tipos de pesquisas, os quais vão variar de acordo com seus objetivos (exploratória, descritiva, explicativa) e também quanto aos seus procedimentos (pesquisa experimental, bibliográfica, documental, participante, etnográfica, etnometodológica, de campo, de levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação, entre outras). Tais aspectos são determinantes para uma classificação quanto à estrutura composicional do gênero.

Já o segundo ponto estaria mais voltado para especificação do gênero quanto à sua função, em que é posto em questão a sequenciação discursiva, ou aspectos enunciativos discursivos, ou ainda ao que Pereira, Basílio e Leitão (2017) chamaram de microações de linguagem, as quais são compreendidas

[...] como operações situadas em textos-discursos que delineiam as diferentes figuras de ação constitutivas dos diferentes gêneros textuais, indicando os múltiplos e variados ângulos de compreensão da ação de linguagem realizada pelo agente produtor. Assim, as figuras de ação seriam previamente esboçadas pelos elementos constitutivos de cada gênero, indicando a existência de um processo de apropriação e domínio de semioses específicas: resumir, relatar, argumentar, expor, descrever, comparar etc (PEREIRA; BASÍLIO; LEITÃO, 2017, p. 670-671).

A sequenciação textual (resumir, relatar, argumentar, expor, descrever, comparar etc.) também está relacionada aos propósitos comunicativos de cada unidade retórica, como também ao tipo de pesquisa e a seus objetivos, que conforme Gerhardt e Silveira (2009) são três: 1) pesquisa exploratória, a qual tem por objetivo preencher lacunas que aparecem nos estudos (GIL,2007); 2) pesquisa descritiva a qual pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987); e 3) pesquisa explicativa, a qual preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007).

Nesses termos, enquanto os objetivos estão a serviço do conteúdo temático, a sequenciação discursiva está a serviço da forma composicional e do estilo que serão utilizados para alcançar a realização do tema/contéudo temático da pesquisa, para fazê-lo ecoar. O estilo compreende todas as escolhas linguísticas necessárias para repercutir o tema: escolha lexical, de registro e sintática. Já a forma composicional está relacionada à progressão temática e aos movimentos retóricos, os quais atenderam aos propósitos comunicativos (objetivos temáticos) da pesquisa. Logo, a escolha de qual sequência discursiva seguir se torna uma ação secundária.

Em relação ao conteúdo temático ou mesmo aos objetivos da pesquisa, Marconi e Lakatos (1991, p.240) apresentam três tipos de artigos científicos, os quais foram mencionados por Costa (2003):

Quadro 9 - Classificação do artigo científico segundo o conteúdo temático

<b>Argumento teórico</b>	Nesse artigo são apresentados argumentos favoráveis ou contrários a uma opinião. Primeiro enfoca-se um dado argumento e depois os fatos que possam prova-lo ou refutá-lo. O desenrolar da argumentação leva a uma tomada de posição. Por ser uma forma de documentação difícil, o artigo teórico é empregado geralmente, por especialistas
--------------------------	--

	experientes. Requer pesquisa profunda e intensa para coletar dados válidos e suficientes.
<b>Artigo de análise</b>	O autor, nesse caso, faz análise de cada elemento do assunto e sua relação com o todo. A análise engloba descrição, classificação e definição do assunto, tendo em vista a estrutura, a forma, o objetivo e a finalidade do tema. Entra em detalhes e apresenta exemplos.
<b>Artigo de classificação</b>	Nesse artigo, o autor procura classificar os aspectos de um determinado assunto e explicar suas partes. Inicialmente, faz-se a divisão do tema em classes, com suas características principais. Depois, apresenta-se definição, descrição objetiva e análise. O artigo classificação é o mais útil, dentre as formas de documentação técnica.

Fonte: Costa (2013, p. 39-40)

Em síntese, de acordo com os estudos apresentados, as várias classificações do gênero artigo científico focam em aspectos composicionais (artigo teórico, artigo empírico etc.), baseados nos estudos de gênero, como por exemplo o da ASG de Swales (1990); e funcionais (artigo de exposição teórica, artigo de relato de pesquisa, artigo de engajamento teórico-político etc.), que estariam relacionados ao conteúdo temático ou objetivos da pesquisa. Em razão disso, foi proposto aqui uma classificação do artigo científico de forma a não somente contemplar a carta-artigo, mas todos aqueles que transgridem o IRMD e todos os outros elementos que são comumente encontrados em sua organização.

Acredita-se que a carta-artigo é um artigo ensaístico, uma vez que tem como propósito comunicativo promover a discussão sobre um tema/assunto determinado a partir de determinada(s) base(s) teórica(s) já consolidada(s). O que é mais importante na prática discursiva desenvolvida nessa variação do gênero é a discussão e a reflexão temática, e não o desenvolvimento de um aparato teórico ou conceitual. Em geral, o ensaio busca promover duas ações: a) discutir um tema com vistas à formação e o ensino de um determinado conhecimento; b) refletir sobre um determinado tema de interesse social com vistas à transformação e mudança. Ainda sobre o gênero ensaio, é importante distinguir o artigo ensaístico (artigo ensaio) do ensaio literário ou filosófico. Este constitui outro gênero, bastante diferente tanto nos aspectos composicionais como funcionais.

Esse tom ensaístico que foi dado à carta-artigo está associado aos propósitos desse texto (contexto e condições de produção). Como propósito geral o texto visa refletir sobre “as práticas culturais da população negra em São Paulo na primeira metade do século XX e suas relações com as instituições oficiais da cidade” com vistas para a incorporação do corpo negro nessa sociedade após 30 anos de “abolição” do regime escravocrata. Com esse fim, o autor apresenta “o futebol como esfera de conhecimento, pertencimento e construção de subjetividade” da

população negra contra o racismo, ou seja, um determinado tema de interesse social com o intuito de apresentar e fazer transformações e mudanças, ou ainda, denúncias.

### **2.2.3 O artigo acadêmico em sua forma original: o papel da carta "científica" na comunicação científica**

Segundo Bazerman (2009), as cartas sempre tiveram importância no desenvolvimento pessoal, social, histórico e cultural da humanidade. E, em se tratando da comunicação científica, as trocas de experiências e a divulgação das descobertas, por meio de cartas informais ou formais, entre pesquisadores, tornaram-se comum, principalmente no século XVI com o advento do sistema postal e do desenvolvimento das sociedades científicas (MENDES, 2017).

Ao longo da história, é possível constatar que "a carta em várias instâncias parece ter servido como uma forma transitória para permitir a emergência de gêneros com uma função comunicativa definida e com amarras sociais" (BAZERMAN, 2009, p. 93). Na economia, as cartas de crédito. Na religião, as cartas encíclicas, as cartas apostólicas e as cartas pastorais. Na ciência, as cartas-ensaios e filosóficas. Além das cartas sobre temas técnicos, administrativos e de táticas de guerra. Em meio às possíveis transformações de cartas para outros gêneros, Bazerman (2009, p. 93) afirma que "pelo menos três principais tipos de escrita que floresceram na cultura impressa parecem ter alguma conexão com a carta: o jornal, a revista científica e o romance".

Em relação ao surgimento da revista científica, os primeiros periódicos datam o ano de 1665, tanto na França, quanto em Londres, sendo eles respectivamente, o "Journal de Sçavans" e o "Philosophical Transactions: giving some Accompt of the Undertakings, Studies and Labours of the Royal society of London". O periódico francês era destinado a divulgar assuntos diversos, relacionados a arte, celebridades, tribunais seculares e eclesiásticos. Paralelamente, mas de forma diferente, o periódico inglês se destinou unicamente a assuntos científicos, iniciando o processo de revisão por pares.

Swales (1990) aponta que foi no século XVII, que efetivamente a comunicação entre pesquisadores por meios de cartas tornou-se instrumento válido de divulgação das descobertas e de comprovação autoral. De acordo ainda com Mendes (2017), essas cartas também serviram para proteger o desenvolvimento da ciência sem a intervenção governamental e religiosa.

No âmbito acadêmico, devido à demora na impressão de livros e das dissertações, aliado ao pouco acesso e divulgação desses, as cartas se tornaram o meio mais viável para que os

estudos fossem desenvolvidos e noticiados. E foi a partir desse tipo de correspondência que se deu, segundo Mendes (2017), “a transição das correspondências para os periódicos científicos como meio de disseminação de informação científica, fruto do trabalho de Thomas Bratholin (1616-80), que publicou em 1654 uma coleção de suas cartas e inspirou diversos cientistas a fazer o mesmo”.

Bazerman (2009) afirma que o periódico inglês "Philosophical Transactions" foi criado em 1665 por Henry Oldenburg, filósofo alemão, recém-chegado na Inglaterra, também a partir da publicação das cartas científicas enviadas entre os pesquisadores.

As constantes trocas de cartas entre Oldenburg e seus amigos Massah Ben Israel, John Milton, Robert Boyle e John Hartlib e muitos outros filósofos naturais europeus contribuíram para que em 1662, Oldenburg se tornasse o primeiro-ministro da "Royal Society", sociedade destinada à promoção do conhecimento natural, fundada em Londres, na data de 28 de novembro de 1660.

Com a entrada de Oldenburg na sociedade, as correspondências entre seus membros se intensificaram e em 1665 foi criada a primeira revista anglofônica “Philosophical Transactions” com o intuito de divulgar e propagar as descobertas. Os primeiros exemplares da revista consistiam na publicação dos resumos das correspondências e das atas das reuniões. Mas em pouco tempo, Oldenburg, como secretário da revista, passou a publicar as cartas de seus correspondentes, as quais eram direcionadas à revista. A carta de Issac Newton de 1672, "A new theory of light and colours" foi uma delas, a qual foi impressa depois de ter seu aceite em reunião do "colegiado" da revista/sociedade. Esse fato, rendeu a Newton muitas especulações.

A publicação das cartas dos acadêmicos durou cerca de 5 anos e contribuiu para que ocorresse uma reorganização "entre as características comuns ao argumento público (a asserção, a didática e a disputa) e as comuns à correspondência pessoal entre cavalheiros (a etiqueta, a polidez e a boa vontade)." (BAZERMAN, 2009, p. 96).

Para atender aos arranjos sociais, as cartas sempre foram classificadas em formais (geralmente destinada ao público em geral ou a uma pessoa estranha ou infamiliar) e informal (de cunho pessoal). Assim, um dos primeiros questionamentos foram em relação a essas características que, de certa forma, validavam ou não os créditos a serem dados às descobertas/contribuições científicas. Diferentemente das cartas informais (pessoais), as cartas formais (eruditas) eram padronizadas e geralmente assumiam um estilo de linguagem mais impessoal e público. Fazer essa transição foi necessária para o reconhecimento científico das cartas, e logo essas foram revestidas de uma “estrutura constituída de Introdução/ Narrativa/ Tema Principal/ Confirmação/ Concordância/ Conclusão (MENDES, 2017, p.31)”. Esse padrão foi rapidamente

publicado e divulgado através de manuais, os quais influenciam e determinam ainda hoje o modelo de artigos que se tem.

A fim de compreender as transformações ocorridas na transição das cartas para os artigos científicos, é preciso compreender em que consiste a comunicação científica. Para Mendes (2017), a comunicação científica compreende duas partes: o processo e a estrutura. O primeiro é "definido como qualquer atividade ou comportamento que facilite a construção e o compartilhamento de significados entre indivíduos", e o segundo "como qualquer atividade ou comportamento que facilite a construção e o compartilhamento de significados entre indivíduos". A fim de assegurar o compartilhamento de ações simbólicas entre os envolvidos, fazem parte do processo três etapas: a conceitualização, a documentação e a popularização. Em cumprimento dessas duas primeiras etapas, as correspondências (cartas científicas), bem como os livros e as monografias só se diferenciam em questão de estilo da linguagem empregado (formal e informal), visto que a formulação dos conceitos nesses gêneros seguem um mesmo processo dialógico entre os pares através dos diferentes meios; e o processo de documentação, consiste na passagem do informal/subjetivo para o formal/objetivo, cujo o foco é a materialização e repercussão, encaminhamento e registro dos estudos, não necessariamente sua divulgação.

A popularização se refere a uma divulgação externa, que atualmente depende de canais específicos para isso, que são hoje os periódicos. É nessa etapa, que a estrutura composicional das cartas não se destacaram, necessitando de adaptações. Até à etapa de divulgação, a carta teve serventia por longo tempo, pois devido à demora de impressão e dificuldade de abrangência, os pesquisadores foram impelidos a recorrer a esse gênero/meio, o qual também foi usado como documento comprobatório de legitimidade/patente. Apesar, de ser a correspondência uma prática constante, elas eram mais restritas aos seus interlocutores. Até porque o foco era discutir, testar, averiguar, informar as descobertas e não divulgá-las, a priori. Ponto esse distintivo entre as cartas de outrora e os artigos atuais, os quais atuam mais em divulgar um estudo do que desenvolvê-lo.

Enquanto as cartas e seus conteúdos se davam em um processo contínuo e fragmentado, de idas e vindas, com participação direta dos envolvidos nas descobertas, os artigos se configuram em uma versão única e sem a presença de seus autores, sejam eles orientadores, participantes, ou do próprio autor, o qual sofre um apagamento para atender às expectativas do processo e principalmente da última etapa desse: a divulgação, se possível, em grande escala, destinada a atrair notoriedade e reconhecimento, ou mesmo a atender demandas de grupos que financiam a pesquisa. Fato esse identificado por Mendes (2017, p.26) que afirma que "nas duas

primeiras etapas do ciclo, existe uma comunicação científica principalmente entre cientistas, se encaixando no conceito mais fechado de comunicação científica. Na última, temos a etapa de divulgação da ciência, que extrapola o âmbito científico".

Em se tratando das cartas científicas que antecederam os artigos científicos de agora, é percebido que essas já cumpriam essas etapas naquela época, até de forma mais direta do que agora. As descobertas eram tecidas dialogicamente nas trocas das correspondências. Hoje, esse processo é feito por meio da intertextualidade de autoridades que são invocadas a participar do processo de construção textual, em situações que, muitas vezes, não apresentam uma correlação paradigmática. Além disso, mesmo antes já serviam de instrumento de divulgação.

Genuínas fontes de descobertas, as cartas serviram de registro de muitos dos estudos que se tem hoje, a saber, as sete cartas trocadas entre Fernet e Pascal, no ano de 1654, desenvolveram a Teoria das Probabilidades que se tem hoje. Estas surgiram a partir de reflexões sobre a resolução de problemas de jogos de azar. Outro exemplo, são as cartas de Issac Newton direcionadas a Oldenburg sobre “Uma nova teoria das luz e das cores” que foram primeiramente publicadas nas *Philosophical Transactions of the Royal Society* e, posteriormente, reunidas no livro da Óticas.

Dentre as inúmeras cartas que contribuíram para o aparato teórico que se tem hoje, apresentaremos aqui alguns excertos da carta de Leibniz a Des Bosses, datada aos dias 31 de julho de 1709, a qual faz uma exposição sobre as almas, as enteléquias, as mônadas, a massa e o espaço. Vejamos que as cartas científicas se aproximam bastantes das cartas pessoais, até porque só se distinguem dessas últimas, devido ao tema e aos motivos que deram sua origem.

A carta de Leibniz, por exemplo apresentam marcas de interlocução de primeira e segunda pessoa, como podemos ver no excerto abaixo

Está estabelecido entre os filósofos que as faculdades de sentir e de raciocinar não constituem (facere) almas diferentes em nós; mas que estão em (in esse) uma mesma alma. Donde **minha surpresa** que isto o imobilize. Não devemos dizer, pois, que a mesma matéria seja informada adequadamente por diferentes enteléquias. **Eu achei** mais apropriado adicionar um grau novo às almas sensitivas, do que ocultar nas sementes (seminibus) inúmeras almas racionais que não alcançariam a maturidade da natureza humana. Ainda que alguém me apresentasse um modo natural dessa elevação [de grau] eu não diria que esse modo foi adicionado miraculosamente. Portanto, **você** [pode] ver que isso foi **dito por mim** preferencialmente de modo hipotético. A alma nasce da alma, se **a isso você chama tradução** (traducem), não é explicável; e estou muito longe dos que pensam assim. (Grifos da autora)

A reflexão sobre a alma é construída por meio do diálogo que se é estabelecido com seu locutor, Des Bosses. Há indícios, nesse fragmento, de que esse não foi primeiro contato entre os interlocutores, de que outras conversas já haviam acontecido. As reflexões filosóficas vão

sendo tecidas através de presunções, suposições, objeções e refutações. Características essas que permaneceram nos artigos científicos, geralmente expostos na seção de análise e discussão dos dados. É mostrado aí também, o nicho em que essa problematização se encontra, e no que ela se difere em relação a tudo do que foi dito, refletido e exposto.

Tirando a matéria, os movimentos retóricos de uma carta pessoal, aparecem, de forma semelhante, nas cartas científicas, como por, exemplo, as presenças de exortações, orientações, informações, relatos de acontecimentos, além da exposição de sentimentos, emoções e preocupações.

Pouco antes de morrer, o R. P. capuchinho Dionísio de Werl<sup>24</sup> me escreveu, e ignoro qual era a nova obra em que ele parecia se empenhar. Existe um tipógrafo ou livreiro batavo que ofereceu seu serviço sob determinadas condições. Vejamos no que isso vai dar. Sem mais, até logo. P[ost] S[criptum]: Quando foram publicadas minhas Novíssima Sinica, que foram enviadas para Roma, o Sr. Magliabechi as fez chegar ao coordenador geral da vossa sociedade, o qual (se bem me lembro) também me dirigiu saudações por isso. Eu peço que me recomende ao vosso Tolomeu, homem muito ilustre. Quando o opúsculo contra o [Sr.] Bayle estiver publicado, submeta ao julgamento dele.

Mas, à propósito do processo de produção de textos acadêmicos, ações como conversas em eventos, trocas de experiências em exposições orais, relatos de experiências e preocupações quanto a mediação e publicação dos trabalhos são movimentos comuns, que antecedem e acompanham, de certa forma, a escrita. As escolhas que são feitas no decorrer desse processo apontam para as intenções de destino do trabalho. É perceptível, que, Leibniz têm a preocupação de buscar notoriedade para suas descobertas. A publicação e a legitimação por uma autoridade científica foi e ainda é ponto de preocupação dos pesquisadores. A disputa por esse capital também é percebida, quando o autor dá indícios de que apresentará uma obra, acredita-se que é a Teodiceia, a qual tentará refutar o pessimismo de Pierre Bayle, filósofo da época. Tanto os artigos acadêmicos, quanto as cartas científicas demonstram serem mais favoráveis à disseminação do conhecimento e à rápida comunicação científica. De modo a alcançar um público diversificado, e, portanto, desconhecido, as cartas científicas precisaram receber uma nova roupagem tanto no estilo quanto em sua forma composicional. Porém, o que importa nessa pequena seção não é discutir os arranjos que sofreram o gênero artigo científico, mas esclarecer que independentemente desses, o saber foi produzido e compartilhado, trazendo contribuições às diversas áreas do conhecimento.

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para compreender melhor por que o texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo* é um gênero insurgente no plano discursivo e linguístico, é preciso que antes “as análises considerem as condições de produção, distribuição e consumo do texto, e focalizem os textos que circulam na sociedade contra o pano de fundo do momento histórico” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 351). Nesse sentido, as seguintes partes serão apresentadas:

- 1) Corpus de análise: apresentação de uma breve exposição do contexto de circulação e de produção do objeto de estudo;
- 2) ABPN: uma comunidade científica quilombola: discussão inicial sobre as pautas que movimentam essa instituição e conseqüentemente seus agentes;
- 3) Allan da Rosa: marcas identitárias / corpo política na produção acadêmica”: reflexão e discussão sobre o corpo político colonizado como produtor do conhecimento científico;
- 4) Análise sociorretórica da carta-artigo: um gênero insurgente: exposição geral das unidades retóricas desse gênero;
- 5) Análise das insurgências promovidas no texto: nessa última seção, é feita uma exposição das insurgências encontradas no texto, relativas à estruturação retórica, à intertextualidade, à léxico-gramática e à ação social do gênero, de modo que o tópico, está subdividido em quatro partes.

#### 3.1 Corpus de análise

O corpus deste estudo consiste em uma carta-artigo escrita por Allan Santos da Rosa<sup>23</sup>, em 2018 (ocasião que era doutorando no programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade de São Paulo). O texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo* foi publicado em janeiro de 2018, na Edição especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência. Nesse volume, é feito um convite antirracista à reexistência, “em um contexto social, político e econômico que nos oprime cotidianamente exigindo reposicionamentos de

---

<sup>23</sup> De acordo com o currículo Lattes, Allan Santos da Rosa é licenciado em História/USP e Mestre em Cultura e Educação/USP. Atuação em formação de professores e educação de jovens e adultos, com ênfase em cultura afro-brasileira, movimentos políticos e culturais periféricos e diásporas africanas pela América Latina. Escritor, pedagogo e editor. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/587227077110122>, visitado em 18/02/2020.

nossos lugares de atuação, de proposição e de ação política na qual a linguagem tem papel fundamental” (SOUZA; JOVINO; MUNIZ, 2018, p. 1).

Através da linguagem, “em seus usos sociais e políticos”, que atua a noção de letramentos de reexistência, ao “buscar apreender, entender as práticas cotidianas de uso da linguagem que provocam releituras de identidades étnicas, de gênero, sexualidade, políticas, dentre outras” (SOUZA; JOVINO; MUNIZ, 2018, p. 2). Essas práticas atuam em um contexto, além dos muros escolares, pois, ultrapassam a educação antirracista. O letramento de reexistência, considera a historicidade e a identidade do povo negro nos diferentes cenários (social, econômico, político, cultural) no território brasileiro.

É desse âmbito que os artigos que estão neste Caderno falam de corpos, de culturas e de identidades que constantemente se veem sendo envolvidas em tentativas de total apagamento e exclusão do que se considera referência de “normal” em uma sociedade racista, classista, homofóbica e sexista como a brasileira (SOUZA; JOVINO; MUNIZ, 2018, p. 2-3, grifo do autor).

A fim, então, de empreender o letramento de reexistência que foi pensando essa edição do periódico. Os 41 artigos foram distribuídos em 6 seções (“Reexistindo em territórios e sociabilidades negras”, “Educação tornada espaço de reexistências”, “Reexistindo: subjetividades e identidades”, “Gênero e sexualidades em negro-reexistimos. Ponto.”, “Decolonizar as linguagens para poder reexistir”, e “Literaturas de reexistências em perspectivas”), que insurgem protagonismos de povos invisibilizados, silenciados e massacrados por “um complexo quadro de atrocidades” que afeta a sua existência. Nesse sentido, de forma una, que esses artigos buscam na reexistência, a existência.

Já na capa do Caderno, as imagens mostram os corpos negros de homens, mulheres e crianças que pulsam, gritam e exalam história, cultura, conhecimento, ocultados por uma modernidade mítica, fundada na branquitude. A inscrição que aparece “Urge negroes to unite!” (Incentive os negros a se unirem!) foi manchete do jornal “Muhammad Speaks<sup>24</sup>” dos anos de 1968, o qual aparece segurado por uma criança. Essa imagem mostra que a necessidade de resistir e de unir não é de agora. Porém, em atendimento a esse clamor, essa edição da revista ABPN, literalmente incentiva a união, o protagonismo e a insurgência do corpo negro na sociedade. A atuação dos povos negros na produção do conhecimento contribui para o seu fortalecimento e ativismo.

---

<sup>24</sup> Conforme o Wikipédia, “Muhammad Speaks foi um dos jornais mais lidos já produzidos por uma organização afro-americana. Foi o jornal oficial da Nação do Islã de 1960 a 1975, fundado por um grupo de ministros de Elijah Muhammad, incluindo Malcolm X”.

Figura 3 - Capa do Caderno Temático Letramentos de Reexistência, publicado em janeiro de 2018 pela revista ABPN



Fonte: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 10 (2018): Revista da ABPN | Jan 2018 | EDIÇÃO ESPECIAL - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência

Em contribuição com esse dossiê, Rosa (2018) desenvolve seu estudo ao fazer um relato biográfico do time dos “homens de cor”, de forma a dar voz tanto a essa agremiação quanto a todos aqueles, que diretamente ou não, viveram nesse contexto e tiveram suas identidades e histórias apagadas pela imprensa oficial e pela sociedade branca da época. Uma denúncia? Também em se tratando não só do racismo, mas sobretudo da desvalorização e do reducionismo dessa gente frente a cultura branca. Resumidamente, o autor apresenta a obra assim:

O texto, uma carta a um ancestral, reflete sobre práticas culturais da população negra em São Paulo na primeira metade do século XX e suas relações com as instituições oficiais da cidade. Apresenta o futebol como esfera de conhecimento, pertencimento e construção de subjetividade frente ao racismo. Ao apresentar elos diaspóricos na modernidade brasileira e suas contradições, também se detém na cosmovisão de matriz congo-angola presente nos corpos e linguagens de comunidades, na masculinidade negra e suas absorções pela imprensa independente, negra, da mesma época. (ROSA, 2018, p. 149).

Ao se deparar com esse artigo e ao ler esse resumo, a primeira insurgência que motivou este estudo foi encontrada: o fato de o artigo ser uma carta. A partir daí, muitas perguntas surgiram: Que gênero é esse? Uma carta ou um artigo científico? Quem o produziu? Por que

ele é tão diferente? Em qual periódico o gênero foi publicado? Quais são os domínios políticos (pautas políticas) em que esse gênero está emergindo?

Além desses questionamentos, ao folhear o texto e em uma rápida leitura visual, outras questões trouxeram inquietação: O que é uma missiva? Por que missiva e não carta? Quem era Seu Ditinho? Por que uma carta a uma pessoa falecida? O “artigo” não tem seções?

A partir dessas provocações e de toda discussão teórico-metodológica e sócio-histórica que até aqui foi realizada, será apresentada a seguir a análise e discussão dos dados.

### **3.2 A comunidade discursiva da ABPN**

De acordo com Swales (1990), uma comunidade discursiva se constitui e se configura a partir dos seguintes critérios: 1) objetivos públicos comuns explícitos ou não; 2) mecanismos de intercomunicação entre os membros; 3) mecanismos de participação na realização de tarefas; 4) produção de gêneros discursivos específicos que já se encontram cristalizados no seio desse campo; 5) léxico específico; e 6) organização hierárquica entre os membros. Esses critérios serão utilizados a fim de compreender a comunidade discursiva ABPN da qual está partindo o gênero insurgente carta-artigo.

A existência de objetivos públicos comuns se torna a primeira característica de uma comunidade discursiva. A esse respeito, a ABPN, por não ser apenas uma revista, mas um movimento ativista em defesa das pautas de interesses das populações negras no âmbito da pesquisa acadêmico-científica, apresenta seus objetivos como pilares fundantes de formação. Esses objetivos são facilmente encontrados no estatuto e no *site* da associação.

Desse modo, entre as finalidades da ABPN, estão o fortalecimento profissional de pesquisadores/as; a consolidação de campos temáticos de pesquisas; a institucionalização de grupos de pesquisas e instâncias correlatas, face às exigências contemporâneas da diversidade e da multiplicidade da produção de conhecimentos no campo acadêmico, em particular, com a incorporação de estudos sobre relações raciais e sobre as populações historicamente discriminadas, com o intuito de refletir a riqueza de temáticas e de pesquisas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências da Natureza, Ciências da Saúde e Ciências da Linguagem e das artes e Ciências outras (ABPN, 2020).

Além desses objetivos gerais, também se encontram explícitos, na página da associação, os seguintes objetivos específicos:

- I - Congregar os Pesquisadores Negros Brasileiros;
- II - Congregar os Pesquisadores que trabalham com temas de interesse direto das populações negras no Brasil;

- III - Assistir e defender os interesses da ABPN e dos sócios, perante os poderes públicos em geral ou entidades autárquicas;
  - IV - Promover conferências, reuniões, cursos e debates no interesse da pesquisa sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil;
  - V - Possibilitar publicações de teses, dissertações, artigos, revistas de interesse direto das populações negras no Brasil;
  - VI - Manter intercâmbio com associações congêneres do país e do exterior;
  - VII - Defender e zelar pela manutenção da Pesquisa com financiamento Público e dos Institutos de Pesquisa em Geral, propondo medidas para seu aprimoramento, fortalecimento e consolidação;
  - VIII - Propor medidas para a política de ciência e tecnologia do País.
- (CAPÍTULO II – FINALIDADES, ART. 04º, ABPN).

A partir desse conjunto de finalidades, pode-se dizer que duas regras são básicas para se tornar um membro dessa comunidade: ser prioritariamente pesquisador/a e ser negro/a. Assim, essa comunidade se tornou um verdadeiro quilombo para os pesquisadores subalternizados, que sofrem com “a solidão acadêmica e suas consequências resultantes do racismo e do epistemicídio” (ABPN, 2020). E é por isso que a ABPN se torna um lugar não só de enunciação, mas também de resistência e existência no que tange a colonialidade do saber<sup>25</sup> que se instalou na comunidade acadêmica.

Em relação aos mecanismos de intercomunicação, segundo critério que caracteriza uma comunidade discursiva, a ABPN apresenta oito canais que propiciam a comunicação entre membros e não-membros que são: 1) Memórias Copenes que consiste na divulgação dos Anais do Congresso brasileiro de pesquisadores/ as negros/as; 2) Catálogos, os quais divulgam os trabalhos dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) da própria associação; 3) Revista ABPN, que “é um periódico de acesso livre e gratuito, publicado com periodicidade trimestral pela Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), em versão eletrônica”; 4) Biblioteca virtual, destinada à divulgação de livros; 5) Banco de Teses e Dissertações, 6)

---

<sup>25</sup> De acordo com Porto-Gonçalves (2005, p. 3), a Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

Coleção negras e negros: pesquisas e debates que têm com pretensão divulgar livros que reúnem estudos acerca de temas raciais como, saúde da população negra, mídia e racismo, e questões urbanas e racismo; 7) Cientistas insubmissas: acervo destinado a fortalecer a atuação e a produção das pesquisadora negras, por meio da apresentação das biografias de pesquisadores negras do presente e do passado que têm contribuído para o desenvolvimento do conhecimento e da ciência; 8) Anais, criado para fortalecer o protagonismo negro na produção do conhecimento ao divulgar as contribuições científicas dos participantes dos Congressos Copenes nacionais e regionais.

Esses mesmos mecanismos de intercomunicação se tornam também mecanismos de participação (terceiro critério caracterizador da comunidade discursiva) dentro da ABPN, visto que tanto os membros quanto os não-membros podem ter acesso e participação a alguns desses canais.

De forma a acolher todos os pesquisadores negros, independentemente de suas áreas de atuação, a ABPN também possui 11 áreas científicas, que são: Arquitetura e Urbanismo africano; Estudos Africanos Interdisciplinares; Ciências e Tecnologias; Comunicação e mídia; Área de Filosofia Africana e Afrodiaspórica; Experiências Tradicionais Religiosas Espirituais e Religiosidades Africanas e Diaspóricas, Racismo e Intolerância Religiosa; Feminismos negros; Literaturas, Linguagens e Artes; Memória e Patrimônio; Quilombos, Territorialidades e Saberes Emancipatórios; e Saúde da População Negra. Essas áreas de pesquisas favorecem a filiação e a participação de novos membros ou colaboradores na ABPN, que podem contribuir com “o ensino, pesquisa e extensão acadêmico científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil” (Artigo 1º, ABPN).

Além dessas áreas de participação geral, os membros-fundadores podem assumir alguns cargos administrativos<sup>26</sup> dentro da comunidade. Esses cargos são hierarquizados e para ocupá-los é preciso que os membros sejam eleitos por meio de votação. Mas de acordo com o estatuto, só poderão votar e serem votados sócios fundadores, pois os efetivos ou colaboradores, para se candidatar, precisarão antes apresentar proposta encaminhada à diretoria para aprovação.

A organização hierárquica é a sexta característica de uma comunidade discursiva e em relação à ABPN, esse critério é plenamente preenchido, pois além da hierarquização dos cargos, há também uma hierarquização de membros que ocupam esses cargos. Tanto os cargos de

---

<sup>26</sup> Conforme o artigo 12º do Estatuto, são órgãos da ABPN: a) Assembleia Geral; b) Diretoria Executiva; c) Conselho Fiscal; d) Conselho Consultivo; e) Seções Estaduais; e f) Coordenações Regionais.

diretoria dos órgãos, quanto os de coordenação das áreas de estudos são ocupados exclusivamente por membros que possuem o título de doutor.

Isso revela que a ABPN constitui um *espaço estruturado de posições* (BOURDIEU, 2011), cujos agentes se posicionam de acordo com, sobretudo, o capital cultural que possuem, tendo como objetivo a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos. E com vistas a provocar mudanças no sistema não podia ser diferente, sendo assim, ela como qualquer outra associação, precisará fazer parte do sistema, pois a mudanças ocorrerão do interior para o exterior. Logo, fica explícito que, semelhante ao campo acadêmico, essa comunidade também visa pela legitimação e consolidação do saber científico a partir de outras epistemes e metodologias, visto que também é

[...] o espaço de um jogo, da luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica - autoridade que se define, a um só tempo, como capacidade técnica de poder social e o monopólio da competência científica - aquele poder outorgado socialmente, de falar e agir legitimamente, de ser portador do discurso autorizado (BOURDIEU *apud* MEIRE, 2007, p. 2).

Pode-se dizer, então, que os posicionamentos dos agentes, dentro de uma comunidade discursiva, são determinados pelas ações (mecanismos de participação) que eles podem ou não realizar internamente, ou seja, de acordo com suas competências. Até porque, para alcançar legitimidade na produção e na divulgação da produção do conhecimento, é preciso estar dentro do sistema e de certa forma, fazer parte dele. Logo as regras são as mesmas para todos os jogadores, o que será diferente é o modo de jogar, ou propriamente, o jogo.

Além desses mecanismos de intercomunicação e de participação, para que haja um reconhecimento da existência de uma comunidade discursiva, uma práxis (procedimentos e práticas) deve ser estabelecida, tendo como produto, gêneros específicos (quarto critério de reconhecimento da comunidade). Estes, por sua vez, se realizam a partir de um conjunto de discursos e dispositivos epistemológicos voltados para a regulação dos modos de produção, mediação e compreensão dos discursos produzidos no interior da própria comunidade. Desse modo, os gêneros refletem a razão de existir de suas comunidades.

Além dos gêneros que comumente são produzidos por uma comunidade científica (resenhas, ensaios, artigos, dissertações e teses), também fazem parte da ABPN: entrevistas, biografias e relatos de experiências. As teses e dissertações são destinadas a um banco. Enquanto os outros gêneros são direcionados à revista, a qual está organizada nas seguintes seções: Seção Fluxo Contínuo, a qual abrange artigos originais e artigos de revisão; Seção Relato de Experiências; Seção Ensaio; Seção Entrevistas e Biografias; Seção Resenhas; e Seção Dossiês.

Diferentemente de outros periódicos, a revista da ABPN abre espaço para que outros gêneros, não necessariamente da esfera científica, sejam publicados. Os relatos de experiências, as entrevistas e as biografias refletem bem os objetivos fundantes dessa comunidade. Esses gêneros, em especial, “são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 19).

Apropriando-se do seu *locus* enunciativo, a revista da ABPN possibilita um lugar de fala para aqueles que estiveram e ainda estão à margem da comunidade acadêmica eurocentrada.

O léxico, quinto critério que define uma comunidade discursiva, contribui para a identificação das identidades, dando corpo ao texto.

Com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 63), podemos dizer que o “tipo de linguagem usada por uma categoria particular de pessoas e relacionado com a sua identidade” expressa, de alguma forma, como essas pessoas se identificam e como identificam outras pessoas. Por isso estilos relacionam-se a processos de identificação (RAMALHO; REZENDE, 2011, p. 67).

Desse modo, um estilo de existência e reexistência marca a identidade da comunidade discursiva ABPN, a qual mesmo sendo uma comunidade vinculada ao campo científico, é antes, uma comunidade política de matriz africana que luta para romper com paradigmas coloniais. E será a partir dessa perspectiva que a comunidade ABPN é analisada na próxima seção. Não mais como uma organização discursiva regulamentada, mas como uma comunidade quilombola, destinada a pesquisadores refugiados, que se encontram à margem da academia. Para tanto, essa comunidade é analisada, principalmente na tessitura discursiva de seus membros.

### 3.2.1 A ABPN: uma comunidade discursiva quilombola

Desde a colonização, uma forma única de relatar perpassa os livros didáticos, os documentos oficiais, as notícias, a ciência e a vida das pessoas, as quais acabam assujeitando seus modos de viver, sentir e agir àquilo que foi posto e imposto pelo locutor único: o colonizador.

Em oposição a esse dogma eurocêntrico que subtraiu vidas em todas as suas dimensões, a restituição da fala se torna o principal instrumento para validar a existência das múltiplas vidas, outrora identificadas com uma certidão única de escravos (negros, sem cultura, sem escrita, sem dinheiro, sem posses, sem armas bélicas). Assim,

A noção de lugar de fala (DJAMILA, 2014) está diretamente articulada à busca por epistemologia decolonial, no enfretamento acadêmico das formas de uma opressão perpetradas contra grupos sociais, a partir das categorizações e valorações negativas relativas às construções identitárias estruturalmente generificadas e racializadas desigualmente na sociedade brasileira (NUNES; JUNIOR, 2018, p. 4).

Na tentativa, então, de romper com a colonialidade que circunscreve o ser, o poder e o saber, e que impede que outras formas de vida sejam reconhecidas e tenham visibilidade e representatividade, a busca por uma epistemologia decolonial ocupa cada vez mais o âmbito acadêmico.

A partir de ações decoloniais, hierarquias raciais são desestabilizadas, discursos são desconstruídos e os saberes são democratizados. Daí o levante de movimentos insurgentes por parte de membros da academia e grupos de intelectuais, que incentivam e apoiam a criação de associações, a publicização de gêneros acadêmicos transgressores, a realização de congressos cujas temáticas desviam do roteiro tradicional/curricular da academia, cujo modelo de fazer ciência prevê a valorização de todas as formas de conhecimento e a inclusão de todas as classes sociais e etnias.

Mas, para que essas ações externas cumpram com seus objetivos, atitudes internas e pessoais precisam acontecer. E é por isso que uma das ações contrárias ao modelo eurocêntrico de se fazer ciência é dar audiência àqueles que por muito tempo não a tiveram. Portanto,

O que é fundamental no registro e na análise dessas interpretações e práticas políticas e culturais é a restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 19-20).

Objetivando visibilizar as vozes dos sujeitos que realmente fundaram a comunidade discursiva ABPN, é que é apresentada, a seguir, a transcrição do vídeo de apresentação e de abertura da página/site dessa comunidade. Sendo assim, o que é a ABPN, segundo os seus membros<sup>27</sup>? Como aqueles que fundaram e participam dessa associação a veem? Qual é a sua importância para a comunidade científica negra?

Apresentamos a seguir o relato de pessoas, que há tempos, sofrem com o epistemicídio e o racismo acadêmico e as quais encontraram na ABPN, um refúgio, um quilombo, no qual é possível ser, falar, pensar, agir do jeito negro/negra.

Então, a gente sabe que a academia no Brasil, e não só no Brasil, mas em diversos outros lugares, ela é majoritariamente branca. E isso se dá por todo um processo histórico de exclusão da comunidade negra de diversos espaços na sociedade. E a

---

<sup>27</sup> Depoimentos retirados do vídeo O que é a ABPN?, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nNvgpijGaE>, visitado em 26/10/2020.

educação, por muitos anos, por séculos, foram um desses espaços que a nossa comunidade não teve acesso. **Régis Rodrigues Elísio – Associado ABPN**

Éramos rejeitados, como orientandos porque não havia profissionais, pesquisadores, dentro dos diversos programas que aceitavam a nossa temática. **Luciane Ribeiro Dias – Presidente do X-COPENE**

A ABPN surge em resposta a invisibilidade que as agências oficiais dão aos pesquisadores negros. **Anna Canavarro Benite – Ex-Presidenta ABPN (2016-2018)**

Essa Associação Brasileira e por último um segmento importante da população que foi excluído e / de outras associações. Então, é uma associação que nasce uma proposta de inclusão, de dar oportunidade pra outros jovens que foram excluídos das organizações científicas dominantes. **Kabengele Munanga – Associado Emérito da ABPN**

Precisam entender que as outras organizações não são de brancos, elas são gerais, mas elas só tem uma cara. **João Batista Felix – Coordenador Regional Norte da ABPN (2016-2018)**

Não há como você ter uma produção de conhecimento em um espaço de vinculação que não reconheça essa produção. **Vera Regina Rodrigues – associada da ABPN**

Você vai a uma escola de educação básica ou quando você visita os currículos da graduação e até da pós-graduação não é possível encontrar referências que estejam atreladas com a produção de autores e autoras negros e negras. Ou seja, em um país, em que a maioria da população é negra, não conhece os seus representantes na produção acadêmica. **Anna Canavarro Benite – Ex-Presidenta ABPN (2016-2018)**

Um dos encontros que me marcaram muito, foi estar no meu primeiro COPENE. O congresso brasileiro de pesquisadores negros e negras, ele acontece há 18 anos... **Luciane Ribeiro Dias – Presidente do X-COPENE**

...com os nossos grandes momentos de encontro, divulgação, validação do que a gente produz. Nos anos ímpares ocorrem os COPENES regionais, e nos anos pares, os COPENES nacionais como esse que você frequenta hoje. **Anna Canavarro Benite – Ex-Presidenta ABPN (2016-2018)**

O COPENE é esse espaço de encontro de ideias, de possibilidades, de análises e discussão de conjunturas. **Altair dos Santos – Coordenador da Área Científica de Saúde da População Negra (2018-2020)**

O contato com intelectuais negros e negras fez toda a diferença em minha vida. Ali, eu tive contanto com pessoas que eu apenas tinha lido. **Vera Regina Rodrigues – associada da ABPN**

Eu pude dialogar com aquelas pessoas que foram minhas bibliografias. **Rosa Margarida – Organizadora do Simpósio Nacional de Educação Básica da ABPN.** Nós congregamos todas as pessoas que fazem pesquisas sobre negritude e questões étnico-raciais. **Nicéa Amauro – Presidenta ABPN (2018-2020)**

Nós somos quase de 2 mil pesquisadores nas mais diversas áreas. Nós temos 16 áreas temáticas. **Anna Canavarro Benite – Ex-Presidenta ABPN (2016-2018)**

Tem gente que está na área da Educação, tem gente que está na ciência e tecnologia, exatas, as ciências jurídicas, produção cultural, do conhecimento tradicional ao feminismo negro. **Vera Regina Rodrigues – associada da ABPN e Anna Canavarro Benite – Ex-Presidenta ABPN (2016-2018)**

Diferente da academia eurocentrada que costuma criar aéreas supostamente separadas. **Elisa Larkin Nascimento – Diretora do IPEAFRO**

A ABPN tem intensificado a noção de que cultura e política não são de mundos distintos, especialmente a partir da participação dos mais jovens. Gente que chega e faz lá uma série de coisas que não são descoladas do momento. Pelo contrário, nós tivemos momentos muitos bons, muitos fortes e marcantes justamente até porque não tem essa visão cartesiana de separar. **Vera Regina Rodrigues – associada da ABPN**  
A ABPN é justamente uma ciência comprometida com a nossa comunidade negra. **Ivair dos Santos – Coordenador de Área científica de conhecimentos Tradicionais (2018-2020)**

Muito bacana vir aqui e falar, por exemplo, em matemática. Tem gente lá que consegue mostrar como a congadas se inserem, por exemplo, na história de Minas Gerais. **Vera Regina Rodrigues – associada da ABPN**

O congado, como outras manifestações negro de origem religiosa, ele têm um universo, um grau de complexidade, uma manutenção, uma preservação, de uma cultura que nem sempre se encontra nos nossos livros didáticos. **Luciane Ribeiro Dias – Presidente do X-COPENE**

Então, A ABPN contribui para a descolonização da educação brasileira. **Josiane Cristina Climaco – Diretora de Áreas Acadêmicas (2018-2020)**

Nós tínhamos segundo dificuldades de construir um espaço que essas várias gerações pudessem dialogar. Então a ABPN está conseguindo fazer isso. **Ivair dos Santos – Coordenador de Área científica de conhecimentos Tradicionais (2018-2020)**

Quando um jovem ou uma jovem negra se veem ali, se espelham na verdade naquele pesquisador. E acaba sabendo que, mesmo com as barreiras que serão muitas, eles podem chegar onde quiserem. É algo inspirador! **Clarissa Alves Carneiro – Associada ABPN**

A autoestima é muito importante. Um jovem que não sabia que um dia ele poderia se sentar em uma mesa e expor suas ideias, isso aqui integra o coletivo e é muito positivo. **Kabengele Munanga – Associado Emérito da ABPN**

Mas geralmente as pessoas eu sei que tem conhecimento dela, visitam as revistas. **Clarissa Alves Carneiro – Associada ABPN**

A revista da ABPN é um periódico científico que é publicado a cada 4 meses. Então a revista, além de ser uma difusão de conhecimento, ela tem essa importância, ela vai, por exemplo, aonde o congresso não chega. **Denise Maria Botelho – Associada ABPN**

Nessa revista a gente tentar publicar os artigos dos associados e não-associados da revista. É uma revista aberta de fluxo contínuo. Então é só entrar na página e submeter seu artigo. **Nicéa Amauro – Presidenta ABPN (2018-2020)**

Vocês também podem acessar o nosso banco de teses, é onde a gente disponibiliza teses e dissertações dos associados para criar uma perspectiva de ler autores negros, citar autores negros, convidar autores negros para participar de bancas. **Anna Canavarro Benite – Ex-Presidenta ABPN (2016-2018)**

Me parece que é o lugar único onde se desenvolve essa importante prática na educação para a população brasileira como um todo. **Elisa Larkin Nascimento – Diretora do IPEAFRO**

Introduzir a cultura a história afro-brasileira nas universidades é ainda um grande desafio. **Clarissa Alves Carneiro – Associada ABPN**

A ABPN nos reforça para que possamos contribuir para a construção de uma sociedade melhor. Um Brasil mais justo, igualitário. **João Batista Felix – Coordenador Regional Norte da ABPN (2016-2018)**

A gente pode também se ver como pesquisador e entender que aquele lugar da academia, que muitos dizem que não é nosso, ele pode ser nosso. **Luciane Ribeiro Dias – Presidente do X-COPENE**

É um lugar de aquilombamento, onde a gente vai para se reforça. O que a gente ouve, discute, aprende, briga, se desentende, se reentende, se torna a entender; é um território negro. **Petronilha Beatriz Gonçalves – Associada Emérita da ABPN**

Iniciemos a discussão dessa seção retomando essa última fala, de Petronilha Beatriz Gonçalves, associada emérita da ABPN, a qual afirma que a ABPN é “um lugar de aquilombamento”. Para compreender essa qualificação atribuída à comunidade, buscamos no trabalho de Batista (2019), “*O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição*”, os conceitos desse termo e seus desdobramentos ideológicos.

Atualmente, vários são os movimentos e organizações que se tornaram verdadeiros quilombos na luta a favor de direitos, igualdade e liberdade; e na luta contra opressão, silenciamento, discriminação, negligenciamento, apagamento. De acordo com essa autora,

'Aquilombar-se' tem se tornando um termo popular entre grupos negros engajados na ideia de resistência da cultura negra brasileira. Para esses grupos, “quilombo” é uma importante tecnologia social de resistência que promove o “estar junto” para ampliar e potencializar saberes, cultura, identidade e histórias ancestrais. Aquilombar-se é, para os negros, um jeito de ser no mundo.” (BATISTA, 2019, p. 399).

Com os mesmos propósitos de outrora, muitas são as associações que se tornaram redutos de acolhimento, de pertencimento e de resistência para aqueles que se sentem deslocados social, cultural, emocional, epistêmica e economicamente. Assim, como nos quilombos, muitas organizações subalternas constroem “uma sociedade à parte, ‘como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, (...) como um fato novo, único, peculiar, uma síntese dialética” (CARNEIRO, 2001, p. 19 *apud* BATISTA, 2019, p. 399).

Com a missão de descolonizar a academia, o saber, o trabalho, a arte, a política e o corpo negro, a ABPN é um autêntico quilombo social, acadêmico e político, do qual partem novos paradigmas epistemológicos. De acordo com o associado Régis Rodrigues Elísio, a exclusão do corpo negro de diversos espaços na sociedade, entre eles, o campo acadêmico, contribuiu para a criação da ABPN, a qual oferece ao povo “modos de resistir em meio à sociedade branca” (BATISTA, 2019, p. 400).

De forma mais duradoura, a branquitude tem operado no campo acadêmico e no político quase exclusivamente. A ausência de professores, de pesquisadores, de bibliografias negras e o desinteresse das revistas e dos financiadores/patrocinadores nas questões raciais, afastou por muito tempo os pesquisadores-estudantes negros dos programas de pós-graduação. Sem aparato algum, ou abandonavam suas temáticas para continuar servido aos interesses da “corte” e assim tentarem prosseguir nos estudos, ou se evadiam. Desse modo, “a ABPN surge em reposta a invisibilidade que as agências oficiais dão aos pesquisadores negros” (Anna Canavarro Benite – Ex-Presidenta da ABPN [2016-2018]).

Mesmo sendo, desde sua fundação, uma comunidade política, não possui legitimidade legal para a outorga de títulos, o que limita, por exemplo, sua atuação na disseminação do saber por agentes autorizados. Logo, essa comunidade pode ser vista como empreendedora/fomentadora dos estudos negros e dos interesses da população negra e, de certa forma, como “um continuum de desgaste permanente às forças sociais, culturais, políticas, militares e econômicas da escravidão e dos seus valores”, que operam ainda hoje sob a farsa da Modernidade (BATISTA, 2019, p. 401).

Para resistir e reexistir diante do legado colonial, a ABPN oferece meios que promovem o fortalecimento entre os povos colonizados. Dentre esses canais de comunicação e participação, é dado destaque ao periódico quadrimestral, ao Copene e ao banco de teses e dissertações. A revista consegue alcançar aqueles que não conseguem ter acesso presencial aos eventos. Já o Copene oferece oportunidades singulares aos seus participantes por ofertar a eles: 1) “espaço de encontro de ideias, de possibilidades, de análises e discussão de conjunturas” Altair dos Santos – Coordenador da Área Científica de Saúde da População Negra (2018-2020), 2) “o contato com intelectuais negros e negras” e 3) “a congregação de todas as pessoas que fazem pesquisas sobre negritude e questões étnico-raciais” Nicéa Amauro – Presidenta ABPN (2018-2020). O banco de teses e dissertações reúne uma vasta bibliografia de pesquisadores negros e negras, de modo a divulgar, fortalecer e ampliar os estudos de negros, para negros e sobre negros.

Essas ações contribuem para uma autoafirmação da população negra, pois “reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica.” (BATISTA, 2019, p. 401). Buscar uma autoafirmação é primeiramente resgatar a história que não foi contada, é falar e escrever na língua esquecida, é poder pensar e pesquisar a partir de outras epistemes.

Em busca de uma decolonização e de uma autoafirmação, Lander (2005) se embasa nas ideias centrais de Maritza Montero (1998) e nos apresenta algumas articulações que descrevem uma “epistemologia do sul”, centrada em um paradigma de decolonização, a saber:

- 1) Uma concepção de comunidade e de participação assim como do saber popular, como formas de constituição e ao mesmo tempo produto de uma episteme de relação.
- 2) A ideia de libertação através da práxis, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduz à desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo.
- 3) A redefinição do papel do pesquisador social, o reconhecimento do Outro como Si Mesmo e, portanto, a do sujeito-objeto da investigação como ator social e construtor do conhecimento.
- 4) O caráter histórico, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento. A multiplicidade de vozes, de mundos de vida, a pluralidade epistêmica.
- 5) A perspectiva da dependência, e logo, a da resistência. A tensão entre minorias e maiorias e os modos alternativos de fazer-conhecer.
- 6) A revisão de métodos, as contribuições e as transformações provocados por eles. (MONTERO, 1998 *apud* LANDER, 2005 p. 15-16).

Essas características marcam as produções científicas que circulam na ABPN, as quais mostram o engajamento de seus participantes contra a escravidão epistemológica, cultural, política e social que move a Modernidade. Assim, busca-se, na próxima seção, apresentar uma discussão mais específica dessas questões, tomando objeto a obra e a identificação racial de Allan da Rosa. Fazer essa discussão foi necessária para compreender como o corpo é politicamente marcado pelas ideologias a ele atribuído no que se refere a raça, gênero, religião, posição social e cultural. E como esse próprio corpo pode se tornar agência na luta contra preconceitos, racismo, exclusões, disparidades e negligências.

### **3.3 Allan da Rosa: corpo política na produção acadêmica**

Pra não amuar recorde de vocês quando volto ao meu bairro na alta noite e vejo as desgramas daqui. Ou quando sou abordado pelos seguranças das faculdades da USP (“-Vai onde? Posso ajudar, mocinho? Uai, como eu poderia saber que você é estudante?”), universidade onde curso meu doutorado. É impossível não lembrar dos projetos de limpeza étnica, tão nítidos na época em que teus gols marcavam o calendário em São Paulo. Tanto passou e tanto permanecê (ROSA, 2018, p. 160).

Imaginar um corpo negro cursando doutorado na Universidade de São Paulo não é algo fácil no imaginário social. Fazer um curso superior ou ainda um curso de pós-graduação em

uma renomada universidade pública ainda é privilégio de alguns? Será que o conhecimento só está disponível ao corpo branco detentor de privilégios sociais, econômicos e epistêmicos? “- Vai onde? Posso ajudar, mocinho?”. “Uai, como eu poderia saber que você é estudante?”. Então, como um negro, talvez de aparência pobre e de pouca escolaridade, pudesse estar estudando ali? Realmente, seria essa uma situação inimaginável, em um país que a maioria da população é parda ou negra?

A resposta é não. Infelizmente, essa é uma situação imaginável em um país que a população teve suas mentes ocupadas com o mito categórico, cujo corpo do colonizador europeu denota condições de prestígios em detrimento aos outros corpos. Mito esse que elevou o corpo branco e europeu à supremacia de raça, de cultura e de conhecimento. Assim, a partir do corpo físico e ideológico do colonizador, foi estabelecido uma fronteira aos outros corpos que se deslocam desse padrão e carregam principalmente nas diferenças fenotípicas, o legado da colonização e da colonialidade. Eis aí a explicação de que na sociedade há espaços que são ocupados por determinados corpos e não por outros.

Essa situação vivenciada por Allan da Rosa contraria a concepção moderna do corpo meramente como sede da razão, o qual, segundo essa concepção, não teria significação em si, ou seja, o corpo não seria, em si mesmo, objeto de significação, não seria um objeto semiótico, não seria um objeto político.

Na perspectiva decolonial, o corpo deixa de ser pensado como algo neutro/neutralizado, para ser compreendido como espaço de mediação simbólica. O corpo subalternizado foi relegado a ocupar “o espaço do desumano em que o corpo foi designado a sustentar o peso histórico da violência encerrada no horizonte do desmantelamento do claustro moderno / colonial, ao qual foi empurrado” (AGUIRRE, 2019, p. 17).

Esse acontecimento explica o que é proposto com a questão da corpo-política do conhecimento, extraída a partir da intersecção das obras de Aimé Césaire e Frantz Fanon por Aguirre (2019). Sobre isso, esse autor constata que “os dois autores caribenhos instituem uma corporação política que critica tanto o problema da racialização quanto as identidades culturais que o mundo moderno ‘sobredetermina’ nos corpos” (AGUIRRE, 2019, p. 18). Nessa concepção, o corpo é visto com um agente político no mundo, haja vista que é no corpo que as práticas simbólicas se materializam. Logo, o corpo é parte da manifestação política dos sujeitos; é no corpo que os sujeitos são privilegiados ou injustiçados, tanto do ponto de vista social e político, quanto do ponto de vista epistêmico.

Epistemicamente, considerar que os saberes estão situados nos corpos vai contra a universalização do conhecimento, o qual passa do universal para o local, em que cada corpo

possui saberes que está em um corpo local. Assim, os corpos têm saberes com recortes locais, já que refletem saberes localizados. Em síntese, os corpos são agentes políticos localizados. Então, toda vez que se reivindica uma corporeidade para a episteme ou para os saberes, por exemplo, está se afirmando que os corpos têm agência política.

Esse pensamento explica bem o ocorrido com Allan da Rosa ao ter sido quase que impedido de entrar no prédio da USP, onde cursava seu doutorado. O corpo de Allan da Rosa é marcado pelas injustiças da divisão ontológica. Isso fica acentuado principalmente na segunda fala do guarda que o abordou, ao dizer que não sabia, ou seja, que não o reconhecia como estudante daquela instituição, certamente por destoar da maioria daqueles que ali frequenta. A universidade, como outros espaços de poder, ainda pratica uma limpeza étnica, dando privilégio político e epistêmico ao corpo branco e elitizado. Por esse motivo que o corpo também é política, já que há no corpo uma dada ação política, sendo essa ação política deliberada ou não.

De acordo com Aguirre (2019, p. 19), “no mundo moderno, todo corpo parece estar sujeito a um regime de normalização. Normas que monitoram constantemente a invasão do ‘anômalo/anormal’ e que fortalecem as formas como o poder moderno / colonial aprisiona os corpos”. Mas por que o corpo branco não é racializado? Porque ele detém o privilégio de ser considerado a universalidade do corpo, ou seja, a ser o parâmetro universal do corpo, o qual não é considerado diferente, mas a regra, o padrão. Por ser o parâmetro, todos os corpos que se deslocam desse parâmetro são desprivilegiados, marcados pela oposição, pela negatividade e não pela diferença. Enquanto o corpo branco é símbolo de progresso e civilidade, o corpo colonizado de atraso e desordem.

Desfazer esse mito e reivindicar ocupação nos diferentes espaços sociais é algo que sempre esteve em pauta. Ao analisarmos, por exemplo, os relatos dos jornais que Rosa (2018) cita em sua obra como epígrafe, para descrever o time de São Geraldo da Barra Funda, nos anos de 1922, vê-se que nos três jornais mencionados, os jogadores desse time de cor são caracterizados como sendo ordeiros, organizados, passivos e educados. Tal situação, ao mesmo tempo, contesta o mito que foi criado, ao desestabilizá-lo e reivindica novas concepções sobre o corpo colonizado.

O ser preto é índice seguro de altas qualidades no manejo da bola de couro. Nos arrabaldes, pelo menos, o futebolista negro é olhado sempre com respeito e *sympathia*. [...] O característico das agremiações negras é a disciplina. Haja vista os conjuntos que jogam por ai a fora. Entusiasmo transbordante sob uma alma ternamente compassiva, incapaz de quebrar pernas ou de “dar trabalho à polícia” (O Progresso, fev. 1931, p. 4 *apud* ROSA, 2018, 150).

O São Geraldo suspendeu brilhantemente, o título de campeão de 1929, e foi um dos mais fortes concorrentes desse torneio; sustentando com galhardia o decorrer do ano,

sem uma derrota para o seu quadro; os jogadores não sofreram a menor pena ou censura, em se tratando de disciplina (O Clarim da Alvorada, 25/01/1930, p. 2 *apud* ROSA, 2018, 150).

Chegou ao nosso conhecimento a existência de uma exemplar agremiação esportiva, composta de rapazes negros ordeiros e disciplinados, verdadeiros cavalheiros, tanto no campo, como fóra dele (A Voz da Raça, abr.1937, p. 2 *apud* ROSA, 2018, 150).

Apesar dos três jornais serem da imprensa independente e negra, o engajamento em apresentar o time de homens de cor como corpos disciplinados é recorrente. Ao fazer essa constatação analítica, os jornais exigem a desnaturalização do poder consolidado e naturalizado que o corpo branco tem. Toda vez que essa condição política é reivindicada pelo corpo colonizado, uma ação contrária passa a existir, a qual passa a apagar o privilégio político que é incidido no/ pelo corpo branco. Sendo assim, “poderíamos argumentar que, o corpo colonizado traçado na negritude desafia a pretensão de naturalidade e originalidade da modernidade, mostrando a artificialidade de suas próprias idealizações e, aliás, de seu discurso crítico” (AGUIRRE, 2019, p. 17).

Para desconstruir esse imaginário, um movimento primário de reafirmação dos corpos subalternizados precisou acontecer. Um dos primeiros passos dados para resgatar e fortalecer a identidade negra foi o conceito de negritude, o qual apareceu em 1934 na revista “L’Étudiant Noir”, criada por Aimé Césaire juntamente com os escritores Léopold Sédar Senghor e Léon-Gontran Damas. Nessa primeira aparição, o termo aparece apenas reforçar ainda mais os binarismos criados com o colonialismo, ao apenas denunciar as injustiças sofridas pelo povos colonizados ao serem relegados a assumirem o lado negativo das máximas da sociedade europeia. Mas a sua segunda aparição, em 1939 na obra “Cahier d’ un retour au pays” também de Césaire, promoveu uma reviravolta da questão da representação social do corpo colonizado (AGUIRRE, 2019).

A sua primeira atuação foi negar a arbitrariedade e conseqüentemente, os binarismos, e assim, inscrevê-lo na diversidade de identidades culturais. A partir daí, o conceito de negritude foi se expandindo e se fortalecendo, ao receber contribuições de outros teóricos. Assumir a identidade de negritude, foi exigir uma reconfiguração cultural, fora da noção moderna/colonial (AGUIRRE, 2019). “A negritude seria, portanto, um lugar que altera a norma colonizadora e suas restrições corporais. Revela explicitamente a colonialidade que atravessa o corpo e que, ao mesmo tempo, é rejeitada por ele” (AGUIRRE, 2019, p. 17). A negritude torna-se assim, sinônimo de resistência à imposição hegemônica, pois restaura a experiência original de um sujeito que se tornou estranho a si mesmo. Diante do exposto, a ideia de negritude desafia em mais de um sentido o imaginário ocidental, pois assume a noção de corpo-política, buscando

uma diversidade conflitiva, em que o corpo “se transforma em força utilitária quando é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo submisso” (BROWNE SARTORI, 2013, p. 95 *apud* AGUIRRE, 2019, p. 24).

Nesse sentido, a noção de corpo-política atribuída às identidades da negritude, do indígena, dos chicanos ou de qualquer outro povo não-ocidental desestabiliza os essencialismos modernos axiomáticos no imaginário social, seja do colonizador, seja do próprio colonizado. É na corpo-política que se promove o despreendimento epistêmico e ontológico, por ser esse o lugar possível de se postular novas estratégias críticas e novas possibilidades políticas, a fim de desfazer os valores do universalismo europeu ancorados nos discursos humanistas e nas suas políticas de reconhecimento (AGUIRRE, 2019).

### 3.4 Análise sociorretórica da carta-artigo: um gênero insurgente

Em uma primeira leitura superficial e visual, apenas de suas estruturas, o texto apresenta, em sua organização, tópicos de um artigo científico, ou seja: título, identificação autoral, epígrafe, resumo e *abstract*, palavras-chave, corpo do texto e referências. Mas a realização de uma leitura mais sistemática e interpretativa mostra algumas insurgências.

Já no início, a leitura do texto mostra dois estranhamentos. Primeiro, o texto é uma carta. Segundo, o texto é destinado a seu Ditinho, atacante já falecido do time de futebol São Geraldo da Barra Funda, em São Paulo. Assim, a uma primeira vista, o texto parece pertencer a qualquer esfera, só não à científica. Outros questionamentos emergem quanto ao gênero desse texto: Qual foi o método utilizado? Quais foram os referenciais teóricos? Como foi feita a análise dos dados? Essas e outras perguntas são bem inquietantes, pois o corpo do texto não é desmembrado em seções e apresenta elementos caracterizantes do gênero carta, tais como estrutura e marcas linguísticas.

No propósito, então, de compreender a organização das unidades retóricas desse gênero insurgente, a análise inicial foi feita de acordo com a estrutura padrão do gênero artigo científico, discutida anteriormente.

A primeira unidade retórica padrão do gênero artigo científico é a *Introdução*, que consiste em apresentar a relevância da pesquisa, a delimitação do tema e do objeto de estudo, como também a escolha dos referenciais teóricos e metodológicos. O texto em questão se inicia com a *apresentação do contexto da pesquisa*, que ocorre por meio da descrição que o autor faz dos interlocutores, que são de certa forma, os participantes: seu Ditinho, craque do São Geraldo, clube negro de futebol, que foi fundado em 1917 na Barra Funda, bairro negro de São Paulo; e

o autor: torcedor, espectador e pesquisador. O diálogo se constrói sob dois planos: o passado (meados de 1922), em que o locutário se encontrava, e o presente (2018), no qual se encontra o locutor.

Sobre os participantes:

Quadro 10 - Dados da correspondência: apresentação dos participantes/ interlocutores

<b>SEU DITINHO (LOCUTÁRIO)</b>	<b>ALLAN ROSA (LOCUTOR)</b>
Iê! Saudações, Seu Ditinho. Dá licença, ô Cumba [...]Te escrevo intuindo teu humor [...]Se tu pintava no mapa da ironia ou se era espinho tinoso, se teu coração calejado em abismos criou casca grossa ou se tu era espoleta e traquinas, se era do silêncio matreiro ou da mudez magoada, se apaziguava ou tinha gosto pela porrada... Pela pernada é certo que sim, aquela do sapateado fatal e derrubador das rodas da Barra Funda, além dos arremates por tantos campos de beira de rio e de fábrica, além das passadas que giraram na cancha do teu Alvinegro São Geraldo [...]O senhor foi craque em teu time por anos, reinava aos domingos e desenhou tantos gols com tua linha. [...]Muito possível que o senhor não soubesse ler, pelo menos não a língua portuguesa cheia de muralhas e de tocaias pra dominar no peito. (ROSA, 2018. p. 150-151)	Aqui é Allan da Rosa, teclando esse fraseado daqui de 2016. [...]Sou da malta que gosta de suar, torcer e pensar futebol. [...] São Geraldo ali na Rua Tupy, no Pacaembu, hoje um bairro tão distinto e que, no mesmo ano que teu time de bambas findou, recebeu o estádio onde eu vi poesia, cantei e xinguei, primeiro com meu pai, depois adolescente naquela trança entre solidão e coletividade das arquibancadas e, de 9 anos pra cá, com meu menino enquanto o preço dos ingressos e a feiura dos jogos não consegue me expulsar de vez. Talvez por isso voltei a frequentar mais forte a várzea, aquela em que joguei e que tem vocês pairando em cada vestiário barrento, em cada risco de cal, repinique de bateria e troféu levado pro boteco da sede na quebrada. (ROSA, 2018. p. 150-151)

Fonte: (ROSA, 2018, p. 150-151)

Nesses trechos, além de se fazer uma descrição comportamental e emocional do principal participante da pesquisa, seu Ditinho, o autor demarca também o seu lugar de fala, característica que se estenderá ao longo do texto. O suposto diálogo é construído na tentativa de dar voz àqueles que não a tiveram, e assim tecer um caminho de reflexão ao recuperar e destacar os acontecimentos e sentimentos que afligiram aquela gente, envolta pelo pano de fundo do São Geraldo, clube de futebol.

A relação dialógica, no seu sentido usual, entre os vivos e não-vivos, como também a relação espaço-temporal do presente e passado, são práticas muito comuns e recorrentes na tradição/cultura afrodescendente, visto que esses povos têm como pressuposto epistemológico, a ancestralidade, conceito que será discutido em uma seção posterior.

Também como subunidade da unidade *Introdução*, tem-se a *apresentação do objeto de estudo*, que é o time de futebol alvinegro São Geraldo da Barra Funda. A partir de um estudo retrospectivo, bibliográfico e biográfico dessa agremiação, o pesquisador tece seus comentários, reflexões e denúncias acerca do tema da pesquisa que é “O futebol como esfera de conhecimento, pertencimento e construção de subjetividade frente ao racismo”. Isso pode

ser visto já no segundo parágrafo do texto: “[...] muitos malungos aqui das pejeas contra o racismo nem manjam o time preto do São Geraldo da Barra Funda, o Campeão do ‘Torneio Centenário’ em São Paulo, 1922, sabia?” (ROSA, 2018, p. 150). E ainda no terceiro parágrafo, “[...] Alvinegro São Geraldo ali na Rua Tupy, no Pacaembu, hoje um bairro tão distinto e que, no mesmo ano que teu time de bambas findou, recebeu o estádio” (ROSA, 2018, p. 150-151).

Ainda como subunidade dessa primeira unidade retórica, há a *exposição dos motivos da escolha do participante/locutário da pesquisa e do objeto de estudo*, que são: Seu ditinho, jogador/ craque do time do São Geraldo e o próprio clube. Essa subunidade é percebida através das suposições que ocorrem, em especial, no terceiro parágrafo, em que Rosa demonstra afeição e admiração tanto pelo jogador quanto pelo clube futebolístico.

Te escrevo intuindo teu humor... Se tu pintava no mapa da ironia ou se era espinho tihoso, se teu coração calejado em abismos criou casca grossa ou se tu era espoleta e traquinas, se era do silêncio matreiro ou da mudez magoada, se apaziguava ou tinha gosto pela porrada... Pela pernada é certo que sim, aquela do sapateado fatal e derrubador das rodas da Barra Funda, além dos arremates por tantos campos de beira de rio e de fábrica, além das passadas que giraram na cancha do teu Alvinegro São Geraldo (ROSA, 2018, p. 150).

E ainda no quarto parágrafo:

O senhor foi craque em teu time por anos, reinava aos domingos e desenhava tantos gols com tua linha. Tenho ganas de assistir uma partida do São Geraldo, talvez num momento noutra esfera isso aconteça. Me sonho presenciando a final do torneio centenário de 22, o que foi celebrado e exaltado por anos, o daquela virada de entrar no segundo tempo perdendo por 2x0 e terminar a pejea em 3x2 contra o Flor do Belém (ROSA, 2018, p. 151).

O apreço por seu Ditinho e pelo São Geraldo, time da Barra Funda, fez com que Rosa (2018) desvelasse esses dois ícones do futebol preto, os quais, como disse o próprio autor, mesmo tendo um papel importante na construção identitária cultural da população negra, na primeira metade do século XX, são desconhecidos até mesmo pelos seus comparsas/descendentes.

De modo ainda a exaltar e comprovar a existência e a relevância dessa agremiação para os negros paulistas, que enfrentavam fortemente o racismo declarado, o pesquisador apresenta três epígrafes retiradas de três jornais da época: O Progresso (1931, p. 4), O Clarim da Alvorada, (1930, p.2) e A Voz da Raça (1937, p.2). Em geral, todos os jornais apresentam o time do São Geraldo, como “ordeiro”, “disciplinado”, “de alma compassiva”, “exemplar”, “de verdadeiros cavalheiros”.

Em relação à unidade *Introdução* de artigos acadêmicos, percebemos que das três unidades retóricas descritos por Swales (1990), apenas o primeiro “estabelecer um território” é

encontrado nesse exemplar. O mesmo acontece com as subunidades, que apenas uma das três é contemplada, que é “apresentar a importância desse estudo”. É percebido também que essa unidade se aproxima mais do estudo realizado por Bernardino e Valentim (2016), os quais apresentaram, de forma distintiva, as unidades retóricas do artigo bibliográfico e do artigo experimental, de modo que esse primeiro comunga melhor com a carta-artigo.

Das subunidades descritas por esses autores, duas se assemelham as que foram encontradas no texto em análise, que são: Subunidade 1 – “Estabelecendo a importância da pesquisa” e Subunidade 2 – “Construindo a contextualização histórica”. A primeira se aproxima devido ao destaque dado aos motivos/ justificativas em relação a pertinência da reflexão proposta no trabalho. A segunda, por ser a mais enfocada nesse estudo, visto que todas as subunidades, de certa forma, contextualizam a pesquisa.

Abaixo, na figura são apresentadas as subunidades informacionais que foram encontradas para essa primeira unidade:

Quadro 11 - Descrição da unidade retórica “Apresentação”

UNIDADE 1 – APRESENTAÇÃO	
Subunidade 1 – Construindo a contextualização da pesquisa	Apresentação dos participantes/ locutores Apresentação do espaço-tempo Apresentação do objeto de estudo
Subunidade 2 – Estabelecendo a importância da pesquisa	Apresentação dos motivos pessoais e sociais

Fonte: elaborado pela autora

A segunda unidade retórica, de acordo com os estudos de Motta-Roth e Hendges (2010b), consiste em apresentar os referenciais teóricos, os quais têm como função “utilizar, reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outra(os) autoras(es)”, além de fundamentar as descobertas. Em se tratando da missiva, ao comparar as referências apresentadas na seção final do texto, é percebido que apenas algumas das obras ficam explícitas no texto, as quais, quase que unanimemente, são elencadas de forma indireta, de modo a romper com os padrões da escrita acadêmica, como os léxicos e as normas para citação.

Quadro 12 - Referencial teórico encontrado na carta-artigo

Citação 1 (C1)	<b>O senhor conhece a obra do professor Muniz Sodré?</b> Aquele que no livro “O Terreiro e a Cidade”, que coloca matrizes da filosofia ocidental pra comer na mão enquanto reflete sobre regras africano-brasileiras e apresenta os terreiros como lugares de cultivo da ancestralidade trançada às lógicas do corpo? Ninhos pra saúde do espírito e também pro revide. Penso nele, penso em meu mestre, penso
----------------	--

	em ti e na consciência de jogo, de iniciação e de segredo. Seu Ditinho, aprendi que na categoria de terreiros orna também as sedes benzidas de congados, de irmandades do rosário e de confrarias pretas, de associações comunitárias e de teatros auto-afirmados como negros, de cazuás dos capoeiras, de zungus e quilombos urbanos, tudo isso em histórias que combinam também se embrenhar nas e flutuar pelas esquinas (estas áreas de poder e surpresa) em datas especiais, mas principalmente tendo o abrigo de lugares que também são iniciados como nós pessoas em condições de graça, de luta e de convívio (ROSA, 2018. p. 156).
Citação 2 (C2)	<b>Assim entendo o Mestre Divino</b> , talvez neto de algum companheiro teu, nobreza da Mocidade Alegre e tão respeitado em muitas escolas de samba para além da zona norte. <b>Ele ensina que antigamente para o integrante firmar sua presença na casa e na linhagem tinha que assinar seu nome com o pé no terreiro em pleno ritmo da roda.</b> Imagino gente transbordando saberes mas sem escolaridade, gente batizada Custódio, Avelino, Prisciliana... Benedito ou Expedito como o senhor... ou gente com seus apelidos às vezes ganhos na hora pelo jeito de atuar, iniciando o pé e assinando com o corpo o caderno do solo, mantendo e expandindo o vigor do chão (ROSA, 2018. p. 156).
Citação 3 (C3)	<b>Vários boleiros antigos citaram essas covardias, entre eles Domingos da Guia, que as testemunhou no Rio de Janeiro</b> e por isso contou do seu medo de entrar pro futebol Nessas paúras ele disse que veio a fonte pro seu bailar no “miudinho” ao sair jogando. Sua elegância no enganar, no conduzir, no pontear na terra os passos de iludir e de saber guardar a pelota pra assim não deixar oponente branco nem lhe encostar, nem triscar (ROSA, 2018. p. 154-155).
Citação 4 (C4)	<b>Barra Funda de Geraldo Filme</b> que entregava marmitas, bairro da primeira linha de bonde elétrico e de pequenas indústrias agregando trabalho pra geral dos pretos que não conseguiam um “serviço bom”, ou seja: acender luz dos postes, limpar trilho de trem (se não fosse atropelado como vários) ou principalmente uma difícil vaga de entregador ou carimbador no funcionalismo público. (ROSA, 2018. p. 157).
Citação 5 (C5)	<b>Encontrei dia destes um bocado de depoimentos do pessoal que nasceu depois de ti e antes de mim.</b> O senhor os viu talvez crianças, mas eu os assisti apenas em vídeo ou lhes ouvi de tabela, cantados em doce e brava recordação nas rodas das periferias paulistanas (ROSA, 2018. p. 160).

Fonte: (ROSA, 2018)

O autor cita alguns textos/produções que fundamentam e dão crédito de veracidade aos seus relatos, como o filme-documentário (C4), os ensinamentos do Mestre Divino (autoridade religiosa) (C2) e os depoimentos coletados de pessoas que presenciaram os fatos ou que, de certa forma, possuem experiência em algum assunto (C3 e C5), mas somente as C1 e C2 constituem a base teórica do estudo. Entre essas referências, apenas a (C1) faz parte de uma literatura legitimada pela academia, como sendo científica e também sendo a única que é explicitada no texto. Isso mostra que o autor se apropria principalmente dos depoimentos de pessoas sem legitimação reconhecida para validar suas análises. A estas são dadas voz e credibilidade, que, mesmo não tendo uma posição de autoridade discursiva e epistêmica segundo uma concepção hegemônica de se produzir o conhecimento, se tornam verdadeiras testemunhas.

Diferentemente da *revisão de literatura* que é realizada nos moldes hegemônicos, em que se privilegia referências bibliográficas do cânone acadêmico, as obras aqui citadas são decorrentes de gêneros não científicos: documentários, depoimentos e relatos de experiência.

Quanto às subunidades retóricas, as que foram encontradas correspondem parcialmente às Subunidade 4 “Fazer generalizações do tópico” e 5 “Citar pesquisas prévias ou estender pesquisas prévias”, do estudo de Motta-Roth e Hendges (2010) e à Subunidade 5 “Apresentando casos, doutrinas, conceitos” do estudo de Bernardino e Valentim (2016), referente ao artigo de revisão de literatura.

A primeira subunidade encontrada na carta-artigo é uma junção das subunidades 4 e 5 de Motta-Roth e Hendges (2010b), a qual pode ser comprovada pelas citações 1 e 4. O autor cita *pesquisas prévias*, como o livro “O Terreiro e a Cidade” de Muniz Sodré e o Filme São Geraldo, os quais são apresentados por meio de generalizações. A segunda subunidade se aproxima da que foi encontrada por Bernardino e Valentim (2016): a *apresentação de casos e doutrinas*. Essa subunidade é comumente encontrada dentro da comunidade disciplinar do direito, a qual buscam respaldos nos casos já julgados para fazer suas petições. Esses casos geralmente oferecem uma jurisprudência/ doutrina para principalmente assuntos não previstos ou explícitos em lei.

Os casos que são mencionados na carta-artigo aparentam ser relatos do cotidiano, repassados/recontados por meio da tradição oral e experienciados, segundo Alcoff (2017), pela *doxa* (opinião ou mera crença). A espiritualidade (ancestralidade e mito) na tradição afrodescendente compõe o arcabouço epistemológico desses povos e, portanto, funciona como doutrina para compreender os fenômenos naturais e sociais no mundo. Por isso, não se pode limitar essa episteme afrodescendente ao campo conceitual da *doxa*, pois essa também é uma teoria, como tantas outras que circulam e constituem a pesquisa científica.

Uma primeira definição de teoria é dada em oposição à prática. Na ciência, a teoria é "um componente do conhecimento científico (...) caracterizada pela sua construção, a qual requer o uso de um método próprio." (TRENTINI, 1987, p. 135). Métodos esses que além de serem próprios, subtende serem bastante flexíveis para atender às diversas finalidades que compreende uma teoria. Em termos gerais, para Kerlinger, teoria "é um conjunto de conceitos, definições, e proposições que apresentam uma visão sistemática de fenômenos através da especificação das relações entre os conceitos" (KERLINGER, 1973, p. 9 *apud* TRENTINI, 1987, p. 136). Entende-se por teoria, a observação e o registro ordenando e recorrente que são construídos a partir de: 1) conceitos que são ideias ou representações mentais de elementos, propriedades, ou acontecimentos que representam simbolicamente a realidade; 2) definições

que tem por objetivo estabelecer limites e precisão aos termos que formam a teoria; e 3) proposições que são as relações realizadas entre os diferentes conceitos (TRENTINI, 1987). Em síntese, as teorias se diferenciam de acordo com seus objetivos, o quais “consistem em descrever, explicar, prever e controlar fenômenos” (TRENTINI, 1987, p. 138). Assim, uma teoria não precisa ser exaustiva, mas atender a um dos propósitos da pesquisa.

Desse modo, será usado o termo episteme afrodescendente, e não *doxa* para fazer referência à doutrina / espiritualidade que o autor usou para embasamento teórico, pois a partir do que fora explicado, acredita-se que o termo *doxa*, como fora definido, não é suficiente para explicar o fenômeno epistemológico que é manifestado no estudo de Rosa (2018).

Enfim, apresentar e estender conhecimentos outros evidencia a necessidade de uma nova base epistemológica, que pode ser percebida no seguinte excerto:

Coisas cotidianas, sentimentos de casa e de esquina, de travessia e de arpejo, linhagens que as escolas e a inteligência oficial daqui ainda vai demorar um bocado pra captar. Tem até aquela palavra que é mina e é horizonte, quadrada de tão feia mas braseira e formosa no sentido: epistemologia. O senhor sabe... hoje sabe. És como um oráculo de Ifá e pode compreender o fundamento de várias sentenças, posições e passes (ROSA, 2018, p. 153).

Apresenta-se abaixo o quadro que sintetiza as três subunidades que compõem a unidade dois do texto analisado:

Quadro 13 - Descrição da unidade retórica “Pressupostos teórico-conceituais”

UNIDADE 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	
Subunidade 3 – Fazer generalizações do tópico ao citar pesquisas prévias ou estender pesquisas.	A literatura na área é citada a tecer generalizações e conceitualizações acerca do assunto/ tema.
Subunidade 4 - Apresentando casos	Citar casos/fatos relacionados à problemática.
Subunidade 5 – Apresentando epistemes afrodescendentes	Conhecimento passado de geração

Fonte: elaborado pela autora

A respeito da unidade *metodologia*, fica evidente que o estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e interpretativa, uma vez que, é percebido no excerto abaixo que o autor utiliza a pesquisa bibliográfica para a geração e a coleta de dados:

**Fuçando nas sofridas publicações** daquela época em que o senhor ainda pisava aqui pelos dias e não apenas à noite, conferi o que **vogava nas folhas do “A Voz da Raça”, do “Auriverde” e do “Progresso”, imprensa negra** feita com resmas de sobra dos jornais graúdos, a única que noticiava as partidas do São Geraldo ou dos times de pretos (ROSA, 2018, p. 152).

De acordo com esse trecho, identificou-se a subunidade “Apresentando o tipo de pesquisa”, que pertence à unidade referente à *metodologia*. Essa unidade é comumente encontrada no artigo experimental (BERNARDINO, 2007 e BERNARDINO; VALENTIM, 2016).

Quadro 14 - Descrição da unidade retórica “Pressupostos metodológicos”

UNIDADE 3 – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	
Subunidade 6 – Apresentando o tipo de pesquisa	

Fonte: elaborado pela autora

Além dessa unidade retórica, a carta-artigo apresenta também a unidade “Resultado e Discussão”. Isso mostra que o texto em análise apresenta todas as unidades IRMD apontadas por Motta-Roth e Hendges (2010b), diferentemente dos artigos de revisão de literatura, que geralmente não possuem essas duas unidades.

No que tange à unidade *Discussão e Resultados/ Análise dos dados*, os fatos são analisados a partir das interpretações e percepções do autor, que busca tanto em sua experiência de vida quanto nas dos sujeitos (participantes), que de alguma forma vivenciaram os fatos, identificar e relatar a história que não foi contada, que não era a oficial. O foco é emergir todos o conhecimento dos colonizados, os quais sempre foram discriminados e reduzidos à condição de mito, de crenças e do senso comum.

Uma das subunidades que é recorrente nessa unidade é da *contratação/contraposição* entre o que o material diz (resgatado pelo pesquisador) e o que os jornais (representantes dos discursos hegemônicos) diziam. Desse modo, os casos/ fatos relatados não são correlatos nos jornais, os quais apresentam um discurso distorcido da realidade, ora por camuflar a verdade, ora por apresentar uma outra narrativa.

Hoje, daqui de longe no tempo, vejo a fértil contradição daquelas matérias, imersas na guerra não declarada, entre o banzo mais rasgado e a quilombagem mais convicta. [...] Mas, encruzilhada que é essa demanda, compreendo a necessidade desses discursos em tempo de tanta vergonha e racismo escancarado em São Paulo. Estratégias diante do que faria inveja ao Mississipi, à Lousiana, aos bôeres sul africanos... Não me cabe julgamento raso daqui seu Ditinho (ROSA, 2018. p. 152).

Que contradição pulsante ali nas páginas, no movimento que buscava frestas e pilares! Ressaltava que na bola do São Geraldo havia orgulho e talento ao vencer times de brancos que proibiam a entrada de vocês em alguns campos. E diziam do “entusiasmo em alma compassiva”, de serem “incapazes de darem trabalho à polícia” (ROSA, 2018. p. 152).

Quantas vezes os 11 dos chamados valentes da pesada Barra Funda foram seguranças em festas na sede do Camisa Verde? Quantas noites fizeram a proteção no bairro barra-pesada em troca de ali, no mesmo cazuá, fazerem bailes pra angariar verba pro time jogar no seu campo ou onde hoje é o Mercado da Lapa, seu Ditinho? Pra

conseguir pagar a costureira do calção e da bola, o alfaiate da jaqueta ou importar o caro material, como era de praxe. Quantas tabelinhas, tomadas de bola, chutaços espocando no peito do pé talvez naquele campo em que hoje está a estação Marechal Deodoro.. ou ainda naquele atrás da estação Água Branca, ali na Santa Marina.. Tenho vontade de ver a resenha e nessa prosa comentários sobre suas faces, suas táticas, suas catimbas e firulas.. mas nos jornais pretos após as grandes vitórias era certo que vocês seriam exaltados por seu ‘recato’ e ‘civildade’. Nítida resposta impressa ao que vogava como nervo da ideologia racista da época. Questão pra gente refletir dias e dias (ROSA, 2018, p. 152-153 - grifo nosso).

A partir desse trecho identificou-se também uma semelhança entre essa subunidade e esta descrita por Motta-Roth e Hendges (2010b): “Unidade 14 – Comparação da descoberta com a literatura”. Os dados gerados são comparados aos dados coletados nas pesquisas prévias, de forma a comparar as similitudes e as discrepâncias. Além dessa subunidade, que aparece para contradizer os fatos relatados principalmente nos jornais da época, uma segunda subunidade é identificada aqui. Essa é baseada no que Bernardino e Valentim (2016) chamou de “Construindo posicionamento frente aos dados apresentados” pertencente a unidade *Conclusão/ Resultados* do artigo experimental.

No excerto a seguir, o autor do texto coloca em xeque as narrativas daquela época, que ainda hoje são encontradas nos jornais, livros de histórias, enciclopédias e biografias, e se posiciona frente às interrogativas que aparecem ao logo do texto, as quais deixam claro, que o pesquisador conhece os fatos que se encontram nas entrelinhas dessas narrativas.

Como foram paridos? Chegaram dos trens do interior após dias de arreo e de febre, com a bunda quadrada e a esperança rachada? Como morreram? De cachaça, de facada, de enfarte ou de doença de chagas? Com feridas largas nas pernas, com sequelas de doença venérea comuns à gente madrugueira do teu tempo, Seu Ditinho? Será que seus companheiros de equipe teimaram em largar casa que a prefeitura demolia e morreram soterrados, sob demolições pra higienizar a cidade e garantir espaço pras chácaras das famílias Prado e Arouche? (ROSA, 2018, p. 155).

Nesse trecho, é possível notar que o autor tenta enquadrar dentro de um dos estereótipos as possíveis respostas/ explicações para tais questionamentos. Causas essas já reservadas à população negra da época. Por exemplo, como causa provável da chegada dos companheiros do seu Ditinho, tem-se o tráfico negreiro. Como *causa mortis*: as brigas por disputa de território, as doenças, os vícios e as chacinas.

Entre descrições, narrativas, exposições e marcas interlocutórias, o autor, o tempo todo, assume o papel, sendo ele mesmo o porta voz de seu Ditinho, ao tecer várias denúncias de atos racistas daquela época, de modo a dar prosseguimento a *análise e discussão dos dados*. Assim o autor faz generalizações, explicação do final (in) esperado, avaliação da descoberta e comparação dos acontecimentos com os relatos de seus participantes, com a imprensa e com a

possível história que não foi contada. E por isso o motivo de tantas indagações e apelos direcionados ao seu Ditinho.

Eu, limitado, compreendo o São Geraldo enraizado e se espraiando a partir da memória ancestral e da marca coletiva que não elimina a marca pessoal, mas que a conclama, pro povo preto as razões do corpo e as aparências são fundamentais. É assim onde a força simbólica é cerne estabelecendo jogo-regra-lugar nas gamas da oralidade, que é mais que voz e orelha, mais que saliva e é corpo pleno. Nesta teia se firmaram, formaram, desenvolveram e garantiram sobrevivência e reinvenção muitas gerações, século após século, Seu Ditinho (ROSA, 2018. p. 160).

Por conseguinte, a terceira subunidade identificada, corresponde à subunidade “Unidade 12 – Explicação do final (in) esperado” explicitada e descrita no estudo de Motta-Roth e Hendges (2010b). Esse elemento tem como propósito explicar as possíveis causas, razões e circunstâncias dos acontecimentos ou dos fatos observados e analisados ou refletidos.

É percebido, então, que três subunidades compõem a unidade retórica que será chamada aqui de “Análise dos dados coletados/gerados”: *Discussão, Interpretação e Repercussão dos dados/fatos*. Esses elementos desempenham o papel de validar/ legitimar por meio de uma replicação epistêmica tanto as acusações, quanto as novas narrativas que emergem das reflexões. Esse tipo de composição retórica se configura como movimentos de insurgência na escrita, visto que se manifesta por meio da assunção do colaborador da pesquisa à condição de autoridade do saber ou autoridade discursiva.

Apresenta-se no quadro abaixo, a configuração dessa nova ou redefinida unidade.

Quadro 15 - Descrição da unidade retórica “Análise dos dados coletados/gerados”

UNIDADE 4 – ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS/GERADOS	
Subunidade 7 – Discussão dos fatos/dados por meio da contraposição dos dados levantados e dos dados gerados.	Explicar as possíveis causas, razões e circunstâncias para determinados acontecimentos/ procedimentos
Subunidade 8 – Interpretação dos fatos/dados a partir da tomada de posição.	Faz-se generalizações e afirmações a partir de suposições, deduções e empirismo.
Subunidade 9 – Repercussão dos fatos/dados, através da explicação do final (in) esperado	Validar/ legitimar as reflexões geradas.

Fonte: elaborado pela autora

Por fim, a seção *resultados ou considerações finais*, não aparece desassociada das outras unidades, mas são intercaladas entre os questionamentos, as interpretações e as possíveis considerações, verdadeiras objeções, que podem ser vistos nos fragmentos que se seguem:

Por isso muito te agradeço. Pra não amuar recordo de vocês quando volto ao meu bairro na alta noite e vejo as desgramas daqui. Ou quando sou abordado pelos

seguranças das faculdades da USP (“-Vai onde? Posso ajudar, mocinho? Uai, como eu poderia saber que você é estudante?”), universidade onde curso meu doutorado. É impossível não lembrar dos projetos de limpeza étnica, tão nítidos na época em que teus gols marcavam o calendário em São Paulo. Tanto passou e tanto permanece. Assim voga a resistência e a anunciação ancestral perante a lógica genocida que aflige Mães de Maio a Abril, todo ano, por aqui e no Brasil todo (ROSA, 2018. p. 160).

Seu Ditinho, com reverência mas com leveza e sorrindo aguardo tua resposta. Tua mensagem pode vir e me encontrar. Vou levando sem deixar a bola cair, numa embaixadinha de dez ou quinze toques com a cabeça, observando o azul vasto do céu, as rubras lajes precárias da zona sul e os sabiás que passam zombando desse pássaro gordo e de couro quicando no meu cucuruto, sabiás assoviando e rasgando o ar pra pousar nas cascas de mamão que lhes deixo na mureta do córrego. Sente um abraço apertado, os peitos se amassando, coração ouvindo o outro coração. E lhe beijo a mão. Fica forte, em movimento, redivivo (ROSA, 2018. p. 161).

Observa-se, portanto, que o texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo* é um artigo científico, visto que possui as unidades retóricas pré-textuais (Título, Autor (es), Epígrafe (facultativa), Resumo e/ou Abstract, palavras-chave) e pós-textual (referências) bem definidas. Na parte textual interna, o texto apresenta as quatro unidades retóricas e algumas subunidades, conforme o quadro abaixo,

Quadro 16 - Descrição das unidades retóricas da carta-artigo

UNIDADE 1 – APRESENTAÇÃO	
Subunidade 1 – Construindo a contextualização da pesquisa	Apresentação dos participantes/ locutores, Apresentação do espaço-temporal; Apresentação do objeto de estudo
Subunidade 2 – Estabelecendo a importância da pesquisa	Apresentação dos motivos pessoais e sociais
UNIDADE 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	
Subunidade 3 – Fazer generalizações do tópico ao citar pesquisas prévias ou estender pesquisas.	A literatura na área é citada a tecer generalizações e conceitualizações acerca do assunto/ tema.
Subunidade 4 - Apresentando casos Subunidade 5 – Apresentando epistemes afrodescendentes	Citar casos/fatos relacionados à problemática. Conhecimento passado de geração
UNIDADE 3 – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	
Subunidade 6 – Apresentando o tipo de pesquisa	
UNIDADE 4 – ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS/GERADOS	

Subunidade 7 – Discussão dos fatos/dados por meio da contraposição dos dados levantados e dos dados gerados.	Explicar as possíveis causas, razões e circunstâncias para determinados acontecimentos/ procedimentos
Subunidade 8 – Interpretação dos fatos/dados a partir da tomada de posição.	Faz-se generalizações e afirmações a partir de suposições, deduções e empirismo.
Subunidade 9 – Repercussão dos fatos/dados, através da explicação do final (in) esperado	Validar/ legitimar as reflexões geradas.

Fonte: elaborado pela autora

### 3.4.1 Análise das insurgências promovidas no texto

Para analisar os procedimentos que foram utilizados na construção textual de Alla da Rosa (2018), além da retomada das discussões teóricas já realizadas até agora, foram utilizados também alguns pressupostos analíticos da Análise Crítica de Gênero (ACG) sob o viés de três teóricos: Fairclough (2001) e Rezende e Ramalho (2011). Foram a partir das obras desses autores que foram criadas as categorias que ajudaram a compreender o porquê desse texto ser insurgente.

#### 3.4.1.2 Insurgências na estruturação retórica

Como forma de desafiar o modelo epistêmico hegemônico, o pensamento decolonial advoga por um conhecimento geo e corpo politicamente localizado, ou seja, importam igualmente o local de produção daquele conhecimento, assim como aquele/a que o produz. Assim, a partir dessas insurgências, é perceptível que uma nova base epistêmica tem emergido, em que o sujeito epistêmico precisa fazer um caminho inverso na *análise/ interpretação dos dados*, de modo a valorizar tanto a visão do outro, quanto o seu lugar de fala. Além disso, é preciso atuar em defesa de uma desobediência epistêmica e linguística a fim de combater os valores eurocêntricos que têm perpetuado na escrita acadêmica, tornando-a monolíngue e monotípica.

De forma a romper com a colonialidade que foi instalada no modo de fazer pesquisa e no modo de escrever, vários pesquisadores ativistas do movimento decolonial têm aderido a algumas ideias insurgentes em suas produções científicas. Entre elas, está o *locus* de enunciação que

[...] significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O locus de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/ colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p.19).

Nessa perspectiva, o *locus* de enunciação se torna um instrumento necessário para que o corpo colonizado tenha representação e reconhecimento na produção do conhecimento. Pensar em lugar de fala ou de um lugar epistêmico é apresentar aquilo que foi ocultado, ignorado, que está do outro lado das fronteiras que impedem que o indigente (pobre, negro, índio, não-cristão, estrangeiro) fale, pense, viva e participe da política, da economia, da produção do saber e do direito de locomoção. Nesse sentido, “as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 19).

Para o pesquisador subalternizado,

Este lócus é o corpo como escritura e a sua relação com outros corpos, com a natureza e com a cultura. Esta presença corpo/mito/movimento/ancestral dá forma à um repertório cultural e etnográfico que é muito expressivo para confrontar com os dilemas das noções de equilíbrio, de justiça e de mandamentos normativos. Esta é uma dinâmica que produz mandamentos, princípios e regras para, e sobre, a vida social (BERNARDO, 2018, p. 232).

Nessa perspectiva, o corpo colonizado se torna o próprio lócus de enunciação, visto que é a partir dele que se iniciou o processo de alteridade, criado pelo mito da modernidade. As representações que esse corpo adquiriu, ao longo da história, precisam ser desmistificadas, visto que esses corpos foram sentenciados a viverem a subalternidade (lado escuro da Modernidade). Em um movimento contrário, um processo de descolonização do saber pode ocorrer através de uma alteridade reversa, em que, a cosmovisão afroameríndia forma outros/novos construtos epistemológicos. Assim, esse corpo torna-se “tecido escritural e simbólico para conhecermos o mundo” (BERNARDO, 2018, p. 230-231).

O *locus* enunciativo é considerado tanto o lugar/espaço geográfico que se localiza o corpo e a fala, quanto o lugar que se situa o pensamento ou ainda o próprio corpo. A partir dessa concepção, é percebido que Rosa (2018), autor da ‘carta-artigo’, utiliza-se dessa práxis para produzir saberes outros - extensão de sua vivência e experiência. Para tanto, usa uma língua pluri e multifacetada: afrodescendente/ crioula, coloquial, futebolística, cheia de gírias; usa também um gênero capaz de localizá-lo geo e corpo-politicamente. Logo, pode-se dizer que a

escolha do gênero carta-artigo, como suporte para seu estudo, parte de alguns pressupostos/possibilidades, que serão discutidos aqui.

Para iniciar a discussão, algumas indagações: Por que a escolha de uma “missiva” e não de “carta”? Por que usar a narração e não a exposição?

Para distinguir dois gêneros epistolares (missiva e carta), recorreu-se ao estudo de Veronez (2015), intitulado por “A escrita de si das missivas: reflexões historiográficas e literárias”. Nele, o autor apresenta uma conceitualização desses gêneros e também aponta algumas características que formalizam o gênero missiva e, de certo modo, o diferenciam, por exemplo de uma carta pessoal.

Veronez (2015, p. 207) diz que

As cartas, principalmente as pessoais, acumulam com frequência variadas informações e assuntos sem uma ordenação, finalização e hierarquização, sendo o próprio reflexo daquilo que se encontra no seu interior, no seu movimento próprio de escrita de si. As epístolas se assemelham muito com a característica do “eu” moderno, que é também desordenado, não finalizado, não hierárquico e fragmentado).

Uma das características marcantes da carta pessoal é a fragmentação tanto do conteúdo quanto da estrutura. Essa ausência de linearidade está relacionada aos sentimentos do escrevente. A escrita, nesse contexto, é construída em um movimento involuntário, criativo, livre. Já “nas missivas, a narrativa é repleta de movimentos e imagens, tanto por dentro, quanto por fora, apresentando um processo de composição multifacetado e laboriosamente construído” (VERONEZ, 2015, p. 207).

Esse processo multifacetado e laborioso é percebido no texto, em estudo, “Uma missiva a Seu Ditinho, craque do São Geraldo”. Nele, o autor constrói o texto em dois planos temporais, espaciais e discursivos. Seu Ditinho, jogador falecido do time do São Geraldo é depositário, testemunha e porta-voz do passado, da gente negra da cidade de São Paulo do ano de 1925 e das concepções ideológicas perpassadas naquela época. Enquanto, Rosa (2018), fala da mesma cidade, mas depois de quase 100 anos. A narrativa dos eventos passados vai se revelando por meio de flashbacks e se contrastando aos eventos atuais. É nos pontos de intersecção entre esses dois planos que emerge a reflexão proposta pelo autor ao realizar esse estudo, que é refletir “sobre práticas culturais da população negra em São Paulo na primeira metade do século XX e suas relações com as instituições oficiais da cidade” (Rosa, 2018, p. 149).

A preferência pela narrativa e não pela exposição, outro ponto levantado aqui, pode ser explicada numa perspectiva benjaminiana:

[...] a narrativa pretende quebrar com o isolamento do homem contemporâneo e o empobrecimento da experiência humana, que segundo ele, se assumiu com o advento

do capitalismo na idade moderna. Na esteira da modernidade, vimos emergir outras formas de comunicação que não a narrativa, mas sim a informação, afirma Benjamin (REIS, 2013, p.137).

Para atender ao cientificismo que se instalou na Modernidade, a tipologia expositiva tornou-se a mais adequada, devido ao seu caráter impessoal, imparcial, neutro e culto. Nessa mesma direção, foi também nessa época que as correspondências das descobertas científicas foram substituídas pelo que hoje chama-se de “Artigos científicos”. Ao fazer essa transição, o estudo que antes era compartilhado com outros pesquisadores ou estudantes e, que de certa forma, recebia contribuições dos pares, ao ser publicado nessa nova versão deixou de ser um construto em construção, para ser um produto pronto. Produto esse que passou a ser elaborado e confeccionado para atender ao capitalismo e à mercadização do conhecimento.

Infere-se, portanto, que na construção do saber, as correspondências se mostravam mais direcionadas à sua real função, do que os artigos de agora, os quais são concebidos para atender a diferentes nichos. O conhecimento era tecido em uma relação dialógica entre os pares. Não fala-se aqui de uma construção conjunta entre os pares até porque, em tempos anteriores, as respostas dessas cartas quase nunca chegavam e pouco ajudaria em sua construção, mas no processo de reflexão que o ato de escrever produz para aquele que escreve.

Quanto a isso, Veronez (2015, p. 202) diz que

A correspondência, por sua vez, possui um caráter específico e típico de escrita de si, percebido ao longo de sua construção histórica, pois consegue operar com uma reflexão pessoal destinando-a ao outro. Quer dizer, há um remetente e um destinatário estabelecidos que, no momento próprio da ação de cada um, seja na escrita e/ou leitura da missiva, estarão lendo e escrevendo, numa espécie de treino autorreflexivo, de e sobre si.

Compreendemos que a escolha da missiva por parte de Rosa (2018) também se torna ponto de intersecção para realizar seus anseios que são, ao mesmo tempo, atender às exigências normativas e regulamentadoras que perpassam a produção científica, como também transgredir essas exigências, ao apresentar um “velho-novo” corpo para veicular o conhecimento. Além disso, a missiva permite que o autor atenda aos postulados epistemológicos que regem suas práticas/ ações, posto que “‘escrever é ‘se mostrar’, se expor’ (KLINGER, 2007, p. 28, aspas do autor), abrindo brechas para uma observação e reflexão crítica de si mesmo sobre si mesmo e do outro sobre si” (VERONEZ, 2015, p. 207).

Para entender melhor esse gênero, volta-se ao estudo de Veronez, o qual lista três características que diferenciam a missiva de outros gêneros epistolares, sobretudo da carta pessoal, a qual é possuidora de maior semelhança.

A primeira característica apresentada é a de que o eu epistolar da missiva (quem escreve) “tem de se tornar presente e/ou ausente para o seu interlocutor (quem lê), num movimento racionalizado, recortado e interessado” (VERONEZ, 2015, p. 203). Nesse sentido, é percebido que na missiva, diferentemente de uma carta pessoal, o eu epistolar/missivista tem uma escrita planejada, voluntária, demarcada, ou seja, “o missivista sabe o momento adequado de aproximar-se ou afastar-se do receptor epistolar, dependendo sempre da ocasião e do tema da missiva” (VERONEZ, 2015, p. 203).

Na missiva direcionada a Seu ditinho, Rosa (2018) utiliza o futebol, esfera cultural de pertencimento dos povos afrodescendentes, como temática para se aproximar do seu locutor. São objetivos de Rosa: 1) refletir “sobre práticas culturais da população negra em São Paulo na primeira metade do século XX e suas relações com as instituições oficiais da cidade”, 2) “apresentar elos diaspóricos na modernidade brasileira e suas contradições” e ainda 3) desvelar a “cosmovisão de matriz congo-angola presente nos corpos e linguagens de comunidades, na masculinidade negra e suas absorções pela imprensa independente, negra, da mesma época” (ROSA, 2018, p. 149). O futebol se torna pano de fundo para que o autor se localize geograficamente e discursivamente no texto e faça suas indagações, reflexões e conclusões a partir da cosmovisão do subalternizado.

Nessa relação de aproximação com o Seu Ditinho (interlocutor), Rosa (2018) revela ser um narrador onipresente e onisciente dos fatos revelados. As interrogações direcionadas ao interlocutor se mostram como uma forma de validar/ ratificar os acontecimentos, principalmente aqueles que foram silenciados, escondidos, ignorados. Essa relação de proximidade também pode ser explicada por meio do pensamento de ancestralidade presente na episteme de matriz africana, o qual será discutido ainda nessa seção.

Quanto ao leitor epistolar externo, o futebol também funciona como uma temática de aproximação, visto que se configura como um esporte reconhecido quase que universalmente. Assim, outros corpos também são convidados a atravessar a fronteira e experienciar outros saberes e vivências.

Uma segunda característica que marca esse gênero, refere-se aos elementos tempo e espaço, os quais “o ‘eu’ da prática epistolar consegue movimentar aproximando-se e distanciando-se, conforme sua regra de vontade, [...], pois é no interior do corpo das epístolas que esse “eu” consegue apresentar determinada ambientação e temporalidade ao seu outro”. (VERONEZ, 2015, p. 204). Logo, diferentemente da carta, que tende a ser mais cronológica, a missiva transcende o tempo, de modo que “constata-se, por exemplo, (...), um tempo presente mesmo quando se fala de um período passado” (VERONEZ, 2015, p. 204).

Já em relação ao espaço, pode-se dizer que esse surge do interior da carta com a finalidade de provocar ao leitor uma determinada visão a ser imaginada, a fim de que se compreenda melhor o que está sendo “narrado e apresentado, através do movimento da escrita de si” (VERONEZ, 2015, p. 204).

Na missiva a Seu Ditinho, o espaço é localizado/ situacionalizado através de um movimento de transcendência temporal. Logo, o passado é atualizado no presente. As transformações ocorridas nas paisagens e na sociedade vão sendo descritas/pintadas/tecidas ao longo da missiva revelando as intencionalidades discursivas do autor. Nesse processo, tanto o leitor interno (Seu Ditinho) quanto os leitores externos são levados a compreender as relações de poder, de ser e de saber do antes e do agora.

No excerto a seguir, as transformações ocorridas no espaço são determinadas pela passagem do tempo, é possível ver que ao logo da descrição, o locutor, traça uma linha arqueológica iniciada na época do Seu Ditinho, passando pelo tempo em que o autor ainda era criança, até chegar ao tempo presente, na geração do seu filho. No mínimo, três gerações foram transcorridas.

[...] São Geraldo ali na Rua Tupy, no Pacaembu, hoje um bairro tão distinto e que, no mesmo ano que teu time de bambas findou, recebeu o estádio onde eu vi poesia, cantei e xinguei, primeiro com meu pai, depois adolescente naquela trança entre solidão e coletividade das arquibancadas e, de 9 anos pra cá, com meu menino enquanto o preço dos ingressos e a feiura dos jogos não consegue me expulsar de vez. Talvez por isso voltei a frequentar mais forte a várzea, aquela em que joguei e que tem vocês pairando em cada vestiário barrento, em cada risco de cal, repinique de bateria e troféu levado pro boteco da sede na quebrada. Mas que também faz tempo que se comercializa. É um oceano vasto a várzea, o senhor sabe e quem sou eu pra falar? (ROSA, 2018, p. 150-151).

As relações de poder, decorridas no tempo, também são postas em reflexão. Não tão distante do *apartheid* racial e social da época de Seu Ditinho, encontra-se a atual cidade de São Paulo. Tanto as escolas, os bailes, os clubes e os trabalhos ainda são estratificados racialmente e economicamente, o que pode ser visto na obra de Batista (2019). Como outrora, os cassetetes ainda bradam na tentativa de pacificar a favela e branquear a população.

Estralava em São Paulo um *apartheid* declarado em áreas como a Rua Direita, o Parque da Luz, o Largo São Francisco e em uma renca de empregos, escolas, teatros e salões. Manchetes e cassetetes bradavam que a cidade tinha uma nação pra fazer e puxar. Nessa missão comandada pelas finanças, branquear era a ordem, sim? Se hoje, tantas vezes é entre raiva e desilusão que a gente amanhece, imagino na tua época... Quanta humilhação... Mas também quanto revide (ROSA, 2018, p. 150-151).

Terceira e última característica dos gêneros epistolares, mas mais acentuadamente na missiva, é que dentre as várias “relações que a prática de escrever cartas tem, neste exercício

de escrita de si, há uma [...] relacionada com a possibilidade de fugir da solidão, de não se estar mais sozinho, que se dá no próprio processo de consolo, através da escrita propriamente”. (VERONEZ, 2015, p. 204). Para não se sentir sozinho/ solitário nessa jornada de desvelamento, resistência, reexistência, um processo dialógico é estabelecido, quando Allan da Rosa (2018), ao invocar seu Ditinho, faz seu relato histórico sob a tutela desse participante, que pode testemunhar tudo o que está sendo exposto, como pode ser visto no trecho a seguir:

Hoje, daqui de longe no tempo, vejo a fértil contradição daquelas matérias, imersas na guerra não declarada, entre o banzo mais rasgado e a quilombagem mais convicta. Resvalavam ou mergulhavam num balaio que prenunciava ou aceitava estereótipos, assumindo que futebol, boxe, atletismo e esportes eram a coisa nossa e perigosamente nos reservando lugares apenas contemplados se correndo e pulando com ginga e molejo. Mas, encruzilhada que é essa demanda, compreendo a necessidade desses discursos em tempo de tanta vergonha e racismo escancarado em São Paulo. Estratégias diante do que faria inveja ao Mississipi, à Lousiana, aos bôeres sul-africanos... Não me cabe julgamento raso daqui, Seu Ditinho (ROSA, 2018, p. 152).

A analogia aos eventos de outrora se torna o cerne da carta, os quais vão sendo esmiuçados e refletidos com as lentes do passado (Seu Ditinho) e com as lentes do futuro (Allan da Rosa). Nesse fragmento e em todo o relato, o conhecimento é transmitido pela ancestralidade, que

[...] significa, além de tudo, uma tomada de posição frente ao mundo e seus acontecimentos. Pressupõe uma postura ética frente a uma camada questionável de pensamentos e saberes identificáveis como africanos. O que invoca posições de atrelamento e dúvida. A primeira posição reproduzida no que tange à escolha de uma sequência de narrativas e dados que podem assimilar às perguntas gnosiológicas dos primeiros humanos nascidos em solo africano, e a segunda, de dúvida, porque não podemos dogmatizar os ensinamentos, os mais variados, se quisermos alcançar uma sabedoria mais ampla do mundo, e, com ele, a possibilidade de adotarmos chaves explicativas para alcançar modelos os mais supremos de humanismo, verdade e justiça (BERNARDO, 2018, p. 229).

Esse processo ancestrológico é perpassado por todo o texto, visto que os ensinamentos emergem das diferentes vozes/ discursos que são empreendidos na narrativa, como também do suposto diálogo que se entrecruzam entre Seu Ditinho (ancião, mestre, professor) e Allan da Rosa (jovem, iniciante, aprendiz). Enquanto o posicionamento do Seu Ditinho é marcado pela experiência, tradição, colonização/subalternização primária/direta e passiva, Allan da Rosa, se posiciona como expectador de tudo. Assim os questionamentos que se sucedem se alternam entre possíveis causas, questionadas por Rosa, e prováveis efeitos, ponto de preocupação e atenção de Seu Ditinho. Ambos os apontamentos têm como foco fazer uma análise estrutural do racismo no Brasil, sendo esse palco para grandes estruturas de desigualdades.

De acordo com Bernardo (2018, p. 231),

A ancestralidade pode ser lida como uma categoria de alteridade. Mais que isso, uma categoria de trans-alteridade, posto que se referênciamos no local de relação, ou seja, do encontro da diferença. A ancestralidade é a categoria que permite entender os territórios desterritorializados que, ao se reconstruírem, a exemplo da experiência negra no Brasil, constroem outros territórios capazes de suspender a temporalidade e a linearidade de uma história de cunho progressista e unívoca; ou como a história indígena, cuja própria existência e resistência determinam o local de rasura de uma nação que se pretende homogênea (BERNARDO, 2018, p. 231).

O texto é construído em um processo de trans-alteridade, entre Seu Ditinho (ancestral) e Rosa (2018), o aprendiz. O encontro da diferença não consiste em uma construção binária, mas na diferença de idades, contextos, vivências dos envolvidos no processo. Assim, é na construção dialógica desses pares, que territórios são desterritorializados, suspendendo a linearidade de uma história unívoca que é contada. O palco deixa de ser o lugar oficial da história, para dar vez aos bastidores, onde verdadeiramente a história ganha corpo, vida.

De acordo com Bernardo (2018, p. 231), a filosofia da ancestralidade “não se trata de uma mera saudade do passado, mas de uma referência de como os nossos antepassados nos deixaram movimentos para continuar a saga da existência!”. Logo, o teor da missiva não é o saudosismo, mas o aprendizado, o desvelamento de saberes que emergem dos corpos vivos e não vivos, como é o caso do falecido Seu Ditinho, visto que na relação de ancestralidade, “os mortos continuam a existir entre os vivos, e, além disso, o contato com eles é possível (...) ou “aqueles que estão mortos nunca vão embora” (BERNARDO, 2018, p. 234-235).

Independentemente do tipo de relação (linhagem, parentesco ou espiritualidade), “faz-se necessária uma digressão sobre o estado do ancestral e suas qualidades”, por isso que as qualidades de Seu Ditinho são apresentadas ao longo do relato. O estado do ancestral já falecido também é pertinente na construção desse paradigma epistemológico, posto que se torna o legitimador dos fatos.

Desse modo, a ancestralidade como categoria epistemológica

[...] possui uma natureza fenomenológica sociocultural enfatizando a quebra da primazia da razão como definidora de verdades. Possui também uma natureza hermenêutica, porque a usamos como instrumento interpretativo dessa mesma realidade fenomenológica desenfaticando uma lógica positivista (BERNARDO, 2018, p. 232).

Contrariando a lógica positivista que opera na construção do saber, de uma escrita neutra, cunhada em um ponto zero, a “escrita missivística tem um caráter eminentemente relacional” (GOMES, 2007, p. 19), quer dizer, possui um lugar privilegiado e particularizado de sociabilidade, trocas, estreitamentos e vínculos entre determinados indivíduos e grupos. (VERONEZ, 2015, p. 203). A adoção de novos gêneros e de outros recursos/ códigos

linguísticos mostra que o saber pode ser construído em diferentes moldes e produzir os mesmos efeitos.

Percebe-se logo que esse texto subverteu alguns traços coloniais da e na escrita eurocentrada, tais como: a invisibilidade e o apagamento de outros saberes, os quais são inferiorizados pelo saber científico legitimado, como também a descorporificação dos participantes da pesquisa. Logo, uma “metodologia” transgressiva é articulada a fim de apresentar desestabilidades em prol de uma democratização e de uma transculturalidade linguística e epistêmica.

Quadro 17 - Comparação entre aspectos metodológicos padronizados e transgressivos

<b>ASPECTOS PADRONIZADOS</b>	<b>ASPECTOS TRANSGRESSIVOS</b>
O apagamento do pesquisador	Lugar / Lócus epistêmico, lugar de fala do pesquisador
O valor da objetivação que regula e autoriza o discurso científico	O valor das subjetividades, da corporificação - as ideias não são neutras, há um corpo /
A exaltação dos resultados em detrimento dos processos e da problematização	Destaque aos processos e a problematização em detrimentos dos resultados, apresentando completudes e incompletudes
A pureza linguística	Insurgências linguísticas na escrita – escrita em primeira pessoa e uso de léxicos localizados, advindos da tradição negra e dos quilombos urbanos
A racionalização das ideias	A fenomenologização das ideias
Vozes do norte – história oficial / colonizadora	Vozes do sul – história do colonizado / subalternizado

Fonte: elaborado pela autora

Diante do exposto, o texto “Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo” reflete as inquietações / pautas políticas que regem a comunidade da qual ele foi produzido, publicado e circulado. O surgimento dessas e outras comunidades alternativas revelam que é preciso atentar para o sofrimento dos sujeitos subalternizados que tentam adentrar e sobreviver na comunidade acadêmica legitimada, e, portanto, da necessidade de uma universidade democrática, inclusiva, humanista, ou seja, que promova uma isonomia transcultural.

Em relação a sua temática, o texto em análise se circunscreve também na seguinte área científica da ABPN: “Experiências Tradicionais Religiosas Espirituais e Religiosidades Africanas e Diaspóricas, Racismo e Intolerância Religiosa”, a qual visa combater a intolerância religiosa contra os grupos de matrizes africanas que perdura há séculos não só no campo social, mas também acadêmico.

Assim, tendo por objetivo, “produzir, promover, discutir e organizar pesquisas e evento, conveniente aos temas citados, junto à comunidade acadêmica e não acadêmica”, essa área de

estudo, foi fundada “pensando na viabilidade das reconstruções dos argumentos históricos, desconectados das ideias racistas e colonialistas, que ainda permeiam a escrita acadêmica” (ABPN, 2020).

Portanto, pensar em gêneros insurgentes é sobretudo pensar em uma organização política social também insurgente, de modo a transgredir um sistema, cuja linguagem contribua para a identificação das identidades, dando corpo ao texto. É, assim, “pela ação política da desobediência linguística, que pressupõe e promove a desobediência epistêmica” (REZENDE; SILVA, 2018, p. 186).

Em suma, os gêneros são a materialização das ideologias e da identidade de uma comunidade discursiva, revelando hierarquias e desigualdades sociais, econômicas, culturais, raciais, educacionais, jurídicas e religiosas.

#### 3.4.1.2 **Insurgências na intertextualidade**

É por meio da intertextualidade que se pode analisar as práticas discursivas que ocorrem na sociedade e as relações estabelecidas entre elas, sejam em enunciados orais ou escritos. Baseando em uma concepção de Fairclough (2001), intertextualidade significa a invocação de vários textos, enunciados, vozes que se inter cruzam na tessitura de um determinado texto ou enunciado. As relações dialógicas que são feitas demarcam a natureza do discurso presente no texto, já que na composição dessa relação, algumas vozes são privilegiadas enquanto outras são ignoradas. Para Fairclough (2001), esse modo de proceder posiciona o texto nas lutas hegemônicas.

A maneira que essas vozes são articuladas está relacionada ao gênero em que o texto se configura ou às intenções discursivas do produtor, as quais podem ser disciplinadoras ou transgressivas. No gênero artigo científico, a intertextualidade se faz presente massivamente por meio da citação. É através desse recurso que os pesquisadores vão se legitimando. Em primeiro lugar, porque o uso de determinadas citações revela a identidade do produtor do texto e o tipo de vínculo que este estabelece com a comunidade discursiva da qual faz parte. Em segundo lugar, porque o uso de citações diretas ou indiretas, nesse gênero, garante que o seu produtor seja reconhecido dentro da comunidade científica, posto que reflete a cultura (valores e as tradições) da comunidade científica e, conseqüentemente seu pertencimento e reconhecimento. Em terceiro, esse movimento, ao mesmo tempo, promove notoriedade dos pesquisadores que estão dando fundamentação/sustentação a ele, e o crédito que um documento

atribui ao outro. Essas ações retóricas fortalecem a produção científica e sua veracidade (SILVEIRA; BAZI, 2009; HOFFNAGEL, 2009).

Além dos recursos intertextuais que aparecem na forma de citações explícitas, há aqueles que aparecem implicitamente, ou ainda inconscientemente, haja vista que os sujeitos que o produzem são atravessados por vários outros discursos anteriores ao presente. Cada texto é um intertexto, cada discurso é um interdiscurso, considerando que um texto contém fragmentos de outros textos, e, do mesmo jeito, o discurso. Os “novos” textos ou discursos são apenas reconceitualizações de outros anteriores a eles, mas que podem provocar mudanças futuras sobre os outros, sendo portanto, acionais.

Nos termos de Fairclough (2001, p. 154-155),

a intertextualidade implica “a inserção da história (sociedade) em um texto e deste na história” (KRISTEVA, 1986a: 39). Por “inserção da história em um texto”, ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado (textos sendo os maiores artefatos que constituem a história). Por “a inserção do texto na história”, ela quer dizer que o texto responde, reacentua e retrabalha textos passados e, assim fazendo, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudança mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subsequentes.

A partir da afirmativa de que um texto se constitui de textos/histórias do passado, é preciso atentar para quais histórias estão sendo contadas, por que estão sendo contadas e como estão sendo contadas. Pensar nessas questões são imprescindíveis para compreender qual será a ação que o texto provocará socialmente e discursivamente.

A fim, então, de compreender as possíveis ações que a história provoca sociodiscursivamente no texto “Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo”, buscou-se analisar a intertextualidade a partir de duas categorias analíticas: 1) a intertextualidade na análise dos dados e a 2) intertextualidade na construção teórica.

Usou-se a categoria 1) *intertextualidade na análise dos dados* para delimitar o modo como se processa, no texto “Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo”, a retomada textual do material empírico e da memória ancestral. Buscou-se discutir o modo como as fontes foram selecionadas e utilizadas pelo produtor do texto, para fornecer materiais/fragmentos que promovessem a reflexão “sobre práticas culturais da população negra em São Paulo na primeira metade do século XX e suas relações com as instituições oficiais da cidade”. Já a categoria 2) *intertextualidade na construção teórica*, foi usada para a identificação e análise dos referenciais teóricos (conhecimentos, crenças e teorias) empregados para fundamentar e justificar as interpretações que o autor constrói acerca do material empírico e da memória ancestral. Ou seja, buscou-se situar nessa categoria a epistemologia/paradigma que o autor emprega para construir seu conhecimento sobre o tema de sua reflexão.

Assim, enquanto a primeira categoria se refere ao procedimento metodológico usado por Allan da Rosa para coletar os fragmentos a serem discutidos, a segunda categoria relaciona-se ao referencial teórico ou a revisão de literatura, que o autor usa para explicar, por exemplo, “o futebol como esfera de conhecimento, pertencimento e construção de subjetividade frente ao racismo”. A partir dessas explicações, duas questões foram formuladas para compreender tais categorias: (1) De quais fontes, Rosa (2018), retira os materiais (fragmentos ou episódios) a serem analisados? Indagação referente à primeira categoria. E (2) de onde ele tira as explicações ou os fundamentos para explicar suas reflexões?

De forma a responder a primeira questão proposta anteriormente, serão apresentados três excertos retirados do texto de Rosa (2018), os quais exemplificam bem a intertextualidade realizada com o material empírico e com a memória ancestral. O primeiro excerto mostra que o autor realizou uma pesquisa para levantar as matérias que foram publicadas nos jornais da época em que seu Ditinho era craque do time do São Geraldo. Desse levantamento, ele selecionou três jornais da imprensa negra: “A Voz da Raça”, o “Auriverde” e o “Progresso”, já que, de acordo com o autor, era a única que noticiava as partidas desse time de pretos.

#### Excerto 1

Fuçando nas sofridas publicações daquela época em que o senhor ainda pisava aqui pelos dias e não apenas à noite, conferi o que vogava nas folhas do “A Voz da Raça”, do “Auriverde” e do “Progresso”, imprensa negra feita com resmas de sobra dos jornais graúdos, a única que noticiava as partidas do São Geraldo ou dos times de pretos. Que contradição pulsante ali nas páginas, no movimento que buscava frestas e pilares! Ressaltava que na bola do São Geraldo havia orgulho e talento ao vencer times de brancos que proibiam a entrada de vocês em alguns campos. E diziam do “entusiasmo em alma compassiva”, de serem “incapazes de darem trabalho à polícia”. Hehehe (ROSA, 2018, p. 152).

Dos jornais, Rosa retira as informações que serviram de material para tecer suas reflexões. Faz uma resenha das notícias dos jornais para analisar os acontecimentos que ocorreram com seu Ditinho e conseqüentemente, com o time de futebol São Geraldo, como se pode ver nas linhas de 5-9: “Que contradição pulsante ali nas páginas, no movimento que buscava frestas e pilares! Ressaltava que na bola do São Geraldo havia orgulho e talento ao vencer times de brancos que proibiam a entrada de vocês em alguns campos. E diziam do “entusiasmo em alma compassiva”, de serem ‘incapazes de darem trabalho à polícia’”. É percebido aí, que o autor identifica uma contradição na exposição que o jornal faz do time de futebol: em vez de noticiar as partidas, lances e performances dos jogadores em campo, a narrativa se volta para o discutir questões raciais: como a proibição de times e atletas negros

jogarem em determinados campos/lugares e de esses não causarem transtornos às autoridades. A imprensa visa buscar frestas/ oportunidades para uma aceitação social!

No próximo fragmento, é possível ver que Rosa (2018) está fazendo uma análise intertextual do termo “Dibrar”, o qual é comumente utilizado no futebol, mas, segundo o autor, ganha outra conotação quando utilizado pela e na comunidade preta/negra.

#### Excerto 2

Dibrar não porque se tem isso na alma ou nos genes (argumento limitado e recheio de estereótipo), mas pela situação escabrosa do tabuleiro e pela recriação do que se inventou na linhagem. Dibrar porque as regras caladas podem espetar mais do que as escritas. Seu Ditinho, o dibre pode vir de palavra inglesa, a do “dribble”, mas DIBO em kikongo quer dizer “dançar” e tá na origem de “discursar” e “palavrear” (ROSA, 2018, p. 155).

O processo intertextual ocorre quando o autor recorre à memória lexical do povo, que é um elemento retirado dos dados dele, para explicar o que significa o verbete driblar, na língua/ dialeto kikongo, que quer dizer “dançar” ou ainda na sua origem “discusar” e “palavrear”. Ao analisar a ocorrência desse movimento retórico, um outro movimento intertextual também ocorre quando é evocado o discurso tradicional (epistemologia negra do terreiro) para explicar os jogos de iniciação no terreiro. Busca-se com isso o discurso autorizado e validação teórica para seu estudo.

O excerto 3 mostra que o discurso tradicional (epistemologia negra) também é evocado para analisar a rivalidade barrista entre a população negra pela demarcação de territórios:

#### Excerto 3

[...] pra dominar os chafarizes, territórios chave pro abastecimento de água e pra mostrar pra comunidade da rua, entre lavadeiras e camelôs, quem mandava no ponto de encontro negro. Contemplando o respeito à água que vem de matriz kongo, assim como o do fogo, o ‘cumbe’ que é pedaço e inteireza de sol e como chamam quilombo em vários países da América do Sul por causa das brasas e das línguas de chama que só se pode apagar quando parte um Ganga, um grande, como o senhor e outros Tatas e Sobás. Coisas cotidianas, sentimentos de casa e de esquina, de travessia e de arrepio, linhagens que as escolas e a inteligência oficial daqui ainda vai demorar um bocado pra captar (ROSA, 2018, p. 153).

Os elementos água e fogo possuem relevante significado espiritual para a população negra de matriz africana. Conhecimento esse ignorado pela educação oficial, mas que, uma vez repassado pela ancestralidade e vivenciado pelos povos, produz saber epistemológico e ontológico. Esses elementos estão relacionados à passagem das linhagens e de elevação espiritual que são designados aos chefes e líderes espirituais, como também aos pais de família ou de terreiro. Ganga quer dizer líder/ chefe, como foi Ganga zumba, antecessor de Zumbi dos Palmares; e Tatas e Sobás, os pais de família ou de terreiro. Assim, tanto o resgate da memória

sobre os ritos de iniciação e passagem no terreiro e os discursos tradicionais fundamentam e explicam a disputa por territórios e a simbologia dos elementos terra e água.

A memória ancestral ou epistemologia negra/preta/africana é resgatada também para legitimar autoridades negras, como líderes espirituais, pais de terreiro e anciãos. No fragmento que se segue, Rosa (2018) considera seu Ditinho como um ancestral glorioso a partir da educação preta, ou seja, da epistemologia/ discurso tradicional, cuja memória e título se fazem importantes tanto para o desenvolvimento teórico, quanto para o desenvolvimento da análise da produção textual.

#### Excerto 4

Seu Ditinho: Já és um ancestral glorioso e pela lógica de nossa educação preta, tu assimila e floresce em qualquer frase, seja melodia ou rima, verbo de Brasil, de Angola ou da China. Escrita no muro, no livro, no corpo ou na vala. (ROSA, p. 151).

Enaltecer as qualidades e as experiências dos ancestrais faz parte desse processo, independentemente se o tipo de relação entre os pares ocorre por linhagem, parentesco ou espiritualidade. Nesse paradigma, seu Ditinho é possuidor de um conhecimento vivenciado no corpo, através das experiências, vivências e desvivências (situações em que se torna mero espectador).

Em momentos como esse, seu Ditinho deixa de ser apenas interlocutor do texto e passa a ser depositário do saber. Rosa (2018) o vê como autoridade legitimada e autorizada pelo discurso tradicional. Retomando os conceitos de Bernardo (2018), pode-se dizer que seu Ditinho, como sendo um ‘glorioso ancestral’, é legitimado pela ancestralidade, figurando uma trans-alteridade, em que o encontro de diferenças históricas, temporais e espaciais favorece o desvelamento de discursos e acontecimentos. Nesse processo é possível “entender os territórios desterritorializados que, ao se reconstruir, a exemplo da experiência negra no Brasil, constroem outros territórios capazes de suspender a temporalidade e a linearidade de uma história de cunho progressista e unívoca [...]”. (BERNARDO, 2018, p. 231). Assim, é por meio desse encontro trans-alterado que descobertas são feitas, mistérios são desvelados, lacunas são preenchidas e os bastidores são visitados.

Finaliza-se, então, a discussão dessa primeira categoria, apresentando o único fragmento (material empírico) que é apresentado pelo produtor do texto de forma explícita, que é a transcrição da fala de São Zezinho da Casa Verde, que se encontra no vídeo “Nas quebradas do Mundaréu”, dirigido por Plínio Marcos.

#### Excerto 5

Na Barra Funda jogava aqui no São Geraldo. Negro não passava [para a primeira divisão do campeonato]. Então nós desafiemo tudo quanto era time de São Paulo. Tudo, Paulistano, nós desafiava todo mundo. Ninguém queria jogá com nós. Sabe quem foi que um dia descobriu o São Geraldo? O Corinthians, o Corinthians começou a passá a mão nos negro devagarinho, tiro um, tirô outro, tirou um, tirou outro e destruiu o São Geraldo. Mas o São Geraldo era prá sê um time de primeira categoria. No, no campeonato era.

Quanto ao layout utilizado para inserção das citações no corpo do texto, apenas esse fragmento aparece recuado do corpo do texto, seguindo o que é determinado pelos manuais de normas para trabalhos científicos. De forma a seguir a tradição retórica presente na seção *Análise e Discussão dos dados*, após apresentar o material a ser analisado, apresenta-se em seguida, sua interpretação, como se segue:

#### Excerto 6

Eu, limitado, compreendo o São Geraldo enraizado e se espraiando a partir da memória ancestral e da marca coletiva que não elimina a marca pessoal, mas que a conclama, pro povo preto as razões do corpo e as aparências são fundamentais. É assim onde a força simbólica é cerne estabelecendo jogo-regra-lugar nas gamas da oralidade, que é mais que voz e orelha, mais que saliva e é corpo pleno. Nesta teia se firmaram, formaram, desenvolveram e garantiram sobrevivência e reinvenção muitas gerações, século após século, Seu Ditinho.

Novamente, o autor recorre à memória ancestral para interpretar os fatos. Além disso, o faz em primeira pessoa, o que mostra que a interpretação é pessoal. Na análise que faz, apresenta o futebol como ninho para que o povo negro pudesse renascer ontológica e socialmente. A postura do time do São Geraldo de admitir apenas os homens de cor (pretos e pardos) contribuiu para que a população negra reexistisse nas diferentes dimensões e que conquistasse lugar de fala futuramente, pois até então era a “força simbólica” o cerne que estabelecia “jogo-regra-lugar”, eram os corpos negros que eram desvelados para além da servidão/ escravidão.

No que tange à segunda categoria “intertextualidade na construção teórica”, buscou-se apresentar os discursos (textos) e as autoridades (vozes) em que Rosa (2018) se apoia para teorizar sua produção textual. Nessa categoria, fez-se um mapeamento das referências discursivas que o autor usa para legitimar a sua interpretação/ construção teórica: livro, filme, depoimentos e autoridade religiosa/espiritual.

Para teorizar sobre as práticas religiosas de matriz africana, Rosa (2018) cita o livro “O Terreiro e a Cidade”, do jornalista e sociólogo Muniz Sodré. A obra é relatada através da impressão de Allan da Rosa, que se mostra surpreso ao aprender que a prática e a lógica dos terreiros são encontradas nos diferentes espaços sociais e urbanos, tais como confrarias, irmandades, associações, atividades culturais e nos quilombos urbanos, que para Batista (2019)

compreende hoje as favelas. O autor também apresenta os conhecimentos produzidos no livro sobre a ancestralidade, para refutar e desestabilizar a filosofia ocidental, de cunho positivista.

Excerto 7

O senhor conhece a obra do professor Muniz Sodré? Aquele que no livro “O Terreiro e a Cidade”, que coloca matrizes da filosofia ocidental pra comer na mão enquanto reflete sobre regras africano-brasileiras e apresenta os terreiros como lugares de cultivo da ancestralidade trançada às lógicas do corpo? Ninhos pra saúde do espírito e também pro revide. Penso nele, penso em meu mestre, penso em ti e na consciência de jogo, de iniciação e de segredo. Seu Ditinho, aprendi que na categoria de terreiros orna também as sedes benzidas de congados, de irmandades do rosário e de confrarias pretas, de associações comunitárias e de teatros auto-afirmados como negros, de cazuás dos capoeiras, de zungus e quilombos urbanos, tudo isso em histórias que combinam também se embrenhar nas e flutuar pelas esquinas (estas áreas de poder e surpresa) em datas especiais, mas principalmente tendo o abrigo de lugares que também são iniciados como nós pessoas em condições de graça, de luta e de convívio (ROSA, 2018, p. 156).

A intertextualidade que Allan da Rosa faz com a obra citada acontece por meio de uma resenha, a qual é explicada através da polifonia, que consiste em interrelacionar diferentes vozes (seu Ditinho, professor Muniz Sodré, seu mestre e nas práticas religiosas). Apesar de ser um discurso legitimado pela autoridade científica, a articulação teórica que é feita contraria os manuais de redação científica, haja vista que é perpassada pela subjetividade, pela pessoalidade e pela experiência.

Outro aspecto insurgente é a legitimidade que é concedida a Valdevino Batista da Silva, mais conhecido como mestre Divino, mestre da escola de samba Mocidade Alegre. Possuidor de notórios saberes culturais (enredo, percussão, formação de novos integrantes do samba), mestre Divino teoriza sobre a relação que o samba tem com o terreiro e explica que de acordo com a tradição, para que os novos membros integrassem às escolas de samba, era necessário que antes passassem pelo terreiro.

Excerto 8

Assim entendo o Mestre Divino, talvez neto de algum companheiro teu, nobreza da Mocidade Alegre e tão respeitado em muitas escolas de samba para além da zona norte. Ele ensina que antigamente para o integrante firmar sua presença na casa e na linhagem tinha que assinar seu nome com o pé no terreiro em pleno ritmo da roda (ROSA, 2018. p. 156).

Os conceitos e as teorias são construídos também pelos depoimentos que são coletados tanto das entrevistas e conversas realizadas pelo autor da missiva (ver excerto I, logo abaixo), quanto dos vídeos (excertos II e III) que apresentam relatos autobiográficos, como o de Geraldo Filme de Souza, compositor e cantor negro brasileiro, que ficou conhecido como “Barra funda” ou “Negrinho da marmita” e também de Seu Zezinho da Casa Verde, que participa do vídeo

“Nas quebradas do Mundaréu”, dirigido por Plínio Marcos. Todos esses três fragmentos foram recontados por Rosa (2018):

Excerto 9

- a) Vários boleiros antigos citaram essas covardias, entre eles Domingos da Guia, que as testemunhou no Rio de Janeiro e por isso contou do seu medo de entrar pro futebol Nessas paúras ele disse que veio a fonte pro seu bailar no “miudinho” ao sair jogando. Sua elegância no enganar, no conduzir, no pontear na terra os passos de iludir e de saber guardar a pelota pra assim não deixar oponente branco nem lhe encostar, nem triscar (ROSA, 2018. p. 154-155).
- b) Barra Funda de Geraldo Filme que entregava marmitas, bairro da primeira linha de bonde elétrico e de pequenas indústrias agregando trabalho pra geral dos pretos que não conseguiam um “serviço bom”, ou seja: acender luz dos postes, limpar trilho de trem (se não fosse atropelado como vários) ou principalmente uma difícil vaga de entregador ou carimbador no funcionalismo público. (ROSA, 2018. p. 157).
- c) Encontrei dia destes um bocado de depoimentos do pessoal que nasceu depois de ti e antes de mim. O senhor os viu talvez crianças, mas eu os assisti apenas em vídeo ou lhes ouvi de tabela, cantados em doce e brava recordação nas rodas das periferias paulistanas. Olha este trecho aqui de Seu Zezinho da Casa Verde, aquele do cabelo grande e preso que participa daquela peça e do vídeo “Nas quebradas do Mundaréu”, com Toniquinho Batuqueiro, Zeca da Casa Verde, Geraldo Filme, Silvio Modesto e Talismã, dirigidos por Plínio Marcos. (ROSA, 2018. p. 160).

A intertextualidade nesses três fragmentos (9 a, b e c) é construída pelas vozes de testemunhas que vivenciaram ou que relatam as histórias referentes a Barra Funda, cidade de São Paulo, onde foi fundando o time de São Geraldo. A insurgência ocorre nesses fragmentos porque ao invés de se buscar a fundamentação teórica e a definição de conceitos em textos acadêmicos autorizados para construir a discussão, Rosa (2018) vai buscar esses registros na memória ancestral, nas transcrições de narrativas de cantores, compositores e artistas que se encontram registrados em vídeos, filmes e músicas. Nomeia-se esse tipo de ocorrência, como insurgências quanto a autoridade discursiva, em que artistas como, Mestre Divino, Zezinho da Casa Verde, Toniquinho Batuqueiro, Zeca da Casa Verde, Geraldo Filme, Silvio Modesto e Talismã, e Plínio Marco se tornam autoridades discursivas reconhecidas pela comunidade negra, a qual os tornam legítimos.

Em relação a construção intertextual da carta-artigo, seu produtor, Rosa (2018) faz uma recuperação da tradição preta pela memória, construindo uma memória ancestral. Recupera-se, então, materiais memorialísticos (subjetivos), e material objetivos (fragmentos retirados de depoimentos dos participantes da pesquisa). Sendo assim, a intertextualidade analítica (processo metodológico) ocorre pelo recolhimento de narrativas em jornais (material para

análise), enquanto a intertextualidade teórica (embasamento teórico) acontece pelo processo narrativo e memorial.

A primeira insurgência relativa à intertextualidade que se pode destacar é a busca da memória ancestral como discurso autorizado em adição aos textos academicamente consagrados. A memória ancestral é o fio condutor do texto de Rosa (2018), o qual é tecido pelas histórias, tradições, crenças, experiências, ritos que foram passados de geração para geração pelos anciãos e anciãs. A segunda relacionada à forma discursiva (no jeito de contar) e a terceira referente à categoria analítica (o jeito de analisar).

Além dessas duas categorias analíticas acerca da intertextualidade, promoveu-se também a discussão da categoria pressuposição, a qual, segundo Ramalho e Resende (2011, p. 134), constitui “um aspecto relevante do potencial ideológico da intertextualidade”. Essa categoria relaciona-se às vozes/ histórias que, apesar de não estarem explícitas, estão subtendidas no texto, haja vista que são concebidas, pelo produtor do texto, como aforismos/axiomas já arraigados. Logo, as pressuposições são partes dessa construção ideológica, identitária e histórica que foram sendo ao mesmo tempo resgatadas, experimentadas, revividas e reconstruídas nas interpretações de Rosa (2018).

No texto, as pressuposições ocorrem porque esse texto está construído dentro de um determinado recorte social (escrita missivística), em que elas são cabíveis, pertinentes e aceitáveis. Em um contexto de escrita acadêmica canônica, as pressuposições não são bem-vistas e aceitas, já que requer que as essas sejam explicitadas. Nesse caso, em que o texto assume uma outra natureza, uma outra caracterização, o autor faz uso das pressuposições, porque essas são compatíveis com a comunidade discursiva ABPN, da qual está partindo o texto; como também das comunidades quilombolas, sejam os quilombos urbanos (favelas, redutos, associações) ou rurais. Além disso, a característica ensaística do texto também possibilita que essas pressuposições aconteçam de forma recorrente.

Ao relatar e refletir acerca das práticas culturais da população negra em São Paulo na primeira metade do século XX e suas relações com as instituições oficiais da cidade, Rosa (2018) faz pressuposições que se manifestam no texto de duas formas: a) no contexto histórico de Seu Ditinho; e b) no contexto da formação teórica do autor. A primeira categoria está relacionada àquilo que é referente ao contexto/ momento histórico de seu Ditinho, fundamentalmente ligado à vida dele. E a segunda relacionada ao universo de conhecimento do autor.

A partir dessas duas categorias, considera-se que o interlocutor (seu Ditinho ou seus companheiros de comunidade e de quilombo) tenha conhecimentos prévios do que está sendo

exposto. Esse recurso ocorre, pois acredita-se que muitas das camadas de conhecimento já tenham sido construídas na sociedade ao longo do tempo, ou seja, já estão postas/dadas na sociedade. Mesmo não estando no texto, há conhecimento prévio de todas as coisas. Conhecimento socialmente partilhado, mas que, de certa forma, depende da compreensão do interlocutor/leitor, depende de um recorte sociocognitivo. Na ausência desse recurso, a comunicação seria impossível de acontecer, já que dever-se-ia ir à origem de todos os conceitos.

As pressuposições que ocorrem no texto ficam subtendidas no discurso do produtor do texto, e têm uma grande chance de não alcançar nem o interlocutor hipotético, seu Ditinho (no contexto de carta), o qual é anterior à história de muitos dos fatos, e nem o leitor em potencial (os pares), visto que não há referências mais detalhadas de muitos dos textos/vozes que são articuladas na carta-artigo, que não aparecem em notas de rodapé ou na bibliografia. Eis algumas pressuposições que aparecem no texto:

Excerto 10

- a) Talvez tenha sentado numa das salas de aula clandestinas que as associações culturais negras bolaram pra letramento, como aquelas da Frente Negra Brasileira na Sé. **Depois do 13 de maio** foram várias. (ROSA, 2018, p. 151).
- b) Tem até aquela palavra que é mina e é horizonte, quadrada de tão feia mas braseira e formosa no sentido: **epistemologia**. O senhor sabe... hoje sabe. **És como um oráculo de Ifá** e pode compreender o fundamento de várias sentenças, posições e passes. (ROSA, 2018, p. 153).
- c) Aqui o meu (o nosso) pessoal mal sabe dessas origens da finta ou das forcas nas árvores **e das ‘strange fruits’ que Nina Simone cantou lamentando o sul dos EUA**. Mas sabe do que é o camburão rondando e a televisão escalpelando a cada dia. E sabe também das tiradinhas infames e das anedotas que nos corroem nas escolas. (ROSA, 2018, p. 154).
- d) Será que um partiu alegre numa roda de tambores? Como tantos negros ainda poucas **décadas após o 13 de maio**, o teu enterro teve batuque e gurufim, carteadado e copos entornados? Tuas pernas tão cantadas se esticaram em caixão ou se despediram benzendo ruas, carregadas e cantadas num batuque, abauladas numa rede levada nos cangotes do povo que louvava a partida de um grande? Teu corpo descansou em rede amarrada entre as pontas de uma vara, como de tantos funerais ritmados e zombeteiros daqui, tidos como exemplo de ‘selvageria’ e ‘incivilização’ pelos legisladores e delegados? Tu tinha família e ela conseguiu um enterro digno sem recorrer a uma Confraria como a da Nsa. Sra. dos Remédios na Praça João Mendes, ou a uma das irmandades do rosário como as da Penha, a do Paissandu ou do Lausanne, aquelas que recolhiam moedas pra fazer o funeral daqueles que nem a igreja queria velar? (ROSA, 2018, p. 155).
- e) **Desde José Bonifácio** um século antes que já se propunha uma ideia de nação e solidariedade, um cimento que colasse toda gente do país, mas foi nesses anos 30 que se espalhou de uma varanda rica em Pernambuco a **argamassa teórica que mirando Casa Grande e Senzala** inverteu o prisma: afirmou que o que envergonhava e era pré-moderno seria justamente a singularidade positiva da

nação, argumentando sob espontaneidade, afeto e malemolência, linhas tão bem usadas também pra manter mais do mesmo e pra nos colocar de segunda. (ROSA, 2018, p. 158).

Nos fragmentos 10a e 10d, Rosa (2018) está se referindo à Abolição da escravatura, momento em que o regime escravocrata deixou de ser legalizado pelo Estado. Porém, ao contrário do que parece, esse fato só contribuiu para que os escravos fossem marginalizados, abandonados nas periferias urbanas para o empobrecimento e para a criminalização, até porque a escravidão continuava sendo socialmente autorizada e praticada. Mesmo após a abolição, Rosa (2018) relata que as escolas para negros ainda eram clandestinas e desenvolvidas por organizações, como a Frente Negra Brasileira (FNB), partido político negro, fundado em 1931. Aparentemente poucas mudanças ocorreram, pois até os velórios foram questionados pelo autor, ao perguntar a seu Ditinho como foi o velório dele, se esse pode ser ritualizado/solenizado. Essas intertextualidades são consideradas pressuposições, porque as informações ficam subtendidas, estão implícitas, e, portanto, depende da compreensão, depende de um recorte sociocognitivo por parte do interlocutor e do leitor.

É de praxe que no gênero artigo científico, os termos que são utilizados sejam especificados, conceitualizados ou explicados no próprio corpo do texto ou em notas de rodapé, a fim de trazer clareza para o leitor. No fragmento 10b, tanto a palavra epistemologia, quanto a expressão “oráculo de ifá” não foram explicadas. Isso acontece pois é esperado pelo autor que tanto seu Ditinho quanto os possíveis leitores compreendam cada menção histórica que ele faz, logo não há necessidade de se cumprir com certas convenções, até porque a escolha da escrita epistolar favorece que tais praxes não sejam cumpridas.

No fragmento 10c, Rosa cita uma canção, mas sem explorar o conteúdo temático, subtendendo que seu Ditinho esteja compreendendo suas colocações. A canção ‘strange fruits’ consiste em um poema de Abel Meeropol, escrito em 1936 e cantado pela primeira vez por Billie Holiday, e depois interpretada por outros artistas, como Nina Simone. A canção faz uma lamentação dos negros que foram linchados, estranhos frutos despendurados em árvores nas praças pública no Sul dos EUA.

Figura 4 - Racismo nos EUA



Fonte: <https://www.geledes.org.br/a-historia-de-uma-cancao-impiedosa-sobre-o-racismo-nos-eua-strange-fruit/>

Mielli (2015) cita um estudo realizado pela organização *Equal Justice Initiative*, a qual fez um inventário de 3.959 vítimas dos linchamentos raciais, realizados entre 1877 e 1950, em 12 estados do Sul dos Estados Unidos. Como se pode ver na foto, e de acordo com essa autora, essas atrocidades tornaram entretenimento para seus expectadores. A matança acontecia por diferentes fatos, tais como roubos, estupros, ascensão social ou por tratamento desrespeitoso aos brancos.

No último fragmento (10e), aparecem dois repertórios sociais: a figura de José Bonifácio e Gilberto Freyre. José Bonifácio ficou conhecido como patriarca da independência, que estimulou Dom Pedro a proclamar a Independência do Brasil. Aparentemente, seria esse um fato importante na história para um despreendimento social e cultural da nação brasileira (filha) com a Europa (madrasta), ou seja, “um cimento que colocasse toda gente do país”. A obra de Gilberto Freyre caracterizou a escravidão no Brasil, como algo pacífico, “uma relação de bons patrões/ senhores e de escravos submissos/passivos”, o que segundo Rosa (2018) apenas reforçou ser benevolente a ação escravagista, visto que a obra “afirmou que o que envergonhava e era pré-moderno seria justamente a singularidade positiva da nação, argumentando sob espontaneidade, afeto e malemolência, linhas tão bem usadas também pra manter mais do mesmo e pra nos colocar de segunda” (ROSA, p. 158). A opressão física, mental, emocional que se tencionavam na relação de subjugação se mostra tênue e receptiva pelo escravo.

É possível perceber que um vasto conteúdo fica subtendida na memória do autor e no suposto diálogo com seu Ditinho, o que de certa forma, abafa e camufla suas críticas tanto para seus comparsas (população negra que desconhece tais fatos), quanto para possíveis opositores (colonizadores). O texto parece ser destinado unicamente a seu Ditinho, o ancestral, capaz de compreender o produtor do texto e suas objeções e reflexões no exercício de escrita de si, discutido por Veronelli (2021), característica peculiar das missivas. Mas, não. Seu Ditinho se torna representante do povo negro (pesquisador, estudante, professor, ativista), tanto por ser depositário quanto interlocutor de um saber específico de matriz africana.

A ausência de uma discussão teórica, com apresentação de uma revisão de literatura, mostra que a preocupação e ocupação do produtor do texto é fazer uma reflexão temática, e não o desenvolvimento de um aparato teórico ou conceitual, fato esse que nos motiva a considerá-lo como um artigo ensaístico, já que tem por objetivo refletir sobre um tema de interesse social com vistas à transformação e mudança, seja de si mesmo ou de outros. Essa característica ensaística que reverbera todo o texto é encontrada também nas duas outras categorias intertextuais: a intertextualidade analítica (metodológica) e a intertextualidade teórica (epistemológica), já apresentadas anteriormente.

### **3.4.1.3 Insurgências na léxico-gramática**

Nessa seção, serão discutidas três categorias insurgentes relativas à léxico-gramática: a insurgência na lexicalização, a insurgência na avaliatividade e a insurgência estilística. Por lexicalização entendemos o uso de um léxico próprio, não dicionarizado, de cunho pessoal ou coletivo, o qual, segundo Fairclough (2011, p. 237), “permite conceber as perspectivas particulares dos domínios da experiência segundo uma visão teórica, científica, cultural ou ideológica mais abrangente”. Essa maneira particular de usar um léxico ou mesmo de inventá-lo está associado a fatores sociais, culturais, históricos, ideológicos e políticos de falantes ou de comunidades.

Pretende-se, assim, analisar, primeiramente, como o autor da carta-artigo faz uso de uma lexicalização com uma conotação ao mesmo tempo ideológica, cultural e política. Ao optar por usar um léxico advindo da tradição cultural africana, compreende-se que Rosa (2018) se distancia do estilo neutro e objetivo que perpassa a escrita acadêmica. Para compreender esse procedimento utilizado pelo autor, foi buscado, em Fairclough, o entendimento do que é lexicalização, e, conseqüentemente como essa abordagem de análise explica a ocorrência de léxicos marcados/ localizados em produções textuais. Para Fairclough,

a abordagem do vocabulário baseia-se no pressuposto de que diferentes modos de 'lexicalizar' domínios de significado podem envolver sistemas de classificação ideologicamente diferentes, assim há interesse em como as áreas da experiência podem vir a ser 'relexicalizadas' em princípios classificatórios diferentes, por exemplo, no curso da luta política (FAIRCLOUGH, 2001, p. 237).

A partir desse conceito, pode-se dizer que lexicalização é o ato de utilizar um conjunto de palavras específicas que produzem sentidos ideologicamente marcados e intencionalizados a fim de cumprir um determinado propósito comunicativo.

Referente ao texto de Rosa (2018), fazer o uso de um léxico de tradição negra é insurgir em meio a lexicalização hegemônica e acadêmica. É ainda lutar politicamente e ideologicamente contra o racismo linguístico, racial, religioso e social que os povos afrodescendentes sofrem. A lexicalização que surge no texto implica uma significação de estar, de ser e de poder agir no mundo, a qual, desde o conto da carochinha (invenção, lenda) da Modernidade/ Colonialidade, foi velada, suprimida e reprimida. Além disso, o autor também transita em tempos cronologicamente distintos ao retomar a tradição oral de matriz africana ancestral e o mesmo tempo incluir léxicos que também fazem parte da cultura negra, mas que se encontram em um contexto mais atual, ou seja, nos quilombos urbanos.

Um outro aspecto que será demonstrado aqui, como exemplo de insurgência léxico-gramatical, é a avaliatividade no gênero carta-artigo. Entende-se por avaliatividade a inserção de “apreciações ou perspectivas do/a locutor/a, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não, e assim por diante”. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 119). Em síntese, a avaliatividade consiste em estruturas linguísticas articuladas para expressar uma maneira particular de ver, ler e compreender o mundo. Logo, as avaliações são dotadas de parcialidade, pessoalidade, subjetivação e ideologia. Acerca da categoria insurgência na avaliatividade não se pretende fazer uma análise exaustiva, mas apenas uma demonstração de que o gênero apresenta insurgências, as quais foram distribuídas em três subseções: afirmações avaliativas, avaliações afetivas e presunções valorativas.

E por fim, será apresentada a terceira e última insurgência na léxico-gramática que aparece na carta-artigo: a insurgência estilística ou interestilicidade. Geralmente, para cada estrutura genérica/ gênero, um estilo linguístico específico é utilizado. Mas, em se tratando de uma mistura de estilos, Bakhtin, (2011, p. 266) afirma que “a passagem do estilo de um gênero para outro não só modifica o som do estilo nas condições do gênero que não lhe é próprio como destrói ou renova tal gênero”. Sob esses termos, pode-se dizer que no texto em estudo, o estilo

missivístico adotado pelo autor, tanto contribui para destruir, quanto para renovar e versatilizar o gênero artigo científico.

As quatro marcas estilísticas que foram identificadas como insurgências: personalidade na linguagem, informalidade, interlocução direta e afetividade mostram que não há apenas uma mistura de estilo, mas também uma intergenericidade e uma interdiscursividade, ou seja, “trata-se da transferência de propriedades léxico-gramaticais, sociorretóricas e discursivas de um gênero para outro gênero, a ser criado ou já existente.” (LIMA, 2013, p. 56). Transferência essa intencional, que será retomada e discutida na próxima seção.

Para melhor compreensão analítica das insurgências léxico-gramaticais, apresenta-se o quadro esquemático a seguir.

Quadro18 - Insurgências na léxico-gramática

<b>Insurgências na léxico-gramática</b>							
Insurgência na lexicalização	Insurgência na avaliatividade			Insurgência estilística			
	Afirmações avaliativas	Avaliações afetivas	Presunções valorativas	Pessoalidade na linguagem	Informalidade	Interlocução direta	Afetividade

Fonte: elaborado pela autora

Seguindo a ordem esquemática do quadro, a primeira insurgência léxico-gramatical que é encontrada está relacionada à lexicalização que produtor do texto utiliza, a qual se desloca da utilizada pela academia. Esse deslocamento ocorre porque o autor opta por fazer o resgate da memória lexical afro. Vê-se a seguir, que, além de muitos dos verbetes utilizados pelo autor serem próprios dessa comunidade discursiva ou de fala, essa marca linguística no texto contribui para que ele se distancia da visão global/ universalizante que impera sobre a escrita e linguagem acadêmica. Rosa (2018) não se preocupa e nem se ocupa com o global, mas com o local. Sua escrita é uma escrita localizada, marcada, identitária. Tanto o processo interlocutório da carta (entre Allan da Rosa e seu Ditinho) quanto o processo dialógico do artigo (entre o autor/produtor do texto e seus pares) são personalizados/ específicos, pessoais, em prol do fortalecimento e protagonismo/ agência identitária da população negra.

No quadro a seguir, uma demonstração de itens lexicais, que foram utilizados na construção do texto, é apresentada. Os significados desses termos foram retirados de diferentes sítios da internet.

Quadro 19 - Itens Lexicais de Matriz Africana

<b>ITENS LEXICAIS DE MATRIZ AFRICANA</b>	
<b>Vocábulo</b>	<b>Significado</b>
Cumba	Feiticeiro, valentão, destemido
Bakongo	É um grupo étnico que viveu numa larga faixa da costa atlântica de África até o século XV.
Kalunga	Tribo que habita regiões próximas à Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás. A expressão pode significar também “Tudo de bom”, em dialeto banto, ou “Necrópoles” (linha do mundo dos mortos) em dialeto kikongo.
Banzo	Processo psicológico pelo qual passavam os negros africanos escravizados que, em razão de serem levados para terras longínquas, ficavam num estado profundo de nostalgia, loucura, podendo levar à loucura ou à morte.
Cazuá	Terreiro, templo, local de referência.
Catimbas	Manha, astúcia, procedimento que visa prejudicar o adversário através de recursos astuciosos ou contrário ao espírito desportivo.
Kongo	Grupo étnico banto, habitante das margens do rio Zaire, na Angola ou ainda dança de origem africana que coroa um rei ou rainha; congada.
Cumbe	Aguardente, cachaça.
Ganga	Substância impura que envolve um mineral ou curandeiro.
Tatas	Chefe de terreiro das seitas de rito angola e na umbanda ou denominação de entidade (ser espiritual) da cabula.
Sobás	Chefe de tribo ou régulo africano.
Oráculo de Ifá	É um sistema divinatório que se originou na África Ocidental entre os iorubás na Nigéria.
Zungus	Cortiço, casa dividida em pequenos compartimentos em mau estado de conservação, hospedaria de baixa categoria.
Axé	Significa “Amém” nas regiões afro-brasileiras, ou seja, força de realização e manifestação do poder divino.
Malungo	Título dados aos escravos que tinham vindo da África em uma mesma embarcação; companheiro, camarada, parceiro.

Fonte: elaborado pela autora

O uso desses vocábulos, ao longo do texto, busca reivindicar e fortalecer a ocupação das epistemologias afrodescendentes na construção do saber, do viver e do ser das populações de matriz africana. Essa ação é uma tentativa de descolonizar a escrita acadêmica e consequentemente a produção do saber.

A lexicalização ancorada na matriz africana é claramente uma posição de afastamento da lexicalização hegemônica. Essa escolha, por parte do produtor do texto, estabelece um lugar

de fala para o subalternizado, que, segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p.19), “significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados”. Nesse sentido, a carta-artigo torna-se lócus de enunciação para os homens de cor, do time do São Geraldo, para seu Ditinho “ancestral glorioso”, para Mestre Divino e para o Professor Muniz Sodré (referenciais teóricos/epistemológicos para a comunidade negra), para a imprensa negra da época, para o próprio Allan da Rosa, produtor do texto, que sofre com o racismo na universidade que estuda, e tantos outros personagens que aparecem direta ou indiretamente no texto, os quais podem ser contemplados ao ter suas vozes representadas na sua própria língua e nos seus próprios saberes.

De forma oposta aos gêneros acadêmicos, Rosa (2018) utiliza-se dos saberes e dos objetos de estudos que são provenientes de outras línguas e matrizes culturais na construção da carta-artigo, para justamente demarcar o seu lugar de fala e seu posicionamento na narrativa que foi contada sobre o time do São Geraldo e dos seus integrantes. Para tanto, esse autor busca analisar os fatos a partir do paradigma da ancestralidade. Sendo assim, é recorrente a invocação de líderes/ autoridades epistêmicas como a de seu Ditinho. Nesse sentido, o conhecimento transita de uma geração para outra, sendo nesse encontro de vozes, experiências e aprendizagens que o conhecimento/ saber é construído.

A maioria dos léxicos aqui apresentados, tais como: cumba, Bankong, Kalunga, Kongo, Tatas, Sobás e malungos, denotam pessoas (líderes/ autoridades espirituais e epistêmicas, grupos étnicos ou os escravos. Explicitar essas pessoas é desvelar a diversidade étnica que existe e que foi ocultada pela etnia branca e ocidental. Como dito outrora, pensar em lugar de fala é apresentar vidas que foram esquecidas, ignoradas, desprezadas, e que estão do outro lado das fronteiras da modernidade/colonialidade, as quais impedem que o indigente (pobre, negro, sambista, escravo, não-cristão, estrangeiro) fale, pense, viva e participe da vida social, política, econômica e epistêmica no sistema mundo.

Diferentemente das posições sociais que estão postas no mundo moderno/colonial, as posições que esses itens lexicais apresentam são de pessoas que assumem algumas posições de prestígios, não por alcançarem uma ascensão econômica ou de títulos institucionais, mas por terem experiências vivenciadas e adquiridas ao longo do tempo pela tradição da ancestralidade.

Os outros itens lexicais denotam lugar (cazuá e zungus), saberes (oráculo de ifá e axé) e costumes (banzo, catimbas, cumbê e ganga) que localizam o corpo negro no tempo e no espaço diferentemente do que é contado na imprensa oficial do mundo moderno/colonial. Todos esses léxicos foram tirados de saberes não eurocêntricos, de uma matriz cultural não

eurocêntrica tornando-se *lócus* enunciativos, “onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (BERNARDINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016, p. 19). Nesse sentido, essa categoria se tornou instrumento para que os corpos colonizados tivessem representação, participação e reconhecimento na formação histórica e nas relações sociais paulistana, nos anos de 1922.

A utilização da lexicalização de tradição africana e da interestilização (própria da carta e do estilo mais urbano e atual), categorias que são vistas ao longo da seção, contribuem para que tanto seu Ditinho e o São Geraldo se tornem *lócus* de enunciação, pois de acordo com Bernardo (2018), é no corpo e na sua relação com outros corpos que se constrói/ demarca o lugar de fala. Segundo ainda esse teórico, é no confronto de culturas e epistemes que se emergem novas histórias, como se pode ver no seguinte excerto:

Excerto 11

Eu, limitado, compreendo o São Geraldo enraizado e se espalhando a partir da memória ancestral e da marca coletiva que não elimina a marca pessoal, mas que a conchama, pro povo preto as razões do corpo e as aparências são fundamentais. É assim onde a força simbólica é cerne estabelecendo jogo-regra-lugar nas gamas da oralidade, que é mais que voz e orelha, mais que saliva e é corpo pleno. Nesta teia se firmaram, formaram, desenvolveram e garantiram sobrevivência e reinvenção muitas gerações, século após século, Seu Ditinho (ROSA, 2108. p. 160).

Foi no processo de alteridade, que os corpos negros, materializados no time do São Geraldo foram se firmando, formando, desenvolvendo e garantindo sobrevivência e pertencimento/ participação social e cultural nessa atividade esportiva e profissional. As representações que esses corpos adquiriram, ao longo da história, foram sendo desmistificadas, no decorrer da narrativa de Rosa (2018), que apresenta o futebol como esfera de conhecimento, pertencimento e construção de subjetividades frente ao racismo dos times dos “sem cor”. O futebol, representado pelo time de São Geraldo e mais ainda por seu Ditinho se torna tanto o lugar/ espaço geográfico que se localiza o corpo e a fala, quanto o lugar que se situa o pensamento e ainda o próprio corpo. Assim, a figura multifacetada e plurissignificativa de seu Ditinho, torna-se, na obra de Rosa (2018), “tecido escritural e simbólico para conhecermos o mundo” (BERNARDO, 2018, p. 230-231).

O mundo de seu Ditinho, de Rosa e da maioria dos descendentes africanos passam a receber novas conotações quando analisadas sob seus próprios saberes e etimologias. O léxico e os saberes de tradição preta/negra contribuem para que o diálogo e aproximação dos interlocutores aconteçam de forma fluida, natural e eloquente. Esse processo contribui ainda para que o corpo negro seja revestido com outras conotações, diferentes daquelas

“sobredeterminadas” pelo Mito da modernidade, o qual revestiu o corpo não ocidental com a parte negativa dos binarismos que foram inventados. A exploração das práticas simbólicas e linguísticas que se materializam no corpo dos povos afrodescendentes, no texto de Rosa (2018), desvela e desmistifica muitos desses binarismos que injustiça sócio, econômico e, epistemologicamente esses corpos.

Vale retomar aqui a discussão sobre corpo-política proposta por Aguirre (2019) que situa o corpo como parte da manifestação política dos sujeitos, que denotam privilégios ou injustiças. Epistemicamente, considerar que os saberes estão situados nos corpos vá contra a universalização do conhecimento, cujo corpo branco é detentor do privilégio epistêmico, por exemplo. Assim, quando Rosa (2018) apresenta todo um aparato epistemológico de tradição africana, ele, de certo modo, está reivindicando uma corporeidade para a episteme ou saberes, ou seja, afirmando que os corpos têm agência política. Fato esse que desmistifica e destitui o corpo branco do privilégio epistêmico.

De acordo com Aguirre (2019, p. 19), as regulações e as normatizações que ergueram nos corpos colonizados “monitoram constantemente a invasão do "anômalo/anormal" e (...) fortalecem as formas como o poder moderno / colonial aprisiona os corpos”. Romper com essas regulações e normatizações que se ergueram principalmente na linguagem, no contexto acadêmico, é uma das formas de desfazer o mito da modernidade e suas disparidades e reivindicar ocupação nos diferentes espaços sociais, os quais sempre foram ocupados pelo corpo branco, símbolo de progresso e civilidade. A carta-artigo é inovadora no sentido de que o gênero não apaga a manifestação autoral, subjetiva e pessoalizada nas diversas dimensões possíveis (dimensões políticas, ao fazer determinadas críticas e denúncias, dimensão científica ao romper com a tradição canônica seja na linguagem, seja na teorização, como na dimensão linguística, ao adotar a língua familiar).

A manifestação autoral é reforçada e caracterizada ainda mais pela segunda categoria léxico-gramatical que é a insurgência na avaliatividade, a qual é manifestada na avaliação dos aspectos da teoria histórica, da análise social e da análise antropológica.

Em relação à avaliatividade, Ramalho e Resende (2011) apresentam tipos de avaliação que podem ser identificadas a partir de quatro formas textuais: afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, avaliações afetivas e presunções valorativas. Desses quatro, o segundo tipo nessa sequência (afirmações como modalidade deônticas) não entrará na demonstração, haja vista que as referências que foram encontradas, no texto, mais se aproximam a presunções valorativas, do que apenas aos deveres morais, ou seja, àquilo que é permitido ou de obrigação em relação aos aspectos do mundo, e, portanto, avaliações relativas

às normas e aos preceitos que guiam a boa conduta. Assim, laçar-se-á luz aos tipos: 1) afirmações avaliativas, 2) avaliações afetivas e 3) presunções valorativas.

O primeiro tipo geralmente é explicitado por afirmações provenientes de verbos, advérbios ou pontos de exclamação. Quanto ao segundo tipo de avaliação, é atribuído a ele os processos psicoafetivos (reflexões, sentimentos, emoções, sensações, percepções). E por último, compreende-se as presunções valorativas por avaliações/ pressuposições que são feitas em decorrência de situações vividas ou percebidas que podem resultar em boas ou más impressões para o locutor.

Devido a sua estrutura genérica híbrida (carta acadêmica e artigo científico), e ao contexto de produção (comunidade discursiva quilombola) em que se insere, a carta-artigo desvincula-se da estrutura retórica do gênero artigo científico e passa a gozar de uma produção mais livre. Nesse sentido, as avaliações, categoria desprezada na escrita acadêmica, não encontram entraves na carta-artigo, não requerendo, portanto, comprovação científica ou validação teórica-conceitual.

O aspecto autoral e opinativo que norteia o processo da avaliatividade não é bem visto em gêneros acadêmicos, devido ao fato de não atender ao ideal da racionalidade. Mesmo autores que possuem título de doutor, e, conseqüentemente, possuem maior liberdade e legitimidade para inovar, são ainda regulados pela academia e pelos periódicos, não podendo fazer suas avaliações e análise dos fatos, dados ou experimentos, sem se vincular a um estudo, pensamento ou teoria já existente. Mesmo sendo um estudante de doutorado, ao aderir a essa estrutura retórica em um gênero com propósitos acadêmicos, Rosa (2018) insurge. A autoria é uma agência que fazia parte das cartas acadêmicas que antecederam o artigo científico, mas depois que esse gênero passou a ser instrumento utilitarista e de mercanditização, foi necessário apagar todos os rastros étnicos, de modo que esteja a serviço de “toda a população”.

Como pode ser visto a seguir, apesar de Rosa (2018) estar filiado a uma corrente de pensamento (memória ancestral), a avaliação<sup>28</sup> aparece como uma visão pessoal do autor acerca do mundo (acontecimentos, pessoas, pensamentos, relações).

---

<sup>28</sup> Será utilizado a teoria da avaliatividade em aspectos/termos bastantes gerais considerando apenas que a língua comporta avaliação, que a atividade discursiva comporta avaliação e que essa atividade avaliativa é, às vezes, mascarada, mitigada em alguns gênero. Pretende-se fazer aqui, apenas um levantamento das ocorrências das avaliações e não uma análise exaustiva, como uma demonstração de que esse gênero não mitiga essa característica da língua, da linguagem em diversas esferas da atividade científica, ou seja, a inovação desse gênero ocorre pelo fato de que nele, essa característica fundamental da linguagem não é mitigada e nem apagada, ao contrário, ela é explicitada.

Quadro 20 - Exemplos de avaliatividade na carta-artigo

AFIRMAÇÕES AVALIATIVAS	
1)	É um oceano <b>vasto</b> a várzea, o senhor sabe e quem sou eu pra falar?
2)	E muitos malungos aqui das pelejas contra o racismo <b>nem manjam</b> o time preto do São Geraldo da Barra Funda, o Campeão do “Torneio Centenário” em São Paulo, 1922, sabia?
3)	Mas <b>agora, pelo que compreendo</b> , creio e vivo da encruzilhada bakongo o senhor já cruzou a Kalunga e compreende qualquer língua.
4)	<b>Já és</b> um ancestral glorioso e pela lógica de nossa educação preta, tu assimila e floresce em qualquer frase, seja melodia ou rima, verbo de Brasil, de Angola ou da China.
5)	<b>Que contradição pulsante ali nas páginas, no movimento que buscava frestas e pilares!</b>
6)	(...) mas nos jornais pretos após as grandes vitórias <b>era certo</b> que vocês seriam exaltados por seu ‘recato’ e ‘civilidade’. Nítida resposta impressa ao que vogava como nervo da ideologia racista da época. <b>Questão pra gente refletir dias e dias...</b>
7)	<b>Aqui o meu (o nosso) pessoal mal sabe dessas origens da finta</b> ou das forcas nas árvores e das ‘strange fruits’ que Nina Simone cantou lamentando o sul dos EUA.
AVALIAÇÕES AFETIVAS	
8)	<b>Te escrevo intuindo teu humor...</b> Se tu pintava no mapa da ironia ou se era espinho tinoso, se teu coração calejado em abismos criou casca grossa ou se tu era espoleta e traquinas, se era do silêncio matreiro ou da mudez magoada, se apaziguava ou tinha gosto pela porrada... Pela pernada é certo que sim... (ROSA, 2018. p. 151).
9)	<b>És como um oráculo de Ifá</b> e pode compreender o fundamento de várias sentenças, posições e passes.
PRESUNÇÕES VALORATIVAS	
10)	Te escrevo. Muito possível que o senhor <b>não soubesse ler</b> , pelo menos não a língua portuguesa cheia de muralhas e de tocaias pra dominar no peito. <b>Mas lia</b> campos de terra, lia cabeceios, lia as sacas de algodão e as caixas de frutas que descarregava diariamente no Largo da Banana, lia esquinas e rodas pela sola, pelo som e pelo faro.
11)	<b>O que importa é isso:</b> o Axé plantado, partilhado e esparramado, comunicando tempos e reverberando técnicas e enigmas, revigorando nosso elo comunitário dentro dessa metrópole que ainda é tão hostil, Seu Ditinho.
12)	Ali na Barra funda, entre matriarcas negras que vendiam o que pelas ruas fumegava de doce ou de sustança pros rapazes do muque e da patola, chegava a leva de gente pra ensacar café nos enormes armazéns ou pra auxiliar nos carroções, <b>gente escanteada pela cidade que se envergonhava de nós, né, Seu Ditinho?</b>
13)	Nem tinham se completado quatro décadas de abolição oficial da escravatura e naquela época já brotavam fortes uns tantos germes de ideias de <b>nação que ainda hoje nos lambem de hipocrisia</b> , ocultando conflitos e bandeirando uma harmonia que não contempla nossos olhos.
14)	E até hoje <b>não coube na História dos protocolos e gabinetes</b> , na dos cadernos e gestos, a nossa História, mestre. Há tanta miudeza e detalhe, diferença no prisma e na finalidade. Por exemplo, poucos consideram os consórcios, táticas e negociações dos agrupamentos, das cambadas de carregadores de pianos que, nutridos por formas coletivas africanas, antecederam sindicatos. O ritmo e as lógicas das lideranças, a negociação com forças políticas

e ancestrais que regiam as decisões. <b>Mas o que esperar</b> de quem minimiza ou ignora a imensa capacidade técnica arquitetônica, mineralógica, metalúrgica, botânica, medicinal e linguística, por exemplo, de matriz africana, né?
15) Coisas cotidianas, sentimentos de casa e de esquina, de travessia e de arrepio, linhagens que <b>as escolas e a inteligência oficial daqui ainda vai demorar um bocado pra captar.</b>
16) <b>Tanto passou e tanto permanece.</b> Assim voga a resistência e a anunciação ancestral perante a lógica genocida que aflige Mães de Maio a Abril, todo ano, por aqui e no Brasil todo.
17) Branquear era a ordem, sim? Se hoje, tantas vezes é entre raiva e desilusão que a gente amanhece, imagino na tua época... <b>Quanta humilhação... Mas também quanto revide.</b> Sobre corpos e histórias africanas a tonelada da pecha de “incapazes de se concentrar e se organizar”, vergonha e doença social pra arrancar do corpo e purificar o futuro do país. Falácias assassinas apoiadas pelo que se dizia científico e bombava nas leis, nas reformas sangrentas da cidade, na fome e na bússola da migração. No futebol também, sim, Seu Ditinho? Mesmo depois, quando jogadores pretos foram aceitos nos times mas não podiam ser sócios dos clubes.

Fonte: elaborado pela autora

Principalmente, as duas primeiras subcategorias, afirmações avaliativas e avaliações afetivas são estruturadas por sentenças e escolhas lexicais que demonstram pessoalidade e parcialidade do autor ao descrever o cenário e os participantes / interlocutores do estudo que fez. Expressões como: nem manjam, já és, que contradição, era certo, questão para a gente refletir dias e dias, te escrevo intuído o teu humor, é como um oráculo de Ifá, atribuem valoração acerca das matérias jornalísticas das quais são retirados os insumos do estudo, amostras 5 e 6; de Seu Ditinho (personagem, participante) da pesquisa: amostras 3, 4, 8 e 9; de Várzea Grande, lugar onde ocorre os fatos; amostra 1; e dos possíveis leitores/ público: amostras 2 e 7.

Em relação às amostras 2 e 7, por exemplo, *e muitos malungos aqui das pelejas contra o racismo nem manjam o time preto do São Geraldo da Barra Funda, o Campeão do “Torneio Centenário” em São Paulo, 1922, sabia?*, em uma abordagem metodológica tradicional, é certo que logo, o autor teria de explicar por que ele afirma que “os malungos”, ou seja, as pessoas daquele lugar desconhecem o time do São Geraldo e sua trajetória no futebol. Quanto a seu Ditinho (amostras 3, 4, 8 e 9), os parâmetros que Rosa (2018) usa para atribuir autoridade e legitimidade discursiva e epistemológica a ele, é a sua própria aprendizagem/ experiência na tradição preta. Não há registro, por exemplo de uma resenha bibliográfica (profissional e acadêmica) de seu Ditinho e muito menos de suas contribuições teóricas, conceituais na composição textual de Rosa (2018).

Mais uma vez o autor rompe com a tradição acadêmica. As estruturas gramaticais e os léxicos que geralmente caracterizam o processo da avaliatividade, como o uso de advérbios, adjetivos e frases afirmativas e exclamativas, explicitam bem a autoria e a ideologia que

perpassam o texto. Além disso, as representações que são feitas acerca dos fatos relatados delimitam e mancam ainda mais a agência do autor no texto e seus possíveis impactos em textos e discursos futuros.

De acordo com Mata (2014, p. 30), “uma ideologia não é [...] somente um sistema de ideias mas também um conjunto estruturado de imagens, de representações, de mitos, determinando certos tipos de comportamentos, de práticas, de hábitos e funcionando [...] como um verdadeiro inconsciente”. Principalmente na subcategoria “presunções valorativas”, a ideologia anti-hegemônica do autor fica mais explícita. Nos exemplos retirados do texto, é possível perceber as imagens e as representações que são construídas pelo autor da missiva, ao fazer suas avaliações analíticas, bem como o foco que é dado aos recortes dos fatos que foram escolhidos como material de estudo.

No exemplo 10, Rosa (2018) apresenta a língua portuguesa como instrumento de mordida e de opressão já que é *cheia de muralhas e de tocaias*. A imagem que é construída retoma a colonização linguística dos povos não-ocidentais, a qual contribui para que eles fossem relegados ao campo do analfabetismo, da ignorância, do primitivismo. Mas na avaliação de Rosa (2018), a ausência das letras não faz com que seu Ditinho, craque do São Geraldo, deixe de ser elevado ao título de sábio. Sua experiência comprova os diferentes letramentos que possuía fosse nas relações sociais, comerciais, religiosas ou culturais, posto que *lia campos de terra, lia cabeceios, lia as sacas de algodão e as caixas de frutas que descarregava diariamente no Largo da Banana, lia esquinas e rodas pela sola, pelo som e pelo faro*.

O letramento ancestral é invocado pelo autor como sendo o legítimo para os povos de matriz africana. Os saberes desses povos são aprendidos nas experiências do cotidiano, ou seja, nas práticas sociais. Nesse sentido, a avaliação que Rosa (2018) faz é a de que, mesmo sendo marginalizado e inferiorizado, todo o aparato cultural (ritos, arte, língua, registros) afrodescendente deve ser resgatado e fortalecido pelos seus integrantes.

11) O que importa é isso: o Axé plantado, partilhado e esparramado, comunicando tempos e reverberando técnicas e enigmas, revigorando nosso elo comunitário dentro dessa metrópole que ainda é tão hostil, Seu Ditinho.

15) Coisas cotidianas, sentimentos de casa e de esquina, de travessia e de arrepio, linhagens que as escolas e a inteligência oficial daqui ainda vai demorar um bocado pra captar.

Nesses exemplos, é percebido que ainda hoje os povos subalternos sofrem com a violência epistêmica, a qual, segundo Tirado (2009) consiste na propagação de discursos únicos e universais que não toleram saberes locais ou epistemologias alternativas. Essa violência é

reiterada na imposição de um modo totalitário de falar, de pensar e de viver. Mesmo em um contexto territorial que a maioria da população é parda e negra, o sistema educacional ainda adota apenas uma maneira de compreender e de formular conhecimento: a ocidental. Nesse sentido, o poder dominante, instituído pela raça branca constitui uma ideologia que legitima “certos conceitos e não outros como algo relevante, verdadeiro ou possível, mas sem revelar seus interesses ocultos” (TIRADO, 2009, p. 177).

Esses interesses ocultos são questionados por Rosa (2018), ao afirmar que:

Excerto 12

(...) até hoje não coube na História dos protocolos e gabinetes, na dos cadernos e gestos, a nossa História, mestre. Há tanta miudeza e detalhe, diferença no prisma e na finalidade. Por exemplo, poucos consideram os consórcios, táticas e negociações dos agrupamentos, das cambadas de carregadores de pianos que, nutridos por formas coletivas africanas, antecederam sindicatos. O ritmo e as lógicas das lideranças, a negociação com forças políticas e ancestrais que regiam as decisões. Mas o que esperar de quem minimiza ou ignora a imensa capacidade técnica arquitetônica, mineralógica, metalúrgica, botânica, medicinal e linguística, por exemplo, de matriz africana, né?

Nesse exemplo, fica explícito que são as epistemes dominantes que estabeleceram, codificaram e introduziram a história que deveria reger o mundo. E é por isso que, como muitos estudiosos pós-coloniais e decoloniais, Rosa (2018) aponta “que a história não é uma produção imparcial de conhecimento, mas um processo de violência epistêmica, construção interessada em apresentar uma certa representação de um objeto que não pode ter existência empírica fora dessa representação” (TIRADO, 2009, p. 176).

É sob esses parâmetros que os países de terceiro mundo ou subdesenvolvidos foram criados. O estabelecimento de estruturas desiguais forjadas no ideal hegemônico contribui para que se sustente a violência estrutural – que separa o rico dos pobres, os letrados dos iletrados, os brancos dos negros - e a violência simbólica – que separa a erudição da insipiência. Essas violências ainda persistem mesmo após 133 anos da abolição do regime escravocrata. Assim relata Rosa (2018), no exemplo 16: “Tanto passou e tanto permanece. Assim voga a resistência e a anunciação ancestral perante a lógica genocida que aflige Mães de Maio a Abril, todo ano, por aqui e no Brasil todo”.

A ordeira e desenvolvida/ progressista episteme dominante é colocada em xeque por Rosa (2018), o qual prefere ficar com sua lógica do que se apropriar de uma episteme que além de todos os tipos de violência, pratica a violência física. No exemplo citado anteriormente, o autor faz menção aos crimes praticados contra jovens, os quais aflige as mães, todos os anos, de maio a abril. Após a chacina de 564 pessoas por agentes públicos / policiais, entre os dias 12

e 20 de maio de 2006, no estado de São Paulo, e do Estado ter arquivado os casos ao culpabilizar apenas um desses agentes, as mães das vítimas se uniram e formaram o Movimento Mães de Maio, o qual clama por justiça.

Os relatos feitos por Rosa (2018) acerca da violência praticada contra negros continuam nos exemplos a seguir:

13) Nem tinham se completado quatro décadas de abolição oficial da escravatura e naquela época já brotavam fortes uns tantos germes de ideias de nação que ainda hoje nos lambem de hipocrisia, ocultando conflitos e bandeirando uma harmonia que não contempla nossos olhos.

17) Branquear era a ordem, sim? Se hoje, tantas vezes é entre raiva e desilusão que a gente amanhece, imagino na tua época... Quanta humilhação... Mas também quanto revide. Sobre corpos e histórias africanas a tonelada da pecha de “incapazes de se concentrar e se organizar”, vergonha e doença social pra arrancar do corpo e purificar o futuro do país. Falácias assassinas apoiadas pelo que se dizia científico e bombava nas leis, nas reformas sangrentas da cidade, na fome e na bússola da migração. No futebol também, sim, Seu Ditinho? Mesmo depois, quando jogadores pretos foram aceitos nos times mas não podiam ser sócios dos clubes.

12) Ali na Barra funda, entre matriarcas negras que vendiam o que pelas ruas fumegava de doce ou de substância pros rapazes do muque e da patola, chegava a leva de gente pra ensacar café nos enormes armazéns ou pra auxiliar nos carroções, gente escanteada pela cidade que se envergonhava de nós, né, Seu Ditinho?

O primeiro tipo de violência que se encontra aqui é o ontologicídeo, ou seja, a “morte” existencial/ simbólica do ser subalternizado. A constituição desse sujeito como o lado demonizado contribuiu para que a etnia branca europeia fosse mantenedora de todos os tipos de privilégios, por isso segundo o autor, exemplo 17, a ordem era branquear e escantear cada vez mais o sujeito subalterno para a periferia social, econômica e cultural.

Já a segunda violência é a simbólica, a qual sintetiza, com exceção da violência física, todas as outras (emocional, epistêmica, social), pois é regida pelas mesmas premissas das colonialidades ou da Matriz Colonial de Poder (MCP). Nesse conceito, o corpo do sujeito subalternizado deve ser governado para que o sistema mundo esteja em ordem e tenha estabilidade (MALDONADO-TORRES, 2018). Para sustentar essa organização estrutural de poder, a violência simbólica se mantém arraigada nos diferentes campos sociais.

De acordo com Escobar (1996, p. 109), os tipos de violência já não correm “tanto por meio da repressão, mas por meio da normalização; não por ignorância, mas pelo controle do conhecimento; não por interesse humanitário, mas pela burocratização da ação social”.

Sob esse viés, vale retormar a avaliação que Rosa (2018) faz da forma de organização do exemplo 13, o qual fala da hipocrisia que revestiu principalmente o poder legislativo que atua *ocultando conflitos e bandeirando uma harmonia que não contempla nossos olhos*. Formas de governar/administrar que para o autor são, no exemplo 17, “falácias assassinas apoiadas pelo

que se dizia científico e bombava nas leis, nas reformas sangrentas da cidade, na fome e na bússola da migração”. A MCP (episteme colonizadora) se torna responsável pelo crescimento das disparidades no sistema-mundo (OYĚWÙMÍ, 2004), que cria subdivisões entre seus próprios pares, como é relatado, na amostra 12, quando Rosa (2018) menciona a discriminação que ocorria entre os povos subalternizados: “chegava a leva de gente pra ensacar café nos enormes armazéns ou pra auxiliar nos carroções, gente escanteada pela cidade que se envergonhava de nós, né, Seu Ditinho?”.

As avaliações que Rosa (2018) faz insurgem, pois se deslocam justamente da “neutralidade” que são avaliados os materiais de estudo. De forma engajada, o autor mostra, por meio de suas avaliações que as novas identidades, criadas e marcadas pela colonização, não usufruem, em momento algum, dos privilégios sociais e epistêmicos do sistema-mundo. O racismo e a colonização, mesmo que velados, ainda existem e subsistem.

Em se tratando da terceira categoria, insurgência estilística, é preciso ressaltar que a interstilicidade do gênero carta-artigo é decorrente da intergenericidade, a qual ocorre por metáfora de gênero, uma vez que, "o gênero [artigo científico] é produzido e interpretado a partir do aproveitamento da forma e das estruturas retóricas do gênero [carta]" (LIMA, 2013, p. 57) com o fito de conectar pessoas que estão distantes e de partilhar assuntos de interesse comum.

Revestido pelas características estruturais e linguísticas do gênero carta, de forma bem marcada e explícita, a carta-artigo transgride o estilo hegemônico que impera na escrita acadêmica. O estilo epistolar e informal da carta subverte o estilo formal/padrão do artigo científico, como se pode ver neste fragmento: “Iê! Saudações, Seu Ditinho. Dá licença, ô Cumba. Aqui é Allan da Rosa, teclando esse fraseado daqui de 2016 (...) Sente um abraço apertado, os peitos se amassando, coração ouvindo o outro coração. E lhe beijo a mão. Fica forte, em movimento, redivivo”. Além de apresentar data, saudações, destinatário e despedidas, elementos caracterizadores da carta pessoal, o autor opta por utilizar um estilo próprio da comunidade discursiva ABPN, com a qual cria um vínculo acadêmico/ epistemológico, como também da comunidade de fala que pertence e/ou representa. Essas subversões só são possíveis pelo fato de a ABPN ser uma comunidade discursiva quilombola, onde o conhecimento é desenvolvido a partir da cosmovisão africana ou das mundividências dos sujeitos subalternizados (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

A elaboração da carta-artigo para publicação só foi possível, devido à abertura dessa comunidade para outros gêneros, não necessariamente da esfera científica. Nesse sentido, tanto os gêneros quanto os estilos linguísticos que os integram refletem o envolvimento dessa

comunidade na luta contra o racismo e o epistemicídio. A retórica e o estilo linguístico dos gêneros destinados ao registro da produção do conhecimento não se distanciam dos gêneros que são usados nas práticas cotidianas do sujeito subalterno. Os relatos de experiências, as narrativas, as cartas, as biografias e as entrevistas são suficientes para que as descobertas, investigações, reflexões sejam registradas e partilhadas socialmente, e sem provocar sofrimento para quem produz ou para quem lê. É por isso que a ABPN, como já mencionado anteriormente, se torna um lugar não só de enunciação, mas também de resistência e existência no que tange a colonialidade do saber que se instalou na comunidade acadêmica.

A partir dessa discussão, apresenta-se, no quadro a seguir, quatro subcategorias que marcam as insurgências estilísticas relativas à léxico- gramática

Quadro 21 - Insurgências relativas ao estilo

<b>Marcas de personalidade na linguagem</b>	“Sou da malta”, “eu vi poesia, cantei e xinguei, primeiro com meu pai”, “Não me cabe julgamento raso daqui.”,
<b>Estilo informal (descontraída, espontânea e confidente);</b>	“teclando esse fraseado”, “malungos aqui das pelegas”, “de 9 anos pra cá”, “fuçando”, “suas catimbas e firulas”, “né?”, “hehehe”,
<b>Interlocução direta/ marcas interlocutoras ao longo do texto</b>	“sabia?”, “Te escrevo”, “O senhor foi craque em teu time”, “o senhor sabe e quem sou eu pra falar?”, “tu assimila”, “Seu Ditinho”, “né?”, “Queria sentar contigo”, “Sente um abraço apertado”, “guardo tua resposta”
<b>Marcas afetivas de relação interpessoal</b>	“Te escrevo intuindo teu humor”, “Quanta humilhação”,

Fonte: elaborado pela autora

As quatro marcas de insurgência na categorias léxico-gramaticais que perpassam o texto contribuem para que esse texto seja classificado como um gênero híbrido por metáfora genérica. Assim, o autor, apresenta as unidades retóricas do artigo científico por meio de um esquema / layout estrutural e estilístico típico de carta. Essa ação possibilita que ocorra a interestilicidade, ou seja a apropriação do estilo pessoal, proveniente da carta, no gênero artigo científico.

Em relação ao estilo linguístico que é manifestado na carta-artigo, o autor utiliza-se da língua/tradição preta, da qual faz emergir uma memória lexical de matriz africana. Além disso, faz uso também do quilombismo linguístico, expressão usada para se referir à linguagem utilizada nos diferentes quilombos sociais (favelas/morros, expressões artistas, raps, movimentos afronegros).

### 3.4.1.4 Insurgências no engajamento autoral

A política incide no jeito de pensar, ser, agir, sentir, ver, ouvir, falar, já que afeta direta ou indiretamente todas as dimensões do ser humano. Todas as nossas ações são políticas porque somos seres políticos. E é no corpo e na imagem que ele produz que a política é materializada de forma positiva ou não. É na distinção dos corpos que principalmente as injustiças ocorrem, ao violar direitos individuais e ou coletivos. Em se tratando dos direitos dos povos de matriz africana, mesmo que estejam sob uma mesma legislação, estes são recorrentemente violados e ou negligenciados.

Mesmo após a legalidade da escravidão ter sido abolida, os colonizados ainda sofrem com a falta e com o desrespeito de seus direitos. Pensar em engajamento político na carta-artigo é compreender como esse texto torna instrumento na luta pelos direitos da população negra e na luta contra as desigualdades raciais. Pode-se dizer, que o engajamento político é o fio condutor, ou seja, o propósito principal do texto em estudo, pois reflete os propósitos da comunidade discursiva na qual ele foi publicado, como também dos movimentos e manifestações de grupos que lutam pelas causas negras.

O engajamento político em análise na carta-artigo está pautado nas ideias de aquilombar-se, já discutidas aqui. Para Batista (2019), aquilombar-se é o engajamento de grupos de negros brasileiros a favor da resistência cultural negra através da valorização, do resgate e da consolidação dos saberes e das práticas ancestrais. De acordo com essa autora, o aquilombamento nada mais é que um jeito de ser e estar no mundo. Na figura de seu Ditinho, Rosa (2018) materializa o jeito negro de ser e de estar no mundo.

A ação quilombola é praticada pelo autor em duas dimensões: epistemológica e metodológica. As escolhas epistemológicas, provenientes da tradição negra/ ancestralidade, visam efetivar a participação e atuação (agência política) desses povos tanto na produção do saber quanto nas diferentes esferas sociais. Sendo assim, as escolhas dos referenciais teóricos são um recorte de atores sociais negros, de matriz africana que comungam dos mesmos saberes de forma a valorizar e a fortalecer os ideais, as pautas políticas e reivindicatórias desse povo. Autores negros que compartilham com ele dos mesmos ideais, pautas, lutas. As escolhas metodológicas originam-se do conhecimento que é transmitido pela tradição oral. Assim, mesmo que o texto seja escrito, o estilo do autor se aproxima ao da oralidade, pois simula o diálogo, no encontro das gerações. Essa metodologia remete a esse processo dialógico que ocorre na epistemologia negra.

Ao se colocar como correspondente de seu Ditinho, Rosa (2018) se engaja politicamente e discursivamente, assumindo a posição de um sujeito que conta a história a partir de um lugar que ocupa no novo protagonismo da história. Logo, esse autor não é alguém que analisa a história, não é alguém que analisa um conjunto de dados, mas é alguém que conta sua própria história na figura de seu Ditinho. Esse é um exemplo de engajamento político presente na carta-artigo. Engajamento político a partir de dentro da história, da problemática, e não a partir da universidade, de um discurso acadêmico, mas de um discurso próprio da comunidade negra, quilombola ou da ABPN, por exemplo. Mas, essa ação só é possível e aceita devido à configuração que o gênero tem de carta.

Outro elemento que merece atenção e que contribui para que o engajamento ocorra é a presença de seu Ditinho. Sua presença é marcada por duas condições simultâneas: 1) por ser um interlocutor com o qual se conversa sobre o mundo cultural, particular, social; e 2) por ser depositário de um saber importante para a discussão que é realizada. A figura de seu Ditinho, colocada como um teórico, rompe com a noção de saber construído a partir de um ponto zero de observação, haja vista que ele é construído a partir de experiências, socialmente, politicamente e culturalmente marcadas. Além disso, seu Ditinho não é um teórico que escreveu um livro, mas é um teórico que viveu uma experiência cultural e que transmitiu essa experiência cultural a partir de uma série de práticas sociais não letradas.

Seu Ditinho é eleito como interlocutor fundamental da carta-artigo, mesmo não fazendo parte dos autores já renomados, legitimados pela academia. Passando a ocupar uma posição como membro de uma comunidade, como mestre teórico de uma tradição oral e de uma tradição não apenas oral, do ponto de vista da transmissão do saber, mas de uma tradição, que valoriza ao extremo uma prática comportada como transmissora de saberes, seu Ditinho passa a ocupar e a exercer uma agência política e engajada no texto. Essa agência é reforçada em virtude também da recusa em tomar como base os saberes legitimados do academicismo. A adoção de um base epistemológica negra/africana fundada na tradição oral e na atividade cultural corpórea reveste toda a análise que é feita na carta-artigo, de modo que o conhecimento seja construído a partir da cosmovisão do autor, de seu Ditinho e dos demais interlocutores.

É também nessa relação interlocutória estabelecida entre Rosa (2018) e seu Ditinho que se tem indicativo de um engajamento político. Há uma identificação que aproxima Allan da Rosa com esse sujeito, o qual é um sujeito historicizado, construído sociodiscursivamente, objeto de uma construção histórica, objeto de uma reconstrução discursiva, enfim, que corpora uma série de prerrogativas, de grandezas próprias de qualquer processo de reconstrução.

Em se tratando da carta-artigo, a reconstrução histórica que é feita, assim como qualquer outra reconstrução, não recupera ou constrói os personagens no mesmo tamanho que foram, já que empregam novas prerrogativas, novas faces. Assim a história de seu Ditinho é reconstruída a partir da visão que Rosa tem dos fatos, dele e das suas próprias experiências que contribui para que aconteça esse processo de identificação e de aproximação. A escolha dessa história para ser reconstruída não é aleatória, pois são poucas as pessoas cujas histórias mereçam ser contadas. E se merece ser contada é porque tem prerrogativas grandiosas, feitos grandiosos, os quais precisam ser desvelados e divulgados. Os feitos por seu Ditinho nos campos do alvinegro, merecem notoriedade, até porque ele era o atacante, o craque do time.

Para que a história de seu Ditinho fosse reconstruída de modo a provocar engajamento político, Rosa (2018) se apoiou em algumas atitudes, que chamaremos aqui, de esforços decoloniais (SILVESTRE, 2016):

1) Estar inserido na comunidade ABPN, comunidade negra que funciona como quilombo científico para pesquisadores negros, os quais se unem para se manifestarem contra o racismo linguístico, epistêmico, cultural, social, resistindo, assim, à colonialidade do ser, do saber e do poder. É nessa comunidade, nesse lócus, que o autor consegue literalmente ter seu lugar de fala garantido como produtor do conhecimento, posto que a ABPN fornece, ao autor, os subsídios necessários para que a sua produção receba notoriedade tanto pelos pares diretos quanto indiretos.

2) Compartilhar de mesmos propósitos comunicativos dessa comunidade e de autores sociais que comungam das mesmas ideias, anseios e propósitos que têm como intenção transgredir a política hegemônica que se levantou em torno da produção do saber, no modo de ser e viver e nas relações sociais e de trabalho. O uso da linguagem, das práticas e da epistemologia de matriz africana geralmente são base das comunidades negras e dos quilombos sejam eles urbanos ou não.

3) A busca por autores sociais negros para serem suas referências e compor a galeria de seu estudo, tais como: a imprensa negra que forneceu os materiais para análise; os relatos e os depoimentos de pessoas que vivenciaram os muitos cenários, onde se passaram os fatos que foram analisados, servindo assim de instrumentos/ categoria de análise; as autoridades legitimadas pela tradição negra, como Mestre Divino e o próprio seu Ditinho; e o Professor Munis Sodré, autor legitimado pela academia, mas de matriz afrodescendente. A escolha de atores sociais que comungam das mesmas ideias contribui para o fortalecimento do texto. Segundo Ramalho e Rezende (2011), essa categoria está relacionada à identificação relacional que se tende fazer ao escolher os atores (vozes) que participaram ou não da construção textual,

na produção do discurso e sentidos. Mesmo que não apareçam explicitamente no texto, Rosa apresenta muitos atores na seção bibliográfica, os quais são se interessam por assuntos raciais....

4) Escolha de uma estrutura genérica textual que o desloca das formas padronizadas de produção acadêmica canônica (artigo, dissertação, tese, ensaio, resenha) e o aproxima das estruturas retóricas cotidianas. Assim, a opção pela missiva permite uma liberdade na criação e na produção da escrita.

Todas as formas de engajamento autoral empregadas/ que foram utilizadas pelo autor no texto “Uma missiva a seu Ditinho” são tidas como atitudes decoloniais “como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, (...) como um fato novo, único, peculiar, uma síntese dialética” (CARNEIRO, 2001, p. 19 *apud* BATISTA, 2019, p. 399). Nesse sentido, o autor nesse trabalho, reafirma a herança africana e apresenta novas possibilidades de produção capaz de reforçar a identidade étnica (BATISTA, 2019). Assim, como já fora dito em outro momento, buscar uma autoafirmação é primeiramente resgatar a história que não foi contada, é falar e escrever na língua esquecida, é poder pensar e pesquisar a partir de outras epistemes.

Rosa (2018) insurge metodologicamente e epistemologicamente e engaja politicamente a fim de buscar uma libertação das amarras coloniais. Através de uma práxis decolonial, o autor mobiliza a consciência, e promove um sentido crítico que conduz à desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo (Montero, 1998 *apud* Lander, 2005). Além disso, esses dois autores apontam para duas outras características que Rosa (2018) pratica na missiva: a redefinição do papel do pesquisador social, que reconheci o Outro, ou seja o sujeito-objeto da investigação/ da pesquisa, como sendo Si Mesmo e, portanto, como ator social e construtor do conhecimento. É o que acontece com o seu Ditinho, o qual exerce duplo papel no trabalho, o de depositário do conhecimento e

Outro aspecto levantado por (MONTERO *apud* LANDER, 2005) que reforça a atemporalidade histórica e política é o caráter histórico, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento. Vejamos que a multiplicidade de vozes que aparecem no texto, bem, como os modos de vida, as práticas realizadas/exercidas pela população negra em diferentes tempos demarcam o posicionamento político e engajado do autor frente ao racismo social e cultura dos homens de cor.

No seu relato, Rosa (2018) mostra a preocupação que a imprensa negra da época tinha em divulgar como os jogadores negros tinham assimilado bem as normas, as regulações dos manuais, das instituições e de certa forma, do colonizador. Pensavam que a suposta “sujeição”

elevaria o corpo negro às “mesmas condições” do corpo branco, o que de fato em nada mudava para os jogadores negros, os quais sofriam do mesmo jeito, o racismo.

Nas frestas da narrativa “oficial”, Rosa busca propor histórias alternativas e denúncias para muito dos fatos que foram noticiados. Mesmo sendo essas atitudes, ações retóricas composicionais do texto, tomaremos essas duas atitudes como tipos/subcategorias de engajamento político.

Essa primeira subcategoria que surge como forma de engajamento na construção da carta-artigo, chamaremos de “hipótese de histórias alternativas”, a qual acontece/ocorre constantemente no processo analítico do material empírico. As hipóteses surgem a partir de possíveis simulações que o autor faz, principalmente dos desfechos das histórias que reconta. Ao retomar as histórias que foram registradas nas diferentes fontes consultadas, Rosa (2018) buscar apresentar outras histórias, através do olhar do subalternizado.

A apresentação de hipótese é comum nos gêneros discursivos destinados à pesquisa, mas como uma diferença; as “hipóteses” ou possíveis desfechos/resultados que aparecem em gêneros acadêmicos tradicionais, por exemplo, precisam ser testados/ verificados, pois não devem ficar abertos. O texto de Allan da Rosa é insurgente justamente no ponto da verificação das hipóteses, que ficam abertas para o leitor, simulando histórias que poderiam ter acontecido.

#### Excerto 13

Se tu pintava no mapa da ironia ou se era espinho tinoso, se teu coração calejado em abismos criou casca grossa ou se tu era espoleta e traquinas, se era do silêncio matreiro ou da mudez magoada, se apaziguava ou tinha gosto pela porrada... Pela pernada é certo que sim, aquela do sapateado fatal e derrubador das rodas da Barra Funda, além dos arremates por tantos campos de beira de rio e de fábrica, além das passadas que giraram na cancha do teu Alvinegro São Geraldo (ROSA, 2018. p. 150).

Quantas vezes os 11 dos chamados valentes da pesada Barra Funda foram seguranças em festas na sede do Camisa Verde? Quantas noites fizeram a proteção no bairro barra-pesada em troca de ali, no mesmo cazuá, fazerem bailes pra angariar verba pro time jogar no seu campo ou onde hoje é o Mercado da Lapa, seu Ditinho? Pra conseguir pagar a costureira do calção e da bola, o alfaiate da jaqueta ou importar o caro material, como era de praxe. Quantas tabelinhas, tomadas de bola, chutaços espocando no peito do pé talvez naquele campo em que hoje está a estação Marechal Deodoro.. ou ainda naquele atrás da estação Água Branca, ali na Santa Marina (ROSA, 2018. p. 152).

Eu gostaria de ver o canto dos lábios do senhor quando lesse ou lhe traduzissem essas notícias... Enalteciam o São Geraldo e publicavam mais na sanha de frisar o quanto o time era civilizado e ordeiro do que de assuntar os próprios lances e magias do jogo (ROSA, 2018. p. 152).

Nesses três fragmentos, Rosa coloca em xeque os fatos que eram noticiados. No primeiro exemplo, avalia o jogador, seu Ditinho, não como uma alma compassiva, como era

descrito nos jornais, mas como jogador astuto, atacante tanto na posição do jogo, como na posição social. Essa história alternativa levantada pelo autor é reforçada pelo terceiro exemplo, no qual, o autor reflete sobre uma possível reação do jogador frente àquilo que era noticiado sobre ele e seu time, ao dizer “eu gostaria de ver o canto dos lábios do senhor quando lesse ou lhe traduzissem essas notícias”. Atitude essa que abre fresta para que os leitores pensem nas histórias que não foram contadas, como as que são expostas/mencionadas no segundo fragmento. Histórias essas que se revestiam do futebol para dar visibilidade cívica, social e política aos homens de cor, os quais “adotaram o esporte bretão “como um novo valor cultural” (Antunes, 1992, p. 12). Nesse processo, ele deixou de se restringir a uma mera modalidade de diversão e adquiriu novos significados” (DOMINGUES, 2015. p. 369).

Desde então o futebol de tornou, como afirma Rosa (2018), uma “esfera de conhecimento, pertencimento e construção de subjetividade frente ao racismo”. A criação de agremiações/clubes como o do São Geraldo garantiu à população negra o desenvolvimento de uma identidade específica, que se distanciava dos clubes dos brancos. Os clubes se tornaram arena cultural e de fortalecimento na luta contra o racismo. Neles, os subalternizados exercitavam as danças, o teatro e as apresentações literárias. Logo, essas instituições ultrapassavam o sentido desportivo, pois serviam

para conferir centralidade e visibilidade ao negro, positivando a sua imagem pública e lhe possibilitando atestar o seu valor não somente para a afirmação do futebol, mas também do Brasil. Denotando um sentido cívico-político, o esporte bretão era, neste caso, apropriado para celebrar a “raça” e a “nação”, combinadamente (DOMINGUES, 2015, p. 371-372).

Por meio do futebol, os jogadores, os quais não eram profissionais, já que não recebiam salário, tornaram-se representantes da população negra paulista, verdadeiros símbolos de disciplina, organização, força e habilidades físicas, inteligência e táticas de jogo. Fato esse que desarticulava o mito da inferioridade que se revestiam o corpo negro. Em cada vitória, em cada jogada / lance, os negros se viam capazes de superar aquela sociedade racista. E assim, o futebol, e os times de negros foram se autoafirmando e buscando notoriedade para que houvesse um “crescente descrédito nas ideias do racismo científico e a resignificação, para não dizer positivação, do papel da mestiçagem no imaginário nacional” (DOMINGUES, 2015, p. 373).

No futebol, os negros afropaulistas iam se imponto diante dessa ideologia de subalternidade e, conseqüentemente dos desafios da vida social, política, cultural e econômica. Dentre os desafios, estavam o de conseguir se manter no futebol. Custear o uniforme e os materiais para a prática do esporte era muito dispendioso. Em relação a isso, Rosa (2018) expõe, no segundo fragmento, as dificuldades que os jogadores do São Geraldo tinham/passavam para

participar dos campeonatos. Dificuldades sobretudo financeiras para custear toda parafernália exigidas pelas instituições reguladoras, que normalizam e regulamentam os jogos e o funcionamento das agremiações/ clubes. Muitas são as hipóteses de histórias alternativas que são levantadas em busca de compreender como esses jogadores faziam para conseguir atuar nesse espaço. Faziam festas beneficentes? Trabalhavam de segurança nos bailes dos donos dos clubes?

As hipóteses de histórias alternativas ou ainda de histórias não contadas aparecem em relação a como foram sendo formados os times, as escolas de samba e os terreiros. No fragmento a seguir, Rosa faz um relato hipotético de como, principalmente os jogadores iam ganhando iam sendo reconhecidos, de modo que suas identidades, nomes estariam associados a sua performance, fosse no campo, no terreiro ou na escola de samba.

#### Excerto 14

Imagino gente transbordando saberes mas sem escolaridade, gente batizada Custódio, Avelino, Prisciliana... Benedito ou Expedito como o senhor... ou gente com seus apelidos às vezes ganhos na hora pelo jeito de atuar, iniciando o pé e assinando com o corpo o caderno do solo, mantendo e expandindo o vigor do chão (ROSA, 2018. p. 156).

O campo, a escola de samba e o terreiro são lócus de existência, de enunciação, de fortalecimento e de resistência para a população negra. Mas são principalmente nos dois primeiros que os negros foram se insurgindo/ estabelecendo no imaginário nacional.

Outras hipóteses de histórias alternativas que são levantadas se referem tanto a naturalidade dos jogadores quanto ao destino deles após terem ganhado o campeonato do centenário de 22. Quem eram? Como chegaram ao time? O que mudou em suas vidas? As respostas podem ser as mais variadas.

#### Excerto 15

Zelão, Tita, Africano, Filipão, Olavo, Caçarola, Pé, Buiú, Alfredo, Goiabada, Bizerrão... Bambas e brigadores nas ruas da Barra Funda, teus manos da responsabilidade no gol, na zaga e na meia cancha do São Geraldo. Como foram paridos? Chegaram dos trens do interior após dias de arreiado e de febre, com a bunda quadrada e a esperança rachada? Como morreram? De cachaça, de facada, de enfarte ou de doença de chagas? Com feridas largas nas pernas, com sequelas de doença venérea comuns à gente madrugueira do teu tempo, Seu Ditinho? Será que seus companheiros de equipe teimaram em largar casa que a prefeitura demolia e morreram soterrados, sob demolições pra higienizar a cidade e garantir espaço pras chácaras das famílias Prado e Arouche? Finaram largados num gelo de fundo de cela lembrando gols e defesas ou rodeados de netos no pátio tomando sopinha quente enquanto brincavam no formão, serrando cercas pra viveiros e paus pras tramelas? Será que um partiu alegre numa roda de tambores? (ROSA, 2018. p. 155).

Essas possíveis histórias ficaram engavetadas fosse pela imprensa branca, fosse pela imprensa negra. Talvez, fosse seu Ditinho o conhecedor de todas elas, ele que viveu, sofreu juntamente com seus companheiros pelo clube alvinegro. Possivelmente muitos de seus comparsas tenha vindo do interior em busca de uma vida melhor, já que após abolição, viam na cidade possibilidade de trabalho. Morriam devido a envolvimento em brigas, por doenças, sem receberem tratamento, devido a vida hostil que levavam, nas prisões, enfim, nada diferente dos companheiros que não jogavam bola. Ou ainda por atentados praticados pelo Estado ou ainda pelos nobres da época.

A segunda subcategoria, que acontece simultaneamente à primeira, é a das denúncias. Na carta-artigo, foram apresentadas contínuas denúncias, por meio de um relato da subalternidade, o qual gira em torno de uma linha geopolítica espacial e racial que segrega os negros, relegando direitos, hoje “comum a todos”: locomoção, educação, saúde, assistência religiosa, trabalho, lazer, expressão.

As denúncias se tornam uma ação retórica e ao mesmo tempo insurgente no texto. Aderir a essa prática contribui para que o sistema, geralmente visto e tido como provedor da justiça, da igualdade e da fraternidade, não seja o legitimador da verdade e nem porta-voz da coletividade. Ao se fazer as denúncias, independentemente de sua dimensão, Rosa (2018) promove:

uma fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo como na esfera da ação, assumindo a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém (REIS; ANDRADE, 2018, p. 6).

O engajamento político no texto desperta/desenvolve uma consciência da geopolítica do conhecimento<sup>29</sup> em faces decoloniais, de modo a provocar um rompimento ou mesmo uma fissura ao relato único e oficial, como também, às crenças iluministas de “progresso”, de luzes para apenas alguns. Sendo assim, a denúncia “é condição de afirmação, dentre outros, também da América Latina, ou melhor, da América Indo-Afro- Latina como lócus de enunciação” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 6).

A categoria denúncia visa romper com a lógica monológica dos acontecimentos, dos viveres, dizeres e fazeres. A ação de denunciar está relacionada a ação de discordar. Discordar do que é dito e do que é feito ao longo da colonização, para então reconhecer uma diversidade

---

<sup>29</sup> Segundo Mignolo (2020, p.190), a geopolítica do conhecimento organiza-se em torno da diversificação, através da história, das diferenças coloniais e imperiais.

de saberes e viveres. A denúncia é uma atitude decolonial, pois através dela os sujeitos podem produzir mudanças.

No quadro a seguir, serão apresentados três das várias denúncias que foram feitas por Rosa (2018):

Quadro 22 - Insurgências no engajamento político

Denúncia 1 (D1)	<b>Estralava em São Paulo um apartheid declarado em áreas como a Rua Direita, o Parque da Luz, o Largo São Francisco e em uma renca de empregos, escolas, teatros e salões.</b> Manchetes e cassetetes bradavam que a cidade tinha uma nação pra fazer e puxar. Nessa missão comandada pelas finanças, <b>branquear era a ordem, sim?</b> Se hoje, tantas vezes é entre raiva e desilusão que a gente amanhece, imagino na tua época... Quanta humilhação... (ROSA, 2018. p. 153-154)
Denúncia 2 (D2)	Mas também quanto revide. <b>Sobre corpos e histórias africanas a tonelada da pecha de “incapazes de se concentrar e se organizar”, vergonha e doença social pra arrancar do corpo e purificar o futuro do país. Falácias assassinas apoiadas pelo que se dizia científico e bombava nas leis, nas reformas sangrentas da cidade, na fome e na bússola da migração. No futebol também, sim, Seu Ditinho?</b> Mesmo depois, quando jogadores pretos foram aceitos nos times mas não podiam ser sócios dos clubes. (ROSA, 2018. p. 154)
Denúncia 3 (D3)	<b>É impossível não lembrar dos projetos de limpeza étnica,</b> tão nítidos na época em que teus gols marcavam o calendário em São Paulo. Tanto passou e tanto permanece. Assim voga a resistência e a anunciação ancestral perante a lógica genocida que aflige Mães de Maio a Abril, todo ano, por aqui e no Brasil todo. (ROSA, 2018. p. 160)

Fonte: elaborado pela autora

As denúncias que foram feitas referem-se a conteúdos de cunho racista. A denúncia 1 refere-se à segregação dos espaços públicos e nas instituições culturais (educação e lazer). A denúncia 2, colonialidade do ser associada com a colonialidade do saber e do poder. E a denúncia 3, violência praticada contra a pessoa negra.

A organização da sociedade por raça, foi de acordo com os estudos decoloniais, critério fundante da Modernidade e das relações binárias que a regem. Os corpos não-brancos, não-ocidentais passaram a ser uma versão contrária dos corpos brancos ocidentais e por isso não podiam ocupar os mesmos espaços. Mesmo os espaços “públicos”, como a “Rua Direita, o Parque da Luz, o Largo São Francisco” naquela época, como alguns espaços de agora ainda são destinados a serem ocupados pelo corpo branco. A presença do corpo subalternizado representa ameaça, pois carregam estigmas da criminalização, da prostituição, da desordem, da brutalidade, da loucura e da demonização. Branquear era a ordem si e continua sendo até na atualidade. Em muitas instituições o corpo branco é privilegiado a ocupar os bancos das escolas particulares, as quais através de entrevistas escolhem seus eleitos; dos trabalhos tidos como “intelectuais” ou “representacionais”, que requerem uma “boa aparência”. A racialidade do

corpo é, ainda, fator “de classificação social que opera nos planos materiais e subjetivos” (STRECK; MORETTI, 2013, p. 35).

Vejamos no fragmento D3, que mesmo os jogadores alcançando uma posição social e econômica de prestígio, a posição de sócio dos clubes era reservada/ restrita ao corpo-branco, por ser posição de poder, de legitimação. Portanto, não se poderia correr o risco de descentralizar o poder e enfraquecer a MCP (Matriz Colonial de Poder).

A fim de manter a centralidade do poder nas mãos do colonizador, o saber e o ser também foram revestidos pelo “paradigma racial”. E por isso que, Rosa (2018) ainda no fragmento D3, acusa a ciência de subsidiar e se mantenedora da classificação racial dos corpos, haja vista que “há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.3). Para o autor esse legado epistêmico servia para regulamentar, normalizar e justificar todos os tipos de injustiças praticadas contra os subalternizados, nas palavras do autor, *falácias assassinas apoiadas pelo que se dizia científico e bombava nas leis, nas reformas sangrentas da cidade, na fome e na bússola da migração*.

A negação das “formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade” (QUIJANO, 2005, p. 111) provocou desistorização desse povo e ao mesmo tempo o seu ontologicídio e epistemicídio, e, assim sobre corpos e histórias africanas a tonelada da pecha de “incapazes de se concentrar e se organizar”, vergonha e doença social pra arrancar do corpo e purificar o futuro do país. As práticas de higienização/purificação sustentadas pelo cientificismo, além de coisificar/objetivar o colonizado, tornando-os instrumentos utilitários, contribuem para que esse povo seja repellido para as periferias.

Outra prática racista que é denunciada por Rosa (2018) são os genocídios. Três casos foram citados: 1) esse do fragmento D3, cujas 564 pessoas foram mortas por agentes públicos, no Estado de São Paulo, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006; 2) a chacina no Sul dos Estados Unidos, entre 1877 e 1950, também pelo agente público; 3) Os companheiros de seu Ditinho, os quais podem ter sido mortos ao serem soterrados pelas demolições que o Estado fazia como forma de despejo.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ufa! Cheguei ao início do fim! Sim, é isso mesmo! Ao fim que não é fim, pois não acabou! Tanto ainda para dizer, aprender, rever e ainda mais ressignificar. E o que foi ressignificado para mim? A minha prática pedagógica, o jeito de eu olhar para os meus achismos e os achismos dos outros, os diferentes jeitos de construir histórias, fazer descobertas, realizar experimentos, enfim, a diversidade de dizer, muitas das vezes, a mesma coisa, ou de chegar a um mesmo resultado, mas de um jeito diferente.

Ler, estudar e analisar o texto de Allan da Rosa para mim foi um aprendizado tanto pessoal quanto profissional. Percebi que podemos alcançar voos mais distantes (discussões mais profundas, reflexivas e significativas) se estivermos liberdade para voar (escrever e até de ler). Não digo desconhecer as regras gramaticais, os gêneros textuais nas suas formas retóricas e estilística, mas que esses estejam ao nosso serviço e não nós a serviço deles. As regras do manuais acadêmicos, os regulamentos dos periódicos e as normas dos professores e orientadores vão impedindo que esses voos sejam realizados, pois vão cerceando a liberdade de descobrir e produzir. Na literatura, os poetas, artistas e escritores têm licença poética para criar, inovar, ressignificar, enquanto os pesquisadores têm os protocolos, os métodos, as receitas para seguir, fazendo que muitas descobertas não sejam realizadas. Muitos de nossos cientistas foram considerados loucos em sua época, e só alcançaram reconhecimento póstumos, devido a fixidez e exatidão dos métodos científicos.

Penso neles, penso em meus pais, penso em Allan da Rosa, penso em mim e em meus alunos e vejo como todos têm muito a dizer, mas mesmo com “a linguagem, na ponta da língua, tão fácil de falar e de entender”, fomos impedidos pela “linguagem na superfície estrelada de letras” – linguagem dos métodos, dos manuais, da lógica positivista – que o “professor Carlos Góis, [...] é quem sabe, e vai desmatando o amazonas de nossa ignorância”, já que as “figuras de gramática, esquipáticas, atropelam-nos, aturdem-nos, sequestram-nos”, como também todo aparato científico e mercadológico. E assim, vamos nos esquecendo da “língua em que comia, em que pedia para ir lá fora, em que levava e dava pontapé, a língua, breve língua entrecortada do namoro com a prima”. E vamos nos esquecendo também as formas simples do dia a dia que fomos adquirindo conhecimentos, como a tradição oral, a observação, as causas e efeitos. Assim como a ciência, o “português são dois; o outro, mistério”, a doxa e o cientificismo.

Esses versos do poema “Aula de português” de Carlos Drummond de Andrade refletem bem esse mordaca que impuseram desde a colonização do Brasil aos povos colonizados. A língua escolar, acadêmica que não facilita, mas só impede ou dificulta a construção de alguns telhados como a do conhecimento da ciência da natureza, das humanidades, dos números.

Penso nos meus alunos que “para dizerem milho dizem mio. Para melhor dizem mió. Para pior pió. Para telha dizem teia. Para telhado dizem teiado, E vão fazendo telhados”, como bem afirmou o literato Oswald de Andrade. Telhados que ao sopro do *habitus* acadêmico (práticas procedimentais e representacionais) se desmoronam e caem por completo. *Habitus* que despreza e relega as experiências, a cultura, os saberes, as crenças de seus próprios patriotas. Tendo seus conhecimentos e experiências relegadas ao campo do imaginário popular, do senso comum, da superstição e ou da crença, sentimentos de inutilidade, ingenuidade e de desespero tomam conta daqueles que ousam adentrar os solos tão desconhecidos como são os do campo acadêmico.

Se não bastasse os constantes sofrimentos físicos e emocionais ocasionados pelo racismo, os povos subalternizados (negros, latinos, indígenas) ainda sofrem com o racismo institucional, linguístico e epistêmico em solos acadêmicos, que na sua grande maioria, está a serviço do mercado, do capital, de uma classe majoritária, e não da massa populacional. A diversidade estilística, retórica e temática não pode ser despreza em solos tão heterogêneos quanto os das universidade. Por isso se torna tão importante mostrar que há outras formas também válidas de narrar e registrar o conhecimento.

A carta-artigo de Allan da Rosa, me mostrou que há vários modos de se produzir e divulgar o conhecimento. Modos de dizer, de relatar, de registrar, de interpretar que não podem ser suprimidos e nem reprimidos. Esse autor mostrou como seu Ditinho (atacante do São Geraldo), Mestre Divino (mestre de escola de samba), os boleiros e as pessoas, que sucederam seu Ditinho, têm a ensinar, a explicar e a contribuir com o desenvolvimento humano. Como a Aninha (Cora Coralina), aqui em Goiás, nos disse com a sua poesia ou Gabriel, o pensador, com suas canções, que nos fazem refletir por inúmeros dias.

Um episódio me veio na lembrança quando meu pai ao me acompanhar até à universidade para eu fazer uma das provas do processo seletivo, ficou me esperando na biblioteca e por ser muito conversador, logo já tinha conhecido muitas pessoas. Então, me relatou o seguinte fato: que ao conversar com alguns alunos do curso de geografia começou a falar da caatinga, do recôncavo baiano e de vários outros saberes que vivenciará no agreste baiano. Disse que os alunos desconheciam e tinham muitos conhecimentos até equivocados, pois desconheciam a realidade. A realidade que só é conhecida por aqueles que a vivenciaram

no corpo e na alma, a qual, muitas das vezes não são relatadas nos livros, já que muitos de seus atores a desconhecem.

Diante dessa exposição, como é válido pensar no conceito de *locus enunciativo*, ou seja, nos diferentes lugares de “onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 19), os quais na maioria das vezes desconhecemos, devido a sua demonização. A saber, uma das limitações desse estudo foi justamente a minha convicção religiosa cristã. Mesmo tendo a minha família paterna de religião de matriz africana, e tendo vivenciado meu pai, como muitas dessas práticas religiosas, percebi que esse lugar de fala não é meu, e, portanto, não consegui me aprofundar no assunto. Mas isso me chamou a atenção para a necessidade de se compreender as diferentes comunidades discursivas, os diferentes lugares de fala e as diferentes epistemologias para poder compreender os diferentes saberes e discursos.

Com a carta-artigo, Allan da Rosa simula o que muitos de nós fazemos, o diálogo com o nosso próprio imaginário. Quantos vezes nós simulamos diálogos com diferentes pessoas e em diferentes contextos! Nessas simulações, fazemos hipóteses, reflexões, ressignificações, descobertas e vamos compreendendo o mundo, nós mesmos e os outros.

Na carta-artigo o autor faz um exercício retrospectivo de sua própria vida ao experienciar e presenciar as várias práticas racistas na sociedade paulista. Escolhe a carta para construir esse diálogo com ele mesmo, com seu leitor, na pessoa de seu Ditinho (conhecedor dos fatos ou não), você que me lê, eu ou alguns de seus leitores, e cumpre o que é proposto: refletir sobre práticas racistas e sobre o futebol como esfera de pertencimento e de construção de subjetividades da população negra. Será que nos estudos sociais ou nas humanidades poderíamos empregar o seguinte axioma do matemático Giuseppe Peano: ‘a ordem dos fatores não altera o produto’? Poderíamos dizer que independentemente da composição retórica, o que importa são os propósitos comunicativos? E também que buscar o ideal da racionalidade é uma tentativa inútil de apagar as marcas identitárias, ideológicas e políticas que cada pesquisador tem e acredita?

Pensando no meu próprio trabalho, acredito que se eu tivesse produzido um diário ou um relatório de todas as etapas da pesquisa alcançaria os mesmo resultados dessa dissertação. Paraphrasing bel hooks, tive que aprender a língua do colonizador, não para amaldiçoá-lo e nem para me vingar, mas para tentar insurgir ao apresentar outras formas de fazer pesquisas, outras formas de registrá-las, as quais também apresentam contribuições e cumprem sua finalidade de divulgação e de comunicação.

Será que um aluno meu, ao adotar como gênero de registro um rap, não estaria argumentado ou dissertando? A adoção do texto dissertativo-argumentativo como sendo o único “gênero”<sup>30</sup> aceitável para poder entrar em uma universidade não democratiza o processo de seleção. E além disso, a escrita livre e significativa deixa de existir em detrimento do texto dissertativo-argumentativo exigido pelo ENEM ou dos textos acadêmicos exigidos pela universidade ou pelos periódicos.

Diferentemente da maioria dos textos acadêmicos, principalmente daqueles que se encontram publicados nos periódicos, Rosa (2018) apresenta uma escrita livre e significativa na carta-artigo. Ao resgatar, em processo memorialístico e histórico, os atentados contra os negros – ocorridos, principalmente, no Sul dos Estados Unidos entre 1882 e 1968; em São Paulo no mês de maio de 2006; e o atentado contra ele mesmo na USP, universidade que cursava o doutorado – Rosa (2018) apresenta sua justificativa pessoal, social e acadêmica de se realizar seu estudo.

A carta-artigo, de forma explícita, mostra que a produção, em sua maioria (não quero generalizar), é marcada ideologicamente e engajada politicamente. Todos os arranjos composicionais do texto estão a serviço de visibilizar a população negra que busca, não só no futebol, mas em todas as esferas sociais: existência, reexistência e resistência.

“Penso nele, penso em meu mestre, penso em ti e na consciência de jogo, de iniciação e de segredo” (ROSA, 2018, p. 156). E nós, pesquisadores, pensamos em quem e em que quando vamos realizar nossas investigações? Como dissociar ou afastar a nossa identidade e nossas experiências do registro, do enredo, dos procedimentos de análise, das escolhas dos materiais? Como não ter uma escrita não-marcada, não engajada, se produzimos, pesquisamos aquilo que nos inquieta, aquilo que é significativo para nós, aquilo que de certa forma, queremos mudar? Acredito que toda a escrita é marcada ideologicamente, mesmo se estas passam a ser revestidas ou mesmo transvestidas por uma suposta neutralidade e/ou objetividade, as quais só podem esconder o lugar de fala, o lugar social e cultural em que se encontra o sujeito.

Vejo que estamos ainda muito presos a um “dogma” epistêmico, assegurado pela MCP (Matriz Colonial de Poder). Pensar em uma abordagem metodológica pluriversal que “não retira a legitimidade de nenhuma epistemologia porque opera numa matriz de pensamento fundamentada nas noções de policentro e polifonia” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 10) é ainda

---

<sup>30</sup> Por que chamei usei gênero e não texto para chamar a redação do Enem? Porque o que é proposto na redação do Enem atende a um exemplo específico de texto, e não a um texto que seja do tipo dissertativo-argumentativo, podendo ser uma carta, por exemplo.

algo desacreditado e, portanto, banalizado. Mas isso não acontece, ainda, porque se busca uma verdade universal, incontestável e, além de tudo, no jogo de interesses.

Analisar e compreender a organização retórico-estilística do texto *Uma missiva a seu Ditinho, craque do São Geraldo*, objetivo geral do meu trabalho, aponta para a possibilidade de se fazer pesquisa a partir de diferentes metodologias, cosmovisões e registros. E por isso a importância de se discutir os movimentos de insurgências na escrita acadêmica (objetivo específico), os quais mostram instabilidades e fragilidades em muitos métodos e teorias.

Em relação aos estudos de gênero de abordagem sociorretórica, por exemplo, Swales (1990) apresenta cinco características que definem a noção de gênero do discurso. Entre essas características, uma em especial chama a atenção após a realização desse estudo, que é terceira característica, nomeada como “a prototipicidade do gênero”. Entende-se por prototipicidade, a realização de um tipo de evento ou ação que, por ser mais recorrente, se torna elemento caracterizador na construção do gênero. Em se tratando do gênero artigo científico, quatro eventos ou movimentos retóricos são comuns: *introdução, revisão de literatura, metodologia e discussão*, o famoso (IRMD). Como fora apresentando nos estudos de Bernardino e Valentim (2016), as aparições dessas unidade podem variar de acordo com o tipo de artigo e de acordo com o tipo da comunidade disciplinar. Mas essa variação não chega a descaracterizar o gênero em questão, já que, se trata apenas de privilegiar mais ou menos as unidades retóricas *revisão de literatura e metodologia*.

Porém, em se tratando da carta artigo, os eventos ocorridos subvertem todos os eventos que prototipicam o gênero artigo científico. Assim, já não é possível pensar em um prototipicidade quando há textos, como esse, que desestabilizam as orientações e normas expressas nos manuais de orientação do trabalho científico e que burlam as orientações, quase que consensuais, dos periódicos sobre as diretrizes para publicação. Então, mesmo considerando a ideia de estrutura basilar discutida por Swales e seus intérpretes, reconheço seus limites e a necessidade de descentralizá-las ainda mais e ampliá-las. Situação essa previsível, quando pensamos na reelaboração do conceito de propósitos comunicativos realizada por Swales, após contundentes críticas. A ideia de repropósito comunicativo do gênero, principalmente a partir de uma análise contextual (identificação da comunidade discursiva, de seus valores, de seus objetivos, de suas expectativas) contribui para que as desestabilizações ocorridas no gênero sejam identificadas e analisadas.

Outra questão teórica que se impõem é em relação à classificação dos gêneros em primários e secundários, feita por Bakhtin (2011). Esse autor os distingue assim: os gêneros primários são aqueles provenientes da oralidade, e, portanto, são artefatos da tradição oral, tais

como as conversas, as cartas e os bilhetes. Por outro lado, os gêneros secundários encontram-se em sua forma escrita e está associado a um determinada comunidade, já que apresentam uma organização estrutural e estilística relativamente estável. Mas, estas definições estariam voltadas para qual cultura? Em detrimento da cultura indígena, em que o conhecimento é produzido e circula oralmente, em forma narrativa, os gêneros produzidos seriam uma produção espontânea, classificada como primária? Como ficaria essa distinção em situações interculturais ou interepistêmicas? Questões essas que emergiram a partir desse estudo e do processo de arguição e colaboração dos componentes da banca.

Essas questões também ratificam a importância de se investigar as comunidades discursivas e seus propósitos comunicativos, terceiro objetivo do estudo. Compreender a comunidade ABPN foi essencial para compreender os propósitos comunicativos de Allan da Rosa e de sua carta-artigo, os quais buscam a reafirmação dos valores das culturas africanas e o engajamento na luta contra a escravidão epistemológica, cultural, política e social que move a Modernidade.

A partir do reconhecimento da comunidade discursiva ABPN e de seus propósitos comunicativos, foi possível compreender também, as insurgências ocorridas nos modos retóricos (formas de linguagem) da carta-artigo, segundo objetivo específico da pesquisa. As insurgências na categoria léxico-gramatical que são manifestadas na carta-artigo contribuem para visibilizar e fortalecer a língua do subalternizado. Por ser tratar de uma comunidade de pesquisadores/ as negros /as, resistentes à colonização linguística e epistêmica da academia hegemônica, Rosa utilizou-se de um léxico proveniente tanto da matriz africana quanto do quilombos urbanos, o qual contribui para uma autoafirmação da população negra, pois “reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica.” (BATISTA, 2019, p. 401). Buscar uma autoafirmação é primeiramente resgatar a história que não foi contada, é falar e escrever na língua esquecida, é poder pensar e pesquisar a partir de outras epistemes.

Finalizo, então, minhas considerações “apostando na horizontalidade dos saberes e culturas, e não na verticalidade, que opera com as noções de superioridade e inferioridade” (REIS; ANDRADE, 2018, p. 10).

## REFERÊNCIAS

ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Estatuto. In: [https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd\\_443f95ed16ca4faf855fd19771358fd1.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_443f95ed16ca4faf855fd19771358fd1.pdf)

AGUIRRE, Carlos. Apuntes para una corpo-política desde las escrituras Aimé césaire y frantz Fanon. **Universum**, v. 34, n. 1, p. 15-38, 2019. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S071823762019000100015&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071823762019000100015&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 15 mar. 2021.

ALCOFF, Linda Martin. A epistemologia da colonialidade de Mignolo. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 33-59, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAGÃO, Rodrigo Moura Lima de. **Modelos para a estruturação de artigos científicos**: um estudo de instruções aos autores a introduções de artigos de revistas da Scientific Electronic Library Online do Brasil. 2011. 214f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Antonia Dilamar. Gêneros textuais acadêmicos: reflexões sobre metodologias de investigação. **Revista de Letras**, v. 1/2, n. 26, p. 21-27, jan./dez. 2004.

ARAÚJO, Júlio César. A comunidade discursiva dos Tananans: uma experiência etnográfica em sala de chat. In: BIASI-RODRIGUES, Bernardete; ARAÚJO, Júlio César; SOUSA, Socorro Tavares (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas**: um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes\\_livres/renata\\_comunicacoeslivres.pdf](http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/renata_comunicacoeslivres.pdf). Acesso em: 08 fev. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição. **Revista Extraprensa**, v. 12, p. 377-396, 2019.

BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita**. Organização de Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel e Angela Paiva Dionísio. São Paulo: Cortez, 2009.

BEIGEL, Fernanda. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento, **Nueva Sociedad**, n. 245, 2013.

BERNARDO, Augusto Sergio dos Santos de São. A lenda e a lei: a ancestralidade afro-brasileira como fonte epistemológica e como conceito ético-jurídico normativo. **Revista Odeere**, v. 3, n. 6, p. 226-250, 2018. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4422>. Acesso em: 19 out. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BERNARDINO, Cibele Gadelha; VALENTIM, Dawton Lima. O gênero artigo acadêmico e a cultura disciplinar da área do Direito: as primícias de uma análise sociorretórica. **Revista Virtual de Letras**, v. 8, n. 2, p. 122-141, 2016.

BEZERRA, Benedito Gomes. A organização retórica de resenhas acadêmicas. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 3, n. 1, p. 37-68, jul./dez. 2002.

BHATIA, Vijay Kumar. **Analysing genre: language use in professional settings**. London: Longman, 1993.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete; HEMAIS, Barbara Jane Wilcox; ARAÚJO, Júlio César. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: ARAÚJO, Júlio César; SOUSA, Socorro Tavares (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 17-46.

BORELLI, Julma Dalva Vilarinho Pereira. **O estágio e o desafio decolonial: (des)construindo sentidos sobre a formação de professores/as de inglês**. 2018. 222f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.

CAETANO, Julia; MARIAN, Jane. Uma análise dos movimentos retóricos da seção de introdução de artigos científicos baseados nos estudos de Swales (1990). **Caderno PAIC**, v. 20, n. 1, p. 477-498, 2019.

CASTRO, Maria das Graças Monteiro. **O artigo científico como mercadoria acadêmica**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edinburg: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, Raquel Leite Saboia da. **Culturas disciplinares e artigos acadêmicos experimentais: um estudo comparativo da descrição sociorretórica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

COSTA, Adriano Ribeiro da. **O gênero textual artigo científico: estratégias de organização**. 2003. 159f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista espaço acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018.

DIAS, Juliana de Freitas; COROA, Maria Luiza Monteiro Sales; LIMA, Sostenes Cezar de. Criar, resistir e transgredir: pedagogia crítica de projetos e práticas de insurgências na educação e nos estudos da linguagem. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 29-48, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/18628/19475>. Acesso em: set. 2020..

DOMINGUES, Petrônio. O “campeão do Centenário”: raça e nação no futebol paulista. **História Unisinos**, v. 19, n. 3, p. 368-376, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes [1964]**. Volume II, Ensaio de interpretação sociológica. Prefácio Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. 1ª reimpressão. São Paulo: Biblioteca Azul/Globo, 2014. p. 165.

GAEDE-SAKATA, Carla Rafaela A comunidade discursiva virtual Sociedade Senhor dos Anéis. In: ARAÚJO, Júlio César; SOUSA, Socorro Tavares (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 189-204.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad, **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008..

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025).

HYLAND, Ken. **Academic discourse: English in a global context**. London: A&C Black, 2009.

HOFFNAGEL, Judith C. A prática de citação em trabalhos acadêmicos. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2009.

hooks, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**, v.16, n. 3, p. 857-864, 2008.

LANDER, Edgardo (org.). **Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v. 28, n. 2, 2003.

LIMA, Sostenes Cezar de. **Hipergênero: agrupamento ordenado de gêneros na constituição de um macroenunciado**. 2013. 273f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LIMA, Sostenes Cezar de; LIMA, Priscilla Melo Ribeiro de. **Decolonialidade e insurgências nas práticas discursivas acadêmicas: novos modos de produção, registro e mediação da escrita acadêmica [Projeto de Pesquisa]**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2019.

LEDA, Manuela Corrêa. **Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade**. 2014. 47f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MCKIE, D. The Scientific Periodicals from 1665 to 1789. In: MEADOWS, A. J. (ed.). **The Scientific Journal**. London: ASLIB, 1979.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 27-53.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, Marildes. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v.10, n. 2, p. 363-386, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982010000200005>.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais. Desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014.

MEIRA, Fábio Bittencourt; MEIRA, Mônica Birchler Vanzella. Considerações sobre um campo científico em formação: Bourdieu e a "nova ciência" do turismo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 4, p. 1-18, 2007.

MENAFRA, Rosina Pérez. Notas sobre violência epistêmica, vigilância epistemológica e alternativas à produção do conhecimento em Ciências Sociais. *Latitude*, v. 1, n. 2, p. 66-79, 2007.

MENDES, Lucas. **Velha e nova era epistolar**: A influência das correspondências científicas nos colégios invisíveis. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Graduação em Biblioteconomia habilitação em Gestão da Informação. Orientadora: Elaine Rosângela de Oliveira Lucas. Florianópolis - SC, 2017.

MEURER, José Luiz. Genre as diversity, and rhetorical mode as unity in language use. **Ilha do Desterro**, n. 43, p.61-82, jul./dez. 2002..

MIELLI, Renata. A história de uma canção impiedosa sobre o racismo nos EUA: Strange Fruit, **Portal Geledés**, 30 ago. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-historia-de-uma-cancao-impiedosa-sobre-o-racismo-nos-eua-strange-fruit/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2003a.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003b.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-17, 2017a.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017b.

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, n. 48, 2020.

MOTTA-ROTH, Désirée. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. **D.E.L.T.A**, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Explorando modalidades retóricas sob a perspectiva da multimodalidade. **Letras**, n. 40, p. 43-66, 2010a.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.

MUNIZ, Kassandra da Silva. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. **D.E.L.T.A**, v. 32, n. 3. p. 767-786, 2016.

NASCIMENTO, André Marques. Geopolíticas de escrita acadêmica em zonas de contato: problematizando representações e práticas de estudantes indígenas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 53, n. 2, p. 267-297, 2014.

NUNES, Ana Tereza da Silva; JUNIOR, Jair da Costa. Branquitude e colonialidade acadêmica. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, *et al.* **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade** [recurso eletrônico]. Rio Grande do Sul: Editora da FURG, 2018.

NWOGU, K. The Medical research paper: structure and functions. **English for Specific Purposes**, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1997.

OLIVEIRA, F. A configuração textual da seção de Metodologia em artigos acadêmicos eletrônicos de Linguística Aplicada. **Vidya**, v. 21, p. 237-252, jan./jun. 2002.

OLIVEIRA, F. A configuração textual da seção de Metodologia em artigos acadêmicos de Linguística Aplicada. 2003. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PAN, Miriam; LITENSKI, Andrielle. Letramentos e identidade profissional: reflexões sobre leitura, escrita e subjetividade na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 3, p. 527-534, 2018.

PEREIRA, Marcos Villela. A escrita acadêmica - do excessivo ao razoável. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 213-228, 2013.

PEREIRA, Maurício G. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PEREIRA, Regina Celi Mendes; BASILIO, Raquel; LEITAO, Poliana Dayse Vasconcelos. Artigo científico: um gênero textual caleidoscópico. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 663-695, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis - Revista Latinoamericana**, n. 31, 2012.

PINHEIRO, Maria Vanessa Batista Lima. **Uma análise do gênero artigo acadêmico em manuais de orientação da escrita científica**. 2016. 216f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

PRATT, Mary Louise. Arts of contact zone. **Profession**, p. 33-40, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 117-142, 2005.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

REZENDE, Tânia Ferreira; SILVA, Daniel Marra. Desobediência linguística: por uma epistemologia liminar que rasure a normatividade da língua portuguesa, **Porto das Letras**, v. 4, n. 1, p. 174-202, 2018.

REZENDE, T. F., *et al.* Por uma postura decolonial na formação docente e na educação linguística: conversa com Tânia Rezende. **Gláuks-Revista de Letras e Artes**, 20(1), 15-27, 2020.

ROSA, Allan. Uma missiva a seu Ditinho craque do São Geraldo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, Jan 2018.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SILVA, Aline Cristina da. **O metadiscorso em artigos científicos de linguística e literatura**. 2014. 117f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Artes e Comunicação - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVEIRA, Murilo Artur Araújo; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. **As referências nos estudos de citação: algumas questões para discussão**. [s.l.], 2009.

SILVESTRE, Viviane Pires Viana. **Práticas problematizadoras e de(s)coloniais na formação de professores/as de línguas: teorizações construídas em uma experiência com o Pibid**. 2016. 239f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; JOVINO, Ione da Silva; MUNIZ, Kassandra da Silva. Letramento de reexistência - um conceito em movimentos negros. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, Jan. 2018.

SOUZA, Naiara Cristina Santos de; NASCIMENTO, André Marques do. Apontamentos críticos sobre a colonialidade do saber: em defesa da pluralidade na construção do conhecimento. **Articulando e Construindo Saberes**, v. 3, n. 1, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

STRECK, Danilo; MORETTI, Cheron Zanini. Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana. **Revista Lusófona de Educação**, n. 24, p. 33-48, 2013.

STREVA, Juliana Moreira. Colonialidade do ser e corporalidade: o racismo brasileiro por uma lente descolonial. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, n. 40, p. 20-53, 2016.

SWALES, John. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John. Re-thinking genre: another look at discourse community effects. In: Re-thinking genre colloquium. 1992, Ottawa. *Anais...* Ottawa: Carleton University, 1992.

SWALES, John. Genre and engagement. **Revue belge de philology et d'histoire**, v. 71, p. 687-698, 1993.

SWALES, John M. **Other floors, other voices: A textography of a small university building**. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1998.

SWALES, John. **Research genres: exploration and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TIRADO, Genara. Violencia Epistémica y Descolonización del Conocimiento. **Sociocriticism**, v. XXIV, 1 e 2, 2009.

VERONEZ, Manuel. A escrita de si das missivas: reflexões historiográficas e literárias. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 19, n. 1, p. 199-209, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/lep.v19i1.39901>.

YANG, R.; ALLISON, D. Research articles in Applied Linguistics: moving from Results to Conclusions. **English for Specific Purposes**, v. 22, p. 365-385, 2003.